

**CRÍTICA**  
**marxista**



# **CRÍTICA** **marxista**

*Crítica Marxista* é uma publicação semestral de difusão e discussão da produção intelectual marxista em sua diversidade, bem como de intervenção no debate e na luta teórica.

Copyright © Andréia Galvão, Armando Boito Jr.,  
Caio Navarro de Toledo, Isabel Loureiro,  
João Quartim de Moraes, Patrícia Trópia, 2009

**Crítica Marxista nº 28 – 2009**

Capa: *Andréia Yanaguita*  
Revisão: *Antonio Alves e Adriana Bairrada*  
Editoração eletrônica: *Eduardo Seiji Seki*

ISSN 0104-9321

Periodicidade semestral

Todos os direitos reservados.

É vedada, nos termos da lei, a reprodução de qualquer parte  
desta publicação sem a expressa autorização da editora.

1ª edição 2009

Indexada em Worldwide Political Science Abstracts,  
Sociological Abstracts e Social Services Abstracts

Distribuição

FUNDAÇÃO EDITORA UNESP  
Praça da Sé, 108 – Centro  
CEP 01001-900 – São Paulo – SP  
Tel.: + 55 11 3242-7171  
Fax: +55 11 3242-7172  
[www.editoraunesp.com.br](http://www.editoraunesp.com.br)  
[feu@editora.unesp.br](mailto:feu@editora.unesp.br)

# CRÍTICA marxista

## Comitê editorial

Andréia Galvão – Universidade Federal de São Paulo / Armando Boito Jr. – Universidade Estadual de Campinas / Caio Navarro de Toledo – Universidade Estadual de Campinas / Décio Saes – Universidade Metodista de São Paulo / Isabel Maria Loureiro – Universidade Estadual Paulista / João Quartim de Moraes – Universidade Estadual de Campinas / Jorge Grespan – Universidade de São Paulo / Luciano Cavini Martorano – Cientista Político / Patrícia Vieira Trópia – Universidade Federal de Uberlândia, MG / Sérgio Lessa – Universidade Federal de Alagoas / Virgínia Fontes – Universidade Federal Fluminense

## Conselho editorial

Adalberto Paranhos – Universidade Federal de Uberlândia / Adriana Doyle Portugal – Socióloga / Adriano N. Codato – Universidade Federal do Paraná / Altamiro Borges – jornalista / Aldo Durán Gil – Universidade Federal de Uberlândia / Amarílio Ferreira Junior – Universidade Federal de São Carlos / Ana Lúcia Goulart de Faria – Universidade Estadual de Campinas / Andriei Gutierrez – Cientista Político / Ângela Lazagna – Cientista Política / Anita Handfas – Universidade Federal do Rio de Janeiro / Antônio Andrioli – Universidade de Juiz (RS) / Arlete Moisés Rodrigues – Universidade Estadual de Campinas / Augusto Buonicore – Historiador / Carlos César Almendra – Fundação Santo André (SP) / Carlos Zacarias de Sena Júnior – Universidade Estadual da Bahia / Ciro Flamarion Cardoso – Universidade Federal Fluminense / Claudinei Coletti – Sociólogo / Clóvis Moura – *in memoriam* / Cristiano Ferraz – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia / Danilo Martuscelli – Cientista político / Diorge Konrad – Universidade Federal de Santa Maria (RS) / Edgard Carone – *in memoriam* / Edilson Gracioli – Universidade Federal de Uberlândia / Emir Sader – Universidade de São Paulo / Emmanuel Appel – Universidade Federal do Paraná / Eurelino Coelho – Universidade Estadual de Feira de Santana (BA) / Ester Vaisman – Universidade Federal de Minas Gerais / Fernando Ferrone – Cientista Político / Fernando Novais – Universidade Estadual de Campinas / Fernando Ponte de Souza – Universidade Federal de Santa Catarina / Flávio de Castro – Cientista Político / Florestan

Fernandes – *in memoriam* / Francis Guimarães Nogueira – Unioeste (PR) / Francisco Hardman – Universidade Estadual de Campinas / Francisco Farias – Universidade Federal do Piauí / Francisco Teixeira – Universidade Estadual do Ceará / Gilberto Luis Alves – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul / Gonzalo Rojas – Universidade Federal de Campina Grande, PB / Hector Saint-Pierre – Universidade Estadual Paulista / Henrique Amorim – Sociólogo / Hermenegildo Bastos – Universidade Nacional de Brasília / Iná Camargo – Universidade de São Paulo / Isaac Akcelrud – *in memoriam* / Jacob Gorender – Historiador / João Francisco Tidei de Lima – Universidade Estadual Paulista / João Roberto Martins Filho – Universidade Federal de São Carlos / Jorge Miglioli – Universidade Estadual de Campinas / José Carlos Ruy – Jornalista / José Corrêa Leite – Jornalista / José Claudinei Lombardi – Universidade Estadual de Campinas / José Roberto Cabrera – Cientista Político / José Roberto Zan – Universidade Estadual de Campinas / Leda Maria de Oliveira Rodrigues – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / Lígia Maria Osório – Universidade Estadual de Campinas / Luziano Mendes de Lima – Universidade Estadual de Alagoas / Marcelo Ridenti – Universidade Estadual de Campinas / Marco Antonio dos Santos, Centro Cultural Antonio Carlos Carvalho, RJ / Marcos Del Roio – Universidade Estadual Paulista / Maria Elisa Cevasco – Universidade de São Paulo / Mário José de Lima – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / Maria Luiza Frizon – Unioeste (PR) /

Marli Vianna – Universidade Salgado de Oliveira (RJ) / Mauro Iasi – Faculdade de Direito de São Bernardo / Maurício Tragtenberg – *in memoriam* / Mauro C. B. de Moura – Universidade Federal da Bahia / Muniz Ferreira – Universidade Federal da Bahia / Nelson Prado Alves Pinto – Universidade Estadual de Campinas / Nelson Werneck Sodré – *in memoriam* / Osvaldo Coggiola – Universidade de São Paulo / Paula Marcelino – Universidade Federal da Bahia / Paulo Cunha – Universidade Estadual Paulista / Paulo Denisar Fraga – Universidade Regional do Noroeste (Unijui, RS) / Paulo H. Martinez – Universidade Estadual Paulista / Pedro Leão Costa Neto – Universidade Tuiuti, PR /

Pedro Paulo Funari – Universidade Estadual de Campinas / Regina Maneschy – Socióloga / Reinaldo Carcanholo – Universidade Federal do Espírito Santo / Renato Perissinotto – Universidade Federal do Paraná / Sandra Zarpelon – Cientista Política / Sérgio Braga – Universidade Federal do Paraná / Sérgio Prieb – Universidade Federal de Santa Maria (RS) / Silvio Costa – Universidade Católica de Goiás / Silvio Frank Alem – *in memoriam* / Tamy Pogrebinschi – Universidade do Estado do Rio de Janeiro / Tânia Pellegrini – Universidade Federal de São Carlos / Valério Arcary – Historiador / Wolfgang Leo Maar – Universidade Federal de São Carlos

## Colaboradores internacionais

Alfredo Saad Filho – Inglaterra / Ângelo Novo – Portugal / Atílio Borón – Argentina / Domenico Losurdo – Itália / Ellen Wood – Canadá / Fredric Jameson – Estados Unidos / Gérard Duménil – França / Guido Oldrini – Itália / Guillermo Foladori – Uruguai / István Mészáros – Inglaterra / Jacques Bidet – França / James Green – Estados Unidos / James Petras – Estados Unidos / Joachim Hirsch – Alemanha / Marco Vanzulli – Itália / Maria Turchetto – Itália / Michael Löwy – França / Michel Ralle – França / Nicolas Tertulian – França / René Mouriaux – França / Ronald Chilcote – Estados Unidos / Serge Wolikow – França / Victor Wallis – Estados Unidos / Vittorio Morfino – Itália

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

REVISTA *CRÍTICA MARXISTA*

Armando Boito Jr.  
Cemarx, IFCH, Unicamp  
Caixa Postal 6110  
13083-770 Campinas, SP

Endereço na Internet:  
[www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista](http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista)

# Sumário

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	9
---------------------------	---

## ARTIGOS

Para a análise marxista da crise .....	11
<i>João Quartim de Moraes</i>	

Conselhismo e democracia.....	15
<i>Luciano Cavini Martorano</i>	

Ecosocialismo e planejamento democrático.....	35
<i>Michael Löwy</i>	

A institucionalidade financeira .....	51
<i>Nelson Prado Alves Pinto</i>	

Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas .....	81
<i>Francisco Pereira de Farias</i>	

Difusão e recepção dos <i>Grundrisse</i> no mundo. Uma contribuição para a história do marxismo .....	99
<i>Marcello Musto</i>	

Três poemas portugueses e um impasse .....	109
<i>Hermenegildo Bastos</i>	

## DEBATE

Um novo salariado? Debate em torno do livro de Jean Lojkin.....	127
<i>Gérard Duménil, Michel Vakaloulis e Jean Lojkin</i>	

## COMENTÁRIOS

Notas sobre uma polêmica na definição marxista do proletariado .....	143
<i>Sávio Cavalcante</i>	

O cinema como força de ativação: <i>Cabra marcado pra morrer</i> e o legado de nossa tragédia .....	153
<i>Rafael Litvín Villas Bôas</i>	

## RESENHAS

Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo. [Sérgio Lessa] .....	163
<i>Adriano Nascimento</i>	

O encontro da revolução com a História – socialismo como projeto na tradição. [Valério Arcary].....	167
<i>Marcelo Ridenti</i>	

Lenin e a revolução. [Jean Salem].....	171
<i>Caio N. de Toledo</i>	

Gyorg Lukács, <i>socialismo e democratização</i> – escritos políticos 1956 -1971. [José Paulo Netto e Carlos Nelson Coutinho (Orgs.)] .....	175
<i>Ester Vaisman</i>	

Dicionário Crítico Nelson Werneck Sodré. [Marcos Silva (Org.)] .....	179
<i>Augusto Buonicore</i>	

Evidências do real. [Susan Willis] .....	183
<i>Daniel Puglia</i>	

Capitalismo contemporâneo e a nova luta pelo socialismo. [Adalberto Monteiro (Org.)] .....	187
<i>José Roberto Cabrera</i>	

Marx, Gramsci e o conhecimento: ruptura ou continuidade? [Marcos Francisco Martins].....	191
<i>Luís Antonio Groppo</i>	

Despropósitos: estudos de ficção brasileira contemporânea. [Tânia Pellegrini] .....	195
<i>Hermenegildo José Bastos</i>	

<b>RESUMOS/ABSTRACTS</b> .....	199
--------------------------------	-----

<b>NORMAS PARA COLABORAÇÕES</b> .....	203
---------------------------------------	-----

<b>CHAMADA DE TRABALHOS</b> .....	206
-----------------------------------	-----



Com a publicação deste número 28, *CRÍTICA MARXISTA* completa quinze anos de existência. Trata-se de uma das publicações marxistas mais longevas nos meios editoriais de esquerda no Brasil. É um fato, pois, a se comemorar, tendo em vista as conhecidas dificuldades enfrentadas pela esquerda para romper as barreiras – ideológicas e econômicas – impostas pelo mercado editorial. No momento de sua fundação, o neoliberalismo encontrava-se em pleno vigor e a teoria marxista – como lembra o Manifesto publicado no nº 1 da revista – era intensamente combatida, dentro e fora da universidade. Quinze anos depois, o cenário mudou: o modelo capitalista neoliberal se encontra em crise e o marxismo não apenas resiste como se encontra revigorado, após ter passado por um importante movimento de renovação teórica, com o qual acreditamos ter contribuído.

A atual crise econômica constitui um momento privilegiado para a continuidade desse movimento de renovação, propiciando o combate teórico e político ao capitalismo. A teoria marxista oferece um instrumental imprescindível para a interpretação da crise, mas esse trabalho ainda está por ser feito. No presente número publicamos “Pensar a crise”, breve artigo elaborado por um colega da editoria para iniciar esta empreitada. Que essa iniciativa estimule os leitores e os colaboradores da revista a desenvolverem outras reflexões sobre o tema.

Outra questão que mobilizou a redação de *CRÍTICA MARXISTA* nos últimos meses foi o massacre perpetrado pelo Estado de Israel contra o povo palestino na Faixa de Gaza. Diante disso, o Comitê Editorial de *CM* tomou a iniciativa de elaborar uma nota de “Repúdio e Solidariedade” subscrita por 44 revistas nacionais e internacionais, cujo teor está a seguir.

Por fim, aproveitamos para divulgar o 6º Colóquio Internacional Marx e Engels, organizado pelo Centro de Estudos Marxistas da Unicamp ([www.ifch.unicamp.br/cemarx/](http://www.ifch.unicamp.br/cemarx/)), evento que conta com a participação dos editores e colaboradores da revista. A chamada de trabalhos pode ser consultada ao final deste número.

### **Repúdio e Solidariedade**

Os editores das revistas abaixo relacionadas manifestam publicamente seu mais firme e veemente repúdio à operação de extermínio desencadeada pelo Estado de Israel contra o povo palestino na Faixa de Gaza. Inegável é reconhecer que a política genocida de Israel contra os palestinos é beneficiária do apoio direto do imperialismo norte-americano e demais potências imperialistas. Entendemos que a possibilidade de uma paz duradoura no Oriente Médio impõe que o governo dos Estados Unidos e as demais potências imperialistas cessem sua política intervencionista na região e que a legítima reivindicação histórica de criação do Estado livre e independente da Palestina se transforme em concreta e imediata realidade.

Diante das atrocidades nas últimas semanas na Faixa de Gaza, os editores das publicações signatárias manifestam sua mais viva e irrestrita solidariedade à heróica resistência do povo palestino.

# Para a análise marxista da crise

*In God we trust.  
The rest pay cash.*

JOÃO QUARTIM DE MORAES\*

Não seríamos sinceros se disséssemos que dos meios privados de comunicação social ou dos economistas do capital esperávamos explicações de fundo sobre a bancarrota de Wall Street. Pagos, em geral, para defender a ordem do capital e jogar poeira nos olhos do leitor ou ouvinte ingênuo, eles no melhor dos casos enfatizam fatores óbvios (desregulamentação dos mercados, operações de alto risco, gestão temerária etc.), omitindo que o fator mais evidente desse colapso descomunal é o “paradigma neoliberal”, que em sua estulta e míope euforia os ideólogos da contra-revolução capitalista de 1989-1991 erigiram em “fim da história”. Alguns, excedendo-se em zelo, vislumbram na alta do dólar na periferia do sistema imperialista a prova de que o “colosso do Norte”, como dizem carinhosamente, continua impávido. Outros, mais insolentes, continuam emitindo conselhos para o mundo, como se nada tivessem a ver com o desastre do sistema econômico de que são serviçais.

Ao desabar, os centros financeiros do imperialismo estadunidense expõem suas imensas cloacas, em que chafurdaram megaladrões (que os “poodles” mediáticos chamam “megainvestidores” ou “gestores de fundos”), como mister Bernard Madoff, que desviou em benefício próprio entre 50 e 100 bilhões de dólares. No Brasil, os primeiros efeitos perversos do “estouro da bolha imobiliária” envolveram cinco grandes trustes. Três deles, Aracruz, Sadia e Votorantim, foram pegos com a mão na cumbuca da jogatina financeira.<sup>1</sup> Os donos dos outros dois trustes

\* Professor de Filosofia da Unicamp.

1 O dono do truste Votorantim é o milionário A. Ermírio de Moraes, cuja arrogante suficiência costuma importunar nossa paciência com acacias lições de moral à nação, amplamente difundidas, muitas

(ambos subtraídos ao Estado brasileiro pelos vendilhões do patrimônio industrial nacional), o milionário Steinbruch, que se apoderou do complexo siderúrgico de Volta Redonda, e o patrão de choque Roger Agnelli, testa-de-ferro da Vale do Rio Doce, procederam a demissões em massa, fazendo os operários brasileiros pagar a crise provocada pelos financistas estadunidenses. Agnelli foi mais longe. Aproveitando o tumulto econômico, exerceu as pressões que pôde na tentativa de mudar a legislação para confiscar (“flexibilizar”, no léxico neoliberal) direitos trabalhistas.

O que o marxismo nos oferece para explicar a catástrofe financeira de 2008, comparável à de 1929? Antes de mais nada, a descoberta decisiva de que as crises estão inscritas nas próprias condições objetivas da reprodução ampliada das relações capitalistas. Suas manifestações mais simples, analisadas no Livro II de *O capital*, correspondem ou a descompassos na reposição dos meios de produção ou à superacumulação de mercadorias. Mas justamente por serem historicamente condicionadas, as crises assumiram maiores proporções com o desenvolvimento da grande indústria e a importância crescente do sistema de crédito. À medida que o comando do capital-dinheiro (D) foi sendo transferido em escala crescente para os banqueiros, ampliou-se a esfera de investimento do capital portador de juro (D-D', com  $D' > D$ ), mas ampliaram-se também, nas mesmas proporções, os efeitos das crises bancárias.

Na quinta parte do Livro III de *O capital* (capítulos 21 a 33), em que analisa (a) a divisão do lucro em juro e lucro de empresa e (b) o capital portador de juro, Marx aponta na fórmula D-D', dinheiro produzindo dinheiro, valor valorizando a si próprio, a expressão mais exterior, mais fetichizada, das relações capitalistas. O juro, que objetivamente é uma parte da mais-valia extorquida ao operário no processo produtivo (P): D-P-D', se apresenta como fruto direto do capital-dinheiro, que teria a capacidade misteriosa de frutificar seu próprio valor, independentemente da reprodução. Essa forma mais brutal da mistificação capitalista oculta a fonte da qual o juro bombeia a riqueza: a divisão da mais-valia em juros, que remuneram os proprietários do capital financeiro, e em lucro de empresa, que remunera o capital produtivo.<sup>2</sup>

---

vezes em “matérias de capa” por jornais, revistas e magazines especialistas em bajulação. Algumas das admoestações recorrentes do “mais importante empresário do país” (cf. a capa de *IstoÉ Dinheiro*, n.480, 29 nov. 2006), por exemplo, “Falta seriedade!” ou “Deixem a indústria trabalhar”, prestam-se, à luz turva da crise, a edificantes ironias: “Falta seriedade à Votorantim”; “Deixem a indústria trabalhar e os padrões especular”.

- 2 Marx estudou esse complexo de processos no Livro III de *O capital* e nas *Teorias sobre a mais-valia*. Numa de suas mais notáveis análises da forma mistificada D-D', observa que no conceito de capital “permanece ainda a lembrança do que ele foi no passado, embora por causa da diferença existente entre lucro e mais-valia, por causa da uniformidade do lucro de todos os capitais – a taxa geral de lucro –, o capital já esteja muito obscurecido e se torna... um mistério. No capital portador de juros esse fetichismo automático se completa: é o valor que se valoriza ele próprio, o dinheiro que fabrica dinheiro e, sob essa forma, ele já não mais mostra a menor cicatriz que revele seu nascimento. A relação social atingiu sua forma perfeita de relação da coisa (dinheiro, mercadoria) a ela mesma”. Cf. *Théories plus value*, tomo III. Paris: Éditions Sociales, 1978, p.537-8.

Quando a concentração da produção encontrou sua forma jurídica adequada nas sociedades por ações, consolidou-se a separação entre a propriedade do capital e o comando do processo produtivo, transformado em administração de capital alheio. A possibilidade de negociar ações nas Bolsas, ao lado dos demais papéis em circulação (obrigações, títulos do Estado etc.) aprofundou essa separação, que no início do século XX já havia assumido as dimensões assinaladas por Lenin:

O imperialismo é uma imensa acumulação de capital-dinheiro num pequeno número de países ... Daí o extraordinário desenvolvimento da classe ou, mais exatamente, da camada dos que vivem de rendas financeiras (*rentiers*) ..., totalmente alheios à participação numa empresa qualquer e cuja profissão é a ociosidade. A exportação de capitais, uma das bases econômicas essenciais do imperialismo ... confere uma chancela de parasitismo ao conjunto do país vivendo da exploração do trabalho de alguns países e colônias d'além-mar.<sup>3</sup>

A expansão do parasitismo financeiro foi contida, por um longo período, pela correlação internacional de forças instaurada pela revolução socialista de outubro 1917 e mais ainda pelo equilíbrio político-estratégico resultante da vitória soviética sobre o nazismo, que permitiu à classe operária dos Estados capitalistas conquistar os direitos sociais consubstanciados no chamado “Welfare State”. Essas conquistas foram, entretanto, postas em questão, no centro hegemônico do capitalismo internacional, pela reação ultraliberal, a partir de 1979 (Margaret Thatcher na Inglaterra) e de 1980 (Ronald Reagan na sede do imperialismo), que promoveu o retrocesso à situação social da “Belle Époque”. A derrocada soviética de 1989-1991 facilitou a destruição do “Welfare State” e a “desregulamentação” generalizada dos movimentos do capital especulativo<sup>4</sup> abriu caminho para a funesta proliferação de títulos cada vez mais fictícios nas mãos dos morcegos hematófagos sedentos para sugar seu quinhão de juros na massa da mais-valia.

Exatamente porque todas as crises estão direta ou indiretamente ligadas à produção da riqueza social, é tautológica a afirmação, reiterada por certos marxistas mais apegados à letra do que ao espírito da teoria, de que a causa das crises está sempre na esfera produtiva. Com certeza, as hipotecas podres, a especulação desenfreada, as “alavancagens” mirabolantes são epifenômenos da crise de superacumulação crônica do capital. Mas o método marxista consiste em explicar os

3 Lenin. *Oeuvres*. Paris-Moscú, tomo 22, p.298. No capítulo VIII de *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*: “O parasitismo e a putrefação do capitalismo”.

4 Vale notar que a primeira grande “desregulamentação” remonta à ruptura dos acordos de Bretton Woods, no início dos anos 1970, que levou os países capitalistas dominantes a adotar o regime de câmbio flutuante. A principal consequência foi a busca de instrumentos financeiros suscetíveis de contrabalançar mudanças na taxa de câmbio e em outras variáveis afetando o cálculo de rentabilidade do “big business”. Daí o surgimento dos “derivativos financeiros”: instrumentos de negociação para liquidação futura cujos preços são determinados em relação a ativos financeiros (geralmente negociados no mercado à vista), ditos ativos subjacentes, dos quais eles “derivam”.

fenômenos e não em desconsiderá-los. O potencialmente pujante desenvolvimento das forças produtivas já estava freado pelos limites que as relações capitalistas impõem à reprodução ampliada do processo produtivo. As novas prestidigitações para contornar esses limites, fazendo dinheiro gerar dinheiro, configuraram uma desenfreada fuga para a frente, que estirou as cordas da lucratividade até a bancarrota financeira detonada pela falência do banco Lehman Brothers. A crise internacional do crédito, que repercutiu imediatamente na esfera da produção, foi uma consequência da orgia financeira neoliberal.

O apelo aos fundos públicos para limitar os efeitos da grande bancarrota nos põe diante das questões decisivas sobre o novo curso do capitalismo internacional. Sem dúvida, Bush e consortes só violaram seu fundamentalismo mercadológico porque foram forçados pelos fatos. Mas ao pretenderem salvar o mercado negando as leis do mercado, demonstraram na prática que, contrariamente ao credo do catecismo neoliberal, o movimento do capital não tende à auto-regulação, e sim à crise e ao bloqueio das forças produtivas. Pouco serve arriscar palpites sobre as possibilidades objetivas de reativação do neoliberalismo, mesmo porque o volume do passivo dos bancos e de outras instituições financeiras pode ser muito superior ao trilhão de dólares já reconhecidos no início de 2009. Opinamos apenas que muito dificilmente o capitalismo financeiro estadunidense recuperará sua até então incontestável predominância. Abre-se, pois, um período de lutas multiformes e de alto risco para a humanidade, pois elas se travarão sob o horizonte sombrio das guerras imperialistas de recolonização do planeta, cada vez mais terríveis, a julgar pelas atrocidades do facho-sionismo no genocídio do povo de Gaza.\*

---

\* Artigo entregue para publicação em 12 de janeiro de 2009, no momento em que estava em curso a operação de extermínio desencadeada, a partir do fim de dezembro de 2008, pelo Estado de Israel, contra o povo palestino na Faixa de Gaza.

# Conselhismo e democracia\*

LUCIANO CAVINI MARTORANO\*\*

É um fato em geral aceito que o marxismo não dispõe de uma teoria da democracia – teoria entendida como um “conjunto significativo pertinente”, como um “conjunto explicativo coerente” ou ainda como um “conjunto hipotético testável” –, embora ofereça alguns elementos importantes para a formulação de seu conceito. Isto é, o material encontrado na bibliografia marxista ainda não forma um conjunto coerente capaz de abranger as inúmeras questões englobadas pelo tema democracia, como representação política, exercício e controle do poder, sistema partidário, institucionalidade, que permita uma explicação teórica satisfatória sobre ele. Tampouco permite o teste por *infirmiação* de suas hipóteses. Em outros termos, a análise marxista da democracia ainda não atingiu um grau suficiente de “formalização”: “Uma teoria é formalizada quando os elementos que a caracterizam podem ser descritos por meio de regras estritas e suficientes para especificar sua natureza própria”.<sup>1</sup>

Tal ausência, de algum modo, exerceu influência sobre o reconhecido fenômeno do déficit democrático nas primeiras tentativas de transição socialista do século XX – especialmente em se tratando de movimentos que buscavam apoiar

---

\* Este artigo é uma versão modificada de palestra apresentada no V Colóquio Internacional Marx-Engels, organizado pelo Cemarx/Unicamp em novembro de 2007; faz parte do capítulo 1 da Tese de Doutorado Conselhos e Democracia: em busca da socialização e da participação, defendida no IUPERJ/RJ.

\*\* Doutor em Ciência Política; lucmartorano@yahoo.com.br

1 Paul de Bruynne et al. *Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

sua ação política orientados pela asserção de Lenin, “sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário”, ainda que acreditassem estar amparados por uma teoria da democracia socialista. No entanto, na sua falta, o melhor dos esforços por sua realização deparava com um número sempre maior de obstáculos, muitas vezes incompreendidos ou subestimados. Para se mencionar apenas o principal exemplo, o da antiga União Soviética, o processo de esvaziamento político dos Sovietes (conselhos no idioma russo), considerados os órgãos da nova democracia, começa logo no início da década de 1920. Em grande parte suscitado pela fusão do partido bolchevique com o Estado soviético, esse processo irá se expressar, cada vez mais, na diminuição da ação política dos trabalhadores da cidade e do campo, que se reduz às periódicas e formais manifestações eleitorais, com base na lista de candidato único; na redução do controle dos trabalhadores sobre os funcionários e os representantes políticos, o que leva ao aumento da burocracia partidária, assim como da burocracia estatal e do aparelho econômico, com a autonomização de seus organismos; e na separação crescente entre os órgãos legislativos e os executivos.

Se democracia é o regime no qual a classe dominante consegue influenciar efetivamente o processo decisório estatal, dividindo o poder de decisão com os funcionários de Estado, nos termos definidos por Nicos Poulantzas,<sup>2</sup> essa ação se dá, segundo Décio Saes,<sup>3</sup> pela existência de um órgão próprio de representação (parlamento, assembléia ou conselho) que intervenha *de fato* na determinação da política estatal; e se há uma relação entre os organismos políticos e a estrutura de determinado modo de produção, mais especificamente a de sua articulação com o conteúdo e a forma de relações econômicas e sociais históricas específicas,<sup>4</sup> pode-se tentar sistematizar os elementos substanciais apresentados por alguns dos principais autores marxistas que abordaram a questão do papel dos conselhos na democracia socialista, tendo em vista sua maior formalização teórica. O objetivo deste artigo é oferecer uma primeira aproximação nesse sentido.

2 Consultar Nicos Poulantzas. *Poder político y clases sociales en el estado capitalista*. México: Siglo Veintiuno Editores, 4.ed., 1972.

3 Décio Saes. *Democracia*. São Paulo: Ática, 1987.

4 Essa problemática é levantada por Umberto Cerroni, quando, ao analisar o Estado moderno e remetendo-se a Marx, destaca a necessidade de uma análise da “recíproca implicação entre as formas políticas e [as] relações econômico-sociais” já qualificando a natureza de sua relação no capitalismo (*Teoria política e socialismo*. Lisboa: Publicações Europa/América, 1980, p.72-3). Ela se encontra também na obra de C. B. Macpherson, para quem diferentes “modelos” de democracia “são congruentes com diferentes espécies de sociedade e exigem mesmo diferentes tipos de sociedade”, embora analise apenas os “modelos” de democracia liberal (*A democracia liberal – origens e evolução*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p.13). Para este autor, a relação – considerada “decisiva” (ibidem, p.16) entre as instituições e a estrutura da sociedade, entre a democracia e as classes sociais – explica a natureza funcional do regime político para a manutenção da coesão social. Assim, por exemplo, uma sociedade desigual se reproduziria apoiada em um regime que reservasse a disputa política apenas para uma elite, mantendo a maioria social em estado de apatia política. Já uma sociedade mais igualitária exigiria um regime mais participativo.



Esclarecemos que o estudo do conselhismo engloba não apenas os autores apresentados de forma restritiva como integrantes dos “grupos comunistas de conselhos” – isto é, Karl Korsch, Anton Pannekoek, Herman Gorter etc., conforme a posição defendida por Paul Mattick.<sup>5</sup> Se assim o fizéssemos estaríamos excluindo da pesquisa autores como Lenin, Leon Trotsky e mesmo Antonio Gramsci, entre outros. Para nós, os “conselhistas” são todos aqueles que pensaram a questão dos conselhos operários em sua relação com o partido socialista e com o Estado operário, e não exclusivamente os que consideravam esses novos organismos expressão automática da democracia direta e da superação dos partidos, como é o caso de alguns dos marxistas analisados por Paul Mattick.

O ponto de partida para a discussão sobre a nova democracia é a obra de Marx dedicada à Comuna de Paris. Em *A guerra civil na França*, ele sugere a necessidade de se superar o burocratismo típico do Estado burguês como condição indispensável para a instauração de um controle popular sobre a burocracia (mediante eleição de funcionários, revogabilidade de representantes, mandato imperativo e pagamento de um salário equivalente ao do operário), com o objetivo de se estabelecer uma nova relação entre os trabalhadores e seus representantes administrativos e políticos. Além disso, Marx indica a importância da fusão da atividade legislativa com a executiva em um só organismo. Ao apresentar o que considera “seu verdadeiro segredo”, Marx destaca: “a Comuna era, essencialmente, um governo da classe operária, fruto da luta da classe produtora contra a classe exploradora, a forma política afinal descoberta sob a qual se poderia levar a cabo a emancipação econômica do trabalho”.<sup>6</sup> Ao sublinhar a importância das medidas adotadas pela Comuna em seus poucos dias de existência, ele afirma também que eram a expressão de “um governo do povo pelo povo”.<sup>7</sup> Notemos aqui, de passagem, a diferença entre a primeira afirmação – “governo da classe operária” – e a segunda – “governo do povo pelo povo” –, já que ambas não são sinônimos, especialmente para o próprio marxismo. Mas o que mais nos interessa agora é acentuar a relação estabelecida por Marx entre uma determinada *forma política* que seja adequada à luta pelo fim da exploração capitalista. Em outros termos, nem toda forma política pode ser compatível com a luta pelo socialismo e sua construção, o que é fundamental para a compreensão da necessidade de se substituir o parlamento tradicional do Estado burguês pelos conselhos operários. E se a Comuna assim se configurou para Marx isso se deve ao fato de esta ter agido como um “autogoverno dos produtores” – como aparece na edição alemã: “*Selbstregierung der Produzenten*”,<sup>8</sup> semelhante à versão inglesa – “*self-government*

5 Paul Mattick. *Integração capitalista e ruptura operária*. SL, A Regra do Jogo, 1977.

6 Karl Marx e Friedrich Engels. *Obras Escogidas*. Moscou: Editorial Progreso, SD, p.301. A tradução das edições estrangeiras é nossa.

7 Ibidem, p.305.

8 Marx Engels. *Gesamtausgabe, MEGA*. Tomo I, v.22. Berlim: Dietz Verlag, 1978, p.202.

*of the producers*”<sup>9</sup> –, mas diferente tanto da versão francesa – “*gouvernement des producteurs par les producteurs*”<sup>10</sup> –, e da espanhola – “*Gobierno de los productores por los productores*”<sup>11</sup>. É de registrar ainda que, nessa obra, Marx não faz nenhuma referência ao papel dos partidos na experiência da Comuna, e sugere uma aplicação do sufrágio universal implicando maior poder para os eleitores.

Com base na experiência da Revolução Russa de outubro de 1917, e apoiado na análise marxiana da Comuna de Paris, Lenin vê nos Sovietes os órgãos constitutivos da nova democracia, procurando mostrar da seguinte maneira sua radical novidade: 1) eles formariam um exército de operários e de camponeses, em substituição ao exército tradicional, separado da população trabalhadora; 2) garantiriam uma “estreita e indissolúvel” ligação com as massas, impedindo a autonomização do aparelho estatal; 3) seriam mais democráticos que os organismos anteriores por permitir a eleição e a revogabilidade de seus integrantes; 4) facilitariam uma “sólida ligação entre as profissões mais diversas”; 5) seriam ainda uma “forma de organização da *vanguarda*” permitindo a esta “educar, instruir e levar atrás de si *toda a gigantesca massa*” popular (Desde logo, registre-se o enorme problema relacionado com o duplo papel atribuído aos Sovietes, em sua condição *simultânea* de organizações de “massa” e de vanguarda. Ou seja, aqui Lenin atribui aos Sovietes um papel normalmente reservado ao partido revolucionário socialista ao longo de sua própria obra.); 6) por último, reuniriam as “vantagens do parlamentarismo com as vantagens da democracia imediata e direta”, ao fundir a atividade legislativa com a execução das leis.<sup>12</sup> Porém, pouco tempo depois, o próprio Lenin, levando em conta a nascente experiência soviética, constata que “os Sovietes, sendo por seu programa órgãos de administração exercida *pelos trabalhadores*”, “na prática” haviam-se tornado “órgãos de administração *para os trabalhadores*, exercida pelo setor avançado do proletariado, e não pelas massas trabalhadoras”.<sup>13</sup> Ou seja, o problema da relação entre vanguarda e “massa”, presente em sua formulação anterior, fora resolvido em favor da primeira, organizada no partido, e em prejuízo dos trabalhadores e dos Sovietes. Tal fato já antecipava uma relação potencialmente conflituosa existente entre partido e conselhos.

### Exercício e controle do poder

Em sua polêmica análise sobre *A Revolução Russa*, Rosa Luxemburgo, ao fazer a crítica de algumas concepções de Lenin e de Trotsky, sublinha que cabe ao proletariado, tendo conquistado o poder, “criar no lugar de uma democracia

9 Ibidem, p.140.

10 Ibidem, p.499.

11 Op. cit., s.d., p.299.

12 V. I. Lenin. *Acerca de la incorporación de las masas a la administración del Estado*. Moscou: Editorial Progreso, 1978, p.43-4.

13 Ibidem, p.171, itálicos no original.

burguesa, uma democracia socialista e não abolir toda a democracia”.<sup>14</sup> Essa democracia socialista não começaria somente “na terra prometida, uma vez construída a infra-estrutura econômica socialista”, mas já “com a demolição do domínio de classe e a construção do socialismo. Começa no momento mesmo da tomada do poder pelo partido socialista”. Para Rosa, a ditadura do proletariado, e não a de sua vanguarda ou a de seus representantes, “consiste no sistema de *aplicação da democracia*, e não em sua *abolição*”.<sup>15</sup>

Em obra anterior, polemizando com Eduard Bernstein, a revolucionária polonesa procura evidenciar a necessidade da democracia para a luta dos trabalhadores:

É [a democracia] necessária em primeiro lugar porque cria formas políticas (administração autônoma, direito eleitoral, etc.) que servirão de pontos de apoio ao proletariado em seu trabalho de transformação da sociedade burguesa. Em segundo lugar, é indispensável porque só por meio dela, na luta pela democracia, no exercício de seus direitos, pode o proletariado chegar à consciência de seus interesses de classe e suas tarefas históricas.<sup>16</sup>

Tais afirmações, tomadas ao pé da letra, poderiam até mesmo desautorizar a pretensão dos bolcheviques, ao final exitosa, de dirigir a luta dos trabalhadores russos pela conquista do poder político na Rússia czarista, onde a democracia burguesa ainda não existia, estando eles, portanto, sem condições de exercer os direitos democráticos. Para Rosa, a democracia seria “indispensável” para que os trabalhadores pudessem desenvolver sua consciência da possibilidade de conquista do poder político, tornando “essa perspectiva *necessária* tanto como *a única possível*”.<sup>17</sup> Desse modo, ela procurava também enfrentar o dilema posto ao movimento operário pela complexa relação entre reforma e revolução no que diz respeito à democracia. Mas, apesar de suas polêmicas com Lenin, eles estão de acordo sobre um ponto crucial: a necessidade de uma *ruptura* política de caráter estrutural, envolvendo a mudança de classe no poder, como condição indispensável para se implantar a nova democracia.

Tal perspectiva parece ser a predominante nos artigos de Antonio Gramsci dedicados aos conselhos de fábrica, nos quais destaca como “tarefa” do Estado socialista a garantia das “condições de desenvolvimento das instituições que as massas trabalhadoras criarão a fim de dirigir a produção segundo o seu próprio interesse, e de se governar directamente”.<sup>18</sup> Ao “Estado de transição” caberia ainda a “missão” de “suprimir a concorrência abolindo a propriedade privada, as classes,

14 Rosa Luxemburgo. *La revolución Rusa*. Bogotá: Editorial Controversia, 1973, p.68.

15 *Ibidem*.

16 *Idem*. *Reforma, revisionismo e oportunismo*. Rio de Janeiro/Lisboa: Civilização Brasileira/Centro do Livro Brasileiro, 1975, p.67.

17 *Ibidem*. Itálico da autora.

18 Antonio Gramsci. *Democracia operária*. Coimbra: Centelha, 1976, p.84.

as economias nacionais”.<sup>19</sup> Afirmamos predominante porque o teórico italiano considera que esse novo Estado “já existe potencialmente nas instituições de vida social, características da classe trabalhadora explorada”, mormente nos comitês de fábrica. Por isso, nas condições da crise de Turim em 1919, ele aponta como grande desafio a criação “desde já [de] uma verdadeira democracia operária”,<sup>20</sup> através de sua organização hierarquizada e centralizada mas que garantisse a autonomia dos conselhos.

No período de seus artigos para o jornal *Ordine Nuovo*, Gramsci acentua também que “o Estado socialista não pode encarnar-se nas instituições do Estado capitalista”.<sup>21</sup> Mas qual é o argumento de fundo que ele apresenta para sustentar a tese de que seria possível postular uma nova democracia baseada nos conselhos? Uma condição necessária para a instauração de um Estado socialista seria a transformação sociopolítica dos trabalhadores da condição de meros *assalariados* para a de *produtores*, processo que já estaria em curso na dinâmica reprodutiva do capitalismo, mas que para se efetivar inteiramente pressuporia a conquista de uma nova consciência por parte deles. Só então,

o operário é verdadeiramente um produtor, porque tomou consciência da sua função no novo processo produtivo, em todos os seus graus, desde a fábrica até à nação e depois ao mundo; então, ele sente que é a classe e torna-se comunista porque para ele a propriedade privada não é uma função da produtividade; e torna-se revolucionário porque concebe o capitalista, o proprietário privado como um peso morto, como um obstáculo que é necessário eliminar.<sup>22</sup>

Ou seja, novamente a consciência de classe surge como um atributo necessário para a solução da questão do chamado “sujeito histórico” da revolução e da construção do socialismo. Essa consciência faria que os trabalhadores compreendessem os limites da democracia capitalista e lutassem pela democracia socialista.

A nova democracia é vista por Gramsci, essencialmente, como a afirmação do poder operário na fábrica. Isso o leva a afirmar que esta é o lugar onde “a classe operária se funde num corpo orgânico determinado”, constituindo-se como “a célula de um novo Estado”, fazendo que o próprio Estado socialista pudesse surgir “em função de uma configuração produtiva”.<sup>23</sup> Revela também uma concepção que privilegia a economia em prejuízo da política, tal como demonstra sua outra afirmação, segundo a qual “o processo revolucionário é exercido no campo da produção, na fábrica”.<sup>24</sup>

19 Ibidem, p.23.

20 Ibidem, p.34.

21 Ibidem, p.23.

22 Antonio Gramsci e Antonio Bordiga. *Conselhos de fábrica*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.63.

23 Op. cit., 1976, p.32.

24 Op. cit., 1981, p.93.

Convém assinalar que a leitura de boa parte dos textos dedicados aos conselhos precisa levar em conta o nível de abstração em que se situa a análise do autor, evitando-se o risco de generalizações indevidas. Muitos dos trabalhos dos conselhistas têm manifesta preocupação tanto com a tática política a ser adotada pelo movimento socialista em determinada conjuntura quanto com sua estratégia visando à conquista do poder. Em outras palavras, suas formulações, muitas vezes, não podem ser abstraídas das conjunturas políticas nas quais foram formuladas, em especial quando eles próprios estavam diretamente envolvidos com o combate político imediato. Esse fato, por um lado, ajuda a entender a emergência de períodos históricos que se caracterizam pela ausência de obras dedicadas ao estudo dos conselhos, à medida que não estão colocados, por assim dizer, na “ordem do dia” da agenda política, o que acaba exercendo certa influência sobre a agenda da pesquisa teórica. Por outro, isso não quer dizer que o problema teórico dos conselhos, assim como a questão do socialismo, possa ser circunscrito à agenda política conjuntural. Isso faria que a própria teoria fosse reduzida à condição de uma simples análise instrumentalizada a serviço de interesses políticos imediatos. Além do que, como estamos buscando indicar, encontram-se na literatura conselhistas numerosos elementos que podem ser desenvolvidos teoricamente com vistas à construção de uma teoria da democracia socialista.

Feitas tais ressalvas, voltemos a um ponto presente nas formulações do jovem Gramsci: saber se de fato os conselhos de fábrica seriam “embriões” do futuro poder operário já presente no interior do capitalismo. Por ora, lembremos que, nessa época, Gramsci via o partido revolucionário como “um modelo do que será amanhã o Estado operário”, uma vez que conseguisse que “as massas operárias se reencontrem no seu domínio específico, a produção”.<sup>25</sup> Vale dizer, em um primeiro momento, que Gramsci caracteriza conselho e partido de forma bastante aproximada.

Para analisar tal questão, é importante acompanhar o debate travado entre ele e Amadeo Bordiga, do qual destacamos agora apenas alguns elementos relacionados com o objetivo deste artigo. Ao longo desse debate, Bordiga chegou a afirmar que “o conteúdo central do marxismo [é] a crítica da democracia”. Assim, a ditadura do proletariado não poderia ser conquistada “através da democracia, mas através de sua demolição”,<sup>26</sup> afirmação literalmente contrária à de Rosa Luxemburgo. Ao conceber a democracia de maneira restrita – como equivalente à mera aplicação do sufrágio segundo o princípio a cada cidadão, um voto – Bordiga entende democracia como sinônimo de democracia burguesa. Segundo ele, “ninguém se oporia ao uso do dilema: democracia burguesa ou democracia proletária, como equivalente perfeito daquele: democracia burguesa ou ditadura proletária”<sup>27</sup> – o

25 Op. cit., 1976, p.84.

26 Amadeo Bordiga. “Il Problema del Potere”. In: [www.marxists.org](http://www.marxists.org), 2000, p.4.

27 Amadeo Bordiga. “Il Principio Democrático”. In: [www.marxists.org](http://www.marxists.org), 1999, p.1.

que revela sua tendência a acentuar mais o aspecto repressivo tanto do Estado como do regime político e a negligenciar os efeitos ideológicos produzidos por eles, sobretudo quando são democráticos.<sup>28</sup>

Bordiga destaca ainda o significado decisivo para o Estado socialista da fusão das atividades executivas e legislativas em um só organismo: “O PODER DE ESTADO CONTINUA DE FATO NAS MÃOS DA BURGUESIA ATÉ QUANDO ESTEJAM DE PÉ AS INSTITUIÇÕES PARLAMENTARES E EXECUTIVAS DO ESTADO ATUAL”.<sup>29</sup> Dessa maneira, a exemplo de muitos outros marxistas, Bordiga identifica a divisão institucional entre poderes como elementos típicos do Estado e da democracia capitalistas. Como viria a revelar depois a experiência das tentativas de transição ao socialismo do século passado na antiga URSS, na China e em outros países, ao não conseguirem equacionar essa questão, sob o verniz do novo Estado que se proclamava socialista, a divisão institucional de poder característica do Estado anterior manteve-se, sendo oculta a existência de um poder inteiramente autônomo perante os trabalhadores.

O austríaco Otto Bauer fornece pistas sobre o que poderia ser considerado um sintético esboço geral dos diferentes estágios de um regime político socialista. Segundo ele, os trabalhadores até poderiam ascender ao poder político pelo sufrágio universal, mas o governo operário assim constituído enfrentaria, logo a seguir, a resistência da burguesia. Para enfrentá-la e vencê-la, a democracia operária – entendida como expressão do domínio de classe do proletariado, mas também como o resultado da vontade da maioria do povo –, “se transformaria” em uma ditadura do proletariado, obrigada a empregar meios ditatoriais contra a oposição burguesa.

Para ele, a ditadura do proletariado seria “uma democracia em uma situação revolucionária”, sob a pressão do proletariado armado. Ela seria diferente da democracia operária que se caracterizaria como “a dominação do proletariado sem prejuízo da liberdade de direitos de todos os cidadãos”.<sup>30</sup> Ou seja, passado o período de crise, a ditadura proletária daria lugar à democracia dos operários, que,

---

28 Em relação ao sufrágio universal, desenvolveu-se no interior do marxismo e do movimento socialista uma grande discussão, iniciada já com Marx, Engels e Bakunin, por exemplo, e que ressoa até os dias de hoje. Sem entrar no seu exame, gostaríamos no entanto de registrar um importante argumento que praticamente ficou ausente ao longo desse debate e que recentemente foi levantado por Joachim Hirsch: o princípio do sufrágio universal e igual dispõe de um fundamento real no capitalismo, materializado na existência dos proprietários de mercadorias, para não falar dos cidadãos. (Ver Joachim Hirsch, *Materialistische Staatstheorie*. Hamburgo: VSA Verlag, 2005, p.34). Ou seja, mesmo que se considerem as formulações da ciência política liberal sobre o sufrágio e os direitos democráticos como simples ideologia, os marxistas, caso queiram considerar o objeto em foco em toda a sua complexidade, não podem se omitir da análise de suas complexas relações com as condições reais existentes no modo de produção capitalista, sob pena de produzirem uma outra ideologia, apenas invertendo o seu sentido.

29 Op. cit., 1999, p.5. Maiúsculas no original.

30 Otto Bauer, “Demokratie und Bolschewismus”. In: *Austromarxismus*. Frankfurt a. M.: Europäische Verlagsanstalt, 1970, p.2136-7.

por sua vez, à medida que a oposição aos interesses de classe fosse desaparecendo, se desenvolveria até a democracia socialista. Ou então poderia surgir, a exemplo do que ocorrera na Rússia durante a Guerra Civil, uma “ditadura “totalitária” de um partido operário, sob a qual os Sovietes perderam poder em face de uma crescente burocracia. Isto é, para o teórico austríaco a ditadura do proletariado só seria necessária durante o período da crise revolucionária, se encerrando com esta. E mais ainda, Bauer chega a admitir a possibilidade de um “governo proletário” não apenas “proteger” como até mesmo “apoiar” a produção capitalista, o que criaria, como ele próprio admite, uma “contradição entre a posição de domínio político do proletariado e a posição de domínio econômico da classe capitalista”.<sup>31</sup> Porém, somos levados a reconhecer que um efetivo domínio político do proletariado não pode ficar restrito à esfera política, pressupondo não só a estatização dos meios de produção, como a revolucionarização das relações de produção e das forças produtivas.

Max Adler, outro influente teórico do “austromarxismo”, destacou que os famosos ideais da Revolução Francesa de igualdade, liberdade e fraternidade só poderiam alcançar um “conteúdo social” com a realização de uma verdadeira igualdade econômica. De tal sorte que a questão a ser enfrentada durante a transição seria a da passagem da democracia circunscrita à esfera política para uma ampla democracia social.

Adler assume a noção de “vontade geral” como a própria noção da democracia, reiterando um aspecto central da concepção de Rousseau. Porém a concretização da “vontade geral” só seria possível em uma sociedade onde não mais houvesse a oposição entre interesses vitais; do contrário, a exemplo do que ocorre na sociedade de classes, a democracia nunca poderá ser completa, mas somente parcial. Em seus termos, na sociedade de classes pode haver democracia política, mas não democracia social. Para ele, o mais importante é considerar a democracia em consonância com seu sentido etimológico: o “domínio de povo” ou mais exatamente, como a realização da “autodeterminação popular”,<sup>32</sup> sendo que esta democracia teria como pré-requisito a formação de um “povo unitário”, ou uma “unidade solidária do povo”. Sendo rigoroso, a democracia só poderia ser completa no comunismo, a sociedade sem classes, cabendo ao socialismo, como período de transição, a construção de várias das condições indispensáveis para seu advento futuro, como a eliminação da desigualdade econômica. Registre-se, desde já, que Adler, assim como vários outros autores, nem sempre estabelece uma clara distinção entre o socialismo e o comunismo, chegando mesmo a utilizar um como sinônimo do outro.

A exemplo de Lenin, e como Anton Pannekoek, ele tenta mostrar a necessidade de uma ditadura mesmo sob o domínio da maioria social, pois uma classe

31 Ibidem, p.2138.

32 Max Adler. *Die Staatsauffassung des Marxismus*. Köln: Marx Studien Verlag, 1974, p.122.

“não deixa de existir com a superação das condições econômicas que provocaram o seu surgimento e a sua existência”.<sup>33</sup> Sua vigência se estenderia até o fim das classes no comunismo, quando então estariam dadas as condições para a realização da verdadeira democracia.<sup>34</sup> Adler levanta ainda um ponto que já fazia parte do debate no interior do marxismo: o proletariado, visto por ele como o portador do “interesse geral”,<sup>35</sup> só poderia erigir seu Estado quando fosse a maioria numérica da população de um país.<sup>36</sup> Pensava, obviamente, nas economias capitalistas mais desenvolvidas. Além disso, segundo ele, a ditadura do proletariado seria apenas “*uma função da democracia política*”.<sup>37</sup> Ora, a primeira concepção interdita a possibilidade de se pensar o início da transição socialista antes da formação de um proletariado socialmente majoritário, e, em consequência, de se conceberem como socialistas as revoluções na Rússia em outubro de 1917, ou na China de 1949.

Em relação ao princípio da divisão de poderes, entre legislativo e executivo, tampouco Adler o aceita como a base da democracia, pois “o povo perderia uma parte essencial da sua verdadeira soberania se se contentasse apenas com a função legislativa e abdicasse da responsabilidade de escolher e controlar os funcionários do executivo e de designar os magistrados encarregados de julgar”.<sup>38</sup> Como resultado final, além da perda do poder popular, se teria a “esclerose final das autoridades administrativas, convertendo-as num mecanismo burocrático fortemente hierarquizado que esmaga de modo incessante a vontade legislativa com as limitações rigorosas duma burocracia cada dia mais autônoma”.<sup>39</sup> Não é difícil supor que Adler, ao fazer tais considerações, tinha em vista não apenas as experiências das democracias parlamentares da Europa ocidental no início do século passado, como também a então recente burocratização do Estado soviético. Como podemos ver, mais uma vez, a idéia de um efetivo poder popular aparece relacionada com a da fusão da atividade legislativa com a executiva e a judiciária.

O holandês Anton Pannekoek, em sua obra *Conselhos operários*, ao procurar desenvolver a noção de uma democracia de conselhos se pergunta sobre a pertinência desse substantivo para designá-la, “pois *cracia* indica um domínio pela força que, neste caso, não existe”. Além disso, a “organização em Conselhos é o único meio pelo qual a humanidade trabalhadora organiza suas atividades vitais

33 Ibidem, p.200.

34 Ponto no qual o teórico austríaco difere de Lenin que, em *O Estado e a revolução*, indicara que o fim das classes implicaria também o fim da democracia sob o argumento de que não haveria mais a necessidade da repressão de classe, subsistindo apenas “certos excessos *individuais*” que seriam coibidos pelo povo sem a necessidade do Estado.

35 Expressão contraditória porque Adler se refere a um suposto “interesse geral” pela transformação revolucionária (Ibidem, 1974, p.114-5), o que está longe de corresponder aos interesses de todas as classes e grupos sociais na sociedade capitalista.

36 Ibidem, p.251.

37 Ibidem, p.247, itálico no original.

38 Idem. *Conselhos operários e revolução*. Coimbra: Centelha, 1976, p.116.

39 Ibidem, p.117.



sem que tenha a necessidade de um governo para dirigi-la”.<sup>40</sup> Vale dizer, para ele a democracia conselhistas já é, *desde o início*, a expressão de uma democracia direta, a manifestação do autogoverno dos produtores diretos.

Em outro texto, “Bolschewismus und Demokratie”, Pannekoek entende a democracia como o “governo do povo”, mas um governo onde o próprio povo se autodirija e não venha a ser dirigido por nenhum outro grupo ou camada social. Uma vez que o “povo” esteja dividido em classes sociais, isso impediria a formação de uma “vontade própria” comum.<sup>41</sup> Uma democracia operária que pretenda representar os interesses dos trabalhadores só poderia existir para Pannekoek com a formação dos conselhos operários, construídos de baixo para cima e mantendo uma permanente ligação com a “massa”. A democracia de conselhos não poderia formar uma nova burocracia e funcionaria apoiando-se na atividade de delegados eleitos e removíveis a qualquer momento. Na sua principal obra, ele garante que “a organização em conselhos representa a mais elevada forma de democracia, a verdadeira democracia do trabalho”,<sup>42</sup> já que ela “assegura a subsistência de todos os produtores que colaboram na condição de donos livres e iguais de suas fontes de vida”.<sup>43</sup>

Atribui-se a Karl Korsch a formulação de uma *democracia industrial*, porém seria mais correto afirmar que ele fornece apenas indicações significativas para sua postulação. Nos limites deste artigo, destacamos brevemente que ela é entendida como a vigência de um sistema de conselhos sob o Estado operário. Esses conselhos, já no processo revolucionário de conquista do poder, seriam a forma direta da autodeterminação dos produtores diretos tendo como principal desafio a realização do controle da produção, considerado condição inicial necessária para uma posterior gestão operária do processo produtivo.

Mas por que precisamente uma democracia industrial? Porque, para Korsch, a luta decisiva é a travada pelo domínio da economia (ou da “organização do trabalho”), e não a disputa pelo controle do Estado. Korsch, em uma primeira aproximação de suas teses, estaria reafirmando assim a conhecida tese de Marx de que não pode haver um Estado operário sem que haja, correlatamente, a direção do proletariado sobre o processo de produção. Korsch admite que um sistema de conselhos de tipo puro esteja subordinado ao Estado socialista, apoiando-se na idéia de que “um sistema de conselhos econômicos controlado pelo Estado operário”<sup>44</sup> poderia atender às reivindicações operárias.

A questão seria então saber o que Korsch tem a dizer sobre esse Estado. Mesmo que os conselhos fossem os principais órgãos da democracia industrial, Korsch

40 Anton Pannekoek. *Los consejos obreros*. Bilbao: Zero, 1977, p.203.

41 Idem. “Bolchewismus und Demokratie”. SL, 1919, p.25.

42 Idem, 1977, p.203.

43 Ibidem, p.204.

44 Karl Korsch. *Auf dem Wege zur industriellen Demokratie*. Frankfurt a. M.: Europäische Verlagsanstalt, 1968, p.110.

aventou a possibilidade da restrição provisória dos direitos de participação dos operários na gestão econômica. Tal hipótese fora formulada por um autor como Nikolai Bukharin na obra *Teoría del periodo de transición*,<sup>45</sup> escrita durante o período do “comunismo de guerra” na nascente Rússia soviética. Ao admitir essa possibilidade teríamos, porém, um regime socialista de caráter ditatorial, implicando a inexistência dos conselhos como órgãos de representação dos trabalhadores e a monopolização do processo de tomada de decisões pela burocracia de Estado. Para nós, essa hipótese contraria a própria essência do regime político socialista como um regime necessariamente democrático.

Em suma, excetuando essa última hipótese, predomina na literatura a idéia de que o exercício e o controle do poder na democracia socialista guarda relação direta com a organização e o funcionamento dos conselhos operários, capazes de superar a anterior divisão institucional de poderes da democracia capitalista. E essa questão só pode ser corretamente analisada tendo em vista o quadro mais geral em que se insere a transição socialista, no qual, além da luta contra a antiga classe dominante e seus aliados, o proletariado enfrenta o desafio de controlar efetivamente a burocracia e de impedir a formação de uma nova burguesia de Estado, com base nas relações de produção capitalistas ainda não superadas com a estatização dos meios de produção.

### **Representação política: sistema único de conselhos ou sistema misto**

Em relação à representação política, na passagem do capitalismo ao comunismo um problema em particular se destaca: se o objetivo final é o fim do Estado, qual seria a relação entre o mecanismo da representação necessariamente presente no início da transição e a busca pelo autogoverno dos produtores diretos, que implica sua eliminação? Dito de outra maneira, trata-se de um problema a ser formulado nos termos de uma disjuntiva entre representação *ou* autogestão; ou, ao contrário, nos termos da possível combinação entre elementos da representação política e formas de exercício direto do poder pelos trabalhadores, a partir mesmo do começo da transição socialista?

Aqui, nos limitaremos a empreender uma primeira classificação indicando a existência de duas posições teóricas divergentes: a primeira postula a vigência de um *sistema puro de conselhos*, que tanto poderia conter mecanismos de representação política como, hipoteticamente, também poderia prescindir deles; a segunda formula a possibilidade de um *sistema misto*, com o funcionamento simultâneo dos conselhos e de uma assembléia nacional nos moldes do sistema parlamentar tradicional.

Pannekoek sustenta a necessidade de se construir o novo regime apoiando-se exclusivamente nos conselhos operários, com base na hipótese de que a cada

---

45 Nicolai Bukharin. *Teoría del periodo de transición*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 1974.

classe social corresponderia um “corpo representativo”.<sup>46</sup> No entanto, há em seu pensamento uma oscilação no que diz respeito à representação política. Em “Bolchewismus und Demokratie”, ele tendia a excluir qualquer modalidade de representação no interior dos conselhos, já que o autogoverno do povo seria uma condição necessária tão logo os trabalhadores triunfassem em sua revolução política contra a burguesia; assim como sua total autonomia política seria desde sempre um requisito da luta por sua emancipação. Já no artigo “Conselho Operário”,<sup>47</sup> ele passa a admitir alguma representação, desde que fosse controlada pelos representados. E, em *Conselhos operários*, argumenta que a luta operária só poderia ter êxito sob uma condição: a de que os trabalhadores “decidam tudo por si mesmos. Não podem delegar a decisão e a responsabilidade a um organismo ou sindicatos que se encarregariam disso”.<sup>48</sup> Dando o exemplo de um comitê de greve, ele assinala que “toda iniciativa e toda decisão emana dos próprios trabalhadores”, e mesmo perante a necessidade de tal organismo, “tudo é feito pelos grevistas”. Resumindo: “A decisão e a ação, ambas coletivas, não são mais que uma”.<sup>49</sup> No fim do livro, apresenta como condição essencial para o êxito do movimento socialista, além da unidade de ação dos trabalhadores, a exigência de que “eles mesmos conservem a direção de sua luta, nomeando a seus delegados, seus comitês de greve, criando seus conselhos operários, [mas] não permitindo que nenhum chefe os dirija”.<sup>50</sup>

Aqui é possível, com base nessas indicações de Pannekoek, tentar apontar uma diferenciação inicial entre uma noção de *representação*, na qual os representantes teriam maior poder de ação e de decisão, e outra de simples *delegação de funções*, em que os representados mantivessem um permanente controle sobre os primeiros. No caso de Pannekoek, a nosso ver, a dificuldade reside no fato de que, para ele, uma ação de greve parece equivaler à luta pela revolução socialista, não havendo nenhuma diferença de grau ou escala; além disso, ele subestima as diversas condições para a luta operária, sendo levado a minimizar as diferenças quantitativas e qualitativas implicadas no combate travado sob o Estado burguês ou sob o Estado socialista. Em outros termos, ele não se coloca a pergunta sobre quando seria possível uma inteira autonomia política e ideológica, não só de grupos isolados, incorporados sobretudo em organizações com orientações e programas políticos próprios, mas de boa parte dos trabalhadores, para não falar de sua maioria. Para dar apenas um exemplo de outra concepção, Bordiga considera impossível a emergência de uma soberania da “maioria do proletariado” no dia seguinte à vitória da revolução.<sup>51</sup>

46 Anton Pannekoek. Op. cit., 1977, p.79.

47 Idem. “Conselhos Operários”. In: Pannekoek et alli. *Conselhos operários*. Coimbra, Editora Centelha, 1975 [1936].

48 Idem, op. cit., 1977, p.104.

49 Idem.

50 Ibidem, p.379.

51 Antonio Gramsci e Amadeo Bordiga. *Conselhos de fábrica*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.7.

Já Karl Korsch, em sua própria definição de “autonomia industrial”, admite a representação política no interior do sistema conselhisto. Esta se expressa no seguinte fenômeno: “quem se encontra na posição de poder sobre o processo de produção são os representantes de todos os que participam ativamente na produção, no lugar do tradicional proprietário privado ou do diretor escolhido por ele”.<sup>52</sup> E, de forma explícita, ao formular suas idéias sobre a implantação da democracia industrial, reconhece que esta se daria pela combinação de formas de democracia indireta com as da democracia direta.

Max Adler, por sua vez, é um dos principais representantes da defesa de um sistema misto de representação no socialismo. Segundo ele, a ditadura do proletariado não pode ser entendida como a ditadura apenas dos operários manuais, “*mas sim como a de todo o povo trabalhador*”.<sup>53</sup> Mas isso, curiosamente, não impediria que em seu interior se manifeste uma “tendência muito clara para degenerar na ditadura de uma minoria contra a maioria do povo trabalhador”.<sup>54</sup> Em geral, boa parte dos críticos da ditadura do proletariado alerta para tal risco exatamente por esta subentender o domínio de uma minoria operária – os produtores diretos, estrito senso – sobre uma maioria de trabalhadores assalariados, no entanto, sem levar em conta, ou pelo menos negligenciando, a possibilidade de que essa minoria possa representar de fato os interesses da maioria social.

Porém, o núcleo do argumento de Adler não se encontra, digamos, em uma concepção ampliada do Estado socialista, e sim em uma noção, a nosso ver, restritiva dos conselhos operários. Para ele, os conselhos seriam os órgãos de representação *apenas* dos trabalhadores que tivessem convicções socialistas. A assembléia nacional teria, portanto, de continuar representando os interesses de outras classes e grupos sociais, e mesmo dos trabalhadores não comprometidos com o socialismo. Ele pondera que o peso principal estaria com o sistema de conselhos, apostando em uma contínua perda de influência política da assembléia nacional, que acabaria levando a seu esvaziamento. A proposição de Adler, em outras palavras, caracteriza a defesa de uma situação mais duradoura de *duplo poder*, presente não só durante a crise revolucionária como também ao longo de boa parte da transição – o que reforça ainda mais a singularidade de sua análise, já que boa parte dos autores marxistas admite uma situação de duplo poder circunscrita ao período da conquista do poder estatal pelos trabalhadores, ou, no máximo, encerrando-se logo após essa vitória. É importante ainda sublinhar um outro elemento de sua análise: a tese de que só poderia haver uma verdadeira representação popular sob a condição de existir um “povo homogêneo”. Ou seja, rigorosamente, apenas em uma sociedade sem classes e sem propriedade privada.

52 Karl Korsch. *Auf dem Wege zur industriellen Demokratie*. Frankfurt a. M.: Europäische Verlagsanstalt, 1968, p.34.

53 Max Adler. *Conselhos operários e revolução*. Coimbra: Centelha, 1976, p.38, itálico no original.

54 *Ibidem*, p.50.

Isso coloca outra dificuldade, a da admissão de alguma forma de representação política na sociedade comunista onde não haveria mais Estado.

Descartando-se a possibilidade de um duplo, e antagônico, sistema de representação no socialismo, o passo seguinte da investigação seria pensar em como se daria a articulação entre representação e autogestão com base na proposição de Ernest Mandel, segundo a qual o próprio funcionamento da autogestão se realizaria preservando determinadas formas de delegação de poder.<sup>55</sup> Isto é, o problema seria saber como os conselhos articulariam formas de democracia indireta com a direta, de modo que fizesse que o peso recaia continuamente sobre a segunda, e não o inverso – problema apenas indicado aqui.

### **O(s) partido(s)**

Além da diferença entre duas posições sobre o sistema partidário no socialismo – pluralismo ou partido único –,<sup>56</sup> existe outra clivagem no interior do debate conselhistas também relacionada com a questão partidária. Referimo-nos às formulações distintas envolvendo a relação entre o(s) partido(s) revolucionário(s) e os conselhos, apresentadas por alguns dos autores examinados. Essa nova divisão pode ser classificada da seguinte maneira:

- a) partido e conselho são organizações rivais, e o primeiro dá lugar ao segundo na transição socialista;
- b) partido(s) e conselhos podem trabalhar conjuntamente na construção do socialismo, mas a direção cabe sempre ao(s) partido(s) que subordina(m) os segundos; e
- c) partido e conselho atuam juntos, mas com base em uma divisão de tarefas entre ambos.

Os principais autores vinculados à primeira posição são Anton Pannekoek e Otto Rühle. Pannekoek afirma que “o partido revolucionário é uma contradição entre termos”,<sup>57</sup> dada a presença em seu interior de uma insanável divisão entre dirigentes e dirigidos que necessariamente culminaria com o exercício da dominação dos primeiros sobre os segundos, o que impossibilitaria a conquista de uma autêntica autonomia pelos trabalhadores. Para ele, a “meta” dos partidos revolucionários não seria a emancipação do proletariado, e sim a de “governá-lo”.<sup>58</sup> No artigo “A propósito do Partido Comunista”, o marxista holandês admite uma “função” apenas “temporária”<sup>59</sup> aos partidos, que consistiria em indicar o

55 Ernest Mandel (Org.). *Controle ouvrier, conseils ouvrier, autogestion*. Paris: François Maspero, 1970, p.35.

56 Sobre essa questão consultar Décio Saes, O lugar do pluralismo político na democracia socialista. *Crítica Marxista*, n.6, São Paulo: Xamã, 1998.

57 Anton Pannekoek. “Partido e Classe”. In: [www.marxists.org](http://www.marxists.org), 2001, p.2.

58 *Ibidem*, p.1.

59 *Idem*, “A propósito do partido comunista”. In: [www.marxists.org](http://www.marxists.org), 2003, p.6.

caminho a ser seguido. Porém, com a radicalização da luta de classes surgiria uma contradição, já que o “objetivo” do partido “não foi forjar uma classe operária poderosa, mas fortalecer as [suas] forças”.<sup>60</sup> Ou seja, a revolução e o socialismo só podem triunfar na presença de uma “classe revolucionária”,<sup>61</sup> composta pela grande maioria dos trabalhadores. Em sua obra dedicada aos conselhos, ele admite, porém, uma nova “função” a ser desempenhada pelas organizações partidárias no socialismo, “limitada à luta espiritual”, visando a “dar forma à opinião” dos trabalhadores para “organizá-la mediante intercâmbios e discussões”, fazendo “que as idéias nascentes adquiram formas concisas e se clarifiquem”.<sup>62</sup>

Também Otto Rühle, em artigo intitulado “A revolução não é tarefa de partido”,<sup>63</sup> critica a forma partido propondo sua substituição imediata pelos conselhos já antes da revolução, no curso da crise que a antecede. Em outro artigo, Rühle, ao tratar da concepção leninista de partido, sustenta que nele “os chefes são o cérebro das massas”, e essa “distinção entre o cérebro e o corpo, entre os intelectuais e as massas, os oficiais e os simples soldados corresponde à dualidade da sociedade de classe, à ordem social burguesa”.<sup>64</sup> Segundo ele, a concepção de partido de Lenin explicaria o ocaso dos Soviéticos desde o início da Rússia soviética.

Amadeo Bordiga, sobretudo no início de sua polêmica com Gramsci, defende a segunda posição. Ao estabelecer uma rígida distinção entre os Soviéticos, considerados órgãos de representação política da classe operária a serem formados principalmente após a revolução, e os conselhos de fábrica, como órgãos de defesa dos interesses econômicos, ele chega à seguinte “conclusão: o órgão da revolução *enquanto* existir o poder burguês é o partido de classe; *depois* da derrubada deste, é a rede dos Conselhos Operários”.<sup>65</sup> Dessa forma, procura atribuir papéis diferentes ao partido (sempre no singular) e aos conselhos, de acordo com períodos distintos da luta operária, dando a entender que, após a revolução, o partido cederia lugar aos conselhos. No entanto, analisando o período de domínio do Estado socialista, o próprio Bordiga afirma que um soviético “é revolucionário somente quando a maioria de seus membros está inscrita no Partido Comunista”.<sup>66</sup> Com isso, ele não apenas reafirma o papel dirigente do partido perante o Estado socialista, como estabelece uma relação de subordinação automática dos conselhos com o partido.

Por último, Antonio Gramsci e Max Adler referem-se à existência de diversas tendências, até mesmo organizadas sob a forma de partidos, no interior do

60 Ibidem, p.9.

61 Ibidem, p.5.

62 Idem, op. cit., 1977, p.143.

63 Otto Rühle. “A revolução não é tarefa de partido”. In: [www.marxists.org](http://www.marxists.org), 2001.

64 Idem, “A luta contra o fascismo começa com a luta contra o bolchevismo”. In: [www.marxists.org](http://www.marxists.org) [1939], p.5.

65 Antonio Gramsci e Amadeo Bordiga, op. cit., p.60, itálicos nossos.

66 Ibidem, p.85.

movimento socialista buscando sua representação nos conselhos. Adler sublinha inclusive que o novo sistema de representação vigente no socialismo “é o que menos se parece com o da dominação de um partido, visto que precisamente tende a conduzir à superação da actual divisão do socialismo em diferentes partidos” (1976, p.106). No entanto, mesmo Gramsci e Adler, apesar de admitirem a existência conjunta de partidos e conselhos no socialismo, não chegam a fazer maiores referências a que sistema de partidos seria próprio do socialismo.

Considerando essas diferenças teóricas, a pesquisa sobre a democracia socialista poderia se desenvolver em duas direções distintas: 1) pelo aprofundamento da discussão sobre a organização e eventual institucionalização do sistema de conselhos, considerado o único componente necessário da democracia socialista, ou, 2) pelo desenvolvimento da análise sobre a relação entre o sistema de conselhos e o sistema de partidos próprio do socialismo. A decisão sobre uma ou outra possibilidade depende da resposta a esta questão: a forma política partido pode ser superada já no socialismo ou apenas no comunismo, com o fim das classes e do Estado? A nosso ver, o grande desafio posto para a pesquisa marxista é, a partir da combinação do estudo teórico com a análise histórica, enfrentar a complexa questão da articulação entre o sistema de conselhos e o sistema partidário, já que, em face da luta de classes presente durante toda a transição, a forma partido continua sendo necessária.

### **Institucionalização**

No âmbito do déficit de uma teoria marxista da democracia, a questão institucional ocupa um lugar particular. Mas, ao contrário do que indicam alguns críticos do marxismo,<sup>67</sup> essa questão não pode ser considerada a causa principal do déficit democrático mais geral. Ou seja, é incorreto afirmar que a ausência de uma teoria marxista das instituições explica a inexistência da teoria da democracia; ou que esta esclarece o problema do não desenvolvimento da democracia socialista nas experiências revolucionárias do século XX. Para nós, não é por não ter uma teoria das instituições que o marxismo não dispõe de uma teoria da democracia, mas o contrário. Além disso, é um erro postular um modelo “universal” de instituições que abrangesse os diferentes tipos históricos de democracia, pois a cada um deles corresponde uma configuração institucional que lhe é própria. Também é incorreto afirmar que o marxismo tenha negligenciado totalmente o estudo das instituições. O que se pode afirmar, como faz Udo Bermbach,<sup>68</sup> é que a literatura conselhistas não resolveu as dificuldades básicas da institucionalização do sistema conselhistas, sejam teóricas ou práticas.

67 Como Norberto Bobbio em *Qual Socialismo?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2.ed., 1983; ou em *A teoria das formas de governo*. 3.ed. Brasília: Editora UNB, 1980.

68 Udo Bermbach (Org.). *Theorie und Praxis der direkten Demokratie*. Opladen, Westdeutscher Verlag, 1973, p.24.

Aqui nos limitamos a destacar, sinteticamente, apenas alguns dos elementos institucionais que mereceriam uma análise mais desenvolvida sob a forma de novos estudos, que ultrapassam os limites de um artigo:

1) *Sufrágio universal ou limitado*

Lenin, várias vezes, argumentou que a privação do direito de voto para os que explorassem trabalho alheio era uma medida específica da Rússia soviética, e não uma medida a ser adotada em todas as formações econômico-sociais que iniciassem a transição. Já conselhistas como Anton Pannekoek e Amadeo Bordiga, entre outros, defendiam o direito de representação apenas para os trabalhadores, excluindo outras classes e camadas sociais. Com isso, eles descartavam a conhecida fórmula “um homem, um voto”, considerada até hoje como um princípio irrecusável da democracia.

2) *Sufrágio igualitário ou diferenciado*

Lenin, mais uma vez apoiado na situação concreta da Rússia soviética, mais especificamente no período do “comunismo de guerra”, defendeu uma representação diferenciada entre os trabalhadores urbanos e os camponeses nos Sovietes. O líder bolchevique destacava que, caso fosse aplicado o sufrágio igual, seus maiores beneficiários seriam os camponeses possuidores de trigo os quais se negavam a negociar com o Estado; e os prejudicados seriam os trabalhadores urbanos que passavam fome. Como se sabe, a regulamentação dos Sovietes incorporou, por determinado período, o sufrágio não igualitário, abandonado mais tarde com a Constituição de 1936.

Bordiga procura fundamentar a defesa do voto diferenciado, afirmando que o sufrágio igualitário teria um pressuposto falso ao considerar “cada homem como uma ‘unidade’ perfeita de um sistema composto por tantas unidades potencialmente equivalentes entre si”, o que equivaleria “a pôr a consciência dos homens fora do reflexo concreto dos fatos e das determinações do ambiente”. Ainda segundo Bordiga, a “unidade indivíduo tem sentido do ponto de vista biológico”, mas não pode ser

o fundamento de construções sociais, pois do ponto de vista social nem todas as unidades têm o mesmo valor e a coletividade não surge senão a partir de relações e de alinhamentos nos quais a parte e a atividade de cada um não são uma função individual mas coletiva, pelas múltiplas influências do ambiente social<sup>69</sup>

3) *Critério profissional e/ou territorial*

A partir da experiência do Soviete de Petrogrado, em 1905, desenvolveu-se a prática da representação profissional. Com esta, abandonava-se a circunscrição eleitoral de base territorial, formada principalmente nos bairros, pela represen-

---

69 Amadeo Bordiga, “Il Principio Democrático”. In: [www.marxists.org](http://www.marxists.org), 1999, p.5.



tação por unidades de trabalho. Um dos argumentos centrais utilizados pelos defensores do critério profissional exclusivo é o de que a circunscrição territorial contribuiria para a atomização social e política dos trabalhadores, favorecendo a ampliação da representação de classes e camadas sociais não proletárias. Gramsci propôs a combinação das eleições nas fábricas com as do bairro,<sup>70</sup> ao passo que Ernest Mandel indicou a necessidade de uma articulação alternativa entre o plano funcional e territorial.<sup>71</sup>

#### 4) *Voto secreto e/ou aberto*

Um autor como Reinhard Bendix,<sup>72</sup> ao estudar as eleições em sociedades capitalistas avançadas, aponta o caráter socialmente opressivo que pode vir a ter o voto secreto, uma vez que limite a influência de grupos sociais mais organizados em oposição à classe dominante. Já Mandel faz menção à adoção do voto público quando da introdução da autogestão na Iugoslávia.<sup>73</sup> Restaria apurar se isso foi apenas uma iniciativa isolada, e sobretudo seus efeitos sobre a ação política dos trabalhadores.

Com isso, nota-se a preocupação em formular e adotar medidas institucionais que correspondam às necessidades da luta pela construção do socialismo; isto é, ao esforço pela constituição do proletariado como nova classe dominante, fornecendo um ponto de partida para o estudo do vínculo existente entre a nova democracia e suas instituições políticas e jurídicas. É preciso acentuar, novamente, que ainda há muito trabalho a ser feito pelos pesquisadores marxistas a respeito dessa matéria, envolvendo tanto a formulação teórica sobre a institucionalidade socialista como a análise histórica e empírica dos efeitos provocados pela aplicação de medidas concretas.

Em síntese, cabe ao marxismo, partindo de seu próprio legado – mas travando um diálogo crítico com outras correntes teóricas que tenham contribuições importantes para a questão dos regimes políticos –, e da análise histórica das revoluções socialistas, enfrentar o desafio da construção de uma teoria da democracia socialista com base nos conselhos operários, mediante o aprofundamento do estudo relacionado com o exercício e o controle do poder da nova classe dominante, e com a organização e a institucionalização do sistema conselhisto e do sistema partidário. A nova democracia, representando a superação da democracia burguesa, será mais bem concebida dando-se primazia a seu conteúdo social, e não à sua forma institucional; deixando de ser apenas uma modalidade de representação política e tornando-se a expressão, tanto mais direta quanto possível, dos interesses populares e operários.

70 Antonio Gramsci. *Democracia Operária*. Coimbra: Centelha, 1976, p.12-3.

71 Ernest Mandel, op. cit., p.31.

72 Reinhard Bendix. *Construção nacional e cidadania*. São Paulo: Edusp, 1996.

73 Ernest Mandel, op. cit., p.323.



# Ecossocialismo e planejamento democrático\*

MICHAEL LÖWY\*\*

*Se for impossível aplicar reformas no capitalismo a fim de colocar os benefícios a serviço da sobrevivência humana, que outra alternativa existe senão optar por um gênero de economia planejada no nível nacional e internacional? Problemas como a mudança climática necessitam da “mão visível” do planejamento direto ... No seio do capitalismo nossos dirigentes corporativistas não podem de maneira alguma evitar, sistematicamente, tomadas de decisão sobre o meio ambiente e a economia que são errôneas, irracionais e, finalmente, suicidas em nível mundial dada a tecnologia que eles têm à sua disposição. Então, que outra escolha nós temos senão vislumbrar uma verdadeira alternativa ecossocialista?*

Richard Smith<sup>1</sup>

O ecossocialismo tem como objetivo fornecer uma alternativa de civilização radical àquilo que Marx chamava de “o progresso destrutivo” do capitalismo.<sup>2</sup> É uma escolha que propõe uma política econômica visando às necessidades sociais e ao equilíbrio ecológico e, portanto, fundada em critérios não-monetários e

\* Artigo publicado em *Socialist Register*, 2007. Tradução de Sofia Boito. Revisão de Isabel Loureiro.

\*\* Sociólogo franco-brasileiro, diretor de pesquisas emérito no CNRS, Paris.

1 R. Smith. “The engine of ecocollapse”. *Capitalism, Nature and Socialism*, v.16, n.4, 2005, p.35.

2 Ibidem.

extra-econômicos. Os argumentos essenciais que o sustentam têm suas origens no movimento ecológico, assim como na crítica marxista à economia política. Essa síntese dialética – vislumbrada por um grande espectro de autores, de André Gorz a Elmar Altvater, James O'Connor, Joel Kovel e John Bellamy Foster – é ao mesmo tempo uma crítica à “ecologia de mercado” que se adapta ao sistema capitalista e ao “socialismo produtivista” que fica indiferente à questão dos limites da natureza.

Segundo O'Connor, a meta do socialismo ecológico é uma nova sociedade fundada na racionalidade ecológica, no controle democrático, na igualdade social e na supremacia do valor de uso sobre o valor de troca.<sup>3</sup> Eu adicionaria as condições seguintes a fim de alcançar esses objetivos: a) a propriedade coletiva dos meios de produção (o termo “coletivo” aqui significa propriedade pública, comunitária ou cooperativa), b) um planejamento democrático que possa permitir à sociedade a possibilidade de definir seus objetivos no que concerne ao investimento e à produção e c) uma nova estrutura tecnológica das forças produtivas. Colocando de outra forma, uma transformação revolucionária em nível social e econômico.<sup>4</sup>

Segundo os ecossocialistas, o problema das principais correntes da ecologia política, cujos representantes são os partidos verdes, é que estas não parecem levar em consideração a contradição intrínseca que existe entre a dinâmica capitalista – fundada sobre a expansão ilimitada do capital e a acumulação dos lucros – e a preservação do meio ambiente. O resultado disso é uma crítica ao produtivismo, muitas vezes pertinente, mas que não vai muito além das reformas ecológicas derivadas da “economia de mercado”. Conseqüentemente, os governos de centro-esquerda privilegiam as políticas socioliberais e se justificam, em matéria de ecologia, graças aos partidos verdes.<sup>5</sup>

Por outro lado, o problema das tendências dominantes da esquerda durante o século XX – a social-democracia e o movimento comunista de inspiração soviética – é que estas aceitavam o modelo de produção existente. Enquanto a primeira se limitava a uma versão reformada – no melhor dos casos keynesiana – do sistema capitalista, o segundo desenvolvia uma forma de produtivismo autoritária e coletivista – ou capitalismo de Estado. Nos dois casos os investimentos ambientais eram negligenciados ou, no mínimo, marginalizados.

---

3 J. O'Connor. *Natural Causes. Essays in ecological marxism*. New York: The Guilford Press, 1998, p.278, 331.

4 John Bellamy Foster emprega o conceito de “revolução ecológica”, mas explica: “Uma revolução ecológica em escala planetária, digna desse nome, só pode ter lugar no quadro de uma revolução social – e eu reitero, socialista – mais ampla. Uma tal revolução... necessária, como Marx sublinhava, que a associação dos produtores pudesse regular racionalmente a relação metabólica entre o homem e a natureza... Ela deve ter se inspirado nas idéias de William Morris, um dos mais originais ecologistas dos herdeiros de Karl Marx, nas de Gandhi e de outras figuras radicais, revolucionárias e materialistas, entre os quais o próprio Marx, chegando até Epicuro.” (J. B. Foster. *Organizing ecological revolution*, *Monthly Review*, v.57, n.5, 2005, p.9-10).

5 Ver o cap. VII de *The enemy of nature*, de Joel Kovel, para uma crítica ecossocialista da “ecopolítica realmente existente” – a economia verde, a ecologia radical, o biorregionalismo etc.

Marx e Engels, eles próprios, tinham consciência das conseqüências destrutivas do modo de produção capitalista sobre o meio ambiente, como indicam diversos trechos de *O capital*.<sup>6</sup> E ainda estimavam que o objetivo do socialismo não era produzir cada vez mais bens, mas sim dar aos seres humanos o tempo livre para que pudessem desenvolver plenamente seu potencial. Nesse sentido, pouco compartilham da idéia de “produtivismo”, isto é, da idéia de que a expansão ilimitada da produção é um fim em si mesmo.

No entanto, alguns de seus escritos, nos quais a questão consiste na capacidade de o socialismo permitir o desenvolvimento das forças produtivas para além dos limites impostos pelo sistema capitalista, sugerem que a transformação socialista não concerne apenas às relações capitalistas de produção, as quais se teriam tornado um obstáculo (o termo empregado mais freqüentemente é “amarras”) ao livre desenvolvimento das forças produtivas. “Socialismo” queria dizer, sobretudo, apropriação social dessas capacidades produtivas, colocando-as a serviço dos trabalhadores. Eis aqui, por exemplo, uma passagem do *Anti-Dühring* de Friedrich Engels, um texto “canônico” para um grande número de gerações marxistas: sob o regime socialista “a sociedade toma posse abertamente e sem rodeios das forças produtivas que se tornaram grandes demais” no sistema existente.<sup>7</sup>

### A ideologia do progresso

O caso da União Soviética ilustra os problemas que decorrem de uma apropriação coletivista do aparelho produtivo capitalista. A tese da socialização das forças produtivas existentes predominou desde o começo. Certamente, o movimento ecológico pôde se desenvolver durante os primeiros anos que se sucederam à Revolução Socialista de Outubro e o governo soviético adotou algumas medidas limitadas de proteção ambiental, mas com o processo de burocratização stalinista, a aplicação dos métodos produtivistas, tanto na agricultura quanto na indústria, foi imposta por meios totalitários, enquanto os ecologistas eram marginalizados ou eliminados. A catástrofe de Chernobyl é o exemplo final das conseqüências desastrosas da imitação das tecnologias ocidentais de produção. Se a mudança das formas de propriedade não for seguida por uma gestão democrática e uma reorganização ecológica do sistema de produção, tudo isso levará a um impasse.

Nos escritos de alguns dissidentes marxistas da década de 1930, como Walter Benjamin, já aparecia uma crítica à ideologia produtivista do “progresso” assim como à idéia de uma exploração “socialista” da natureza. Todavia, é sobretudo ao longo dos últimos decênios que o ecossocialismo propriamente dito se desenvolveu como desafio à tese da neutralidade das forças produtivas que tinha predominado no seio das principais tendências da esquerda durante o século XX.

6 Ver J. B. Foster. *Marx's ecology. Materialism and nature*, Monthly Review Press, New York, 2000.

7 F. Engels. *Anti-Dühring*. Paris: Éditions Sociales, 1950, p.318.

Os ecossocialistas deviam se inspirar nas observações feitas por Marx a respeito da Comuna de Paris: os trabalhadores não podem tomar posse do aparelho capitalista de Estado e colocá-lo a seu serviço. Eles devem demoli-lo e substituí-lo por uma forma de poder político radicalmente diferente, democrático e não estático. A mesma idéia se aplica, *mutatis mutandis*, ao aparelho produtivo que, longe de ser “neutro”, traz em sua estrutura a marca de um desenvolvimento que favorece a acumulação do capital e a expansão ilimitada do mercado, o que o coloca em contradição com a necessidade de proteger o meio ambiente e a saúde da população. É por isso que devemos levar a cabo uma “revolução” do aparelho produtivo no panorama de um processo de transformação radical.

O grande valor dos avanços científicos e tecnológicos da era moderna é incontestável, mas o sistema produtivo deve ser transformado em seu conjunto e isso só é possível graças a procedimentos ecossocialistas, isto é, graças à criação de um planejamento democrático da economia que leve em conta a preservação dos equilíbrios ecológicos. O que pode desencadear a supressão de alguns ramos de produção como as centrais nucleares, algumas técnicas de pesca intensiva e industrial (responsáveis pela quase extinção de numerosas espécies marinhas), o desmatamento das áreas de floresta tropical etc. A lista é muito longa. Entretanto, a prioridade continua sendo a revolução do sistema energético que devia conduzir à substituição das fontes atuais (sobretudo a energia fóssil), responsáveis pela mudança climática e pelo envenenamento do meio ambiente, por fontes energéticas renováveis: a água, o vento, o sol. A questão da energia é capital já que a energia fóssil é responsável pela maior parte da poluição do planeta e pelo desastre que representa o aquecimento global. A energia nuclear é uma falsa alternativa, não só em razão do risco de novos Chernobyl, mas também porque ninguém sabe o que fazer com os milhares de toneladas de resíduos radioativos – e com grande quantidade de centrais poluídas que se tornaram inúteis. Negligenciada desde sempre pelas sociedades capitalistas (por sua falta de “rentabilidade” ou de “competitividade”), a energia solar deve se tornar objeto de pesquisas e de desenvolvimento de ponta. Deve ter um papel central na construção de um sistema energético alternativo.

### **Planejamento democrático**

A condição necessária para alcançar esses objetivos é o pleno emprego equitativo (*plein-emploi équitable*). Essa condição é indispensável não somente para responder às exigências da justiça social, mas também para assegurar o apoio da classe operária, sem o qual o processo de transformação estrutural das forças produtivas não pode ser efetuado. O controle público dos meios de produção e um planejamento democrático são igualmente indispensáveis, isto é, decisões de ordem pública referentes ao investimento e à mudança tecnológica devem ser retiradas das mãos dos bancos e das empresas capitalistas, se quisermos que sirvam ao bem comum da sociedade.

No entanto, não basta colocar as decisões nas mãos dos trabalhadores. Em *O capital*, livro III, Marx define o socialismo como uma sociedade na qual “os produtores associados regulam racionalmente suas trocas (*Stoffwechsel*) com a natureza”. Entretanto, no primeiro livro de *O capital*, deparamos com uma definição mais ampla: o socialismo é concebido como “uma associação de seres humanos (*Menschen*) livres que trabalham com meios comuns (*gemeinschaftlichen*) de produção”.<sup>8</sup> Trata-se de uma concepção muito mais apropriada: a produção e o consumo devem ser organizados racionalmente não somente pelos “produtores”, mas também pelos consumidores e, de fato, pelo conjunto da sociedade, seja a população produtiva ou “não produtiva”: estudantes, jovens, mulheres e homens que se dedicam aos trabalhos domésticos, aposentados etc.

Nesse sentido, o conjunto da sociedade será livre para escolher democraticamente as linhas produtivas que serão privilegiadas e o nível de recursos que devem ser investidos na educação, na saúde ou na cultura.<sup>9</sup> Os próprios preços dos bens de consumo não responderiam mais à lei da oferta e da procura, mas seriam determinados o quanto possível segundo os critérios sociais, políticos e ecológicos. No início, seriam aplicados apenas impostos sobre certos produtos e subvenções para outros, mas idealmente cada vez mais produtos e serviços seriam distribuídos de modo gratuito segundo a vontade dos cidadãos.

Longe de ser “despótico” em si, o planejamento democrático é o exercício da liberdade de decisão do conjunto da sociedade. Um exercício necessário para se libertar de “leis econômicas” e de “jaulas de ferro” alienantes e reificadas no seio das estruturas capitalistas e burocráticas. O planejamento democrático associado à redução do tempo de trabalho seria um progresso considerável da humanidade em direção ao que Marx chamava de “o reino da liberdade”: o aumento do tempo livre é na realidade uma condição para a participação dos trabalhadores na discussão democrática e na gestão da economia, assim como da sociedade.

8 K. Marx. *Das Kapital*, v.3, Berlin: Dietz Verlag, 1968, p.828 e v.1, p.92. Encontramos uma problemática semelhante no marxismo contemporâneo. Ernest Mandel, por exemplo, defendia um “planejamento centralista mais democrático sob a autoridade de um congresso nacional constituído por diversos conselhos de trabalhadores cujos membros seriam em grande parte trabalhadores reais.” (E. Mandel. “Economics of transition period”. In: E. Mandel (Org.). *50 years of world revolution*. New York: Pathfinder Press, 1971, p.286.) Em escritos mais recentes, ele faz preferencialmente referência aos “produtores e consumidores”. Seremos levados a citar alguns trechos dos escritos de Ernest Mandel, pois ele é o mais esclarecido teórico socialista do planejamento democrático. Entretanto, devemos mencionar que ele não havia incluído o tema da ecologia como um aspecto central de seus argumentos referentes à economia.

9 Ernest Mandel definia o planejamento da seguinte maneira: “Uma economia planificada significa (...) para os recursos relativamente raros na sociedade, que eles não sejam repartidos cegamente (sem que o produtor consumidor se dê conta) pela ação da lei do valor, mas que eles sejam conscientemente atribuídos segundo as prioridades estabelecidas previamente. Em uma economia de transição, onde a economia socialista reina, o conjunto de trabalhadores determina democraticamente a escolha dessas prioridades.” (E. Mandel, op. cit., p.282).

Os partidários do livre mercado fazem referência ao fracasso do planejamento soviético para justificar sua oposição categórica a toda forma econômica organizada. Sabemos, sem entrar numa discussão sobre as conquistas e os fracassos do exemplo soviético, que se tratava evidentemente de uma forma de “ditadura sobre as necessidades”, para citar a expressão empregada por György Markus e seus colegas da Escola de Budapeste: um sistema não democrático e autoritário que dava o monopólio das decisões a uma oligarquia restrita de tecnoburocratas. Não foi o planejamento que levou à ditadura. Foi a limitação crescente da democracia no seio do Estado soviético e a instauração de um poder burocrático totalitário, depois da morte de Lenin, que deram lugar a um sistema de planejamento cada vez mais autoritário e não democrático. Se é verdade que o socialismo é definido pelo controle dos processos de produção pelos trabalhadores e a população em geral, a União Soviética sob Stalin e seus sucessores estava muito longe de corresponder a essa definição.

O fracasso da URSS ilustra os limites e as contradições de um planejamento burocrático cuja ineficácia e caráter arbitrário são flagrantes: não pode servir de argumento contra a aplicação de um planejamento realmente democrático.<sup>10</sup> A concepção socialista do planejamento não é nada mais que a democratização radical da economia: se é certo que as decisões políticas não devem caber a uma pequena elite de dirigentes, por que não aplicar o mesmo princípio às decisões de ordem econômica? A questão do equilíbrio entre os mecanismos do mercado e os do planejamento é sem dúvida um problema complexo: durante as primeiras fases da nova sociedade, os mercados ainda ocuparão, certamente, um lugar importante, mas, à medida que progredir a transição para o socialismo, o planejamento se tornará cada vez mais importante por ser oposto à lei do valor de troca.<sup>11</sup>

Engels insistia no fato de que uma sociedade socialista

terá que adaptar o plano de produção aos meios de produção, dos quais fazem parte especialmente as forças de trabalho. No fim das contas serão os efeitos úteis de diversos objetos de uso, comparados entre si e em relação à quantidade de trabalho necessária a sua produção, que determinarão o plano.<sup>12</sup>

10 “Do ponto de vista da massa salarial, os sacrifícios impostos pela burocracia arbitrária não são nem mais nem menos ‘aceitáveis’ do que aqueles que são impostos pelos mecanismos do mercado. Os dois tipos de sacrifícios são apenas duas formas diferentes de alienação” (ibidem, p.285).

11 Em seu notável livro lançado recentemente sobre o socialismo, o economista marxista argentino Claudio Katz sublinha que o planejamento democrático supervisionado a partir dos níveis locais pela maioria da população “difere conforme se trata de uma centralização absoluta, de uma estagnação absoluta, de um comunismo de guerra ou de uma economia planificada. A supremacia do planejamento sobre o mercado é necessária para a transição, mas não seria necessário suprimir as variáveis do mercado. A associação das duas instâncias deveria ser adaptada a cada situação e a cada país.” Entretanto, “o objetivo do processo socialista não é manter um equilíbrio imobilizado entre o plano e o mercado, mas promover uma supressão progressiva do lugar do mercado.” (C. Katz. *El porvenir del Socialismo*. Buenos Aires: Herramienta/Imago Mundi, 2004, p.47-8).

12 F. Engels. *Anti-Dühring*, op. cit., p.349.



No sistema capitalista o valor de uso é apenas um meio – e freqüentemente uma astúcia – subordinado ao valor de troca e à rentabilidade (isso explica porque há tantos produtos na nossa sociedade sem nenhuma utilidade). Na economia socialista planificada a produção dos bens e dos serviços responde somente ao critério do valor de uso, o que leva a conseqüências no âmbito econômico, social e ecológico cuja amplitude é espetacular. Como Joel Kovel observou:

O fortalecimento do valor de uso e as reestruturações subseqüentes das necessidades tornam-se o parâmetro social da tecnologia, em vez da transformação do tempo em mais-valia e em dinheiro.<sup>13</sup>

O gênero de sistema de planejamento democrático considerado neste ensaio concerne às principais escolhas econômicas e não à administração de restaurantes locais, mercearias, padarias, pequenas lojas, empresas artesanais ou de serviços. Da mesma forma é importante sublinhar que o planejamento não está em contradição com a autogestão dos trabalhadores em suas unidades de produção. Já que a decisão de transformar, por exemplo, uma fábrica de carros em unidade de produção de ônibus ou de *tramways* caberia ao conjunto da sociedade, a organização e o funcionamento interno da fábrica seriam geridos democraticamente pelos próprios trabalhadores. Houve um grande debate sobre o caráter “centralizado” ou “descentralizado” do planejamento, mas o importante continua sendo o controle democrático do plano em todos os níveis, local, regional, nacional, continental – e, assim esperamos, planetário, já que os temas da ecologia, como o aquecimento global, são mundiais e só podem ser tratados nesse nível. Esta proposta poderia ser chamada de “planejamento democrático global”. E, mesmo nesse nível, trata-se de um planejamento que se opõe àquilo que com freqüência é descrito como “planejamento central” porque as decisões econômicas e sociais não são tomadas por um “centro” qualquer, mas determinadas democraticamente pelas populações envolvidas.

### **Debate democrático e autogestão**

É claro que haveria aí tensões e contradições entre os estabelecimentos auto-geridos e as administrações democráticas locais e outros grupos sociais maiores. Os mecanismos de negociação podem ajudar a resolver numerosos conflitos desse gênero, mas, em última análise, caberia aos maiores grupos envolvidos, e somente se eles forem majoritários, exercerem seu direito de impor suas opiniões. Para dar um exemplo: uma fábrica autogerida decide descartar seus resíduos tóxicos em um rio. A população de toda uma região está ameaçada por essa poluição. Ela pode, nesse momento, depois de um debate democrático, decidir que a produção

---

13 J. Kovel. *The enemy of nature*, op. cit., p.215.

dessa unidade deve ser suspensa até que uma solução satisfatória para controlar esses resíduos seja encontrada. Idealmente, em uma sociedade ecossocialista, os próprios trabalhadores da fábrica teriam consciência ecológica suficiente para evitar decisões perigosas para o meio ambiente e para a saúde da população local. No entanto, o fato de introduzir meios que garantam o poder de decisão da população para defender os interesses mais gerais, como no exemplo precedente, não significa que as questões referentes à gestão interna não sejam submetidas aos cidadãos no nível da fábrica, da escola, do bairro, do hospital ou da cidade.

O planejamento socialista deve ser fundado no debate democrático e pluralista, em cada nível de decisão. Organizados sob a forma de partidos, de plataformas ou de qualquer outro movimento político, os delegados dos organismos de planejamento são eleitos e as diversas propostas são apresentadas a todos aqueles a quem elas concernem. Dito de outra forma, a democracia representativa deve ser enriquecida – e melhorada – pela democracia direta que permite às pessoas escolher diretamente – em nível local, nacional e, por último, internacional – entre diferentes propostas. O conjunto da população se interrogaria então a respeito da gratuidade do transporte público, de um imposto especial pago pelos proprietários de carros para subvencionar o transporte público, da subvenção da energia solar a fim de torná-la competitiva em relação à energia fóssil, da redução da jornada de trabalho para trinta ou 25 horas semanais ou menos, mesmo que isso acarretasse redução da produção. Como Ernest Mandel disse:

Os governos, os partidos políticos, os conselhos de planejamento, os cientistas, os tecnocratas ou quem quer que seja podem fazer propostas, apresentar iniciativas e tentar influenciar as pessoas... No entanto, em um sistema multipartidário tais propostas nunca serão unânimes: as pessoas farão sua escolha entre as alternativas coerentes. Assim, o direito e o poder efetivo de tomar decisões deveriam estar nas mãos da maioria dos produtores/ consumidores/ cidadãos e de mais ninguém. Há algo de paternalista ou despótico nessa postura?<sup>14</sup>

Uma questão se coloca: que garantia temos de que as pessoas farão as escolhas certas, as que protegem o meio ambiente, mesmo que o preço a pagar seja mudar uma parte de seus hábitos de consumo? Tal “garantia” não existe, somente a perspectiva razoável de que a racionalidade das decisões democráticas triunfará uma vez abolido o fetichismo dos bens de consumo. É certo que o povo cometerá erros fazendo más escolhas, mas os próprios especialistas não cometem erros? É impossível conceber a construção de uma nova sociedade sem que a maioria do povo tenha atingido uma grande consciência socialista e ecológica graças às suas lutas, à sua auto-educação e à sua experiência social. Então é razoável estimar que os erros graves – até mesmo as decisões incompatíveis com as necessidades

14 E. Mandel. *Power and money*. London: Verso, 1991, p.209.

relacionadas ao meio ambiente – serão corrigidos.<sup>15</sup> Em todo caso, podemos nos perguntar se as alternativas – o mercado impiedoso, uma ditadura ecológica dos “*experts*” – não são muito mais perigosas que o processo democrático, com todos os seus limites...

Certamente, para que o planejamento funcione, são necessários corpos executivos e técnicos que possam fazer funcionar as decisões, mas a autoridade deles seria limitada pelo controle permanente e democrático exercido pelos níveis inferiores, onde existe a autogestão dos trabalhadores no processo de administração democrática. Não podemos esperar, é claro, que a maioria da população empregue a integralidade de seu tempo livre na autogestão ou em reuniões participativas. Como Ernest Mandel observou:

A conseqüência da autogestão não é a supressão da delegação, mas uma combinação entre a tomada de decisão pelos cidadãos e um controle mais estrito dos delegados pelos seus eleitores respectivos.<sup>16</sup>

### **Economia participativa**

“A economia participativa” (ou *parecon*) concebida por Michael Albert foi objeto de debate no interior do movimento altermundialista ou *Global Justice Movement* (o movimento pela justiça global). Apesar de suas sérias limitações, como a ignorância da ecologia ou a oposição entre “*parecon*” e “socialismo”, este último reduzido ao modelo burocrático e centralista da União Soviética, o “*parecon*” tem algumas características comuns com o gênero de planejamento ecossocialista proposto no presente documento: a oposição ao mercado capitalista e ao planejamento burocrático, a confiança na auto-organização dos trabalhadores e no antiautoritarismo. O modelo de planejamento participativo de Albert foi fundamentado sobre uma construção institucional complexa:

Os trabalhadores e os consumidores determinam juntos a produção, avaliando de forma aprofundada todas as conseqüências. As instâncias de assistência decisória anunciam em seguida os índices de preços para todos os produtos, os fatores de produção, dentre os quais estão a mão-de-obra e o capital fixo. Esses índices são calculados em função do ano precedente e das mudanças ocorridas. Os consumi-

15 Mandel observou: “Nós não pensamos que a ‘maioria tem sempre razão’ (...) Todo mundo comete erros. Isso é verdade para a maioria dos cidadãos, para a maioria dos produtores e para a maioria dos consumidores. No entanto, haverá uma diferença essencial entre eles e seus predecessores. Em todo sistema em que o poder é desigual (...) aqueles que tomam más decisões sobre a atribuição de recursos são raramente aqueles que pagam as conseqüências de seus erros (...) Considerando o fato de que exista uma real democracia política, escolhas culturais reais e informação, é difícil acreditar que a maioria prefira ver seus bosques desaparecerem (...) ou seus hospitais com poucos funcionários, em vez de corrigir os erros de atribuição.” (E. Mandel, In defense of socialist planning, *New Left Review*, n.1, v.159, 1986, p.31).

16 E. Mandel. *Power and money*, op. cit., p.204.

dores (indivíduos, conselhos, federação de conselhos) respondem com propostas, utilizando esses preços como avaliação realista do conjunto de recursos, do material, da mão-de-obra, dos efeitos indesejáveis (tais como a poluição) e dos benefícios sociais inerentes a cada bem ou serviço. Simultaneamente, os trabalhadores individualmente, assim como seus conselhos e federações, fazem suas próprias propostas, anunciando o que eles prevêm produzir e os fatores de produção necessários, se baseando, eles também, nos preços como estimativa de valor social da produção e dos custos que ela implica. Com base nas propostas tornadas públicas pelos trabalhadores e pelos consumidores, os conselhos decisores podem calcular os excessos de oferta ou de demanda para cada produto e revisar o índice de preços segundo um método que é objeto de um acordo social. É a vez de os conselhos revisarem, então, suas propostas ... Na medida em que nenhum agente tem mais influência do que outro no processo de planejamento, em que cada um avalia os custos e os benefícios sociais com um peso que corresponde a seu grau de implicação na produção e no consumo, esse processo gera simultaneamente equidade, eficácia e autogestão.<sup>17</sup>

O principal problema dessa concepção – que, na verdade, não é “muito simples” como afirma M. Albert, mas extremamente elaborada e por vezes bastante obscura – é que ela parece reduzir o “planejamento” a um gênero de negociação entre produtores e consumidores a respeito de preços, recursos, produtos finais, oferta e demanda. Por exemplo, o conselho de trabalhadores de uma indústria de automóveis se reuniria com o conselho de consumidores para discutir os preços e adaptar a oferta à demanda. O que se omite aqui é justamente o tema principal do planejamento ecossocialista: a reorganização do sistema de transporte reduzindo radicalmente o lugar do veículo individual. Já que o ecossocialismo necessita da supressão total de alguns setores industriais – as centrais nucleares, por exemplo – e o investimento maciço nos setores de tamanho reduzido ou quase inexistentes (como a energia solar), como tudo isso pode ser gerado por “negociações cooperativas” entre as unidades de produções existentes e os conselhos de consumidores a respeito dos “recursos” e dos “preços indicativos”?

O modelo de Albert remete às estruturas tecnológicas e produtivas atuais e ele é por demais “economicista” para levar em conta os interesses sociopolíticos e socioecológicos da população – os interesses dos indivíduos como seres humanos e cidadãos, habitantes de um meio ambiente natural ameaçado, e que não podem ser reduzidos a seus interesses econômicos como produtores e consumidores. Em sua concepção, não só o Estado como instituição é colocado de lado – o que é uma escolha respeitável – mas também *a política* como confrontação de diferentes escolhas, quer sejam de ordem econômica, social, política, ecológica, cultural e civilizacional em nível local, nacional e internacional.

17 M. Albert. *Après le capitalisme. Éléments d'économie participaliste*. Agone: Marseille, 2003, p.121-2. Col. Contre-feux.

Esse ponto é muito importante porque a passagem do “progresso destrutivo” do sistema capitalista ao socialismo é um processo histórico, uma transformação revolucionária e constante da sociedade, da cultura e das mentalidades – e a *política* no sentido mais amplo, tal como definida antes, está inegavelmente no coração desse processo. É importante precisar que tal evolução não pode nascer sem uma mudança revolucionária das estruturas sociais e políticas e sem o apoio ativo da grande maioria da população ao programa ecossocialista. A tomada de consciência socialista e ecológica é um processo cujos fatores decisivos são as lutas coletivas das populações que, a partir de confrontos parciais em nível local, progredem em direção à perspectiva de uma mudança radical da sociedade. Essa transição não conduziria somente a um novo modo de produção e a uma sociedade democrática e igualitária, mas também a um *modo de vida* alternativo, uma verdadeira *civilização* ecossocialista para além do império do dinheiro com seus hábitos de consumo artificialmente induzidos pela publicidade e sua produção ilimitada de bens inúteis e/ou prejudiciais ao ambiente.

### Ideologia do “decrecimento”

Alguns ecologistas estimam que a única alternativa ao produtivismo é parar o crescimento em seu conjunto, ou substituí-lo por um crescimento negativo – chamado na França de “decrecimento”. Para fazer isso, é necessário reduzir drasticamente o nível excessivo de consumo da população e renunciar às casas individuais, ao aquecimento central e às máquinas de lavar, entre outros, para reduzir o consumo de energia pela metade. Como essas medidas de austeridade draconiana e outras semelhantes correm o risco de ser muito impopulares, alguns advogados do decrecimento jogam com a idéia de um tipo de “ditadura ecológica”.<sup>18</sup> Contra pontos de vista tão pessimistas, alguns socialistas manifestam um otimismo que os leva a pensar que o progresso técnico e a utilização de fontes de energia renováveis permitirão um crescimento ilimitado e a prosperidade, de forma que cada um receba “segundo suas necessidades”.

Parece-me que essas duas escolas partilham uma concepção puramente *quantitativa* do “crescimento” – positivo ou negativo – e do desenvolvimento das forças produtivas. Penso que existe uma terceira posição que me parece mais apropriada: uma verdadeira transformação *qualitativa* do desenvolvimento. Isso implica colocar um fim ao desperdício monstruoso de recursos provocado pelo capitalismo, o qual está fundado numa produção em grande escala de produtos inúteis e/ou danosos. A indústria de armamentos é um bom exemplo, assim como

18 Sobre o “decrecimento” ver: M. Rahnama (com V. Bawtree) (Org.). *The post-development reader*, Zed Books, Atlantic Highlands, 1997, e M. Bernard et al. (Org.). *Objectif Décroissance. Vers une société harmonieuse*. Lyon: Parangon, 2004. O principal teórico francês do decrecimento é Serge Latouche, autor de *La planète des naufragés. Essai sur l'après-développement*. Paris: La Découverte, 1991.

todos esses “produtos” fabricados no sistema capitalista – com obsolescência programada – que não têm outra utilidade que a de gerar lucro às grandes empresas. A questão não é o “consumo excessivo” em abstrato, mas, antes, o tipo de consumo dominante cujas características principais são: a propriedade ostensiva, o desperdício maciço, a acumulação obsessiva de bens e a aquisição compulsiva de pseudonovidades impostas pela “moda”. Uma nova sociedade orientaria a produção em direção à satisfação das necessidades autênticas, para começar por aquelas que poderíamos qualificar como “bíblicas” – água, comida, roupa e habitação – mas adicionando a elas os serviços essenciais: saúde, educação, cultura e transporte.

É evidente que nos países onde essas necessidades estão longe de ser satisfeitas, isto é, os países do hemisfério sul, deverão “se desenvolver” muito mais – construir estradas de ferro, hospitais, esgotos e outras infra-estruturas – que os países industrializados, mas isso deveria ser compatível com um sistema de produção fundado nas energias renováveis e, logo, não danosas ao meio ambiente. Esses países terão necessidade de produzir grandes quantidades de alimentos para suas populações já atingidas pela fome, mas – como sustentam há anos os movimentos camponeses organizados em nível internacional pela rede *Via Campesina* – trata-se de um objetivo bem mais fácil de alcançar por intermédio da agricultura biológica camponesa organizada em unidades familiares, cooperativas ou fazendas coletivas, do que pelos métodos destrutivos e anti-sociais da indústria do agronegócio cujo princípio é o uso intensivo de pesticidas, de substâncias químicas e de alimentos transgênicos. O odioso sistema atual da dívida e da exploração imperialista dos recursos do Sul pelos países capitalistas e industrializados daria lugar a um ímpeto de apoio técnico e econômico do Norte em direção ao Sul. Não haveria nenhuma necessidade – como parecem acreditar alguns ecologistas puritanos e ascéticos – de reduzir, em termos absolutos, o nível de vida das populações européias ou norte-americanas. Seria necessário simplesmente que essas populações se livrassem de produtos inúteis, aqueles que não satisfazem nenhuma necessidade real e cujo consumo obsessivo é sustentado pelo sistema capitalista. Reduzindo seu consumo, redefiniriam a noção de nível de vida para dar lugar a um modo de vida que é na realidade mais rico.

### **Verdadeiras e falsas necessidades**

Como distinguir as necessidades autênticas das necessidades artificiais, falsas ou simuladas? A indústria da publicidade – que exerce sua influência sobre as necessidades pela manipulação mental – penetrou todas as esferas da vida humana nas sociedades capitalistas modernas. Tudo é modelado segundo suas regras, não só a alimentação e as roupas, mas também domínios tão diversos como o esporte, a cultura, a religião e a política. A publicidade invadiu nossas ruas, nossas caixas de correio, nossas telas de televisão, nossos jornais e nossas paisagens de um modo insidioso, permanente e agressivo. Esse setor contribui diretamente para os hábitos

de consumo ostensivo e compulsivo. E ainda desencadeia um desperdício fenomenal de petróleo, eletricidade, tempo de trabalho, papel e substâncias químicas, entre outras matérias-primas – tudo pago pelos consumidores. Trata-se de um ramo de produção que não é somente inútil do ponto de vista humano, mas que está também em contradição com as necessidades sociais reais. Enquanto a publicidade é uma dimensão indispensável em uma economia de mercado capitalista, ela não teria espaço numa sociedade em transição para o socialismo. Seria substituída por informações sobre os produtos e serviços fornecidos pelas associações de consumidores. O critério, para distinguir uma necessidade autêntica de uma necessidade artificial, seria sua permanência depois da supressão da publicidade. Está claro que durante certo tempo os antigos hábitos de consumo persistirão porque ninguém tem o direito de dizer às pessoas do que elas precisam. A mudança dos modelos de consumo é um processo histórico e um desafio educacional.

Alguns produtos, como o automóvel particular, levantam problemas mais complexos. Os automóveis particulares representam um prejuízo público. Em escala planetária matam ou mutilam centenas de milhares de pessoas a cada ano. Poluem o ar das grandes cidades – com conseqüências nefastas à saúde das crianças e das pessoas idosas – e contribuem consideravelmente para a mudança climática. Aliás, o automóvel particular satisfaz as necessidades reais nas condições atuais do capitalismo. Nas cidades européias onde as autoridades se preocupam com o meio ambiente, experiências locais – aprovadas pela maioria da população – mostram que é possível limitar progressivamente o lugar do automóvel particular para privilegiar os ônibus e *tramways*. Em um processo de transição ao ecossocialismo, o transporte público seria amplamente difundido e gratuito – tanto sobre a terra como sob a terra –, ao passo que as vias seriam protegidas para os pedestres e ciclistas. Em conseqüência, o automóvel individual teria um papel muito menos importante do que na sociedade burguesa onde se tornou um produto-fetiche promovido por uma publicidade insistente e agressiva. O automóvel é um símbolo de prestígio, um signo de identidade (nos Estados Unidos, a carteira de habilitação é a carteira de identidade reconhecida). O automóvel atualmente está no coração da vida pessoal, social e erótica.<sup>19</sup> Nessa transição para uma nova sociedade, será mais

19 Ernest Mandel mostrava-se cético quanto à rapidez das mudanças nos hábitos de consumo, como o veículo individual, por exemplo: “Se, apesar dos argumentos de peso tais como a defesa do meio ambiente dentre tantos outros, eles (os produtores e os consumidores) quiserem perpetuar a dominação do veículo individual a carburador e continuar a poluir suas cidades, isso seria direito deles. Quanto às orientações de consumo enraizado, as mudanças são freqüentemente lentas. Poucos são aqueles que pensam que os trabalhadores americanos renunciariam a seus carros no dia seguinte ao de uma revolução socialista” (E. Mandel, “In defense of socialist planning”, op. cit., p.30). Certamente, Mandel tem razão em insistir na idéia de que a mudança dos modelos de consumo não deveria ser imposta, mas ele subestima muito o impacto que teria um sistema de transporte público generalizado e gratuito, assim como a adesão da maioria dos cidadãos – é já o caso em muitas cidades européias grandes – à aplicação de medidas capazes de reduzir a circulação de automóveis.

fácil reduzir drasticamente o transporte rodoviário de mercadorias – responsável por acidentes trágicos e por níveis de poluição elevados – para substituí-lo pelo transporte ferroviário, ou o “ferroustage”.<sup>20</sup> Apenas a lógica absurda da “competitividade” capitalista explica o desenvolvimento do transporte por caminhão.

A essas propostas os pessimistas responderão: sim, mas os indivíduos são motivados por aspirações e desejos infinitos que devem ser controlados, analisados, inibidos e mesmo reprimidos, se necessário. A democracia poderia então sofrer algumas restrições. Ora, o ecossocialismo está fundamentado sobre uma hipótese razoável, já sustentada por Marx: a predominância do “ser” sobre o “ter” em uma sociedade sem classes sociais nem alienação capitalista, isto é, a prioridade do tempo livre sobre o desejo de possuir inumeráveis objetos: a realização pessoal por meio de verdadeiras atividades culturais, esportivas, lúdicas, científicas, eróticas, artísticas e políticas. O fetichismo da mercadoria incita à compra compulsiva através da ideologia e da publicidade, próprias ao sistema capitalista. Nada prova que isso faz parte da “eterna natureza humana”. Como Ernest Mandel sublinhou:

A acumulação permanente de bens cada vez mais numerosos (cuja “utilidade marginal” está em baixa) não é de nenhuma forma um traço universal ou permanente do comportamento humano. Uma vez que as necessidades de base foram satisfeitas, as motivações principais evoluem: desenvolvimento de talentos e de propensões gratificantes por si mesmas, preservação da saúde e da vida, proteção das crianças, desenvolvimento de relações sociais enriquecedoras....<sup>21</sup>

Como foi abordado anteriormente, isso não significa, sobretudo durante o período de transição, que os conflitos seriam inexistentes – conflitos entre as necessidades de proteção ambiental e as necessidades sociais, entre as obrigações relacionadas à ecologia e a necessidade de desenvolver as infra-estruturas de base, notoriamente nos países pobres, entre os hábitos populares de consumo e a falta de recursos. Uma sociedade sem classes sociais não é uma sociedade sem contradições nem conflitos. Esses últimos são inevitáveis, e o papel do planejamento democrático será, em uma perspectiva ecossocialista livre da pressão do capital e do lucro, resolvê-los graças a discussões abertas e pluralistas conduzindo a própria sociedade à tomada de decisões. Tal democracia, comum e participativa, é o único meio, não de evitar erros, mas de corrigi-los pela própria coletividade social.

### **Comunismo solar**

Trata-se de uma utopia? No sentido etimológico – “alguma coisa que não existe em lugar nenhum” –, certamente. No entanto, as utopias, isto é, as visões de um mundo alternativo, as imagens ideais de uma sociedade diferente, não são uma

<sup>20</sup> Transporte de carga que combina trechos em estradas de ferro e trechos em rodovias. (N.T.)

<sup>21</sup> E. Mandel. *Power and money*, op. cit., p.206.



característica necessária a todo movimento que visa a desafiar a ordem estabelecida? Como explica Daniel Singer em seu testamento literário e político, *A qui appartient l'avenir?* em um potente capítulo intitulado “Une utopie realiste”:

Se o establishment parece tão sólido apesar das circunstâncias, e se o movimento dos trabalhadores – ou a esquerda em geral – está tão débil e paralisado, é porque em nenhum lugar se apresenta um projeto alternativo radical ... A regra do jogo consiste em não colocar em questão nem os princípios de raciocínio nem os fundamentos da sociedade. Apenas uma alternativa global, rompendo essa resignação e essa capitulação, poderá dar ao movimento de emancipação uma real envergadura.<sup>22</sup>

A utopia socialista e ecológica é apenas uma *possibilidade objetiva*. Não é o resultado inevitável das contradições do capitalismo nem das “leis de ferro da história”. Só se pode prever o futuro sob forma condicional: a lógica capitalista levará a desastres ecológicos dramáticos, ameaçando a saúde e a vida de milhões de seres humanos e até mesmo a sobrevivência da nossa espécie, se não assistirmos a uma mudança radical do paradigma civilizacional e a uma transformação ecossocialista.

Sonhar com um socialismo verde ou, ainda, nas palavras de alguns, com um *comunismo solar*, e lutar por esse sonho, não quer dizer que não nos esforcemos para aplicar reformas concretas e urgentes. Se não devemos nutrir ilusões sobre um “capitalismo limpo”, devemos, entretanto, tentar ganhar tempo e impor aos poderes públicos algumas mudanças elementares: a proibição dos gases CFC que estão destruindo a camada de ozônio, uma moratória geral da produção de organismos geneticamente modificados, uma redução drástica da emissão de gases que causam o efeito estufa, uma regulamentação estrita da pesca industrial e da utilização de pesticidas como substâncias químicas na produção agroindustrial, uma taxa sobre os automóveis poluentes, um desenvolvimento muito maior do transporte público, a substituição progressiva de caminhões por trens. Essas questões, entre tantas outras, estão no coração da ordem do dia do movimento altermundialista e do Fórum Social Mundial. Trata-se de um progresso no âmbito da política, que permitiu, desde a manifestação de Seattle em 1999, a convergência de movimentos sociais e ecológicos em um combate comum contra o sistema. Essas reivindicações ecossociais urgentes podem conduzir a um processo de radicalização com a condição de que não sejam adaptadas às exigências da “competitividade”. Segundo a lógica do que os marxistas chamam de “programa de transição”, cada pequena vitória, cada avanço parcial conduz a uma reivindicação mais importante, a um objetivo mais radical. Essas lutas em torno de questões concretas são importantes não somente porque as vitórias parciais são úteis elas mesmas, mas também

22 D. Singer. *À qui appartient l'avenir? Pour une utopie réaliste*. Bruxelles: Complexe, 2004, p.304-5.

porque contribuem para uma tomada de consciência ecológica e socialista. Além disso, essas vitórias favorecem a atividade e a auto-organização a partir de baixo: são duas pré-condições necessárias e decisivas para alcançar uma transformação radical, isto é, revolucionária, do mundo.

As experiências no nível local, como as zonas sem automóveis em diversas cidades europeias, as cooperativas de agricultura orgânica lançadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil (MST) ou o orçamento participativo de Porto Alegre são exemplos limitados, mas não desinteressantes de uma mudança social e ecológica. Com suas assembléias locais que decidiam as prioridades do orçamento, Porto Alegre era talvez, apesar de seus limites e até a derrota da esquerda nas eleições municipais em 2002, o exemplo mais interessante de um “planejamento a partir de baixo”.<sup>23</sup> Devemos, entretanto, admitir que mesmo que alguns governos tenham adotado algumas medidas progressistas, as coalizões de centro-esquerda ou “vermelhos/verdes” na Europa e na América Latina foram decepcionantes porque ajustadas aos limites das políticas socioliberais de adaptação à globalização capitalista.

Não haverá transformação radical enquanto as forças engajadas em um programa radical socialista e ecológico não forem hegemônicas, no sentido em que o entendia Antonio Gramsci. Num certo sentido, o tempo é nosso aliado, porque trabalhamos para a única mudança capaz de resolver os problemas do meio ambiente, cuja situação apenas se agrava com ameaças – como a mudança climática – que estão cada vez mais próximas. Por outro lado, o tempo está contado, e em alguns anos – ninguém saberá dizer quantos – os estragos poderão ser irreversíveis. Não há razão para otimismo: o poder das elites atuais no comando do sistema é imenso e as forças de oposição radical são ainda modestas. No entanto, elas são a única esperança que temos para colocar um freio ao “progresso destrutivo” do capitalismo. Walter Benjamin propunha definir a revolução não como “locomotiva da história”, mas como ação salvadora da humanidade que puxa os freios de emergência antes que o trem mergulhe no abismo...<sup>24</sup>

23 Ver S. Baierle. The Porto Alegre Thermidor, *Socialist Register*, 2003.

24 W. Benjamin. *Gesammelte Schriften*. Suhrkamp: Frankfurt, 1980, v. I/3, p.1232.

# A institucionalidade financeira

NELSON PRADO ALVES PINTO\*

## 1. Introdução

Embora seja difícil acompanhar a intensa produção acadêmica sobre um tema como o “capital financeiro”<sup>1</sup> é possível afirmar que, em termos gerais, essa literatura tem apresentado pouca preocupação com uma análise mais sistemática do processo histórico, de longo prazo, que configurou aquilo que é com frequência referido como a “financeirização capitalista”.<sup>2</sup> Por razões possivelmente defensáveis – o recente agravamento da situação econômica dos países centrais e a crescente interdependência das diversas realidades nacionais –, esse tema tem estado excessivamente associado ao período que se inicia na década de 1960 e, mais particularmente, a seus desdobramentos internacionais. Vale dizer que a maior parte desses estudos tem recorrido a uma periodização que reflete muito mais as crises financeiras e seus impactos em âmbito internacional (a falência dos Acordos de Bretton Woods, o surgimento do euromercado, a desregulamentação do setor financeiro, a fragilização do setor bancário etc.) do que o movimento de financeirização propriamente dito. Conquanto obviamente interligados, esses dois processos não se confundem e sua superposição analítica pode criar dificuldades importantes para a compreensão da dinâmica capitalista atual.

Assim é que o presente artigo pretende reconstituir – de forma esquemática, evidentemente – o processo histórico-institucional de financeirização capitalista,

---

\* Professor de Economia da Unicamp.

1 As aspas estão sendo utilizadas para prevenir o leitor sobre a imprecisão de um termo, de uso corrente, que será mais bem definido logo adiante.

2 Ver a nota 1.

com o objetivo de trazer ao debate uma interpretação cujo horizonte temporal não se limite aos contratemplos da finança nacional/internacional do período recente (1960-2008), mas que se estenda e vá buscar suas raízes nas contribuições teóricas do final do século XIX e início do XX. Refiro-me, em especial, aos trabalhos de Marx e Hilferding – e, secundariamente, a Hobson, Veblen, Berle e Means<sup>3</sup> – e, portanto, a um universo conceitual bastante anterior aos *hedge funds* ou à multiplicação dos *swaps* cambiais que tanto preocupam os analistas contemporâneos.

Por essa razão, sem originalidade e de forma bastante abreviada – já que essa questão foi tratada em detalhe em trabalho anterior<sup>4</sup> – recorro à caracterização proposta por Hilferding quando esse autor afirma que:

Chamo de capital financeiro o capital bancário, isto é, capital em forma de dinheiro, que deste modo se transforma em capital industrial. Frente aos proprietários mantém sempre a forma de dinheiro, é investido por eles sob a forma de capital monetário, de capital produtor de juros, e pode sempre ser retirado sob a forma de dinheiro.<sup>5</sup>

Dessa definição ressalto a *forma dinheiro* e o *produtor de juros* uma vez que esses dois atributos configuram, a meu modo de ver, o que há de essencial no capital financeiro, ou seja: o seu potencial de valorização – juro, dividendo, elevação do preço do título – associado à sua liquidez – prontamente conversível em dinheiro.

Nesse sentido, proponho que o exame do processo que culmina no que estou chamando de financeirização da riqueza capitalista se apóie na observação de um duplo movimento: a crescente organização dos recursos produtivos sob a forma de sociedades por ações e a substituição da posse de bens tangíveis pela propriedade de títulos negociáveis como elemento dinâmico no processo de acumulação da riqueza privada. Não há aqui qualquer referência explícita ao crescimento do *setor financeiro*, uma vez que seu papel é meramente instrumental e, embora seja imprescindível, ele não deve ser exagerado sob pena de obscurecer os traços fundamentais daquele desenvolvimento histórico. Na verdade, a preeminência dos grandes bancos comerciais e de investimento na Alemanha do último quartel do século XIX constituiu apenas um dos mecanismos pelos quais aquele processo to-

3 Karl Marx. *Das Kapital – Kritik der politischen Ökonomie* 1867, 1885 e 1894; R. Hilferding. *Das Finanzkapital: Eine Studie über die jüngste Entwicklung des Kapitalismus*, 1910; John A. Hobson. *The Evolution of Modern Capitalism*, 1894; Veblen Thorstein. *The Theory of the Business Enterprise*, 1904; Adolf A. Berle e C. Gardiner Means. *The Modern Corporation and Private Property*, 1932.

4 Ver Nelson P. A. Pinto. O Capitalismo Financeiro. *Crítica Marxista*, São Paulo: Xamã, v.5, 1997, p.9-26; e Nelson P. A. Pinto. *Finance Capital Revisited, Marxian Economics*, v. I. England: Macmillan/St. Martin's Press, 1998, p.216-32.

5 R. Hilferding. *Das Finanzkapital: Eine Studie über die jüngste Entwicklung des Kapitalismus*, 1910; tradução inglesa *Finance Capital: A study of the latest phase of capitalist development*. London: Routledge & Kegan Paul, 1981, p.225.

mou corpo. Ao se debruçar sobre aquela realidade, Hilferding acabou por contribuir para que seus intérpretes menos cautelosos incorporassem aquelas características a um conceito cujo grau de abstração não permite tal associação.

Tal desdobramento, por si só, já seria suficiente para indicar a conveniência de se evitar a evolução alemã como um paradigma dessa interpretação teórica. Ao mesmo tempo, contudo, as razões que favorecem a escolha da formação norte-americana vão bastante além dessa questão.

Nos Estados Unidos, a sociedade por ações de propriedade privada – na sua versão contemporânea – assumiu o caráter de instituição dominante no bojo do mesmo processo que, ao longo do século XIX, conduziu aquele país à posição de liderança mundial. Já no período de 1896-1900 os Estados Unidos eram responsáveis por cerca de 30% da produção industrial mundial ultrapassando a Grã-Bretanha que, com 20% do total, passava a ocupar um distante segundo lugar.<sup>6</sup> Pode-se dizer que a internacionalização da produção capitalista foi conduzida ou, pelo menos, fortemente influenciada por aquele modelo institucional. Sua constituição e subsequente expansão produziram efeitos que ultrapassaram largamente os limites geográficos do seu país de origem.

Embora não se devam minimizar as diversidades sociopolíticas que interagiram, e ainda interagem, na conformação de tipos distintos de “capitalismo financeiro”, a análise da evolução norte-americana proporciona, muito mais do que a de qualquer outra realidade histórica desse período, 1840-1970, uma compreensão abrangente dos elementos essenciais a essa abstração teórica. Nesse sentido é possível identificar, pelo menos, duas fases características ao longo dessa evolução. A primeira se inicia com o surgimento das grandes empresas ferroviárias em meados do século XIX e se encerra com o extraordinário surto de fusões de 1895-1904. Boa parte dos empreendimentos que viriam a dominar as atividades da indústria, dos transportes e dos serviços nos Estados Unidos surgiu e se consolidou nessa etapa. O segundo período, que vai de 1904 a aproximadamente 1970, marca o desenvolvimento dos mecanismos institucionais de liquefação da propriedade capitalista (ações e títulos em geral), de sorte a transformar a unidade empresarial num aglomerado de ativos negociáveis e recombináveis a qualquer tempo e de forma quase instantânea. A tipificação dessa nova fase é ilustrada pelo movimento de conglomeração (aquisição de empreendimentos não relacionados) dos anos de 1960, imediatamente seguido pelos desinvestimentos (venda de unidades empresariais) dos anos de 1970.<sup>7</sup>

Com o objetivo de caracterizar esse processo histórico do ponto de vista analítico é conveniente desdobrá-lo em, pelo menos, três aspectos fundamentais. O primeiro – seguindo a noção de capital financeiro aqui utilizada – diz respeito

6 W. W. Rostow. *The World Economy: History and Prospect*. Austin: Tex, 1978, p.52-3, citado em Chandler Jr. & Alfred D. *Scale and Scope*. Cambridge: Harvard University Press, 1990, p.4.

7 A esse respeito ver Chandler, 1990, p.624.

às causas e à forma pela qual as companhias por ações assumiram um papel de destaque nos Estados Unidos dos séculos XIX e XX. O segundo trata das relações de propriedade que viabilizaram esse desenvolvimento no âmbito estrito de uma sociedade e de uma ideologia fortemente privatistas. E, por último, mas sem qualquer conotação de hierarquia ou dependência metodológica, cumpre destacar a estrutura legal e institucional que revestiu essa transição, para o que aqui se definiu como um novo estágio do capitalismo norte-americano.

## O desenvolvimento inicial: 1840-1904

### 2.1 A sociedade por ações

O movimento de organização dos recursos produtivos sob a forma de sociedade por ações tomou vulto nos Estados Unidos já a partir da década de 1840, quando a expansão da rede ferroviária e do sistema de comunicações (telégrafo) passou a exigir uma estrutura organizacional que ultrapassava os limites impostos pelo empreendimento familiar. Tratava-se, como ressaltou um dos seus principais estudiosos, Alfred Chandler,<sup>8</sup> de atividades cuja supervisão e coordenação requeriam estruturas funcionais complexas e geograficamente dispersas. Além disso, a centralização de riqueza necessária ao desenvolvimento desses empreendimentos estava acima das disponibilidades ou, pelo menos, do risco aceitável por capitalistas individuais. Ainda segundo Chandler, esse desdobramento *levou ao crescimento dos primeiros mercados de capitais modernos nos Estados Unidos*.<sup>9</sup>

Ou seja, a incorporação acelerada de novos territórios com abundantes riquezas naturais, associada ao crescente influxo de imigrantes europeus, que caracterizou o século XIX nos Estados Unidos,<sup>10</sup> abriu perspectivas de acumulação cuja consecução era incompatível com os mecanismos institucionais então existentes. Com isso não se quer dizer que a sociedade por ações de propriedade privada fosse um instrumento desconhecido dos capitalistas europeus ou mesmo dos norte-americanos. Já desde o século XVI, e em particular nos empreendimentos mercantis que marcaram a expansão comercial europeia, o recurso à associação de numerosos homens de negócios vinha sendo uma prática bastante difundida. Nesses casos, em nome do interesse nacional, a licença de incorporação vinha associada à concessão de uma série de privilégios (direito de desapropriação,

8 Alfred D. Chandler Jr. *Strategy and Structure: Chapters in the History of the Industrial Enterprise*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1962; *The Visible Hand: The Managerial Revolution in American Business*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1977; *Scale and Scope*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1990.

9 Alfred D. Chandler Jr. "Rise and Evolution of Big Business". Glenn Porter (Ed.) *The Encyclopedia of American Economic History*. New York: Scribner's, 1980, v.II, p.620; *Scale and Scope*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1990, p.57-8.

10 Em 1800 o território dos treze estados que formavam a nova nação totalizava cerca de 2,3 milhões de km<sup>2</sup>, contando com uma população de pouco mais de 5,3 milhões. No início do século XX (1900) os Estados Unidos possuíam 76 milhões de habitantes dispersos numa área de quase 9,4 milhões de km<sup>2</sup>.

isenções tributárias etc.) e do monopólio sobre certas atividades de transporte, comércio ou mesmo da produção de bens. Esse caráter de concessão real, muitas vezes monopólico e quase sempre sob a justificativa do interesse metropolitano, acabou por inspirar uma compreensível desconfiança numa população cuja autonomia era produto de sua luta contra as imposições da monarquia britânica.

Do ponto de vista econômico, no entanto, a moderna sociedade por ações distinguiu-se da sua homônima mercantil menos pela sua forma do que pela sua função no seio de uma economia já então sob o crescente domínio do capital industrial. O antigo caráter de associação criada com um objetivo público determinado (colonização de uma região, transporte de mercadorias e passageiros etc.) foi sendo gradualmente abandonado para assumir uma feição genérica de instrumento acelerador do processo de acumulação privada de capitais. Essa transformação teve na revogação do Bubble Act do Parlamento britânico (em 1825) e na aprovação da lei de livre incorporação (em 1856) seus marcos decisivos no contexto jurídico daquele país.<sup>11</sup> No caso norte-americano o processo de generalização das sociedades por ações foi legalmente menos abrupto – como se verá adiante – embora tão ou mais acelerado do que o ocorrido na sua antiga metrópole. Ao final do século XIX, mais de dois terços da produção norte-americana de manufaturados era de responsabilidade desse tipo de entidade.<sup>12</sup>

Nesse sentido, embora a crescente complexidade administrativa (unidades multidivisionais, gerentes profissionais etc.) dos grandes empreendimentos privados da segunda metade do século XIX deva ser tratada como um dos aspectos importantes do progresso técnico e científico do período,<sup>13</sup> a transformação dos mecanismos de apropriação do excedente requer uma análise de caráter distinto. Não se tratava apenas de um obstáculo técnico ao processo de acumulação, mas também – e sobretudo – da explicitação de um sistema econômico no qual o direito ao lucro estava, e está, desvinculado da atividade ou talento do proprietário/empreendedor.

Na verdade, o surgimento da grande empresa nos Estados Unidos foi acompanhado, *pari passu*, pelas instituições dedicadas ao comércio de seus títulos. Ou seja, o crescimento das escalas de produção/comercialização, e, portanto, das exigências de uma concorrência que impôs o mecanismo associativo como o instrumento central de valorização do capital, só se tornou dominante uma vez

11 A medida parlamentar de junho de 1720 conhecida como o Bubble Act teve por objetivo proibir a criação de sociedades por ações que não fossem estabelecidas (incorporadas) por decretos reais ou parlamentares. Revogado em 1820, o Parlamento britânico aprovou em 1856 o Joint Stock Companies Act que facultou a criação de sociedades por ações de capital limitado (*limited liability* – passivo limitado) sem prévia aprovação governamental.

12 Adolf A. Berle e C. Gardiner Means. *The Modern Corporation and Private Property* 1932, 1968; trad. bras. da ed. revista de 1968 *A moderna sociedade anônima e a propriedade privada*. São Paulo: Nova Cultural, 2.ed., 1987, p.14 (Col. Os Economistas).

13 Chandler, 1980, p.619.

que o controle da riqueza permaneceu em mãos capitalistas. O mercado de ações proporcionou o mecanismo pelo qual o capitalista/acionista (não-gerente, ou até mesmo também gerente) manteve o controle sobre sua aplicação. Selecionar e compor sua carteira de títulos passou a expressar o poder exercido pelo proprietário, no contexto dessa nova fase histórica.

Tais instituições são encontradas nos Estados Unidos já em meados do século XVIII<sup>14</sup> e em 17 de maio de 1792, 28 corretores organizavam em Nova York (no Tontine Coffee House da Wall Street) o que viria a ser um das primeiras bolsas regulares no qual se negociavam títulos em leilão. Nessa época ainda superada pela concorrência do Philadelphia Exchange, a entidade em questão iria se transformar no New York Stock and Exchange Board em 1817, e mais tarde, em 1863, no New York Stock Exchange (NYSE), que continua sendo até hoje a maior e mais influente bolsa de títulos do mundo.

As bem conhecidas vicissitudes que caracterizaram as primeiras décadas de existência dessas instituições – fraudes, ondas especulativas, manipulações de preços, pânico etc. – acabaram por monopolizar a atenção dos observadores menos cuidadosos, relegando a um segundo plano seu caráter mais geral de elemento fundador de um capitalismo liderado pelas sociedades por ações (*corporations*). Daí em diante, onde quer que a concorrência intercapitalista nos Estados Unidos tenha exigido concentrações de recursos só viáveis sob a forma de sociedades por ações, foram-se desenvolvendo concomitantemente as instituições negociadoras desses títulos.

O progresso dos transportes e das comunicações foi também responsável pelo desenvolvimento de um mercado mobiliário nacional, e pela gradual centralização dessas atividades nas instituições da Costa Leste, que acabaram por impor sua supremacia econômica. A preeminência de Wall Street (também em relação às praças de Boston e da Filadélfia) acentuou-se com o extraordinário estímulo provocado pela expansão ferroviária norte-americana.

Nessa mesma linha, a constituição das empresas manufatureiras de âmbito nacional, ao final da Guerra Civil, foi acompanhada pelo desenvolvimento do mercado para seus títulos. Se até então as companhias de transporte ferroviário, as empresas mineradoras e, em menor escala, as fábricas de tecidos haviam dominado o comércio de ações, o fim do século XIX vai marcar uma transformação substancial neste cenário. Assim como a incorporação de novos territórios, aliada ao progresso da revolução industrial (motor a vapor, siderurgia etc.), tinha resultado nas avultadas companhias ferroviárias e de mineração, a expansão e a integração do mercado nacional foram responsáveis pela criação dos grandes empreendimentos industriais desse período.

---

14 Os parágrafos que seguem foram baseados num resumo desse processo histórico apresentado por Sobel & Robert. *Exchanges*. In: Glenn Porter (Ed.) *The Encyclopedia of American Economic History*. New York: Scribner's, 1980, v.II, p.696ss.



Na verdade,<sup>15</sup> a revolução nos transportes e nas comunicações provocada pela ferrovia e pelo telégrafo abriu caminho para a profunda transformação operada na distribuição e no comércio de bens no território norte-americano. Neste último setor, os atacadistas que prevaleceram no período anterior à Guerra Civil foram sendo rapidamente substituídos, nas décadas de 1860 e 1870, por lojas de departamentos, companhias de vendas através do correio e grandes cadeias de lojas.

O progresso técnico que caracterizou esse período conhecido como o da Segunda Revolução Industrial (energia elétrica, motor a explosão, petróleo, indústria química etc.) aliado ao impulso proporcionado pelos canais de comercialização que davam acesso a um mercado consumidor que, em 1870, reunia uma população de 39,3 milhões com renda *per capita* de US\$ 764 resultou numa ampliação das escalas de produção sem precedentes na história do capitalismo.<sup>16</sup> O pequeno, ou mesmo o médio, industrial local/regional não podia fazer frente à concorrência dos empreendimentos de âmbito nacional, cujos custos unitários e/ou poder de mercado (publicidade, qualidade e diferenciação de produtos) eram substancialmente mais vantajosos.

Essa fase da história econômica norte-americana caracterizou-se, ao mesmo tempo, por uma aguda instabilidade cíclica e pelo acirramento da competição intercapitalista. As crises recessivas de 1873-1878, 1882-1885 e 1893-1897 foram marcadas por “guerras” entre empresas rivais, ondas de falências e de desemprego, corridas aos bancos e pânicos financeiros que acabaram por provocar uma queda no nível geral de preços de quase 30% ao final desse período (1873-1896).<sup>17</sup> Mercados ou setores produtivos de estrutura indefinida – não oligopolizados – eram freqüentemente assolados por uma concorrência predatória que dificultava o progresso da acumulação. A ampliação dos investimentos em ativos fixos – que as oportunidades técnicas e de mercado vinham proporcionar – exigia retornos estáveis por longos períodos.

As especificidades dos diversos ramos produtivos acabaram por determinar soluções distintas para esse obstáculo. Assim, em alguns casos, a integração vertical foi o caminho mais bem-sucedido, fazendo que as empresas desenvolvessem seus próprios suprimentos de matérias-primas e organizações próprias para a distribuição de seus produtos. Noutras atividades, as associações horizontais (cartéis, trustes, acordos formais ou informais entre companhias independentes) indicaram a trajetória dominante. Essa segunda alternativa foi a responsável por profunda controvérsia política e social cujos desdobramentos tiveram uma influên-

15 Essa síntese acompanha a descrição de Chandler, 1990, , op. cit., especialmente no capítulo 3, “The Foundations of Managerial Capitalism in American Industry”, p.51ss.

16 Nessa mesma data a renda *per capita* da população britânica e alemã eram, respectivamente, de US\$ 972 e 31,3 milhões de habitantes e de US\$ 535 e 39,2 milhões de habitantes (valores em dólares norte-americanos de 1970). Ibidem, p.52.

17 Cf. Richard B. DuBoff. *Accumulation & Power, An Economic History of the United States*. Armonk, NY: M.E. Sharp, Inc., 1989, p.47.

cia marcante na estrutura empresarial que dominou a economia norte-americana daí em diante. Entre os principais eventos comumente destacados nesse período de transformações institucionais estão a Lei de Comércio Interestadual de 1877 (disciplinando, de início, o transporte ferroviário), a Lei Sherman de 1890 (dificultando a combinação de empresas independentes com o objetivo de reduzir a concorrência) e o extraordinário movimento de fusões que agitou a década de 1895 a 1904.

Também no setor industrial, os empreendimentos familiares cederam lugar às companhias cujas ações substituíram os haveres produtivos nas carteiras dos homens de negócios (antigos industriais). Mas, se as empresas ferroviárias (e, em menor escala, as mineradoras e companhias têxteis) haviam sido as responsáveis iniciais pelo desenvolvimento de um mercado bursátil regular para os seus títulos, as *industrials* – como eram conhecidas as ações das empresas manufatureiras – só ganharam espaço a partir da década de 1890. Até então, as crises e o turbulento processo de transformação da estrutura dessa atividade dificultavam sua aceitação generalizada. Nesse sentido, segundo Navin e Sears:<sup>18</sup>

Antes de 1890, um homem com um excedente de capital para investir provavelmente aplicaria em haveres imobiliários. Caso preferisse adquirir títulos, ele dispunha de uma gama restrita de opções. O principal tipo de investimento em papéis era vinculado ao setor ferroviário. Títulos industriais, exceto das indústrias de carvão ou têxteis, eram quase desconhecidos.

Este era, na verdade, um dos pontos de estrangulamento – o outro era a questão da instabilidade das estruturas de mercado – a dificultar o aprofundamento desse processo de transição. A passagem da propriedade e gerência familiares para o empreendimento profissional, cujos benefícios eram partilhados pelos seus acionistas, requereu a institucionalização do mercado para esses títulos.

Assim como os grandes empreendimentos ferroviários, cujas ações e debêntures foram garantidas por propriedades imobiliárias adjacentes às linhas férreas ou mesmo por avais de governos estaduais, os títulos industriais tiveram de apresentar perspectivas sólidas antes de serem reconhecidos como uma forma desejável de riqueza. Por outro lado, só a estabilização dos mercados industriais poderia proporcionar a segurança necessária ao investimento nesse processo de consolidação. Vale dizer que a vitória na “guerra” entre competidores exigia uma concentração de recursos – seja para conquistar posições dominantes, seja para comprar empresas rivais – os quais estavam fora do alcance ou do risco desejável para os indivíduos comprometidos com as empresas familiares. Tratava-se evidentemente de um processo correlacionado e auto-alimentado; o sucesso dos

18 Thomas R. Navin e V. Marian Sears. *The Rise of a Market for Industrial Securities, 1887-1902*, *The Business History Review*, 29:105-38, junho 1955, p.106.

trustes/cartéis<sup>19</sup> ou das fusões estimulava os investidores uma vez que acenavam com o controle de mercados antes fragmentados, viabilizando assim a reunião dos recursos necessários a essas mesmas operações. Para o pequeno ou o médio industrial, a pressão da concorrência somava-se à atração de um investimento em ações cuja garantia residia na posição de destaque que o novo empreendimento apresentava.

Ainda segundo Navin e Sears<sup>20</sup> a análise do processo de generalização da aceitação dos títulos industriais (*industrials*) ou, em outros termos, a ampliação do reconhecimento social de seu caráter de riqueza privada pode ser dividida em quatro etapas. A primeira abrangeu o período até o fim da década de 1880, quando esses títulos eram pouco conhecidos e bastante ilíquidos. A formação dos trustes (o pioneiro, *Standard Oil Trust*, de 1882) e a comercialização dos certificados emitidos por essas novas entidades (*trust certificates*) corresponderam à segunda etapa, 1890-1893, quando a negociação e a cotação desses papéis passaram para o interior das bolsas de valores, por oposição ao mercado externo e irregular também conhecido como *curb market* da fase anterior. O terceiro período – 1897/1902 – coincide com o aprofundamento do movimento de fusões, a partir de 1898, quando tais operações foram promovidas principalmente com o objetivo de comercializar os títulos de acionistas não dominantes, ou mesmo daqueles controladores que desejavam reduzir suas participações nas gigantescas entidades que foram geradas nesse processo. A quarta e última etapa – a partir de 1902 –, traduz o prestígio e a confiabilidade adquiridos pelos papéis industriais. O patrocínio de suas emissões (*underwriting*) passa a contar com a participação dos tradicionais bancos de investimentos, já dominantes no financiamento das operações que envolveram as companhias ferroviárias, entre os quais J. P. Morgan & Company irá assumir uma posição de notório destaque.

Em síntese, o surgimento da grande empresa privada, inicialmente nos transportes e comunicações, e depois no comércio e na indústria, veio ampliar a participação de uma forma de riqueza capitalista – títulos que conferem direitos sobre um rendimento futuro – que irá gradualmente se tornando dominante no processo de acumulação de capital. Em termos agregados, essa evolução pode ser observada a partir do que Goldsmith denominou de “cociente de intermediação financeira” (25,0% em 1800 para 100,3% em 1922),<sup>21</sup> ou seja, da proporção entre os haveres não tangíveis (aqui chamados de financeiros) e os tangíveis<sup>22</sup> (bens e/

19 Tais acordos – formais ou informais – foram proibidos a partir de 1890, quando começou a acelerar-se o movimento de fusão ou aquisição integral dos concorrentes.

20 Cf. Navin e Sears, p.136ss.

21 Raymond Goldsmith. *Financial Intermediaries in the American Economy Since 1900*. Princeton: Princeton University Press, 1958, p.57-8, 318-9, 321, 331-3.

22 O termo bens tangíveis abarca aqui tanto alguns dos produtos e serviços capazes de atender às necessidades humanas (imóveis residenciais, bens de consumo durável etc.) quanto recursos produtivos que, na verdade, incluem todos e quaisquer elementos necessários ao processo de produção.

ou recursos produtivos). A noção de intermediação reflete a interposição de um elemento (ação, debênture, depósitos bancários, certificados de investimento etc.) entre o beneficiário e a fonte geradora desse benefício. Deve-se ressaltar que essa intermediação nem sempre corresponde à interferência direta de uma terceira entidade (em geral associada ao setor financeiro), embora requeira o desenvolvimento de uma estrutura institucional complexa que assegure os privilégios que lhe são inerentes. Assim, um indivíduo poderia adquirir títulos de uma empresa diretamente no guichê de sua tesouraria, embora somente o fizesse – ou melhor, somente o faria em escala apreciável, na medida em que um mercado de títulos consolidado (leis, regulamentos e uma instituição prestadora de serviços “financeiros”) viabilizasse sua pronta reconversão em moeda.

Ressalte-se que o crescimento desse índice (25 para 100,3) reflete não apenas o processo de financeirização que acompanhou o surgimento da grande empresa na economia norte-americana como também seu notável crescimento ao longo desse período. Convém lembrar que o total de haveres tangíveis em 1912 era mais de onze vezes superior ao que existia em 1860 (US\$ 326,0 bilhões em oposição à US\$ 2,4 bilhões).<sup>23</sup>

## 1.2 A riqueza privada

Embora a forma de organização dos recursos produtivos (a expansão da grande empresa) e a composição da riqueza privada (com o crescimento da participação dos títulos negociáveis) estivessem em acelerado processo de transformação, o controle da propriedade capitalista permanecia em mãos de um pequeno segmento dessa sociedade. Ou seja, o desenvolvimento econômico ensejado pela ampliação das economias de escala associado à crescente mobilidade da riqueza não significou a dispersão – relativa – de seus benefícios. Muito pelo contrário, todas as evidências disponíveis, ainda que precárias, indicam a manutenção de um elevado nível de concentração da propriedade.

Por outro lado, tampouco se deve vincular o movimento de fusão de companhias e, portanto, de centralização do comando sobre máquinas e equipamentos, antes operando independentemente, à espoliação dos antigos proprietários como, às vezes, o próprio Marx parece sugerir. Tratou-se, na maioria dos casos, de uma alteração voluntária da sua forma de participação na riqueza do País.

Ao analisar as razões que levaram os acionistas/proprietários individuais a participar do movimento de fusões dos períodos de 1890-1893 e 1898-1902, Navin e Sears, embora lastimando a falta de informações mais completas sobre o assunto, sugerem que “... aparentemente uma das fortes motivações era a oportunidade de liquidar parte de seus investimentos, associada a possibilidade de manter-se como um co-proprietário”.<sup>24</sup>

<sup>23</sup> Ibidem.

<sup>24</sup> Navin e Sears, p.127.

Nesse sentido, não há porque supor que a transição da situação de proprietário-gerente para a de acionista minoritário tenha implicado uma redução da riqueza pessoal dos antigos capitães de indústria. É possível, e até provável, que os acionistas controladores, os promotores e/ou eventuais intermediários dessas operações tenham-se apropriado de uma parcela desproporcional dos ganhos gerados por essas trocas de títulos.<sup>25</sup> Tratava-se apenas da exploração de oportunidades transitórias geradas por uma intensa atividade bursátil.

Aliás, não era apenas o jogo de Bolsa que permitia, e permitiu, lucros exagerados (muito acima do usual nas empresas comerciais ou industriais). Esse período abrangido pelos anos que vão da Guerra Civil até o fim do século XIX é também conhecido como a época áurea dos *robber barons* (barões ladrões). Dos grandes empreendimentos ferroviários (*Vanderbilt*) à prospecção e refino de petróleo (*Rockefeller*), passando pela siderurgia (*Carnegie*) ou pelo investimento imobiliário (*Astor*), nenhum setor importante da economia norte-americana deixou de contribuir para a história das grandes fortunas acumuladas de forma nebulosa.

Tudo indica que essa pirâmide socioeconômica manteve-se bastante rígida ao longo desse período (1850-1900) resultando numa concentração de riqueza que conferia ao 1% mais rico o controle sobre uma fração da riqueza nacional que oscilou entre 21 e 31%.<sup>26</sup> Vale dizer que a despeito de um crescimento populacional de mais de 200% (de 23,2 milhões para 76 milhões) e da libertação dos escravos ao final da Guerra Civil, a proporção da riqueza nacional sob domínio das famílias ou dos indivíduos mais ricos permaneceu impressionantemente elevada.

Embora os dados sejam limitados e precários, é possível estimar, a partir dos Censos de 1850-1860-1870 e de algumas projeções baseadas em informações de inventários e de amostras seletivas, um nível de concentração de riqueza no mínimo estável e, possivelmente, em elevação.

Ou seja, o surgimento da grande empresa e a crescente financeirização dos haveres privados operou-se, ao longo desse período, sob a égide de uma estrutura socioeconômica cujos benefícios se mantiveram altamente concentrados. O mito do *self-made man* que coloriu as novelas da marcha para o Oeste e estimulou o extraordinário fluxo migratório que marcou as décadas de 1870 (2,8 milhões de

25 Tanto Hobson (ver principalmente o capítulo X – “O Financista” – p.175 a 200) quanto Hilferding (principalmente o capítulo 8 – “The Stock Exchange”) parecem exageradamente preocupados com esse fenômeno sem indicar seu caráter transitório. Essa crítica, aliás, carrega forte dose de equívoco ideológico, já que o capitalismo é por definição um sistema essencialmente especulativo (em todas as suas dimensões, não apenas na bursátil), ao mesmo tempo que seu desenvolvimento não está obrigatoriamente vinculado à fraude ou ao estelionato.

26 Soltow, Lee. *Men and Wealth in the United States, 1850-1870*, apud por Lindert e Williamson; Peter H.; Jeffrey G. *Three Centuries of American Inequality*. Institute for Research on Poverty. Discussion papers, University of Wisconsin-Madison, March, 1976, p.19; Gallman, Robert E. *Trends in the Size Distribution of Wealth in the Nineteenth Century: Some Speculations in Six Papers on the Size Distribution of Wealth and Income*. Soltow, Lee (Ed.). NBER, New York: Columbia University Press, 1969, p.6ss.

imigrantes), 1880 (5,3 milhões), 1890 (3,7 milhões) e 1900 (8,8 milhões) não encontra muito respaldo nos fatos históricos. Com isso, evidentemente, não se pretende negar a elevação do padrão de vida absoluto da população norte-americana, embora as razões para esse progresso devam ser buscadas não no advento da grande empresa (sociedade por ações), mas nas lutas políticas e sindicais que caracterizaram o último quartel do século XIX.

### 1.3 As instituições legais

A institucionalização da sociedade por ações nos Estados Unidos esteve associada não apenas ao extraordinário crescimento daquele país durante o século XIX, mas também ao próprio processo de consolidação dessa região socioeconômica num poderoso Estado nacional. Do seu rompimento com a metrópole britânica (1776) à Guerra de Secessão em 1861-1865, e mais ainda nas quatro décadas que se sucederam até a Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos atravessaram um período de acelerada transformação jurídico-institucional cuja singularidade teve profundas conseqüências sobre o caráter do seu capital financeiro.

Inicialmente, essa nova forma de organização dos recursos produtivos desenvolveu-se num ambiente jurídico pouco sedimentado e sem antecedentes históricos que lhe servissem de fundamento. Não porque os direitos de propriedade na jovem nação republicana se distinguissem essencialmente daqueles que prevaleciam na antiga metrópole monárquica, mas antes pelo feito inovador da sociedade por ações no capitalismo industrial do século XIX. A partir das concessões reais/governamentais para a execução de tarefas consideradas prioritárias ao capitalismo mercantil dos séculos XVI, XVII e XVIII, tais entidades foram gradativamente assumindo a função de um mecanismo geral e instrumental para o aprofundamento da acumulação privada numa economia dominada pelos grandes empreendimentos fabris.

O progresso técnico que permitiu a interligação das Costas Leste e Oeste através da ferrovia e do telégrafo resultou num espaço econômico que foi um dos elementos-chave no surgimento da grande empresa (*corporation*). Esse espaço, entretanto, não se definiu apenas pelo tamanho de sua população ou pelo volume e diversidade de seus recursos produtivos. A sociedade por ações, com sua abrangência nacional, refletiu a expansão de um conjunto de relações sociais cuja amplitude geográfica não estava garantida de antemão. A centralização do comando sobre recursos produtivos antes controlados por indivíduos ou famílias independentes trouxe importantes conseqüências sociais e políticas para uma população esparsa e de tradição fundamentalmente rural.

Tanto os poderes Executivo e Legislativo como o Judiciário das diversas unidades federadas eram com freqüência pressionados a impor uma regulamentação discriminatória que defendesse os empresários de seus estados. A subordinação desses diversos espaços econômicos interdependentes, mas politicamente

autônomos, era uma questão decisiva para a viabilização da grande empresa e, portanto, do capital financeiro a ela associado. Nesse sentido, a livre circulação de mercadorias – ou seja, de riqueza – não se distinguia da institucionalização da sociedade por ações. Não apenas porque nessa fase histórica as economias de escala que constituíam sua *raison d'être* fossem de amplitude regional/nacional (multiestadual), mas também porque a uniformização das relações jurídicas que disciplinavam a propriedade da riqueza sob a forma de títulos era crucial para a aceitação desse mecanismo de acumulação.

O gigantismo desses novos empreendimentos, dos quais a ferrovia foi a pioneira, provocou uma resistência social confusa, cuja substância só encontrava raízes nos ideais de igualdade e de rejeição ao passado colonial de sujeição a um poder centralizador (a coroa britânica). Nesse caso, a inquietação com a desigualdade provocada pela concentração de riqueza se expressava numa oposição mal direcionada à sociedade por ações de tradição mercantil. A “nova” sociedade por ações (aquela vinculada ao capitalismo industrial) não se alimentava dos privilégios ou das concessões públicas – embora, evidentemente, não as repelisse. Bancos nacionais, ferrovias interestaduais ou unidades siderúrgicas eram atividades fora do alcance individual e apenas empreendimentos governamentais configurariam alternativas viáveis às companhias particulares. Não se tratava do indivíduo contra a grande empresa, mas da propriedade coletiva (pública) contra a propriedade privada. Essa última, no entanto, refletia uma convicção profundamente arraigada entre os homens livres da jovem nação. A acentuada desigualdade na distribuição da riqueza nacional não parecia abalar a noção de que a propriedade capitalista fosse um elemento essencial à preservação das liberdades individuais pelas quais se havia lutado contra a monarquia inglesa.

Tal controvérsia, no entanto, não impediu que o progresso técnico e a expansão econômica consolidassem uma realidade na qual a grande empresa tornou-se onipresente e insubstituível. As administrações estaduais da segunda metade do século XIX enfrentaram uma situação na qual, ao mesmo tempo que estavam comprometidas com a proteção aos empreendedores locais, não podiam prescindir das sociedades por ações para o progresso de suas economias.

No âmbito federal, as decisões da Suprema Corte,<sup>27</sup> em especial ao longo dos anos de 1875 a 1890, foram gradualmente submetendo as questões de comércio interestadual à competência da União. São desse período as conhecidas sentenças que deram ganho de causa à empresa I. M. Singer & Company contra os Estados de Missouri (*Welton vs. Missouri*, 1876) e Virginia (*Weber vs. Virginia*, 1880) no tocante aos dispositivos fiscais e de licenciamento discriminatório contra seus representantes comerciais. Também no setor de alimentos, os grandes processadores de carnes (Gustavus F. Swift e *Armour & Company*, ambos de Chicago) obtiveram

27 Informações extraídas de Charles W. MacCurdy. *American Law and the Marketing Structure of the Large Corporation, 1875-1890. Journal of Economic History*, Sept., 1978, n.38, p.631-49.

decisões favoráveis em suas representações contra impostos e regulamentos de inspeção que protegiam os pequenos processadores de alimentos locais (*Minnesota vs. Barber*, 1890 e *Brimmer vs. Rebman*, 1891).

Nos anos que se seguiram ao término da Guerra Civil, a indefinição da primeira metade do século XIX foi substituída por uma jurisprudência que passou a apoiar o crescimento do comércio interestadual. Segundo Scheiber<sup>28</sup> esse processo refletiu a pressão das sociedades por ações que, através dos tribunais, tentavam desobstruir sua trajetória de expansão. Quer se tratasse de uma evolução doutrinária autônoma ou de uma resposta às pressões empresariais – ou ainda de uma combinação desses dois movimentos – o resultado foi um conjunto de interpretações das cláusulas de comércio da Constituição que ampliou o escopo de atuação da grande empresa. Consolidou-se assim um espaço jurídico-institucional que se coadunava com as novas formas (tecnológicas e administrativas) do processo produtivo.

Por outro lado, as autorizações de criação e a regulamentação do funcionamento das sociedades por ações permaneciam firmemente restritas ao âmbito estadual. O equilíbrio de poder entre as esferas estadual e federal não permitia estender à empresa a mobilidade nacional que a jurisprudência havia conferido ao seus produtos/serviços. Embora contraditório, esse obstáculo era atenuado por uma realidade em que os diversos estados se abstinham de impor limitações prejudiciais à constituição das sociedades por ações, numa tentativa de estimularem sua reprodução. Na verdade, o sucesso dessas empresas era importante não apenas para o nível de atividades das economias locais e regionais como para o próprio volume das respectivas receitas fiscais. Tal vínculo acabou por desencadear uma autêntica competição entre as diversas unidades federadas na tentativa de sediar o maior número possível de grandes companhias desse tipo. O principal instrumento nessa concorrência foi a aprovação de dispositivos crescentemente liberalizantes para a constituição de tais entidades. Datam desse período os dispositivos genéricos que passaram a permitir o estabelecimento de tais entidades sem a prévia autorização do poder legislativo, ou seja, o direito de atuar comercialmente sob um nome único, com responsabilidade limitada, passou a ser facultado a qualquer grupo de homens de negócios que preenchesse alguns requisitos genéricos pre-estabelecidos. Ao mesmo tempo, as constituições estaduais passaram a restringir, ou até mesmo a proibir, as autorizações para estabelecer sociedades por ações através de atos legislativos especiais. Este foi o caso, por exemplo, de uma emenda constitucional do Estado de Nova York, em 1846.<sup>29</sup>

No curso desse processo, as cláusulas que disciplinavam a relação entre os indivíduos/entidades que interagiam na sociedade por ações (credores, administrado-

28 Harry N. Scheiber. *Federalism and the American Economic Order, 1789-1910*. *Law and Society Review*. Fall, 1975, n.10.

29 J. W. Hurst. *The Legitimacy of the Business Corporation in the Law of the United States 1780-1970*. Charlottesville: The University Press of Virginia, 1970, p.120.



res, fornecedores, acionistas, trabalhadores etc.) foram gradualmente transferidas para o âmbito do direito contratual. Desaparecia assim o caráter de excepcionalidade que em geral vinha associado aos privilégios das antigas sociedades por ações do capitalismo mercantil ou mesmo do início do século XIX. Persistiam, no entanto, as restrições que diziam respeito à mobilidade das companhias em si – em contraste com a circulação de suas mercadorias ou serviços. Alguns estados, no entanto, em sua ânsia de ampliar o número de companhias incorporadas em seu território, introduziram expedientes para facilitar essa mobilidade, ao permitir que companhias estabelecidas sob sua jurisdição possuísem cotas/ações de empresas sediadas em outras unidades da federação. Esse foi o caso, por exemplo, de Nova Jersey em 1888, cujo exemplo foi logo seguido por Delaware.

Essa possibilidade de centralizar a coordenação das atividades produtivas em que antes apenas existia um mercado unificado trouxe profundas conseqüências para a escala e para a amplitude das atividades empresariais. Nesse sentido, os mesmos legislativos estaduais que autorizaram a extensão dessas operações foram incapazes de regulamentar seus efeitos eventualmente nocivos ao desenvolvimento socioeconômico de seus representados/eleitores. Ou seja, o monstro tentacular<sup>30</sup> que o crescimento econômico e a legislação favorável haviam gerado passou a ameaçar seus próprios estimuladores. O clamor público, que já se havia levantado contra os abusos das grandes companhias ferroviárias, passou a estender-se às sociedades por ações em geral (comerciais e industriais).

Mesmo alguns anos mais tarde e a despeito do acelerado crescimento da administração governamental, enquanto, em 1890, pelo menos uma dúzia de companhias ferroviárias comandavam, cada uma delas, mais de 100 mil empregados, o governo federal, em 1901, empregava 103,3 mil funcionários (excluindo os serviços de correio) dos quais apenas 28 mil estavam lotados em Washington.<sup>31</sup> Nesse contexto, a grande empresa capitalista passou a transcender os limites das administrações estaduais sem que se houvesse firmado ainda uma estrutura federal com capacidade para disciplinar seu funcionamento.<sup>32</sup>

O arraigado temor de um poder político centralizador associado ao ideal da propriedade privada que marcavam a tradição jurídico-institucional norte-americana compunha uma trajetória contraditória cuja síntese apontava para a expansão do capital financeiro. Assim foi na questão que envolveu as grandes ferrovias que, desde os primeiros anos da década de 1870, vinham sendo acusadas de práticas discriminatórias prejudiciais aos pequenos e médios empresários e, principal-

30 A grande empresa, o truste, o cartel etc. eram freqüentemente representados como um gigantesco polvo que destruíra seus concorrentes e corrompia o governo.

31 Chandler, 1988, p.426.

32 Nas palavras de McCraw: O que estes números tem que ver com a relação entre as esferas pública e privada? Simplesmente isto: nos Estados Unidos, caso único entre todas as principais economias de mercado, o surgimento da grande empresa precedeu o do grande governo. McCraw, p.42.

mente, aos agricultores. Tarifas monopolistas, descontos discriminatórios e taxas de armazenagem abusivas constituíam algumas das freqüentes queixas contra o poder dessas companhias gigantescas. Em 1877, a Suprema Corte (*Munn vs. Illinois*) reconheceu aos Estados o direito de disciplinar a atividade de transporte a despeito de sua óbvia interferência no âmbito da propriedade privada. As linhas interestaduais, no entanto, escapavam ao controle local e sua regulamentação exigiu uma manifestação do Congresso federal mediante o Interstate Commerce Act e a criação da Interstate Commerce Commission (ICC) em 1887.<sup>33</sup> Embora superficialmente contrárias aos interesses privados, tais medidas reforçavam a jurisdição da União sobre o que antes constituía um privilégio estadual. Além disso, analogamente ao que acontecera com o transporte ferroviário, as grandes empresas dos setores industrial e de distribuição acabaram sendo atingidas pela proibição de promover quaisquer acordos que visassem restringir a concorrência comercial, sob a forma do Sherman Anti-Trust Act de 1890.

Ao mesmo tempo que se admitia que a amplitude desses grandes empreendimentos requeria uma regulamentação centralizada de abrangência nacional, a Suprema Corte estendia sua proteção à sociedade por ações, ao reconhecê-la como titular dos direitos expressos pela 14ª Emenda Constitucional de 1868. Ou seja, as companhias privadas passaram a ser incluídas entre as pessoas às quais se garantia o direito à vida, à propriedade e à liberdade contra quaisquer limitações impostas pela União ou pelos estados federados, sem processo judicial competente. Essa curiosa interpretação de um instrumento jurídico que visava fundamentalmente à proteção das minorias raciais após o término da Guerra Civil foi oficialmente consagrada através de uma decisão da Suprema Corte (*Santa Clara County vs. Southern Pacific Railroad Co.*) de 1886. Nessa sentença, a sociedade por ações foi definitivamente entronizada como uma *pessoa*.<sup>34</sup>

Dessa maneira, ao se iniciar o século XX, a grande empresa tinha adquirido uma vida legal/institucional autônoma que a tornava desvinculada dos indivíduos que a constituíam, fossem eles seus proprietários ou seus administradores. Seus haveres e suas receitas ganharam a proteção de uma jurisprudência cujo objeto era o complexo de recursos produtivos integrados sob a forma de uma instituição que independia dos beneficiários desse empreendimento. No mesmo sentido, essa evolução se fez acompanhar, como não poderia deixar de ser, de uma transformação do significado jurídico da noção de propriedade. Onde antes – numa sociedade fundamentalmente rural – esse conceito exprimia a posse de bens produtivos ou de desfrute pessoal, agora era necessário garantir os benefícios derivados de um título sobre rendimentos futuros.

33 Mary Beth Norton et al. *A People & A Nation, A History of the United States*. Boston: Houghton Mifflin Company, 3.ed. 1990, v.II, p.584.

34 Hurst, p.65; Harry N. Scheiber. Law and Political Institutions. In: Glenn Porter (Ed.). *The Encyclopedia of American Economic History*. New York: Scribner's, 1980, v.II, p.501.

Ao analisar esse processo um observador contemporâneo notou que:

A definição de propriedade se modifica de objetos físicos para o valor de troca de quaisquer coisas, e os tribunais federais assumem agora a jurisdição... [Os] casos... têm girado em torno de um duplo sentido de propriedade, e a transição é a de um significado para ambos os significados [...] Um é Propriedade, o outro é Negócio. O primeiro é propriedade no sentido de Objetos Possuídos, o outro é propriedade no sentido do valor de troca das coisas. Um é objeto físico, o outro são haveres negociáveis.<sup>35</sup>

A federalização dos mercados estaduais, a aceitação dos empreendimentos de âmbito nacional e o reconhecimento de uma nova forma de propriedade privada consolidaram as bases de apoio legal ao desenvolvimento subsequente do capital financeiro.

### 3 A evolução subsequente: 1904-1970

#### 3.1 A sociedade por ações

Na historiografia corrente, as duas primeiras décadas do século XX nos Estados Unidos são em geral conhecidas como a **era progressista** (*the progressive era*),<sup>36</sup> pois nesse período ganharam projeção política uma série de questões sociais que resultaram num conjunto de medidas reformistas, abarcando desde os direitos do trabalhador (proteção à criança e à mulher, regulamentação das condições de trabalho etc.) até a aprovação de um imposto progressivo sobre a renda (1913) e de maior intervenção do governo – federal e estaduais – no controle das atividades empresariais privadas (Pure Food and Drug Act, 1906; Federal Reserve Act, 1913; Federal Trade Commission e Clayton Anti-Trust Act, 1914 etc.). Por outro lado, no entanto, alguns estudiosos mais críticos sugerem que esses anos poderiam ser também, ou talvez até mais bem caracterizados, como os do “triumfo do conservadorismo”.<sup>37</sup> Mas essa quadra que vai do início desse século ao término da Primeira Guerra Mundial (1918) pode ser igualmente descrita como de consolidação da dominação da grande empresa privada.

Independentemente do adjetivo que melhor defina o sentido geral desse período, é possível afirmar que nos primeiros anos do século XX a estrutura produtiva norte-americana já apresentava um perfil empresarial bastante semelhante ao que

35 John R. Commons. *Legal Foundations of Capitalism* (1924) apud por Sklar, Martin J. *The Corporate Reconstruction of American Capitalism, 1890-1916*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, p.49-50.

36 A título de exemplo entre o grande número de livros-texto que adota essa denominação, pode-se mencionar a já citada obra de Mary Norton, cuja terceira edição é de 1990. Cf. Norton, v.II, cap.21.

37 Este é, entre outros, o espírito (e o título) do livro de Gabriel Kolko, *The Triumph of Conservatism*. New York: Free Press, 1963.

prevalece nos dias de hoje. Até quanto à sua roupagem externa (nome, caracterização publicitária, reconhecimento popular), muitas das companhias que viriam a ocupar uma posição importante – e que ainda ocupam nos seus respectivos mercados (Alcoa, Goodyear, R. J. Reynolds, AT&T, Procter&Gamble, Eastman Kodak, Standard Oil, Ford, Du Pont, Sears&Roebuck, General Motors etc.) – emergiram ou se consolidaram a partir do processo de fusão e reestruturação que teve lugar entre os anos de 1895 e 1904. Nesse particular as atividades fabris e comerciais que ensejavam vantagens de escala ou de integração vertical apreciáveis (seja no suprimento de matérias-primas, seja na distribuição aos consumidores) foram gradualmente cristalizando uma estrutura oligopólica, cujo processo de expansão ultrapassou as fronteiras norte-americanas para se inscrever num movimento de acelerada internacionalização. Segundo Chandler:

Em 1917 estas grandes empresas integradas tinham assumido o domínio das indústrias mais importantes para o crescimento sustentado e para a vitalidade da economia norte-americana. Nesta mesma época os seus administradores já tinham desenvolvido as estruturas e os procedimentos operacionais adequados para a gestão de suas companhias.<sup>38</sup>

Sob esse último aspecto – o da gerência desse empreendimentos – o início do século deu continuidade ao processo de profissionalização da administração empresarial que já se iniciara com as grandes ferrovias de meados do século XIX. Ao mesmo tempo que a crescente dimensão dessas novas entidades dificultava a manutenção do controle familiar, desenvolveram-se as instituições de formação dos executivos profissionais que passaram a caracterizar o capitalismo atual. É dessa época (últimos anos do século XIX e primeiros do século XX) o surgimento dos cursos superiores de administração de empresas das Universidades de Harvard, Dartmouth, Pensilvânia, Michigan e Califórnia, entre outros.

A fase histórica do *capitalismo gerencial* a que Chandler faz alusão<sup>39</sup> na análise dos Estados Unidos desse período coincide com o que aqui se denominou *capitalismo financeiro*, embora seja importante lembrar que o fio condutor, no primeiro caso, privilegia a forma de organização dos recursos produtivos ao passo que no segundo destaca o mecanismo de apropriação da riqueza privada. A despeito de sua evidente interdependência e freqüente complementaridade, a seleção dos eventos históricos significativos para seus respectivos desdobramentos pode ser bastante distinta. Para efeito da segunda linha de raciocínio – a do capitalismo financeiro – a virada do século pode ser tomada como um ponto decisivo no processo de expansão da sociedade por ações. Vale dizer que já em 1900 cerca de 65% do

38 Chandler, 1980, p.631.

39 Ibidem, p.632.

valor da produção industrial estava sob responsabilidade de empreendimentos organizados sob a forma societária (*corporation*).<sup>40</sup>

A forma jurídico-administrativa que caracterizava a economia norte-americana no primeiro terço do século XX era apenas a outra face da crescente dimensão das companhias consolidadas ao longo do surto de fusões de 1898-1904. A prosperidade que marcou os anos de 1917 a 1929 (com a breve interrupção de 1920-1921) deu continuidade àquele processo de concentração capitalista, tanto pelo crescimento acelerado dos grandes empreendimentos como pela absorção de uma companhia pela outra. Em contrapartida, grande parte da notória efervescência bursátil dos anos 1920 foi alimentada pelos processos de reestruturação financeira que, entre outras consequências, fez que mais de 43% das concessionárias de serviços públicos perdesse sua independência entre 1922 e 1928 por meio de fusões e reorganizações empresariais.<sup>41</sup> Na verdade, o extraordinário movimento especulativo que culminou no *crash* de Outubro de 1929 proveu os meios necessários ao aprofundamento do movimento de centralização de capital que vinha se desenvolvendo desde o último quartel do século XIX.

Isso equivale a dizer que a depressão dos anos 1930 representou um profundo abalo numa economia genuinamente financeira (na acepção que aqui se atribui a esse termo). Não se trata de discutir se a depressão teve origem nos setores “real” ou “bancário”, mas antes de reconhecê-la como a crise de um capitalismo irreversivelmente financeirizado. E não foi por outro motivo que o *New Deal* de F. D. Roosevelt ensaiou seu resgate mediante um conjunto de medidas que tentavam proporcionar um novo fôlego ao binômio formado pela grande empresa (National Industrial Recovery Act, 1933) e pela riqueza mobiliária (Banking Acts, dois em 1933 e um em 1935; Securities Exchange Act, 1934; Federal Deposit Insurance Act, 1934).

Marcado pela necessidade de amparar uma população gravemente empobrecida (National Labor Relation Act, 1935; Social Security Act, 1935) e de reativar uma economia dominada pelas sociedades por ações, o National Industrial Recovery Act de 16 de junho de 1933 iniciava por declarar um estado de emergência que exigia uma revisão das relações de mercado. Seu próximo tópico abordava o estabelecimento de códigos de “concorrência justa” para em seguida definir uma disciplina reguladora das operações empresariais cujo caráter tutelar não tinha precedentes no capitalismo norte-americano.

Duramente combatidos pelo empresariado, esses avanços sociais se fizeram num quadro em que não se questionava a grande empresa ou, melhor, numa correlação de forças políticas em que aqueles que a contestavam não tinham força para combatê-la com sucesso. A ilusão romântica de uma sociedade de pequenos proprietários ou de produtores independentes tinha ficado para trás junto com o

40 F. M. Scherer. Corporate Ownership and Control. In: Meyer e Gustafson, John R. & James, M. (Eds.). *The U.S. Business Corporation* Cambridge, Mass.: Ballinger Publishing Company, 1988, p.45.

41 *Ibidem*.

século XIX. A garantia de direitos mínimos à classe trabalhadora se fez às expensas mas também em benefício da grande sociedade por ações na medida em que tanto impunha melhores salários e melhores condições de trabalho, como assegurava uma renda mínima (seguro-desemprego, pensões por invalidez, aposentadoria etc.) a qual acabaria por se traduzir num consumo mais estável. A despeito disso, como é bem sabido, não foram as iniciativas sociais que arrancaram a economia norte-americana das profundezas de sua depressão. Nem mesmo os investimentos diretos, dos quais o Tennessee Valley Authority, 1933, é um dos símbolos mais notórios, foram capazes de reestimar a atividade econômica. Os decantados – e criticados – déficits do setor público norte-americano foram, em média, equivalentes a 2,5% do Produto Interno Bruto durante o período de 1934-37.<sup>42</sup> Foi apenas durante o esforço de guerra que o desemprego – 19,1% ainda em 1939 – foi reduzido a níveis toleráveis (9,9% em 1941 e 1,2% em 1944).<sup>43</sup>

A reativação econômica promovida pela indústria bélica concretizou-se, como não poderia deixar de ser, mediante o reforço do domínio da grande sociedade por ações. Pelo menos até Pearl Harbor, o território norte-americano permaneceu fora do conflito que envolvia os países europeus. Nesse sentido, mesmo após o engajamento direto dos Estados Unidos preservou-se uma institucionalidade acentuatadamente privatista que dificultava uma mobilização econômica rápida e centralizada. O resultado desse processo foi uma redução do número total de empresas da ordem de 5% entre 1940 e 1945 (de 3,29 milhões para 3,11 milhões), em contraste com o crescimento de 13% entre 1931 e 1940 e de 35% entre 1946 e 1955.<sup>44</sup> Ao mesmo tempo, dos US\$ 11 bilhões em contratos firmados entre junho e dezembro de 1940, 86% foram concedidos às 100 maiores firmas, e, ao final de 1941, três quartos das encomendas da Marinha e do Exército tinham sido consignadas a apenas 56 companhias.<sup>45</sup>

A contrapartida desse dispêndio foi o extraordinário crescimento da dívida pública mobiliária que saltou de US\$ 49 bilhões em 1941 para US\$ 259 bilhões em 1945.<sup>46</sup> Nesse sentido, as transformações operadas na economia norte-americana ao longo dos anos 1930-1940 – com crescente participação do gasto público – resultaram numa elevação permanente da parcela dos títulos governamentais no estoque de riqueza privada. Se em 1900, para um Produto Interno Bruto de US\$ 18,7 bilhões, a dívida federal era de US\$ 1,2 bilhões (1:15,6), em 1970 essa mesma relação era de 1:2,7 (US\$ 1.016 bilhões de PIB para US\$ 371 bilhões de dívida<sup>47</sup>). Nessa mesma direção, os gastos governamentais (aquisições de bens

42 DuBoff, p.91.

43 Norton, v.II, p.757-8.

44 Thomas C. Cochran. *American Business in the Twentieth Century*. Cambridge: Mass., Harvard University Press, 1972, p.146.

45 Ibidem, p.145.

46 Norton, v.II, p.797.

47 Ibidem, p.A22 e A23.

e serviços somados às transferências) como percentual do produto interno bruto dos Estados Unidos se elevaram de 7,3% em 1902 para 9,9% em 1929 e 29,3% (média anual) durante o período de 1965-1969.<sup>48</sup>

Essa maior atuação do Estado se fez acompanhar por um surto de prosperidade sem precedentes na história norte-americana. Entre 1947 e 1972, o PIB cresceu a uma taxa anual de 3,7% em termos reais e a renda disponível *per capita*, a 2,3% ao ano.<sup>49</sup> Dessa vez, o traço distintivo do movimento de expansão foi a incorporação de atividades diversas sob um mesmo comando (a chamada conglomeração).<sup>50</sup> Essa estratégia se apoiava na noção de que o desenvolvimento de estruturas administrativas ampliadas se traduziria em significativas vantagens competitivas. É certo que as fusões tradicionais na linha da integração vertical ou horizontal foram também numerosas (Coca-Cola/Minute Maid, e Ford/Philco, ambas em 1961) e não se deve excluir a influência da legislação antitruste na tendência à diversificação.

Muitas dessas fusões e aquisições fracassaram por se mostrarem incapazes de criar estruturas administrativas que conferissem consistência a essa multiplicidade de atividades produtivas e comerciais tão diversificadas. As dificuldades de integração gerencial entre empreendimentos não-relacionados, embora sob um mesmo controle acionário, acabaram por resultar num movimento de desinvestimento<sup>51</sup> pelo qual divisões ou partes de companhias previamente adquiridas eram vendidas para terceiros.<sup>52</sup>

E a despeito dos freqüentes insucessos empresariais e das eventuais restrições legais, a concentração de recursos produtivos sob o domínio dessas grandes companhias foi crescente até o final da década de 1950 e manteve-se, pelo menos, estável daí em diante. Em 1963, aproximadamente 50% dos haveres de todas as companhias não financeiras norte-americanas eram controlados pelas quinhentas maiores sociedades por ações.<sup>53</sup> Nesse mesmo sentido, as cem maiores empresas atuantes nos setores manufatureiro, mineral, comercial, de serviços e de construção controlavam 29,8% dos ativos totais em 1958, 31,8% em 1967 e 29,5% em 1977.<sup>54</sup>

### 3.2 A riqueza privada

A contrapartida de uma indústria crescentemente dominada pelas sociedades por ações foi a elevada participação dos títulos correspondentes (ações e debêntures) no estoque de riqueza da classe dominante. Embora não haja dados dispo-

48 DuBoff, p.98.

49 Ibidem, p.111.

50 Alfred D. Chandler Jr. *Scale and Scope*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1990, p.622.

51 A despeito de seu flagrante anglicismo, o termo "desinvestimento" está sendo utilizado no sentido de venda de uma subsidiária, divisão ou unidade operacional que integre os haveres de uma sociedade por ações.

52 Cf. Chandler, 1990, p.624.

53 Robert J. Lerner. *Management Control and the Large Corporation*. New York: Dunellen, 1970, p.132.

54 DuBoff, p.170.

níveis para os primeiros anos do século XX, sabe-se que, em 1922, 61,5% dos títulos das sociedades por ações pertencia a apenas 1% (mais rico) dos indivíduos adultos dos Estados Unidos. Para efeito de comparação, deve-se ressaltar que esse mesmo conjunto de pessoas possuía 18% das propriedades imobiliárias, 45% das debêntures emitidas pelo governo federal, 88% das debêntures dos governos estaduais/locais e 69,2% das debêntures de emissão diversa (entidades privadas, estrangeiras etc.). Em termos gerais, no que diz respeito à totalidade dos ativos (produtivos e improdutivo) o 0,5% mais ricos possuía 30% dos haveres nacionais naquela mesma data.<sup>55</sup>

Comparando-se esses valores com aqueles apresentados para o século XIX é possível afirmar que o grau de concentração da riqueza que caracterizou o processo de industrialização ao longo dos anos 1800 manteve-se, pelo menos, no mesmo patamar. Neste sentido, os estudos relativos aos anos subseqüentes, apoiados em dados mais detalhados e confiáveis, indicam um declínio da concentração de riqueza ao longo do período entre 1922 e 1945, quando esse mesmo subgrupo (0,5% mais rico) reduziu sua participação para 20,9% da riqueza nacional.<sup>56</sup> De 1945 até 1969 esse movimento parece ter-se interrompido, estabilizando-se nos níveis atingidos no imediato pós-guerra (em torno de 20%).<sup>57</sup>

No que aqui interessa mais de perto – ou seja, no que diz respeito à propriedade do *capital sob a forma de dinheiro que é posto à disposição da indústria* (fundamentalmente ações, debêntures e títulos de dívida) – o primeiro aspecto que salta aos olhos é a concentração relativa da propriedade das ações e das debêntures.<sup>58</sup> Apesar de declinante, ainda em 1969, mais da metade (51%) das ações e mais de um terço (36%) das debêntures estavam nas mãos de apenas 1% da população norte-americana. Com um patrimônio que representava cerca de 25% dos ativos nacionais, esse grupo fez, e ainda faz, dos títulos de empresas (ações e debêntures, por oposição a máquinas e equipamentos, englobados sob a rubrica de *Diversos*) o principal item de seu patrimônio (58% do seu total). Se a esse montante forem adicionados apólices de seguro, instrumentos de dívida e valores em dinheiro chegar-se-á a uma proporção em torno de 72%. Ou seja, quase três quartos da riqueza desses indivíduos estão afastados dos meios de produção e são dotados de elevado grau de liquidez.<sup>59</sup>

55 Robert J. Lampman. *The Share of Top Wealth-Holders in National Wealth: 1922-56*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1962, p.209.

56 *Ibidem*, p.209.

57 James D. Smith e Stephen D. Franklin. New Dimensions of Economic Inequality: The Concentration of Personal Wealth, 1922-1969. *American Economic Review*, v.64, n.2 p.162-7, May 1974, p.164.

58 *Ibidem*, p.166-7.

59 A improvável porém eventual iliquidez de parte dos títulos de dívida seria, por hipótese, compensada pela liquidez de uma parcela dos haveres imobiliários ou mesmo daqueles incluídos em diversos (categoria que abrange desde máquinas e equipamentos produtivos até bens de consumo duráveis, direitos de lavra mineral, plantações agrícolas em crescimento etc.).



Lembrando que já em 1958, 74,2% (87,0% em 1978)<sup>60</sup> das receitas empresariais privadas totais (agricultura, indústria e serviços) eram auferidas por sociedades por ações, é lícito supor que os principais beneficiários dessa nova forma de organização dos recursos econômicos fossem – e ainda sejam – os detentores das ações dessas empresas. Vale dizer que a forma dominante de apropriação da riqueza capitalista (excluindo-se, portanto, os bens de consumo duráveis e não-duráveis bem como os imóveis residenciais) passou a ser constituída pela alocação dos títulos representativos desses benefícios – fundamentalmente ações, debêntures e certificados de dívidas.

No que diz respeito à controvertida questão da separação entre a propriedade e o controle dos haveres familiares, num trabalho que selecionou e examinou a conduta das famílias de renda mais elevada no início da década de 1960 (o ano base foi 1961) – *Comportamento econômico dos ricos (Economic Behavior of the Affluent)* patrocinado pela Brookings Institution (na série *Studies of Government Finance*), Barlow, Brazer e Morgan<sup>61</sup> apresentaram um quadro em que os *rentiers* passivos constituíam parcela praticamente negligenciável.<sup>62</sup> Não mais que um décimo dos entrevistados informou ter delegado parte ou a totalidade das decisões de investimento, e mesmo nos extratos mais elevados – renda anual acima de US\$ 300.000 –, essa proporção ficou limitada a um quarto da amostra. Apenas 2% do grupo de alta renda afirmou ter delegado a autoridade integral sobre essas deliberações.

Sob a ótica macroeconômica o período que vai dos anos 1920 ao fim dos anos 1940, quando se completou a reconversão da economia de guerra, correspondeu à consolidação de uma estrutura de haveres que persiste até os dias de hoje. O cociente de intermediação financeira construído por Goldsmith atingiu a faixa de 120-130% ainda ao longo da década de 1920 (130% em 1929), só se afastando desse patamar durante os anos excepcionais da Segunda Guerra Mundial (173% em 1945 e 129% em 1949).<sup>63</sup>

### 3.3 As instituições legais

Do ponto de vista legal, a jurisprudência que se acumulou entre a promulgação da Lei Sherman de 1890 (contra os trustes<sup>64</sup> e os monopólios) e o final da década de 1920 esteve longe de embaraçar a consolidação das grandes sociedades por

60 Scherer, p.44.

61 R. Barlow; H. E. Brazer; J. N. Morgan. *Economic Behavior of the Affluent*. Washington, D.C.: The Brookings Institution, *Studies of Government Finance*, 1966.

62 *Ibidem*, p.18ss.

63 Goldsmith, p.57-8, 318-9, 321, 331-3.

64 O termo *truste* está sendo utilizado aqui em sua acepção literal/legal para designar o mecanismo pelo qual diversos empresários independentes confiam suas propriedades a uma única entidade que passa a dirigir os negócios de maneira coordenada. Em troca dessa cessão recebem certificados – eventualmente negociáveis – fazendo jus a uma cota-parte dos resultados apurados por esse empreendimento unificado.

ações. O caráter tortuoso de muitas das sentenças proferidas pela Suprema Corte refletia menos uma possível ambigüidade de seus juizes do que uma dificuldade objetiva de tentar assegurar um padrão idealizado de “concorrência perfeita” sem bloquear o desenvolvimento dinâmico de uma economia em expansão.

Se os grandes empreendimentos cresciam em número e importância, não era possível esquecer os quase 2,5 milhões de indivíduos que possuíam ou gerenciavam os pequenos negócios da primeira década do século XX.<sup>65</sup> A resposta veio materializada numa nova legislação de enunciado mais específico – o Clayton Act de 1914 – que baniu uma série de ações consideradas prejudiciais à livre concorrência. Sua fiscalização ficou a cargo de um novo órgão da administração federal – o Federal Trade Commission – sem que, no entanto, fosse dispensada a necessidade de comprovar o efeito anticoncorrencial das práticas indigitadas. As dificuldades inerentes a esse tipo de comprovação em juízo fizeram que muitos observadores contemporâneos classificassem o Clayton Act como mais um triunfo das correntes favoráveis aos trusts e monopólios.

É bem verdade que a forma clássica (européia) do truste e os acordos entre duas ou mais companhias independentes foram tornados ilegais, mas isso não impedia que as grandes empresas continuassem a se ampliar mediante a aquisição de negócios menores ou a simples expansão de suas atividades em ritmo superior ao do crescimento do mercado. Nesse sentido, a multiplicação dessas unidades gigantescas foi particularmente acelerada na virada do século, quando o número de empresas industriais com capital acima de US\$ 50 milhões saltou de apenas oito em 1897 para quarenta em 1903.

No plano institucional, essa nova realidade – sociedades por ações e riqueza privada sob a forma de haveres mobiliários – fez-se acompanhar por uma tensão intercapitalista que crescentemente convergiu para os mercados de títulos. O sucesso ou o fracasso, a estagnação ou o crescimento dos capitais individuais passou a transitar por bolsa de valores e instituições assemelhadas (mercado de balcão etc.). À medida que os papéis lá negociados compreendiam a maior parte da fortuna da classe capitalista, a institucionalidade desse mercado deslocou-se para o centro das preocupações de seus beneficiários, de seus defensores e até mesmo de seus detratores.

Neste sentido, uma boa parte da obra que se tornou clássica na descrição do processo de transição para a economia dominada pela sociedade por ações – *The Modern Corporation and Private Property* (1932), de Berle e Means – versa precisamente sobre essa institucionalidade,<sup>66</sup> ou seja, sobre os “direitos” dos acionistas em face dos gerentes assalariados e, sobretudo, em seu relacionamento entre si (acionistas majoritários vs. minoritários, acionistas vs. debenturistas, acionistas preferenciais vs. ordinários etc.). Tratou-se, em síntese, de inaugurar uma longa

65 Cochran, p.55.

66 Ver, a esse respeito, a segunda parte, capítulos I a VII da obra em questão.

discussão sobre o direito de propriedade numa sociedade capitalista em que os benefícios da apropriação privada dos meios de produção já não estavam ostensivamente vinculados à sua gerência.

As fraudes e os golpes de intermediários financeiros, ou de administradores inescrupulosos, que haviam chamado a atenção dos observadores do último quartel do século XIX tinham assumido uma dimensão que refletia uma realidade já dominada pela sociedade por ações. Nesse sentido, embora consagrada como a forma mais eficiente de organização dos recursos produtivos, a grande empresa passou a enfrentar as dificuldades de sua generalização como forma de riqueza privada. Para cada Morgan ou Vanderbilt existiam centenas de pequenos e médios proprietários cuja confiança era essencial para a expansão do empreendimento societário. Não se tratava da ilusão de um “capitalismo popular”, cuja fatuidade ficou bem demonstrada pelos dados acerca do grau de concentração da riqueza ao longo dos séculos XIX e XX, tampouco das garantias legais à propriedade intangível (títulos em geral) cuja consolidação havia sido objeto da já mencionada evolução jurídico-institucional da segunda metade do século XIX. O que esteve em jogo daí em diante foi a partilha dos benefícios desse sistema no âmbito restrito da classe proprietária.

Ao abrir mão da posse e/ou da administração dos meios de produção em troca das ações de um empreendimento maior, o antigo empresário deslocou o seu poder decisório para a esfera dos mercados de títulos. Estratégias de valorização que antes diziam respeito às técnicas de produção ou de comercialização de bens passaram a versar sobre a conveniência de vender/comprar ações e debêntures. Informações que antes fluíam ou eram adquiridas no exercício da gestão do seu negócio agora dependiam de profissionais, no mais das vezes alheios a seu círculo imediato de relações pessoais.

Mas a magnitude e a importância da riqueza mobiliária rapidamente transcenderam os limites da iniciativa privada. Na área bancária, as frequentes crises de crédito e de liquidez que marcaram o último quartel do século XIX exigiram uma intervenção coordenada, sob a tutela do governo federal. O Federal Reserve Act de 23 de dezembro de 1913 (criando um banco central nacional) inaugurou um processo de centralização e uniformização das práticas bancárias que se completaria durante os anos 1930 com o Glass-Steagall Act de 1933 (que distinguiu e separou os bancos comerciais dos de investimentos), o Federal Insurance Deposit Act de 1934 (que passou a garantir os depósitos à vista) e com o Banking Act de 1935 (que, entre suas provisões, centralizou o controle sobre as operações de *open market*) além de diversas outras medidas de menor impacto.

Nos mercados de ações e debêntures, os esforços disciplinadores da Bolsa de Nova York que tinham sido capazes de garantir seu desenvolvimento em tempos de euforia econômica já não pareciam ser suficientes para enfrentar o descrédito que sobreveio à depressão da década de 1930. E, no entanto, a realidade de uma economia que se apoiava na propriedade privada e na sociedade por ações havia

transformado o mercado de títulos – o mercado de riqueza capitalista – num elemento imprescindível à sua reprodução. O que antes, durante o século XIX, era apenas *uma* das formas de valorização do capital, vinculada exclusivamente a um segmento da classe proprietária, tinha-se transformado, a partir do início do século, no mecanismo dominante da partilha intercapitalista. Os 139 milhões de ações e US\$ 579 milhões em debêntures que haviam trocado de mãos ao longo do ano de 1900 na Bolsa de Nova York transformaram-se em 1.125 milhões (US\$ 3 bilhões em debêntures) em 1929. A Bolsa tinha passado a ser uma instituição de abrangência nacional.

Nesse sentido, a crise que a partir de 1929 se sucedeu à euforia especulativa da década de 1920 ilustrou de forma contundente a volatilidade da riqueza sob a forma de títulos. Embora a queda violenta das cotações da Bolsa de Nova York (em outubro de 1929) tenha sido apenas a culminância de um movimento que deitava raízes na virada do século, não havia como negar o surpreendente e drástico empobrecimento daqueles que ainda em setembro (trinta dias antes) ostentavam fortunas substanciais.<sup>67</sup> É bem verdade que as máquinas que produzem bens sem demanda valem tão pouco quanto os títulos de baixa ou nenhuma cotação. Ou seja, as razões econômicas mais profundas que conduziram à depressão da década de 1930 empobreceram tanto aqueles que detinham riqueza sob forma produtiva quanto os proprietários de ações ou debêntures, sem mencionar, evidentemente, a situação dramática daqueles que nada possuíam. Com efeito, entre 1929 e 1933, o PIB norte-americano declinou cerca de 31% em termos reais, ao passo que a produção industrial sofria uma redução de 46%.<sup>68</sup> Esse raciocínio, no entanto, não era suficientemente convincente para superar a desconfiança histórica que os ativos financeiros inspiravam. A quebra de mais de oito mil estabelecimentos bancários durante o período de 1930 a 1933 deixou milhares de depositantes compreensivelmente céticos em relação à confiabilidade dos títulos ou dos créditos escriturais.

As sociedades por ações já eram em 1930 a forma organizacional predominante nos setores dinâmicos da economia norte-americana. A retomada do crescimento exigia sua recuperação ou sua estatização. Esta última alternativa se apresentava em termos meramente hipotéticos já que a correlação de forças políticas não lhe era favorável.

A questão do financiamento desses empreendimentos fora timidamente abordada já no governo Hoover quando, em dezembro de 1931, se estabeleceu, pela primeira vez, uma instituição de fomento – o Reconstruction Finance Corporation (RFC) – com o objetivo de suprir o fluxo de recursos que se havia interrompido

67 Outubro de 1929 foi o início de um processo de queda na cotações das ações que só se interrompeu em 8 de julho de 1932, quando a média dos valores das ações estava 89% abaixo de seu pico de setembro de 1929. DuBoff, p.89.

68 Ibidem, p.91.

com a quebra da Bolsa e dos milhares de estabelecimentos bancários que faliram em 1930 e 1931. Do lado patrimonial – ou seja, na ótica dos detentores de riqueza sob a forma de títulos – o New Deal de Roosevelt foi o responsável pela consolidação institucional dessa gigantesca estrutura de haveres financeirizados. O Securities Exchange Act de 6 de junho de 1934 absorveu e ampliou as iniciativas regulamentadoras da Bolsa de Nova York conferindo-lhes um caráter compulsório e uma abrangência nacional.

Com isso, a riqueza financeira deixava o âmbito dos contratos privados para inserir-se no domínio das instituições públicas. Criou-se a Securities Exchange Commission (SEC), com o objetivo de supervisionar o cumprimento dessas determinações, aperfeiçoando-as conforme isso fosse necessário. Nesse sentido, é importante destacar que as principais medidas legislativas federais que se sucederam ao Security Exchange Act – o Public Utility Holding Company Act de 1935, o Investment Company Act e o Investment Advisers Act ambos de 1940 e o Securities Act de 1964 – caminharam invariavelmente na direção do aprofundamento dos mesmos princípios que nortearam a sua concepção original.

Levando em conta a gravidade da depressão que se abateu sobre a economia norte-americana durante a década de 1930, seria difícil imaginar que a simples reorganização e o disciplinamento dos mercados bursáteis e de títulos em geral fosse capaz de desobstruir os canais por onde tinha fluído a riqueza privada nas primeiras décadas desse século. Ao mesmo tempo, a reativação das atividades empresariais veio encontrar uma estrutura pronta para viabilizar a dinâmica do binômio grande empresa-títulos negociáveis. Assim a recuperação econômica que se seguiu à Segunda Guerra Mundial resultou na extinção da Reconstruction Finance Corporation Liquidation Act (RFC) de 30 de julho de 1953 e na prosperidade da mesma NYSE. Esta, aliás, negociou, ao longo de 1961, um número de ações equivalente ao age de 1929: mais de um bilhão de papéis.

Convém enfatizar que a estrutura institucional desenvolvida no âmbito do New Deal não se implementou em oposição ao, ou em detrimento do, grande capitalista, do acionista-controlador ou mesmo do especulador bursátil. Pelo contrário, ao garantir o funcionamento do mercado acionário, assegurou a sobrevivência de todos os seus diversos participantes. A visão impressionista dos grandes golpes especulativos e das manipulações escusas que marcaram o período anterior à depressão da década de 1930 tenderam a obscurecer as perdas igualmente elevadas desses mesmos agentes.<sup>69</sup> Embora alguns participantes dessa elite financeira pudessem ter-se beneficiado de ganhos muito acima do razoável, a continuidade ou até a realização destes exigia que se restaurasse um horizonte de valorização coletiva para os detentores dessa forma de riqueza. É sob esse enfoque que McCraw afirma:

---

69 Ver a esse respeito o conhecido relato de J. K. Galbraith, *The Great Crash 1929*. Harmondsworth, England: Penguin Books, 1966 (1954).

Confrontada nos anos trinta com uma depressão econômica nacional e com um mercado de títulos desacreditado e moribundo, a SEC poderia facilmente ter interpretado a sua missão como a de um ataque punitivo às gigantescas e impopulares companhias por ações. Ao invés de vingança, entretanto, a Agência empenhou-se em restaurar a legitimidade da função essencial de Wall Street como canalizadora de capitais para as empresas. Para levar a cabo esta tarefa, os arquitetos da política e das leis da SEC enfatizaram muito mais a abertura e a publicidade dos assuntos empresariais do que a punição e perseguição aos infratores.<sup>70</sup>

Os fundamentos das novas instituições e o sentido geral das decisões judiciais que lhes deram sustentação não questionavam mais a conveniência social de uma produção dominada pelos grandes empreendimentos ou a legitimidade da riqueza mobiliária. A luta contra a concentração do poder econômico simbolizada pela Lei Sherman fora abandonada em nome do restabelecimento da prosperidade a qualquer custo. A forma de organização e a administração interna das grandes massas de recursos produtivos não era mais objeto da tutela governamental. A legislação assumiu um caráter externo a essas organizações disciplinando, por um lado, a oferta de produtos e serviços, aí compreendidos os processos produtivos e sua interação com o meio ambiente, e, pelo outro, a equidade capitalista na partilha de seus benefícios. A sociedade por ações tinha consolidado sua autonomia como entidade independente dos indivíduos que a constituíam. Na verdade, a contribuição institucional do New Deal e das administrações do pós-guerra pode ser vista como um aprofundamento da concepção que havia norteado a extensão das garantias individuais da 14ª Emenda Constitucional aos empreendimentos por ações em 1886.<sup>71</sup>

Segundo Hurst, essa nova etapa legal e institucional correspondeu a uma transformação do próprio objeto de interesse jurídico.

Especificamente a partir da década de 1930, o registro indica um acentuado desenvolvimento da preocupação da política governamental com os investidores em títulos das sociedades por ações.

... o investidor passou a despertar um interesse social bastante diferente da preocupação original com a sua participação na organização administrativa da empresa da qual ele detinha ações. Este novo interesse social era um interesse na estrutura de títulos como um todo, agora uma parte essencial do mecanismo distribuidor de renda e de riqueza, da manutenção de um amplo e estável poder de compra do consumidor e da sustentação das expectativas de vida de milhões de indivíduos com a garantia não apenas de estabilidade econômica como política.

70 McCraw, p.51.

71 Trata-se da decisão da Suprema Corte na questão que contrapôs o município de Santa Clara aos interesses da Southern Pacific Railroad Co. [118 U.S. 394, 396 (1886)]. A respeito das implicações dessa decisão, ver Hurst, p.65ss.

Sob este ponto de vista, a crescente preocupação da lei com os investidores a partir de meados do século XX pertence menos à história legal da sociedade por ações do que à história legal da organização social da riqueza e da renda.<sup>72</sup>

#### 4. Considerações finais

Em meados do século XIX Marx afirmava:

O mundo ainda estaria sem estradas de ferro, caso ficasse esperando até que a acumulação de alguns capitais individuais alcançasse o tamanho requerido para a construção de uma estrada de ferro. No entanto, a centralização mediante as sociedades por ações chegou a esse resultado num piscar de olhos.<sup>73</sup>

É provável que poucos no século XXI possam se vestir ou mesmo se alimentar sem render tributo às sociedades por ações cujas escalas de produção e concentrações de capital ultrapassam em muito os grandes empreendimentos ferroviários do século XIX.

Ao mesmo tempo, a reunião de tais massas de riqueza privada exigiu uma gigantesca e complexa estrutura institucional tal como a que se desenvolveu ao longo dos últimos 150 anos que nos separam da afirmação de Marx. Vale dizer que os mecanismos de liquefação desses haveres – bolsas de valores, bolsas de mercadorias, mercados de câmbio e de índices, mercados de balcão, intermediários bancários, agências de classificação de risco, auditores, legislação e normalização contábil etc. – configuram atualmente uma contrapartida indissociável da forma capitalista de organização da produção.

Nesse sentido, investidores e/ou especuladores (substituindo os antigos industriais, comerciantes, banqueiros etc.) não se distinguem senão em seus papéis transitórios à medida que a mobilidade/liquidez desses recursos constitui a essência do processo de maximização de lucros. A possibilidade de que esse universo – financeiro – seja fragmentado, regulado e disciplinado por interesses outros que não os da valorização do capital parece contradizer o próprio domínio do capital como relação social.

72 Ibidem, p.103-4.

73 Karl Marx. A lei geral da acumulação capitalista. In: *O Capital*. Livro I, 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (1867), v.I, Cap. XXIII, p.198. (Col. Os economistas).





# Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas

FRANCISCO PEREIRA DE FARIAS\*

O objetivo deste trabalho consiste em discutir a abordagem poulantziana sobre a existência das frações da burguesia, os diferentes sistemas de fracionamento e as principais situações de configuração do bloco no poder. Não há intenção de proceder a uma leitura exegética desses pontos na obra de Nicos Poulantzas, mas tratar de alguns desenvolvimentos conceituais.

Dois aspectos se apresentam na questão do fracionamento da classe dominante: 1) a existência de vários sistemas de frações (múltiplas dimensões de fracionamento: as funções do capital, a origem espacial, a escala de operações etc.) e 2) as aglutinações em cada sistema de frações sucedendo-se no tempo ou apresentando-se cruzadas numa mesma conjuntura. Essa forma de tratar a questão já contém uma implicação particular: a ruptura com uma visão essencialista, ou seja, como algo dado uma vez para sempre, da fração de classe. Isso porque existem várias possibilidades na arena política: a constituição, a emergência, a desapareição, o cruzamento de diferentes fracionamentos.<sup>1</sup>

---

\* Professor de Ciência Política da Universidade Federal do Piauí. Este texto se apóia, em boa medida, em reuniões de trabalho com o professor Décio Saes, realizadas em 2001. No entanto, os erros e as imperfeições das formulações apresentadas são de minha responsabilidade.

1 Uma indicação dessa visão dinâmica do conceito de fração de classe se encontra em Décio Saes, "Prefácio". In: Costa, P. *Democracia nos anos 50: burguesia comercial, corporativismo e parlamento*. São Paulo: Hucitec, 1998.

## 1. A existência das frações da classe dominante

O ponto inicial consiste em mostrar, no plano conceitual, a existência das frações da classe dominante. Poulantzas, em *Pouvoir politique et classes sociales* [Poder político e classes sociais],<sup>2</sup> buscou equacionar a questão, partindo da problemática das classes e frações de classe como um efeito das estruturas (econômica, política) da totalidade social (modo de produção). Poulantzas introduz a noção de “efeitos pertinentes” para indicar a presença específica da classe ou da fração de classe no nível das práticas. Nesse sentido, ele afirma:

digamos, antecipadamente, que tudo se passa como se as classes sociais fossem o efeito de um conjunto de estruturas e das suas relações” ...; uma classe não pode ser considerada como classe distinta e autônoma – como força social – no seio de uma formação social, senão quando a sua relação com as relações de produção, a sua existência econômica, se reflete sobre os outros níveis por uma presença específica.<sup>3</sup>

Poulantzas diferencia as frações de classe dominante no plano econômico em burguesias industrial, comercial e financeira, mas não aprofunda o que seriam suas presenças políticas específicas (“efeitos pertinentes”). O leitor pode notar que ele não tece detalhes a respeito de como a esfera jurídico-política produz os efeitos sobre o agrupamento de fração.

Um encaminhamento para a questão, proposto por Décio Saes,<sup>4</sup> consiste em sustentar que o fator de preponderância política de uma fração sobre as demais no seio da classe dominante é o impacto da política econômica do Estado. O resultado da intervenção do Estado concretiza os conflitos potenciais de frações, enraizados na esfera econômica. As frações se aglutinam para defender ou rejeitar certas medidas. Em outras palavras, os grupos diferenciados na esfera econômica não se concretizariam, de imediato, no plano político; eles teriam um caráter apenas potencial. Outros grupos, diferenciados por outros critérios, é que se concretizariam. A política do Estado seria o fator de aglutinação de um sistema de fracionamento ou outro, ou ainda dos vários sistemas combinados.

Tal encaminhamento – fazer intervir a política do Estado para a aglutinação de frações diferenciadas na esfera econômica – distingue-se do que seria um enfoque rígido da problemática poulantziana. O procedimento rígido seria o de mostrar como a estrutura jurídico-política, diferentemente da política do Estado,

2 N. Poulantzas. *Pouvoir politique et classes sociales*. Petite collection, v.1 e 2, Paris: François Maspero, 1972. Ver v.1, part1, chap.2: Politique et classes sociales.

3 Ibidem, p.61 e 78 (grifos do autor).

4 Cf. D. Saes. “Estado e classes sociais no capitalismo brasileiro dos anos 70/80”. In: *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.

produz efeitos no agrupamento. Como se sabe, há o efeito individualizador da estrutura jurídico-política, o que significa haver um grupo que se caracteriza pelo comportamento igualitário-burguês, que procura igualizar a margem de lucro obtida pelos outros setores. Trata-se de um comportamento de cidadania: um grupo não admite receber um tratamento desigual no que respeita à rentabilidade de seu capital, instaurando-se o conflito.

Esse segundo enfoque parece produzir a fração de classe como detentora de uma existência mais permanente, já que à prática econômica se ligaria uma forma de presença política específica. Poulantzas tenta contornar um resultado rígido do conceito de fração de classe, introduzindo a distinção entre a fração “pura” e a fração “autônoma”, em que a primeira seria a fração sem “efeitos pertinentes” (presença política específica) e a segunda, aquela com “efeitos pertinentes”. Mas, a rigor, a primeira possibilidade (a fração *tout court*) não deveria existir em seu enfoque, já que a fração de classe significa o efeito combinado das estruturas econômica e jurídico-política no nível das práticas.

Pode ocorrer de formarem-se os grupos multifuncionais, ou seja, os conglomerados econômicos que atuam em mais de uma esfera do capital (indústria, banco, comércio). No entanto, esse fenômeno não anula a existência das frações, uma vez que tais conglomerados tendem a sofrer o recorte dos interesses setoriais, em razão do impacto das políticas do Estado no seio deles. Em São Paulo, no período da República Velha, o grande capital cafeeiro era dividido por conflitos entre suas várias dimensões (agrária, comercial, industrial), sendo que a política econômica do estado paulista favorecia o capital mercantil. Assim, diante de certas políticas, a família Prado – possuidora de fazendas de café, casa exportadora e indústrias urbanas – podia perder como fazendeiros ou industriais, mas ganhava como comerciantes.<sup>5</sup>

Nesse sentido, a existência do grupo multifuncional não implica necessariamente a defesa de uma política “generalista”, isto é, independente dos interesses das frações da classe dominante.<sup>6</sup> É possível, como indicado, que uma dimensão prevaleça politicamente no interior do grupo multifuncional, o que o leva a se solidarizar com uma política “particularista” em relação aos interesses de classe. O caso em que a formação do grupo multifuncional coincidiria com uma política “independente” – capaz de ajustar ou harmonizar os interesses específicos (industriais, comerciais, agrários) que o compõem – tende a ser excepcional, pois pressuporia um equilíbrio político desses interesses dentro da classe dominante.

5 Cf. R. Perissinotto. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

6 Isso é o contrário do que afirmam Maurice Zeitlin e Richard Ratcliff, em *Landlords & capitalists: the dominant class of Chile*. Princeton: Princeton University Press, 1988, cap. 5, item “The ‘coalesced bourgeoisie’”, p.206-14.

## 2. Os diferentes sistemas de fracionamento e suas inter-relações

Poulantzas, em *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui* [As classes sociais no capitalismo hoje],<sup>7</sup> refere-se a vários sistemas de fracionamento – burguesia industrial, comercial, financeira; burguesia compradora, interna, nacional; burguesia monopolista, não-monopolista –, mas não faz uma reflexão de como se devem operar esses diferentes sistemas de fracionamento na observação de uma conjuntura dada. Como indicou Saes,<sup>8</sup> é preciso se ter em conta que numa conjuntura específica há a articulação dos efeitos de diferentes sistemas de fracionamento da classe dominante. Isso porque as várias dimensões da política econômica – monetária, cambial, industrial – e a rapidez na sucessão de medidas dispõem os agentes se enfrentando em diversas frentes de fracionamento: ora burguesia industrial *versus* comercial, ora comerciantes exportadores contra importadores, ora comércio atacadista *versus* varejista.

À sucessão dos sistemas de frações capitalistas pode relacionar-se uma polivalência dos grupos de intervenção política, com um mesmo grupo político representando os interesses em mais de um dos sistemas de clivagens. No Brasil da República Velha, por exemplo, o Partido Republicano Paulista (PRP) defendia o capital mercantil (exportador-importador), em oposição aos fazendeiros do café, embora, ao mesmo tempo, expressasse os interesses do bloco agromercantil paulista em face dos do bloco agromercantil periférico.<sup>9</sup>

Passaremos a comentar alguns dos sistemas de fracionamento da classe dominante capitalista.

Toda sociedade capitalista mantém a clivagem entre uma burguesia industrial e uma burguesia comercial (em sentido amplo, envolvendo os bancos, ou seja, o comércio de dinheiro).<sup>10</sup> A segmentação do processo social da produção em dois momentos básicos, a produção e a circulação, como analisou Marx, é um dado do desenvolvimento histórico das coletividades humanas. Numa sociedade pouco desenvolvida economicamente, todos praticam as mesmas atividades: não existe uma especialização dos homens distribuídos nas esferas da produção e da circulação. Já nas sociedades mais complexas, as esferas do processo social de produção coincidem com a separação real dessas instâncias. As funções diferenciadas engendram a possibilidade de agrupamentos de agentes distintos.<sup>11</sup>

A categoria do lucro pressupõe a existência de um aparelho de produção sob o domínio do capital. Os meios de produção específicos ligados ao trabalho as-

7 Cf. N. Poulantzas. *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*. Paris: Editions du Seuil, 1974, chap. Les bourgeoisies.

8 Cf. D. Saes. Prefácio, citado.

9 Cf. Perissinotto, R., op. cit.

10 Não convém se voltar à discussão sobre a possibilidade de formação dos grupos empresariais multifuncionais. Como indicado, tais grupos não anulam o fenômeno das frações.

11 Cf. K. Marx. "Introdução à crítica da economia política". In: *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

salariado permitem que se incremente a riqueza sob a forma de capital. Por outro lado, o aparelho da produção e circulação capitalistas dá existência às formas do lucro: o lucro industrial e o comercial (incluindo o juro bancário). Em outras palavras, a segmentação do processo social de produção capitalista põe a presença de valores específicos (os lucros, os juros), orientadores das práticas econômicas diferenciadas.

A ideologia do industrialismo – que desloca a crença da fonte de riqueza da terra para a indústria – confere à burguesia industrial uma possibilidade de presença mais ativa ou visível na cena política, comparada aos outros setores do capital ligados à esfera da circulação. Já as burguesias comercial e bancária, por suas inserções na esfera não-produtiva da economia, sendo vulneráveis à crítica de parasitarem os setores produtivos, tendem a uma presença mais discreta na luta política. Se a burguesia industrial sente-se mais à vontade para defender seus interesses através dos partidos políticos, as burguesias comercial e bancária preferem as ações pela via do associativismo e do *lobby*.

Ainda sobre o critério das funções do capital, fazem-se necessárias algumas observações sobre dois pontos polêmicos: o capital financeiro e a burguesia agrária. Poulantzas, em *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*,<sup>12</sup> estabelece a distinção entre o capital financeiro com dominância do capital industrial (as indústrias criam ou controlam os próprios bancos) e o capital financeiro com dominância do capital bancário (os bancos criam ou controlam as próprias indústrias). Mas ele não chega a determinar a natureza desses tipos de capital: se se trata de uma nova fração – caracterizada pela fusão entre os capitais industrial e bancário, ou se se mantém a luta de frações dentro do capital financeiro. Se se levar em conta que a idéia de tensões e conflitos se aplica melhor aos casos de controle externo (por exemplo, um banco faz empréstimos a uma indústria e, em razão disso, adquire um poder de chantagem sobre a empresa), pode-se interpretar os casos de interpenetração entre os capitais industrial e bancário como a formação do capital financeiro como fração economicamente diferenciada, que pode se opor tanto ao simples capital industrial quanto ao simples capital bancário.

Não dispomos de uma caracterização geral dos efeitos político-ideológicos do capital financeiro. Podemos apenas indicar alguns desses elementos, aplicados à análise dos países da periferia do sistema mundial. O receituário da ideologia neoliberal (abertura do mercado, desregulamentação das relações de trabalho, privatizações) contempla as dimensões monetária e produtiva do capital financeiro, tendendo a chocar-se, em algum aspecto, com o capital industrial isolado ou o capital bancário isolado. Por exemplo, a política de abertura incondicional do mercado ao capital internacional tende a bater-se com os interesses da indústria ou dos bancos nacionais. Essa política pode levar, no limite, à desaparecimento de setores

---

12 Poulantzas, N. op. cit., chap.: Les bourgeoisies.

da indústria nativa, convertendo-os em importadores de similares estrangeiros. O setor bancário, por sua vez, mostra-se contrário à abertura do sistema financeiro nacional aos bancos estrangeiros. (Mas as indústrias e os bancos revelam-se favoráveis a outros aspectos do programa neoliberal que não entram em choque com seus interesses.) Nos países submetidos a governos neoliberais, emerge um *autoritarismo civil*, correspondente à construção de um presidencialismo invulgarmente forte, cuja incumbência é neutralizar as reticências conservadoras – de caráter localizado – diante do programa neoliberal. No Brasil, por exemplo, na década de 1990, um instrumento fundamental de definição da política do Estado, sob governos neoliberais, foi a edição continuada de Medidas Provisórias do Executivo, e não a ação deliberativa do Congresso.<sup>13</sup>

Já a penetração do capitalismo no campo traz à tona a questão da definição da propriedade fundiária capitalizada: trata-se de uma classe à parte, ainda que articulada com o capitalismo, ou de uma fração ou de um grupo multifuncional do capital? A propriedade fundiária pré-capitalista se caracteriza facilmente como uma classe dominante à parte, que coexiste com o capitalismo. A dificuldade surge com a entrada dos fatores capitalísticos (máquina, trabalho assalariado) no campo. Poulantzas não levou adiante a análise da situação de classe da burguesia agrária.

De um lado, Pierre-Philippe Rey<sup>14</sup> sustenta que a propriedade fundiária capitalizada se caracteriza como uma classe à parte ao capitalismo, embora a ele articulada. Para o autor, a renda capitalista da terra seria um efeito da persistência da relação de produção pré-capitalista, à medida que o assalariado rural guardaria uma relação de servidão implícita com o arrendatário. Esse cobraría do conjunto dos capitalistas, sob a forma de renda absoluta da terra, o direito a um tributo que teria sobre os trabalhadores, vistos como camponeses. Em suma, a propriedade fundiária capitalizada continuaria a extrair uma renda de natureza pré-capitalista.

Em contrapartida, pode-se interpretar a renda absoluta da terra como um lucro comercial. O conjunto dos capitalistas destina parte da mais-valia para reproduzir a função social – manter o trabalhador separado da terra – da propriedade jurídica da terra.<sup>15</sup> Nessa linha de análise, que parece a mais eficaz, o arrendatário da terra se inclui na categoria de burguesia comercial e o empresário agrário, que arrenda a terra e utiliza máquinas e trabalho assalariado, pode ser visto como um segmento da burguesia industrial. Uma vez que um mesmo agente combine esses aspectos de comerciante (de terras) e industrial (agrícola), a *burguesia agrária* se definiria, se não como uma fração, pelo menos como um grupo multifuncional dentro da classe capitalista.<sup>16</sup>

13 Cf. D. Saes. *A República do capital*, op. cit., p.81-91.

14 P.-P. Rey. *Las alianzas de clases*. México: Siglo Veintiuno, 1976.

15 Cf. J. de S. Martins. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.

16 Embora de modo diferente, a caracterização da burguesia agrária como um grupo multifuncional encontra-se em M. Zeitlin. e R. Ratcliff., op. cit., chap. 4: Landlords and capitalists.

No Brasil recente, com a transformação da propriedade fundiária e a formação de uma burguesia agrária, observa-se o surgimento de uma nova ideologia no campo, que insere totalmente o mundo rural no universo capitalista, com a substituição da mentalidade coronelista (semifeudal) pelo conservadorismo burguês, o clientelismo.<sup>17</sup> Dessa forma, torna-se plausível a assertiva de que a bancada ruralista que se manifesta atualmente no Congresso Nacional já não possui parentesco político-ideológico com os históricos *coronéis*.

Toda formação social capitalista também mantém uma clivagem entre capitais de origem nacional e de origem estrangeira. Sem entrar na polêmica suscitada pelas correntes que concebem o tema do declínio dos Estados nacionais, com a perda de importância da clivagem nacional/estrangeiro, tomar-se-á como premissa que a tendência à concentração e centralização do capital, conduzindo a um desenvolvimento desigual das forças produtivas capitalistas, inviabiliza a reprodução das condições econômicas para o declínio das fronteiras nacionais. Tais fronteiras de um sistema de Estados nacionais são funcionais à articulação das classes dominantes com bases materiais distintas.<sup>18</sup>

Os obstáculos à mobilidade geográfica do capital favorecem as condições econômicas para a cristalização de interesses nacionais e regionais. Os investimentos em infra-estrutura, terra e outros elementos não podem ser facilmente transferidos para outras áreas mais lucrativas, de modo que se forma uma cadeia de inter-relações entre as configurações espaciais – o sistema de Estados nacionais e suas burguesias. Mas, como mostrou Poulantzas, a oposição burguesia nacional *versus* burguesia estrangeira é insuficiente para caracterizar essa inter-relação.<sup>19</sup>

Poulantzas decompõe a burguesia do espaço nacional, na sua relação com o capital estrangeiro, em três frações: as burguesias *compradora*, *interna* e *nacional*. Embora esse autor não seja explícito, as diferentes inserções no aparelho da economia tendem a caracterizar os tipos de relação com o capital estrangeiro.

A burguesia compradora é aquela com um papel de simples intermediária dos interesses externos no espaço nacional. Normalmente, as burguesias comercial e bancária fornecem uma base para a conduta de burguesia compradora. O comércio de importação e exportação de mercadorias e o sistema bancário baseado nos capitais externos podem ser exemplos de burguesia compradora, bem como os ramos da indústria inteiramente dependentes e subordinados ao capital estrangeiro. No plano político-ideológico, essa burguesia não opõe resistências às políticas que favoreçam o capital estrangeiro, justamente pela imbricação de seus interesses com os interesses externos.

17 Cf. F. Farias. Do coronelismo ao clientelismo: a transição política capitalista no Piauí. Dissertação (Mestrado). Campinas: IFCH-Unicamp, 1999.

18 Cf. N. Poulantzas. *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*, op. cit., chap.: L'internationalisation des rapports capitalistes et l'État-nation.

19 Cf. *Ibidem*.

É difícil uma burguesia industrial assumir o papel de compradora. Isso é visível no caso da indústria voltada para o mercado interno: o capital industrial nativo acaba necessariamente se chocando com os interesses do capital industrial estrangeiro que deseja penetrar esse mercado. Mesmo no caso de multinacionais que produzem para o mercado nacional, podem surgir conflitos do tipo matriz-filial. A empresa filial, como na automobilística, pode tentar produzir bens adaptados ao mercado local, mas que iriam chocar-se com os interesses da empresa matriz. Em suma, é pouco provável que o capital industrial assuma a postura de burguesia compradora, sendo-lhe mais fácil se comportar como burguesia *interna* ou como burguesia *nacional*.

A burguesia *interna* se define pelo comportamento ambíguo diante do capital estrangeiro: ora se opõe a ele, ora o apóia. Isso se dá em razão das formas de dependência – financeira ou tecnológica – do capital nativo em relação ao capital externo. Esse perfil de burguesia interna se encontra, por exemplo, no caso da burguesia industrial brasileira após 1930, que possui esta dupla dependência externa: a financeira e a tecnológica.

Não está excluída a possibilidade de certos setores do comércio interno ou do sistema bancário assumirem uma postura de burguesia interna, opondo resistências à penetração de capitais estrangeiros. Num caso, podemos pensar o exemplo de empresas comerciais que atuam no setor de supermercados opondo-se à presença de grupos estrangeiros no setor. No outro caso, pode ocorrer de o sistema bancário nacional ainda não dominado pelo capital financeiro internacional opor resistências à penetração de bancos estrangeiros. Um exemplo disso foi o conflito entre bancos nacionais e estrangeiros quanto à compra de bancos estatais brasileiros, privatizados na década de 1990.

O setor bancário, dependendo de sua articulação com o restante do capital, pode apresentar maior tendência a uma conduta de burguesia compradora ou a de uma burguesia interna: o capital bancário ligado ao financiamento da exportação se inclina à primeira postura, enquanto aquele mais vinculado ao financiamento da indústria voltada para o mercado interno tem propensão de se comportar de acordo com a segunda atitude. No Brasil da década de 1990, o capital bancário assume uma postura de burguesia interna: por um lado, tem atritos com o imperialismo (tentou opor-se à entrada de bancos estrangeiros), mas, por outro, vota em um candidato a presidente do país que não se opõe a uma política mais geral de liberalização. Ou seja, posiciona-se contrariamente à penetração de banco estrangeiro no Brasil, mas não se contrapõe à vinda de indústrias. Assim, tem esse capital brasileiro um comportamento de conflito, em alguns aspectos, e ao mesmo tempo de acomodação, em outros, sendo, pois, marcado pela ambigüidade.

Poulantzas indica que não se deve pensar a burguesia interna como voltada para o mercado interno. Do contrário, ter-se-ia o capital estrangeiro querendo penetrar naquele mercado e o capital nativo querendo simplesmente impedir a penetração do capital estrangeiro. Um problema também é a saída do capital nativo.



Na Comunidade Econômica Européia, por exemplo, os grandes grupos industriais muito provavelmente não se voltarão exclusivamente para o mercado interno. Diz Poulantzas: "... o conceito de burguesia interna remete ao processo de internacionalização, e não a uma burguesia 'fechada' no espaço 'nacional'".<sup>20</sup> Não se deve, pois, pensar que um país que se submete ao imperialismo norte-americano não tenha um projeto de desenvolvimento para sua economia: ao mesmo tempo que o capital americano entra no país, o capital nativo sai para realizar ganhos fora.

Uma das formas da ambigüidade da burguesia interna é explorar os conflitos no seio do capital estrangeiro, inclinando-se em direção a um segmento para não dar força demais a outro. Como exemplo, há o caso do setor automobilístico no Brasil: o Estado e o empresariado nacional apoiaram a entrada da Volkswagen, uma empresa alemã, em vez da Ford ou da General Motors, ambas norte-americanas. Isso revela uma conduta de burguesia interna, que procura impedir a entrada do capital mais forte, como era o capital norte-americano no setor.

Para caracterizar as reações da burguesia interna, é útil a distinção de Poulantzas sobre as formas de presença do capital estrangeiro na formação social. Seriam, segundo ele, três situações diferentes: o capital estrangeiro totalmente externo, mas com interesses internos (ação externa/interna); o capital estrangeiro internalizado (atua como capital local, mas envia dinheiro para a matriz); e o capital associado (nativo e estrangeiro, como no modelo *joint venture*). A burguesia interna pode, no caso, ser mais resistente com um e menos com outro desses tipos de capital estrangeiro.

A burguesia *nacional* é a fração autóctone da burguesia que, com base numa capacidade produtiva própria, inclina-se à oposição a um leque amplo de interesses imperialistas. Em determinadas conjunturas de luta antiimperialista e de libertação nacional, essa fração da burguesia é suscetível de adotar posições de classe que a incluem no "povo", sendo então passível de certo tipo de aliança com as classes populares. É pouco provável para o setor importador se comportar como burguesia nacional. Já o produtor ligado ao mercado interno, preocupado com a distribuição da renda, tem bastante chance de atuar como burguesia nacional. Um exemplo se encontra na revolução da Nicarágua: a Frente dos Empresários, que integrava a Frente Sandinista, participou, de armas na mão, na derrubada do regime de Somoza.

Em termos gerais, há alguma condição econômica para as posturas de burguesia compradora, interna ou nacional. O tipo de inserção no aparelho econômico cria certas possibilidades de comportamento político-ideológico, mas isso não é rígido, porque a possibilidade suscitada pode não se concretizar: uma burguesia industrial tem condições de assumir um papel de burguesia nacional e, no entanto, não o faz.

---

20 N. Poulantzas. *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*, op. cit., p.74.

Há três possibilidades de se caracterizar a relação inter-regional, com base no modelo poulantziano de frações da classe dominante. A primeira delas é a de se conceber a dominação regional como uma relação entre as secções regionais das frações, definidas segundo os outros critérios. Assim, têm-se, além de outros, os conflitos entre a burguesia industrial do centro e a da periferia nacional ou os embates entre o capital comercial do centro e o da periferia.

Qual seria, então, a base desses conflitos? Uma fração burguesa do centro tende a atrair capital e força de trabalho da fração semelhante da periferia. Em compensação, o Estado nacional, por razão de ordem política (preservação da unidade territorial), busca transferir recursos financeiros da fração burguesa do centro para a da periferia. Pode ser também que entre as secções regionais de uma fração da burguesia não se estabeleça uma relação de polarização econômica.

A segunda possibilidade de interpretação do modelo poulantziano das frações da classe dominante aplicado à questão regional consiste em se ver a região como determinada fundamentalmente pela interconexão entre as diversas frações da burguesia presentes em cada espaço regional. Nesse caso, por exemplo, o capital comercial procura aliar-se ao capital industrial do mesmo espaço regional, em contraposição ao capital comercial de outra região, em vez de tal capital comercial se aglutinar nacionalmente para se contrapor aos interesses da burguesia industrial. Assim, o capital açucareiro de São Paulo visou a compor uma política com o capital industrial desse estado, a fim de se contrapor ao capital açucareiro de Pernambuco, induzindo este a também buscar uma aliança com os outros capitais do mesmo estado.

A terceira linha de interpretação do modelo poulantziano das frações de classe dominante e a questão regional refere-se à afirmativa de que ambas as possibilidades anteriores podem concretizar-se. Assim, o conflito regional ora se dá entre as secções regionais de uma mesma fração de classe dominante; ora entre o bloco de frações de um espaço regional e o de uma outra região.

Apesar de, na passagem do plano internacional para o nacional, os instrumentos de mediação política se alterarem, os mesmos processos básicos atuam tanto em um quanto em outro. Daí inferir-se dos conceitos de burguesia, com vista à análise das relações internacionais, aqueles ligados à análise das relações inter-regionais.

Há, assim, uma burguesia compradora de uma região periférica como a fração que exerce o papel de intermediária, na área regional, dos interesses hegemônicos nacionais. O domínio regional, nos limites da hegemonia nacional, por uma burguesia compradora – por exemplo, o capital comercial – configuraria uma situação de “semicolonialismo interno” (atração de capitais e de mão-de-obra pela economia da área mais desenvolvida). No Brasil, após 1930, as regiões periféricas, como o Nordeste, foram captadas pelo domínio do capital comercial importador de produtos manufaturados do centro industrializado do país, em particular São Paulo.

Já uma burguesia interna de uma região periférica é definível como a fração que, embora com uma base própria de acumulação, depende financeira e tecnologicamente do capital externo nacional e internacional. A hegemonia de uma burguesia interna na região periférica implica a relação inter-regional que se estabelece prevalentemente por meio do capital produtivo, caso em que a periférica entra em um processo de industrialização retardatária (“integração produtiva”).

Alguns autores<sup>21</sup> consideram que a fase de “integração produtiva” significa uma tendência à homogeneização entre as estruturas econômicas regionais. A nosso ver, postular tal tendência é contraditório ao caráter periférico e dependente da industrialização retardatária, sendo inegável, no caso da industrialização do Nordeste brasileiro, a inferioridade tecnológica do seu parque industrial. Basta assinalar que os principais investimentos em informática, microeletrônica, telecomunicações e automação se concentram em São Paulo, a isso acrescida a possibilidade de reutilização, na periferia, do maquinário que se tornou obsoleto no centro industrial.

Em termos gerais, o que se depreende dos conceitos de burguesias compradora, interna, nacional é que a explicação das desigualdades entre os países ou entre as regiões de um mesmo país deve ser buscada na articulação de fatores internos (as condições históricas do desenvolvimento das forças produtivas do país ou região) e externos (a dominação e exploração imperialista), bem como na correspondência dos elementos econômicos e políticos. Esse ponto de vista evita a falsa prevalência teórica de um conjunto de fatores sobre os outros, já que há uma interdependência das séries de elementos.

Nesse sentido, o enfoque de Celso Furtado<sup>22</sup> – que privilegia a herança histórica interna ao país ou à região como o fundamento das desigualdades nacionais ou regionais –, ou a interpretação de André Gunder Frank<sup>23</sup> – que elege a dependência imperialista como o fator explicativo do subdesenvolvimento econômico – são visões igualmente parciais e incompletas. A perspectiva mais adequada é a que inter-relaciona ambas as dimensões (a interna e a externa) da relação internacional ou inter-regional.

Outro critério de diferenciação da classe dominante é sua posição no mercado: monopólio ou não-monopólio. Poulantzas<sup>24</sup> afirma que o capital monopolista resulta da reunião, sob propriedade única, de várias unidades de produção de um ou vários ramos da produção social. Mas não levanta a possibilidade de o capital

21 Cf., por exemplo, L. Guimarães Neto. *Introdução à formação econômica do Nordeste*. Recife: Massangana, 1989.

22 Cf. C. Furtado. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. 3.ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965,

23 Cf. A. G. Frank. *Le développement du sous-développement*. Paris: Librairie François Maspero, 1969.

24 Cf. N. Poulantzas. *Les classes sociales...*, op. cit., chap.: Les bourgeoisies, item 2: les contradictions actuelles de la bourgeoisie.

já nascer monopolista, como apontou Saes para a análise do caso brasileiro.<sup>25</sup> No Brasil, não houve propriamente uma etapa concorrencial, e, só depois, a monopolista, pelo fato de a industrialização se ter feito pela via da substituição de importações (com uma tecnologia que exige escala ampla de produção, prevista para países desenvolvidos).

Poulantzas apresenta três fases do capitalismo monopolista: a de *transição* do capitalismo concorrencial para o monopolista; a de *consolidação* do capitalismo monopolista; e a *atual*. Na primeira, prevalecem os efeitos de conservação das relações pré-capitalistas e, nas fases seguintes, dominam os efeitos de dissolução. Entretanto, como o capital não-monopolista se relaciona com o monopolista em cada uma das fases? Poulantzas sugere duas situações: na primeira, o setor não-monopolista funciona como uma sobrevivência que mantém relações de conflito com o monopolista; depois, o não-monopolista se integra ao monopolista (a empresa não-monopolista presta serviços à monopolista).

O leitor não encontra, na análise de Poulantzas, as razões pelas quais o capital não-monopolista pode sobreviver na fase de domínio do capital monopolista. Seria algo análogo ao que fez Eduard Bernstein, em *Socialismo evolucionário*, para mostrar por que o médio e o pequeno capital não podem desaparecer no capitalismo monopolista, pois há certos ramos ou atividades em que o capital monopolista não tem interesse em penetrar, o que dá um outro sentido à ação política desses setores, os quais não podem ser simplesmente subjugados. Isso muda a análise de que o capital não-monopolista está completamente integrado numa frente política de classe e não haveria a possibilidade de contestação, por setores do capital não-monopolista, à política do capital monopolista.

Poulantzas, em polêmica com o PCF, termina por excluir o capital não-monopolista do leque de alianças para a transição ao socialismo. Mas é pertinente o leitor indagar se, em lutas anteriores à luta pelo socialismo, o capital não-monopolista poderia apoiar as forças políticas de esquerda. Seria o caso em que o médio capital apoiou a candidatura Luís Inácio Lula da Silva, nos pleitos presidenciais no Brasil.

Por fim, Poulantzas diz que o capital monopolista não é uma fração burguesa, ao mesmo título das frações industrial, comercial e bancária. Ele considera que o capital monopolista apresenta conflitos mais graves, porque tem no seu seio os conflitos entre essas frações, em particular entre a industrial e a bancária. É que, no caso do capital financeiro, as fusões acabam eliminando muitas tensões pela via dos processos de conquista e dominação.

Poulantzas afirma ainda que a distinção entre o grande e o médio capital seria um efeito da diferença entre o capital monopolista e o não-monopolista, parecendo indicar que as duas distinções sempre coincidiriam. No entanto, como apontou

---

25 Cf. D. Saes. "Estado e classes sociais no capitalismo brasileiro dos anos 70/80", op. cit.

Saes,<sup>26</sup> isso não ocorre sempre, uma vez que é possível se imaginar o médio capital com uma posição monopolista no mercado, dependendo do ramo em que se insere (há aquele que, para se estabelecer o monopólio, não é preciso um capital em larga escala). Além disso, a própria política econômica pode tratar diferentemente os segmentos do capital, conforme a escala de produção e não a posição de mercado, favorecendo, por exemplo, ora os atacadistas, ora os varejistas. O que importa, no caso, não é a posição de mercado, mas a escala das operações comerciais, de modo que, à luz dessa consideração, não parece acertada a tentativa de se descartar a distinção entre médio e grande capital.

Cabe, finalmente, indicarmos a relação entre os diferentes sistemas de fracionamento da classe dominante. Não se trata nem de uma correspondência rígida, nem de uma independência total entre eles. Assim, uma burguesia industrial pode ter tudo para se comportar como burguesia nacional e, no entanto, tal possibilidade não se concretiza. Por sua vez, é improvável que o setor importador do comércio assuma uma conduta de burguesia nacional ou de burguesia interna; ele terá mesmo uma atitude de burguesia compradora.

### 3. Bloco no poder e hegemonia

O Estado, por meio de suas políticas, desempenha o papel de articular os interesses das várias classes e frações de classes dominantes. Um caso típico é a política feita pelo Estado periférico entre o capital nativo e o estrangeiro. No Brasil da República Velha, a política de valorização do café articulava os interesses dos produtores locais e do capital estrangeiro. Os empréstimos financeiros internalizavam os interesses estrangeiros no país.<sup>27</sup>

A existência do bloco de classes e frações dominantes, ou seja, o bloco no poder, independe de acordo político explícito, já que se trata de uma comunidade de interesses cuja unidade é garantida pelo aparelho de Estado. Nessa direção, o bloco no poder é mais amplo que o conceito de aliança, no sentido de que diz respeito a uma mesma situação comum de segmentos que pertencem às classes dos proprietários dos meios sociais de produção. Trata-se de uma condição comum de partícipes privilegiados da ordem social, o que faz que todos os segmentos das classes dominantes se unifiquem em torno de certos objetivos políticos gerais.

Na articulação do bloco no poder, há a tendência à formação de um núcleo hegemônico, composto de uma fração ou um anel de frações da classe dominante. Poulantzas define a hegemonia política como a capacidade de uma fração fazer prevalecer seus interesses no interior do bloco no poder.<sup>28</sup> Isso se traduz na capacidade dessa fração de obter prioritariamente os benefícios das políticas econômica e

26 Cf. D. Saes. Prefácio, op. cit.

27 Cf. A. Sousa. *Estado e dependência no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2001.

28 Cf. N. Poulantzas. *Pouvoir politique...*, op. cit., v.1, part 2, chap. 1, item 3: Sur le concept de l'hégémonie.

social do Estado.<sup>29</sup> A homologia estrutural, isto é, a interdependência das estruturas econômica e política e a capacidade de organização político-ideológica e pressão sobre o aparelho do Estado são os fatores que concorrem para o estabelecimento da hegemonia política no seio do bloco no poder.

Alguns autores<sup>30</sup> destacam a formulação de Poulantzas ao nível da estrutura do Estado capitalista – que indica como indiferente a presença de representantes diretos da classe dominante no aparelho do Estado, a fim de que ele cumpra o papel de reproduzir as relações de produção capitalistas –, aplicando-a para a questão da hegemonia política. Mas a presença de membros da fração politicamente hegemônica no aparelho do Estado não seria indiferente ao exercício dessa hegemonia, embora, para Poulantzas, tal presença não chegue a ser determinante – ao indicar a possibilidade de dissociação entre a fração hegemônica e a fração “detentora”, ou seja, aquela que concentra o recrutamento do pessoal da cúpula do Estado. É verdade que Poulantzas não explicita qual seria o efeito da presença ou ausência majoritária de membros da fração hegemônica no aparelho do Estado. Porém, é possível agregar a seu esquema teórico a proposição de que tal presença/ausência pode afetar o grau de “autonomia relativa” do Estado, isto é, a disponibilidade de o aparelho de Estado conceder benefícios às classes e frações subordinadas, a fim de obter a legitimação da ordem. A capacidade de pressão da fração hegemônica sobre o aparelho do Estado seria maior à medida que o recrutamento do pessoal da cúpula estatal se fizesse no interior dessa própria fração, diminuindo a disponibilidade dos agentes estatais, segundo a expressão de Ralph Miliband, para realizar as reformas sociais.<sup>31</sup> No Brasil, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, com a ascensão de representantes políticos da fração regional mais poderosa (São Paulo), houve a aceleração do desmonte da política regional, simbolizada com a extinção da Sudene.

Uma fração da classe dominante não preponderante no plano econômico pode conquistar a hegemonia política, que serve justamente de alavanca para uma nova preponderância econômica. Mas, a médio e longo prazos, a tendência é ocorrer a correspondência entre a hegemonia política e a preponderância econômica.<sup>32</sup> É quando uma política antecipadora da preponderância econômica se transforma numa política de adaptação a essa prevalência.

Uma hipótese de periodização das fases do capitalismo seria a seguinte: na transição, até ela se completar, domina o capital mercantil; finda a transição, dá-se a dominância do capital industrial; e, na fase imperialista, prevalece o capital financeiro.<sup>33</sup> Na transição para o capitalismo, a esfera da circulação tem um papel

29 Cf. D. Saes. “Estado e classes sociais no capitalismo brasileiro dos anos 70/80”, op. cit., p.50-1.

30 A exemplo de M. Zeitlin e R. Ratcliff, op. cit., chap. 5, item: class segments and state policy.

31 R. Miliband. *Marxismo e política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p.72-87.

32 Cf. D. Saes. Estado capitalista e classe dominante, *Crítica Marxista*, n.12, 2001.

33 Essa hipótese de periodização encontra-se apontada nos trabalhos de C. Palloix. *L'économie mondiale capitaliste et les firmes multinationales*. Paris: François Maspero, 1975; e Dhoquois, G. *Pour l'histoire*. Paris: Éditions Anthropos, 1971.

privilegiado, porque a concentração do capital monetário para revolucionar a produção, com a introdução da máquina, ocorre na esfera da circulação. Foi preciso concentrar-se capital, sob a forma monetária, nas mãos de poucos indivíduos para haver a possibilidade de se introduzir a máquina. A transição para o capitalismo se encerra quando a maior parte do setor produtivo se organiza em termos de máquinas e processo de trabalho socializado. Compreende-se, então, que o capital comercial seja preponderante na etapa de implantação do capitalismo; que, depois, na etapa de reprodução ampliada do capitalismo, em sua primeira fase, a indústria prevaleça; e, finalmente, que na fase monopolista, predomine o capital financeiro. Mas afirmar a evolução tendencial da preponderância econômica não significa dizer que quem é preponderante no plano econômico seja politicamente hegemônico, porque a hegemonia política pode alavancar a transformação da prevalência econômica.<sup>34</sup>

Nem sempre, porém, a hegemonia política no interior do bloco no poder coincide com a hegemonia ideológica no conjunto da formação social. Por hegemonia ideológica, Poulantzas entende, seguindo a análise de Gramsci, o papel de se apresentarem os interesses particulares de frações da classe dominante em “interesse geral” da nação.<sup>35</sup> A natureza dos capitais indica um certo comportamento político-ideológico, daí que, dados os seus aspectos de frações improdutivas do capital, é mais difícil para os capitais bancário e comercial se apresentarem como representantes do interesse geral da nação.<sup>36</sup> Na verdade, onde tais capitais dominam, eles preferem deixar aos setores produtivos – indústria e agricultura – o papel de representar o interesse geral, evitando, assim, às frações improdutivas do capital, a crítica das camadas populares ao aspecto parasitário de suas atividades. Compreende-se, pois, que os bancos e o comércio prefiram agir discretamente na cena política mais por *lobbies* e menos por meio de partidos. No Brasil da República Velha, quando dominava o capital mercantil, a representação ideológica ficou a cargo da agricultura, o período da chamada “vocalização agrícola” da economia brasileira.

Uma conjuntura especial é aquela na qual se instaura uma crise de hegemonia política, quando nenhuma das frações da classe dominante é capaz de impor sistematicamente seus interesses às outras frações dominantes. Essa crise não se configura como uma situação de distribuição igualitária dos benefícios da política econômica, o que de resto é impossível, dados os interesses conflitantes. Em tal

34 Um dos pontos que precisariam ser mostrados é como o capital comercial se subordina ao capital industrial. Seria preciso mostrar o que acontece com o capital comercial que permanece autônomo; como é que ele passa de capital *marchand*, que induz a produção e controla as manufaturas, para um capital comercial que parece estar nas mãos dos industriais. Se esse capital comercial está mais fraco diante do capital industrial, muitas vezes ele continua forte diante da propriedade fundiária.

35 Cf. N. Poulantzas. op. cit., item: sur le concept de l'hégémonie.

36 Cf. D. Saes. “Estado e classes sociais no capitalismo brasileiro dos anos 70/80”, op. cit., p.60-1.

contexto, a política do Estado pode assumir pelo menos duas características: a independência da política estatal, na qual nenhum dos interesses específicos dos grupos dominantes encontra-se plenamente contemplado, embora se encontre ela dentro dos limites dos interesses comuns ao conjunto da classe dominante, caso em que se admite falar em um extremo de “autonomia relativa” do Estado; e o ziguezague da política, em que os interesses contemplados caem ora para um lado, ora para outro, no interior do bloco no poder.

Poulantzas distingue dois sentidos na expressão “bonapartismo”: um primeiro, como fenômeno histórico concreto na França; um segundo, como traço constitutivo do Estado capitalista, em que esse assume uma “autonomia relativa” diante das classes ou frações dominantes.<sup>37</sup> Parece, no entanto, mais coerente descartar o uso da expressão “bonapartismo” referente à “autonomia relativa” (concessões às classes dominadas), presente em qualquer Estado capitalista, e reter seu uso para a situação particular na qual vige a incapacidade hegemônica no interior do bloco no poder, como se deu no período do governo de Luís Bonaparte, na França. Nesse caso, como sugere Poulantzas, tem-se uma nova modalidade de “autonomia relativa” frente às classes e frações dominantes, que consiste no fato de a política do Estado se pautar pelo interesse global da classe dominante. Sendo assim, pode-se falar de um equilíbrio de forças das classes e frações dominantes por meio do qual o Estado operaria não como um árbitro, distribuindo igualmente os benefícios, mas como o representante, de fato, do interesse geral da classe dominante. No império de Luís Bonaparte, o capital comercial tinha a concessão de explorar o sistema de ferrovias, mas o controle das tarifas ficou a cargo do Estado, como medida preventiva de estabilidade da economia como um todo.<sup>38</sup>

Marx, no *18 Brumário*,<sup>39</sup> caracteriza o Estado burguês na França, após as jornadas de fevereiro de 1848, como controlado por uma coalizão das frações da burguesia. Em primeiro lugar, o alvo principal das jornadas foi a quebra da hegemonia política da “aristocracia financeira”. Como afirma Marx, “o objetivo inicial das jornadas de fevereiro era uma reforma eleitoral, pela qual seria alargado o círculo dos elementos politicamente privilegiados da própria classe possuidora e derrubado o domínio exclusivo da aristocracia financeira”.<sup>40</sup> Em segundo, em substituição a essa hegemonia política, instaurou-se, entre as frações burguesas, um Estado de condomínio. Apontando para os interesses sociais que dividiam o partido da ordem, diz Marx que

37 Cf. N. Poulantzas. op. cit., part IV: l'unité du pouvoir et l'autonomie relative de l'État capitaliste.

38 Cf. R. Price. *The French Second Empire: an anatomy of political power*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p.214-20.

39 K. Marx. *O 18 Brumário*. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

40 Ibidem, p.28.



a república parlamentar era mais do que o campo neutro no qual as duas facções da burguesia francesa, os legitimistas e os orleanistas, a grande propriedade territorial e a indústria podiam viver lado a lado, com igualdade de direitos. Era a condição inevitável para seu domínio *em comum*, a única forma de governo no qual seu interesse geral de classe podia submeter ao mesmo tempo tanto as reivindicações de suas diferentes facções como as demais classes da sociedade.<sup>41</sup>

Entre as razões do golpe de Luís Bonaparte, Marx não arrola a necessidade de reconfiguração da hegemonia no interior do bloco no poder, mas o receio da burguesia de que houvesse a ascensão política das classes populares, via parlamento. Como ressalta Marx, “assim, denunciando agora como ‘socialista’ tudo o que anteriormente exaltara como ‘liberal’, a burguesia reconhece que seu próprio interesse lhe ordena subtrair-se aos perigos do *self-government*”.<sup>42</sup>

A retirada da burguesia da cena parlamentar não significa, como querem alguns intérpretes,<sup>43</sup> que a ditadura de Luís Bonaparte leve o Estado a tornar-se totalmente autônomo em relação aos interesses da classe burguesa. Apesar de algumas formulações ambíguas de Marx (como a afirmativa de que a burguesia percebe que “a fim de preservar intacto o seu poder social, seu poder político deve ser destruído”<sup>44</sup>), permanece, no conjunto da análise, a caracterização de que o Estado está submetido aos interesses coligados das frações burguesas. Nesse sentido, referindo-se à ausência de hegemonia na ditadura de Bonaparte, entende-se a assertiva de Marx de que “a França de hoje já estava contida ... na república parlamentar”.<sup>45</sup> Embora o crescimento da máquina estatal e a concentração do poder no Executivo confirmem ao Estado uma aparência de completa autonomia, Marx não perde de vista que “Bonaparte considera a sua missão salvar a ‘ordem burguesa’”.<sup>46</sup>

A interpretação poulantziana do bonapartismo em Marx possibilita, enfim, retirar-se o foco de análise da configuração institucional – que freqüentemente restringe aquele conceito ao regime ditatorial e tende a opor a república parlamentar à ditadura bonapartista.<sup>47</sup> A Segunda República na França (1848-1851)

41 Ibidem, p.100.

42 Ibidem, p.71.

43 Ver, por exemplo, C. Guimarães. *Bonapartism: the authoritarian regime in Marx's political theory*. Master's Degree, Chicago, University of Chicago, 1972, p.57 e 69.

44 K. Marx, op. cit., p.71.

45 Ibidem, p.123.

46 Ibidem, p.135.

47 Esse é o caso, por exemplo, de E. Sader. *Estado e política em Marx* (São Paulo: Cortez, 1993, cap. II: O bonapartismo: o Estado na política de Marx), quando afirma que: “o surgimento do bonapartismo representou o esmagamento da representação política da burguesia” (p.111). Mas há, neste trabalho de Sader, formulações que apontam para a configuração de classes do bonapartismo: “como forma de governo, ele (bonapartismo) é fruto, em geral: 1) da incapacidade das classes no poder de assumir as funções políticas como representantes do conjunto da classe dominante; 2) da divisão e equilíbrio relativo entre os grupos dominantes” (p.42).

constitui, ao contrário, um exemplo de regime democrático bonapartista, ou seja, uma democracia com ausência de hegemonia no interior do bloco no poder.<sup>48</sup>

## Conclusão

Dadas a sucessão de políticas do Estado e as várias dimensões dessas políticas (monetária, cambial, industrial etc.), distribuindo os agentes em diversas frentes de conflitos, concebe-se uma abordagem dinâmica e flexível da problemática poulantziana das frações de classe dominante. Isso permite que se leve em conta as várias possibilidades: a emergência, a desapareição, a reaparição, o cruzamento de sistemas de fração. Assim, tem-se ora burguesia industrial *versus* comercial, ora industriais do centro econômico contra industriais da periferia do país, ora comércio atacadista *versus* varejista.

Por um lado, a política econômica ou social do Estado torna-se o fator determinante de agregação das frações de classe dominante, que o fazem para defender ou rejeitar certas medidas governamentais. A prevalência sistemática nos benefícios dessas políticas especifica a hegemonia no interior do bloco no poder, sendo a homologia estrutural e a capacidade de pressão política sobre o aparelho do Estado os elementos principais na concretização dessa hegemonia ou de sua crise (bonapartismo).

Por outro, os conflitos internos à classe dominante, à medida que condicionam as políticas do Estado, constituem um dos fatores determinantes da dinâmica do processo político (um outro é o conflito capital e trabalho). Dependendo da conjuntura histórica, variará o modo de articulação da competição intercapitalista com os embates entre o capital e o trabalho.

Nesse sentido, o enfoque aqui adotado se distingue de duas posições extremas: de um lado, a perspectiva da escola regulacionista francesa, que tende a minimizar a importância dos conflitos de frações burguesas, centrando quase sempre a análise nos que se dão entre o capital e o trabalho; de outro, a visão do marxismo elitista anglo-saxão, cuja tendência é superestimar a competição de “elites” (frações) dominantes, descurando a relevância dos conflitos entre a classe capitalista e as classes trabalhadoras.

---

48 O historiador Geoff Eley, em “The British Model and the German Road: Rethinking the Course of German History Before 1914” (Blackbourn, D. & Eley, G. *The peculiarities of German history: bourgeois society and politics in nineteenth-century germany*. Oxford/New York: Oxford University Press, 1984), indica que o conceito de bonapartismo – ao qual ele agrega a noção de “autonomia do Estado” constituída a partir do equilíbrio político dos interesses socioeconômicos dominantes, levando a burocracia estatal a buscar os propósitos de uma administração econômica geral – pode ser aplicado a diferentes formações sociais, em diferentes períodos históricos.

# Difusão e recepção dos *Grundrisse* no mundo. Uma contribuição para a história do marxismo\*

MARCELLO MUSTO\*\*

## 1. 1858-1953: Cem anos de solidão

Ao deixar de lado os *Grundrisse*, em maio de 1858, para se dedicar ao trabalho da *Contribuição à crítica da economia política*, Marx utilizou passagens daquele na elaboração deste último texto, mas, em seguida, referiu-se pouquíssimas vezes a ele novamente. Na verdade, embora tivesse o hábito de fazer referência a seus próprios estudos precedentes, chegando a transcrever passagens inteiras deles, os manuscritos preparatórios d'*O capital*, com exceção daqueles de 1861-1863, não contêm nenhuma referência aos *Grundrisse*. Esta obra se situa entre tantos outros esboços em que Marx não tinha intenção de se deter.

Pode não haver certeza sobre o assunto, mas é provável que nem mesmo Friedrich Engels tenha lido os *Grundrisse*. Como é sabido, Marx logrou terminar, até sua morte, apenas o primeiro volume d'*O capital* e os manuscritos inacabados do segundo e terceiro volumes foram selecionados e reunidos para publicação por Engels. No curso desse trabalho, ele deve ter examinado dezenas de cadernos contendo esboços preliminares d'*O capital*, e é plausível admitir que, ao colocar alguma ordem na montanha de papéis, ele tenha folheado os *Grundrisse* e concluído que era uma versão prematura do trabalho de seu amigo – anterior até à *Contribuição à crítica da economia política* de 1859 – e que não poderia,

\* Texto publicado na coletânea: Marcello Musto (Org.) *Karl Marx's Grundrisse: Foundations of the critique of political economy 150 years later*. Routledge, 2008. Trad. Danilo Enrico Martuscelli.

\*\* Pesquisador da Università degli Studi di Napoli "L'Orientale" (Itália).

portanto, ser utilizada para seus propósitos. Além disso, Engels nunca se referiu aos *Grundrisse*, nem em seus prefácios aos dois volumes de *O capital* que se encarregou de publicar, nem em sua própria coleção imensa de cartas.

Depois da morte de Engels, grande parte dos textos originais de Marx foi entregue ao arquivo do Partido Social-Democrata Alemão (SPD) em Berlim, onde foram tratados com negligência extrema. Conflitos políticos no interior do Partido impediram a publicação de numerosos materiais importantes que Marx havia deixado para trás; na verdade, eles levaram a desmembrar os manuscritos e por muito tempo impediram a publicação da edição completa dos trabalhos dele. Não deixaram ninguém ficar responsável por um inventário do legado intelectual de Marx, de modo que os *Grundrisse* continuaram desconhecidos ao lado de outros textos.

A única parte desse legado que veio ao conhecimento público neste período foi o “Prefácio”, que Karl Kautsky publicou em 1903 na *Die Neue Zeit* (Os Novos Tempos),<sup>1</sup> com uma breve nota que o apresentou como um “esboço incompleto”, datado de 23 de agosto de 1857. Argumentando que o texto era a introdução para a obra magna de Marx, Kautsky deu a ele o título *Einleitung zu einer Kritik der politischen Ökonomie* (*Prefácio à crítica da economia política*) e afirmou que “apesar de seu caráter incompleto”, o texto “ofereceu um número vasto de novos pontos de vista”.<sup>2</sup> Interesse considerável, na verdade, era demonstrado pelo texto: as primeiras versões em outras línguas consumaram-se em francês (1903) e em inglês (1904), e rapidamente ele se tornou divulgado de modo mais amplo depois de Kautsky publicá-lo em 1907 como um apêndice à *Contribuição à crítica da economia política*. Cada vez mais traduções apareceram – incluindo a russa (1922), a japonesa (1926), a grega (1927) e a chinesa (1930) – até que se tornou um dos trabalhos mais comentados de toda a produção teórica de Marx.

Enquanto o *Prefácio* contou com a sorte, os *Grundrisse* continuaram desconhecidos por um longo período. É difícil acreditar que Kautsky não tenha tomado conhecimento do manuscrito inteiro com o *Prefácio*, mas nunca fez qualquer menção a ele. E um pouco depois, quando decidiu publicar alguns dos escritos de Marx desconhecidos até então entre 1905 e 1910, ele se concentrou no conjunto de textos de 1861-1863, para o qual deu o título *Teorias da mais-valia*.

A descoberta dos *Grundrisse* ocorreu em 1923, graças a David Ryazanov, diretor do Instituto Marx-Engels (IME) em Moscou e organizador da *Marx Engels Gesamtausgabe* (MEGA), as obras completas de Marx e Engels. Posteriormente, ao

1 O autor traduziu todos os títulos de livros, artigos e revistas que se encontravam numa língua diferente do inglês – língua original deste artigo. Nessa tradução, respeitamos esse procedimento do autor, com a diferença que apresentamos os títulos em português, fazendo obviamente alguns ajustes nos casos em que a edição brasileira do texto não reproduzir literalmente a tradução do título original. (N.T.)

2 Karl M. “Einleitung zu einer Kritik der politischen Ökonomie”. *Die Neue Zeit*, ano 21, v.1, n.1, p.710.

investigar o *Nachlass* em Berlim, ele revelou a existência dos *Grundrisse* em uma reportagem para a Academia Socialista de Moscou sobre a obra de Marx e Engels:

Eu encontrei entre os textos de Marx uns oito cadernos de estudos de economia... O manuscrito pode ser datado de meados de 1850 e contém os primeiros esboços da obra de Marx [*Das Kapital*], cujo título ele não havia ainda cunhado na época; [também] representa a primeira versão de sua *Contribuição à Crítica da Economia Política*.<sup>3</sup>

“Em um desses cadernos”, Ryazanov prossegue, “Kautsky encontrou o ‘Prefácio’ à *Contribuição à Crítica da Economia Política*” – e considerou os manuscritos preparatórios d’*O capital* de “interesse excepcional para aqueles que abordam o desenvolvimento intelectual de Marx e seu próprio método de trabalho e de pesquisa”.<sup>4</sup>

Por meio de um acordo entre o IME, o Instituto de Pesquisa Social em Frankfurt e o Partido Social-Democrata Alemão (que ainda tinha custódia do *Nachlass* Marx-Engels) para a publicação da MEGA, os *Grundrisse* foram fotografados com muitos outros escritos inéditos e começaram a ser estudados por especialistas em Moscou. Entre 1925 e 1927, Pavel Veller do IME catalogou todos os materiais preparatórios d’*O capital*, o primeiro dos quais era o próprio *Grundrisse*. Em 1931, ele foi completamente desvendado e datilografado e, em 1933, uma parte foi publicada em russo como “Capítulo sobre dinheiro”, seguida dois anos depois por uma edição em alemão. Finalmente, em 1936, o Instituto Marx-Engels-Lenin (IMEL, sucessor do IME) adquiriu seis dos oito cadernos dos *Grundrisse*, que possibilitaram resolver o restante dos problemas editoriais.

Em 1939, por conseguinte, o último manuscrito importante de Marx – um trabalho extenso de um dos mais férteis períodos de sua vida – apareceu em Moscou sob o título dado a ele por Veller: *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie (Rohentwurf) 1857-1858*. Dois anos mais tarde, aparece seguido de um apêndice (*Anhang*), incluindo os comentários de Marx de 1850-1851 sobre os *Princípios de economia política e tributação* de Ricardo, suas observações sobre Bastiat e Carey, seu próprio sumário para os *Grundrisse*, e o material preparatório (*Urtext*) da *Contribuição à crítica da economia política* de 1859. O prefácio do IMEL para a edição de 1939 destacou seu valor excepcional: “o manuscrito de 1857-1858, publicado na íntegra pela primeira vez neste volume, marcou uma decisiva fase na obra econômica de Marx”.<sup>5</sup>

3 David Ryazanov “Neueste Mitteilungen über den literarischen Nachlaß von Karl Marx und Friedrich Engels” (Últimas notícias sobre o legado literário de Karl Marx e Friedrich Engels). *Archiv für die Geschichte des Sozialismus und der Arbeiterbewegung*, ano 11, 1925, p.393-4.

4 *Ibidem*, p.394.

5 Marx-Engels-Lenin-Institut. “Vorwort” (Prefácio) In: Karl M. *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie (Rohentwurf) 1857-1858*. Moscou, Verlag für Fremdsprachige Literatur, 1939, p.VII.

Embora as linhas editoriais e o formato da publicação fossem semelhantes, os *Grundrisse* não foram incluídos nos volumes da MEGA, mas apareceram em edição à parte. Além disso, a proximidade da Segunda Guerra Mundial fez que a obra permanecesse virtualmente desconhecida: as três mil cópias tornaram-se rapidamente muito raras, e apenas pouquíssimas conseguiram atravessar as fronteiras soviéticas. Os *Grundrisse* não foram publicados na *Sochinenya* de 1928-1947, a primeira edição russa das obras de Marx e Engels, e sua primeira republicação em alemão teve de aguardar até 1953. Embora seja surpreendente que um texto como os *Grundrisse* fosse publicado ainda durante a era Stálin, herético como certamente era em relação aos então indiscutíveis cânones do *diamat*, o “materialismo dialético” de estilo soviético, devemos também lembrar que era naquela época o mais importante dos escritos de Marx a não chegar a circular na Alemanha. Sua publicação posterior, que atingiu na Berlim Oriental as trinta mil cópias, era parte das comemorações do *Karl Marx Jahr*,<sup>6</sup> do septuagésimo aniversário da morte de seu autor e do centésimo quinquagésimo de seu nascimento.

Escritos em 1857-1858, os *Grundrisse* foram disponibilizados para leitura em todo o mundo apenas a partir de 1953, depois de cem anos de solidão.

## 2. Quinhentas mil cópias circulando no mundo

Apesar da ressonância desse importante novo manuscrito que antecedeu *O capital*, e apesar do valor teórico atribuído a ele, as edições em outras línguas demoraram a aparecer.

Depois do *Prefácio*, outro extrato, as “Formas que precedem a produção capitalista”, era o primeiro a despertar interesse. Esse extrato foi traduzido em russo em 1939, e posteriormente do russo para o japonês em 1947-1948. Posteriormente, a edição alemã separada dessa parte e uma tradução para o inglês contribuíram para assegurar um amplo número de leitores: a edição alemã, que surgiu em 1952 como parte da *Kleine Bücherei des Marxismus-Leninismus* (Pequena Biblioteca do Marxismo-Leninismo), serviu de base às versões húngara e italiana (1953 e 1954, respectivamente); enquanto a tradução inglesa, publicada em 1964, contribuiu para difundir o texto nos países anglófonos e, por meio das traduções na Argentina (1966) e Espanha (1967), para os leitores do mundo de língua espanhola. O organizador dessa edição inglesa, Eric Hobsbawm, acrescentou um prefácio que ajudou a relevar sua importância: *Formações econômicas pré-capitalistas*. Conforme ele observou, era

a tentativa mais sistemática [de Marx] de enfrentar o problema da evolução histórica”, e “pode-se afirmar, sem hesitação, que qualquer discussão histórica marxista

---

6 Ano Karl Marx. (N.T.)

realizada sem levar em consideração este trabalho... terá de ser reconsiderada à luz do mesmo.<sup>7</sup>

Cada vez mais especialistas em todo o mundo começaram, na verdade, a se interessar por esse texto, que apareceu em muitos outros países e em todos lugares propiciou discussões teóricas e históricas importantes.

As traduções dos *Grundrisse*, na íntegra, iniciaram-se no final da década de 1950; sua difusão foi um processo lento, mas permanente, que finalmente permitiu uma apreciação mais acabada, e em alguns aspectos diferente, da obra de Marx. Os melhores intérpretes dos *Grundrisse* abordaram-no no original, mas seu estudo mais amplo – entre os especialistas que não liam em alemão e, sobretudo, entre os militantes políticos e estudantes universitários – ocorreu somente depois de sua publicação em várias línguas nacionais.

As primeiras a aparecer foram no Oriente: no Japão (1958-1965) e na China (1962-1978). Uma edição russa saiu na União Soviética somente em 1968-1969, como um suplemento à segunda edição ampliada da *Sochinneniya* (1955-1966). Sua exclusão prévia dessa edição era de todas a mais séria, pois tinha resultado em uma omissão parecida com a da *Marx-Engels-Werke* (MEW) de 1956-1968, que reproduziu a seleção soviética de textos. A MEW – a edição consideravelmente mais utilizada das obras de Marx e Engels, bem como a fonte para as traduções em muitas outras línguas – não continha os *Grundrisse* até sua publicação como um suplemento em 1983.

Os *Grundrisse* também começaram a circular na Europa Ocidental no final dos anos 1960. A primeira tradução apareceu na França (1967-1968), mas era de inferior qualidade e teve de ser substituída por uma tradução mais fiel ao texto em 1980. Uma versão italiana deu seqüência entre 1968 e 1970 à iniciativa significativamente vinda, como na França, de uma editora independente do Partido Comunista.

O texto foi publicado na Espanha na década de 1970. Se excluirmos a versão de 1970-1971 publicada em Cuba, que tinha pouco valor como era o caso da elaborada na versão francesa, e cuja circulação permaneceu confinada nos limites daquele país, a primeira tradução propriamente espanhola foi realizada na Argentina entre 1971 e 1976. Foi seguida por outras três produzidas conjuntamente na Espanha, Argentina e México, tornando o espanhol a língua com o maior número de traduções dos *Grundrisse*.

A tradução inglesa foi precedida em 1971 por uma seleção de extratos, organizada por David McLellan, e gerou expectativas nos leitores do texto: “Os *Grundrisse* são muito mais que um esboço aproximado d’*O Capital*”;<sup>8</sup> na verdade, mais

7 Eric Hobsbawm. “Introduction” In: Karl Marx. *Pre-Capitalist Economic Formations*. London, Lawrence & Wishart, 1964, p. 10. [N. T.] Ver também edição brasileira: Eric Hobsbawm. Introdução. In: Karl Marx. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, p.14.

8 David McLellan. *Marx’s Grundrisse*. London: Macmillan, 1971, p.2.

do que qualquer outra obra, “contêm uma síntese de várias linhas do pensamento de Marx... Em um certo sentido, nenhuma das obras de Marx é completa, mas a mais completa delas é os *Grundrisse*”.<sup>9</sup> A tradução completa chegou finalmente em 1973, depois de vinte anos da edição original em alemão. Seu tradutor, Martin Nicolaus, observou em uma introdução:

Além de seu grande valor histórico e biográfico, eles [os *Grundrisse*] acrescentam muitos novos materiais, e figuram-se como o único esboço de todo o projeto de economia política. ... Os *Grundrisse* desafiam e colocam em questão muitas interpretações importantes de Marx ainda aceitas.<sup>10</sup>

Os anos 1970 foram também cruciais para as traduções na Europa Oriental. Uma vez que a luz verde havia sido dada na União Soviética, não havia mais nenhum grande obstáculo para seu aparecimento nos países “satélites”: Hungria (1972), Tchecoslováquia (1971-1977 em tcheco, em 1974-1975 em eslovaco) e Romênia (1972-1974), bem como na Iugoslávia (1979). Durante o mesmo período, duas contrastantes edições dinamarquesas foram lançadas no mercado quase ao mesmo tempo: uma publicada por uma editora ligada ao Partido Comunista (1974-1978), e outra, por uma editora próxima à Nova Esquerda (1975-1977).

Nos anos 1980, os *Grundrisse* foram também traduzidos no Irã (1985-1987), onde constituiu a primeira edição minuciosa em persa de todos os trabalhos de Marx, e em um número crescente de países europeus. A edição eslovena data de 1985, e a polonesa e a finlandesa de 1986 (esta última com o apoio soviético).

Com a dissolução da União Soviética e o fim do que foi conhecido como “socialismo realmente existente”, que na realidade foi uma descarada negação do pensamento de Marx, houve um período de queda da publicação dos escritos de Marx. No entanto, nem nos anos em que o silêncio envolvendo seu autor era rompido somente por pessoas que o relegavam com absoluta certeza ao esquecimento os *Grundrisse* deixaram de ser traduzidos em outras línguas. As edições da Grécia (1989-1992), da Turquia (1999-2003), da Coreia do Sul (2000) e do Brasil (prevista para 2009) fazem dos *Grundrisse* o trabalho de Marx com o maior número de novas traduções nas duas últimas décadas.

Ao todo, os *Grundrisse* foram traduzidos na íntegra em 22 línguas,<sup>11</sup> compreendendo um total de 32 versões diferentes. Sem contar as edições parciais, que

9 Ibidem, p.14-5.

10 Martin Nicolaus. Foreword. Karl Marx. *Grundrisse*. Harmondsworth, Penguin Books, 1973, p.7. (N.T.) Ver também a edição brasileira: Martin Nicolaus. Introdução. In: César Benjamin (Org.) *Marx e o socialismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

11 Ver a tabela cronológica de traduções no Apêndice 1. Às traduções completas mencionadas acima devem ser acrescentadas as edições em sueco (Karl Marx. *Grunddragen i kritiken av den politiska ekonomin*. Stockholm, Zenit/R&S, 1971) e macedônio (Karl Marx. *Osnovi na kritkata na politička ekonomija (grub nafrlok): 1857-1858*. Skopje, Komunist, 1989), assim como as traduções do Prefácio e das *Formas que precedem a produção capitalista* publicadas em diversas línguas, do vietnamita ao norueguês, do árabe ao holandês, do hebreu ao búlgaro.



foram impressas em mais de quinhentas mil cópias<sup>12</sup> – um quadro que surpreenderia enormemente o homem que escreveu esse texto apenas para resumir, com a maior imprecisão, os estudos econômicos que havia empreendido até aquele momento.

### 3. Leitores e intérpretes

A história da recepção dos *Grundrisse*, bem como de sua difusão, é marcada por um começo um tanto tardio. A razão decisiva disso, além das hesitações associadas a sua redescoberta, é certamente a complexidade do próprio manuscrito esboçado de modo incompleto e impreciso, e a dificuldade de traduzi-lo e de interpretá-lo em outras línguas. Em relação a isso, a autoridade no assunto Roman Rosdolsky observou:

Em 1948, quando pela primeira vez eu tive a sorte de ter acesso a uma das raríssimas cópias na época... ficou claro desde o princípio que era um trabalho de fundamental importância para a teoria marxista. Contudo, seu formato inusitado e até certo ponto sua maneira obscura de expressão deixaram-no muito distante do alcance de um amplo círculo de leitores.<sup>13</sup>

Essas considerações levaram Rosdolsky a tentar fazer uma exposição clara e um exame crítico do texto: como resultado, a obra *Zur Entstehungsgeschichte des Marxchen 'Kapital'. Der Rohentwurf des 'Kapital' 1857-58* (Gênese e estrutura de *O Capital* de Karl Marx), que apareceu em alemão em 1968, é a primeira e ainda a principal monografia dedicada aos *Grundrisse*. Traduzida em muitas línguas, encorajou a publicação e a circulação da obra de Marx e tem tido uma influência considerável sobre todos seus intérpretes subseqüentes.

O ano de 1968 foi importante para os *Grundrisse*. Além do livro de Rosdolsky, o primeiro ensaio sobre essa obra em inglês apareceu na edição de março-abril da *New Left Review*: “The Unknown Marx”, de Martin Nicolaus,<sup>14</sup> que teve o mérito de tornar os *Grundrisse* conhecidos de modo mais amplo e destacar a necessidade de uma tradução completa dessa obra. Enquanto isso, na Alemanha e na Itália, os *Grundrisse* persuadiram algumas das lideranças na revolta estudantil, que ficaram empolgadas com o conteúdo radical e explosivo e elaboraram suas alternativas através das páginas dessa obra. O fascínio era irresistível especialmente entre

12 O total foi calculado levando em consideração a tiragem observada durante pesquisa nos países em questão.

13 Roman Rosdolsky. *The making of Marx's 'Capital'* (v.1). London: Pluto Press, 1977. (N.T.) Ver também edição brasileira: Roman Rosdolsky. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj/Contraponto, 2001.

14 Ver versão em língua portuguesa desse artigo: Martin Nicolaus. “Marx desconhecido”. In: Robin Blackburn (Org.) *Ideologia na ciência social: ensaios críticos sobre a teoria social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (N.T.)

aqueles que na *Nova Esquerda* estavam comprometidos com a superação da interpretação de Marx oriunda do marxismo-leninismo.

Por outro lado, os tempos estavam mudando no Oriente também. Depois de um período inicial no qual os *Grundrisse* foram quase completamente ignorados, ou vistos com desconfiança, o estudo introdutório de Vitalii Vygodskii's – *Istoriya odnogo velikogo otkrytiya Karla Marksa* (A história de uma grande descoberta: como Marx escreveu *O capital*), publicado na Rússia em 1965 e na República Democrática Alemã em 1967 – tomou uma direção política diferente. Ele definiu os *Grundrisse* como um “trabalho de gênio”, que “nos esclarece sobre o ‘laboratório criativo de Marx’ e nos capacita a seguir passo a passo o processo no qual Marx elaborou sua teoria econômica”, e para a qual foi necessário, portanto, dar a devida atenção.<sup>15</sup>

No espaço de apenas poucos anos os *Grundrisse* tornaram-se um texto-chave para muitos marxistas influentes. Além daqueles já mencionados, os especialistas que em particular se interessavam pela obra, eram: Walter Tuschcheerer na República Democrática Alemã, Alfred Schmidt na República Federativa Alemã, os membros da Escola de Budapeste na Hungria, Lucien Sève na França, Kiyooki Hirata no Japão, Gajo Petrović na Iugoslávia, Antonio Negri na Itália, Adam Schaff na Polônia e Allen Oakley na Austrália. No geral, tornou-se um trabalho com o qual qualquer estudioso sério de Marx tinha de lidar. Com várias nuances, os intérpretes dos *Grundrisse* se dividiram entre aqueles que o consideravam um trabalho autônomo completo em si conceitualmente e outros que o viam como um manuscrito prematuro que meramente preparou o caminho para *O capital*. O cenário ideológico das discussões sobre os *Grundrisse* – o centro da disputa era a legitimidade ou ilegitimidade das abordagens de Marx, com suas enormes repercussões políticas – propiciou o desenvolvimento de interpretações equivocadas e que parecem hoje ridículas. Um dos mais entusiasmados comentadores dos *Grundrisse* argumentou até que este era teoricamente superior a *O capital*, apesar dos dez anos a mais de pesquisa intensa utilizados para a elaboração deste último. De modo análogo, entre os principais detratores dos *Grundrisse*, havia alguns que alegavam que, apesar das partes importantes para nosso entendimento da relação de Marx com Hegel e apesar das passagens significativas sobre alienação, esse texto não acrescentou nada para o que já era conhecido sobre Marx.

Não foram apenas essas as leituras contrastantes dos *Grundrisse*, havia também não leitores da obra – o mais notável e representativo exemplo foi o de Louis Althusser. Ainda que tenha tentado pôr em evidência os supostos silêncios de Marx e ler *O capital* com o objetivo de “tornar visível o que há de invisível nele”,<sup>16</sup> ele permitiu a si próprio não levar em consideração uma massa considerável de

15 Vitalii Vygodskii. *The story of a great discovery: how Marx wrote “Capital”*. Tunbridge Wells: Abacus Press, 1974, p.44.

16 Louis Althusser e Étienne Balibar. *Reading Capital*. London: Verso, 1979, p.32. (N.T.) Ver também edição brasileira: Louis Althusser e Étienne Balibar. *Ler O Capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

centenas de páginas escritas dos *Grundrisse* e efetuar uma divisão (debatida calorosamente mais tarde) do pensamento de Marx entre as obras de juventude e as obras de maturidade, sem tomar conhecimento do conteúdo e do significado dos manuscritos de 1857-8.<sup>17</sup>

Desde meados dos anos 1970, contudo, os *Grundrisse* angariaram um número bastante significativo de leitores e intérpretes. Dois comentários extensos apareceram: um em japonês em 1974<sup>18</sup> e o outro em alemão em 1978,<sup>19</sup> mas muitos outros autores também escreveram sobre a obra. Vários especialistas reconheciam-no como um texto de importância vital para uma das questões debatidas de modo mais amplo, relacionadas ao pensamento de Marx: sua dívida intelectual com Hegel. Outros estavam fascinados pelas quase proféticas declarações nas passagens sobre maquinaria e automação, e no Japão os *Grundrisse* também foram lidos como um texto altamente atual para nosso entendimento da modernidade. Nos anos 1980, os primeiros estudos detalhados começaram a aparecer na China, onde a obra serviu para lançar luz sobre a gênese d'*O capital*, enquanto na União Soviética uma coletânea de textos foi dedicada integralmente aos *Grundrisse*.<sup>20</sup>

Nos anos recentes, a capacidade contínua das obras de Marx de explicar (como também de criticar) o modo capitalista de produção tem proporcionado uma renovação do interesse por parte de diversos especialistas internacionais.<sup>21</sup> Se essa renovação perdurar e se for acompanhada por uma nova demanda por Marx no campo da política, os *Grundrisse* certamente provarão uma vez mais ser um de seus escritos capazes de despertar maior atenção.

Enquanto isso, na esperança de que “a teoria de Marx seja uma fonte viva de conhecimento e de prática política para o qual esse conhecimento se dirige”,<sup>22</sup> a história apresentada aqui da difusão e recepção global dos *Grundrisse* é proposta como um reconhecimento modesto de seu autor e como uma tentativa de reconstruir um capítulo ainda não escrito na história do marxismo.

17 Ver Lucien Sève. *Penser avec Marx aujourd'hui*. Paris: La Dispute, 2004, que recorda como “com a exceção de textos tais como o *Prefácio* ... Althusser nunca leu os *Grundrisse*, no sentido real da palavra leitura” (p.29). Ao adaptar o termo “corte epistemológico” (*coupure épistémologique*) de Gaston Bachelard, que o próprio Althusser tinha emprestado e feito uso, Sève fala de um “corte bibliográfico” (*coupure bibliographique*) artificial que resultou nas visões mais equivocadas de sua gênese e, portanto, de sua coerência com o pensamento maduro de Marx” (p.30).

18 Kiriho Morita e Toshio Yamada. *Komentaru keizaigakuhihan'yoko* (Comentários sobre os *Grundrisse*), Tokyo: Nihonhyoronsha, 1974.

19 Projektgruppe Entwicklung des Marxschen Systems. *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie (Rohentwurf). Kommentar*. Hamburg, VSA, 1978.

20 V.V.A.A. *Pervonachal'ny variant "Kapitala". Ekonomicheskie rukopisi K. Marksa 1857-1858 godov* (A primeira versão d'*O Capital*, Manuscritos Econômicos de 1857-1858, de K. Marx). Moscow: Politizdat, 1987.

21 Ver Marcello Musto. “The rediscovery of Karl Marx”. *International Review of Social History*, n.52/53, p. 477-98, 2007.

22 Roman Rosdolsky, op. cit., p.xiv.

Apêndice: Tabela cronológica de traduções dos *Grundrisse*

1939-41	Primeira edição alemã
1953	Segunda edição alemã
1958-65	Tradução japonesa
1962-78	Tradução chinesa
1967-1968	Tradução francesa
1968-1969	Tradução russa
1968-1970	Tradução italiana
1970-1971	Tradução espanhola
1971-1977	Tradução tcheca
1972	Tradução húngara
1972-1974	Tradução romena
1973	Tradução inglesa
1974-1975	Tradução eslovaca
1974-1978	Tradução dinamarquesa
1979	Tradução sérvia/sérvio-croata
1985	Tradução eslovena
1985-1987	Tradução persa
1986	Tradução polonesa
1986	Tradução finlandesa
1989-1992	Tradução grega
1999-2003	Tradução turca
2000	Tradução coreana
2008	Tradução portuguesa

# Três poemas portugueses e um impasse

HERMENEGILDO BASTOS\*

*“Comer o passado como pão de fome, sem tempo de  
manteiga nos dentes!”*

Álvaro de Campos, “Aniversário”

Crepúsculo e violência em “Violoncelo”

Seja a paisagem contaminada de “Violoncelo” de Camilo Pessanha:

Chorai arcadas  
Do violoncelo!  
Convulsionadas,  
Pontes aladas  
De pesadelo...

De que esvoaçam,  
Branco, os arcos...  
Por baixo passam,  
Se despedaçam,  
No rio, os barcos.

---

\* Professor de Teoria Literária e Literatura Comparada da Universidade de Brasília. [hjbastos@unb.br](mailto:hjbastos@unb.br)

Fundas, soluçam  
Caudais de choro...  
Que ruínas, (ouçam)!  
Que sorvedouros!...

Trêmulos astros...  
Soidões lacustres...  
– Lemos e mastros...  
E os alabastros  
Dos balaústres!  
Urnas quebradas!  
Blocos de gelo...  
– Chorai arcadas,  
Despedaçadas,  
Do violoncelo.<sup>1</sup>

Coexistem em “Violoncelo” o encantamento mágico da musicalidade com suas sinestésias, correspondências, mais o prazer estético que daí derivaria, elevado à forma de vida, a vida como estética, por um lado e, por outro, o mundo do desastre e do naufrágio. Até certo ponto coexistem de modo pacífico. Contempla-se fascinado a arte do naufrágio. Naufrágio poetizado, e violento. O náufrago (se é que aí há um, porque a voz lírica não se personaliza) contempla. Também nos determina que ouçamos as ruínas, sendo esta a única vez em que se dirige a nós e, dessa forma, situa-se no poema.

Nem por isso deixa de ser lírica a voz. É o naufrágio internalizado. Mas sem sentimentalidade. E sem romantismo. E, apesar da oposição simbolista à objetividade, “Violoncelo” (se comparado, por exemplo, com “O sentimento dum ocidental” de Cesário Verde) é um poema em que o sujeito encontra sua correspondência no objeto, ou o eu no mundo. O eu se dissolve e se funde com o cosmos. Ou ao menos anseia por isso.

Do violoncelo, como coisa física, palpável, material, emanam os sons impalpáveis, imateriais. O contrário também é verdade. O violoncelo se configura a partir dos sons, que ganham corpo e forma, forma musical, mas nem por isso menos física. Vejam (ou ouçam), por exemplo, as arcadas, as pontes aladas que, embora não descrevam o objeto (o que estaria absolutamente fora do ideário simbolista), são palavras que se materializam. Magia; música e magia.

Não que os sons sugiram o naufrágio, eles são o naufrágio. As arcadas que, na primeira estrofe, são convulsionadas, na última estão despedaçadas como os barcos da segunda. Há, assim, uma progressão de estado que aponta para o agravamento final quando se quebram as urnas. O encerramento do poema é também o do mundo. Adolfo Casais Monteiro diz que a poesia de Camilo Pessanha exprime

---

<sup>1</sup> Camilo Pessanha. *Clepsidra e outros poemas*. Lisboa: Ática, 1969.

“uma visão crepuscular da vida”<sup>2</sup> (Casais Monteiro, 1977, p.13). Cabe acrescentar violência a esse crepúsculo.

Uma civilização antiga, de alabastros e perfumes. Então o lado visual também se impõe: as arcadas, os balaústres, as urnas quebradas e o gelo em bloco. Sons e imagens, sinestésias. Encantamento mágico e febril como todo encantamento.

Alguma coisa desaba. O desabamento tem um quê de horror brando. A música vai além das limitações do verbo, é um verbo além do verbo, uma língua sem palavras, plena. A determinação é, assim, ambígua: ouvir as ruínas, os blocos de gelo, os alabastros dos balaústres, mas ouvir algo mais, o puro som, imaterial e impalpável que, entretanto, é som do mundo desmoronando.

As palavras no poema nos impõem uma lógica. As imagens são inseparáveis das palavras que, por sua vez, são veículos de conceitos, como nos ensina Galvano della Volpe.<sup>3</sup> Do contrário como se entenderia a insistência em vocábulos que repisam a idéia de naufrágio, derrocada, desastre, ou ainda desmoronamento? Choro, convulsões, pesadelos, soluços, ruínas são os nomes que compõem a semântica do naufrágio ou do desastre.

Isso tudo convive, como vimos, com as pontes aladas, o perfume dos alabastros, o som inefável. As arcadas do violoncelo nos levam a entender este como um edifício, uma construção, com balaústres. Mas o desastre ou o naufrágio, como já vimos também, não é da voz lírica, é impessoal, embora o contemplador esteja envolvido naquilo que ele contempla e desmorona.

“Violoncelo” é uma paisagem contaminada. Os barcos que se despedaçam. Os rios numa paisagem desolada. O naufrágio é absoluto, naufragam os barcos, mas também os rios. Mas quem contempla não se exalta nem lamenta o naufrágio. O naufrágio é. E não por acaso ou circunstancialmente.

Quem contempla tem domínio de sua própria experiência. Ou o domínio é a última experiência digna de registro. Blocos de gelo. O mundo fechado, bloqueado, inacessível, insensível, onde as sensações, as sinestésias batem, ricocheteiam sem possibilidade, entretanto, de serem efetivamente vividas. É de domínio que se fala aí. Crepúsculo sim, mas administrado e violento. Domínio da própria derrocada ou da experiência da derrocada. O domínio se depreende das determinações (o ideário simbolista preferiria sugestões) dadas pela voz a quem a segue: ouvir as ruínas, também chorar (dirigida às arcadas, mas não só, pois o leitor acompanha a sugestão do choro plácido e sado-masoquista). Domínio das emoções, despersonalizadas. Assim, a arquitetura do poema é domínio das imagens e sensações, da musicalidade, da magia que, assim, se domestica. O contemplador que domina é parte do mundo dominado. Por isso tudo há certo prazer no naufrágio, o contemplador se compraz com o desmoronamento: deixai que desabe esse mundo, vamos chorá-lo, mas sem amargura. Domínio e violência.

2 Adolfo Casais Monteiro. *A poesia portuguesa contemporânea*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1977.

3 Galvano della Volpe. *Crítica do gosto*. Lisboa: Editorial Presença, s/d.

A natureza comparece. Por um lado, como cosmos que esvoaça das pontes aladas. Mas também a natureza dos rios e dos lagos (solidões lacustres). Uma paisagem contemplada, mas já indisponível. A natureza reduzida à paisagem; o sujeito subsumido no objeto contemplado. E, assim, de nada mais valem as emoções raras, altamente elaboradas, as sinestésias, o encantamento anteriormente mágico, ou nunca suficientemente mágico. O prazer estético é o do horror sado-masoquista. A música, como parte do mundo natural, mais que humano, também se despedaça. A dissolução do eu no cosmos, como pretendia o ideário simbolista, parece, assim, um gesto de extrema violência contra o eu e o mundo.

A natureza é o mais que humano reino da música. Mas a natureza dominada pelo homem, reduzida ao humano, se furta. É paisagem. Não uma paisagem figurativa, ressalve-se, mas uma paisagem não-realista, simbolista.

“Violoncelo” está em *Clepsidra e outros poemas*. Para nós, conta a história da navegação portuguesa de modo mais convincente ou “realista” (suprema ironia!) que *Os lusíadas* ou *Mensagem* que, ao contrário, tentam cantar a glória do império português. Talvez só “O sentimento dum ocidental” de Cesário Verde, mas com certeza também a “Ode marítima” de Fernando Pessoa, possam se comparar a ele na percepção do desastre. A impossível epopéia. Os barcos que se despedaçam, para um poeta português que viveu em Macau, testemunha da aventura colonialista, tradutor de literatura chinesa, é o desmoronamento feito lirismo.

Mas “O sentimento dum ocidental” é um poema em tudo diverso. Dá nome às coisas, aos lugares, assume claramente estar falando de uma civilização que termina. “Violoncelo”, pelo contrário, como cabe a um poema simbolista, se dá no espaço aparentemente alógico em que o eu e o cosmos não se diferenciam. Daí a música como região do absoluto. Mas nem por isso deixa de ser um poema sobre o desmoronamento. Não se trata do Ocidente nem de Portugal, de Lisboa, Madri, Berlim, o mundo, mas do aqui e agora que é sempre e nunca. Um último verso para acabar com o mundo.

O mundo é confinado na arquitetura do poema que, como um bloco compacto, altamente elaborado, quer ainda preservar algo do mundo do artesanato, pré-industrial. O edifício, ou a arquitetura do violoncelo, sobrevirá ao desastre? E se sobreviver, aí ficará como pedra trabalhada deixada para futuros arqueólogos? Mas a arte como domínio supremo dos anseios e medos é exercida como violência.

“Violoncelo” se insere num conjunto de obras que poetizam a aventura colonialista da Europa e seu conseqüente naufrágio, conjunto esse cuja obra máxima é “Le bateau ivre” de Rimbaud. Ao aproximar obras de poetas diversos, não pretendemos, entretanto, insinuar filiação ou ecos, mas procurar ver como diferentes poetas captam o andamento de seu presente histórico.

O poeta produz seu poema, saca-o da matéria disforme. Metro e ritmo, voz, língua, vocabulário e sintaxe, imagens se estruturam. O poema é uma certa ordem, submete o caos anterior. Ao mesmo tempo que se estrutura, o poema organiza também a história humana. A história se inscreve no poema e ganha inteligibili-



dade. Não se trata, portanto, de o poema reproduzir o que existe fora dele, mas de imprimir uma forma à experiência da realidade. A realidade é também uma forma que, entretanto, não está disponível à experiência comum. Pelo poema podemos ver o que, sem ele, se nega à visão.

“Tabacaria” – o mundo posto entre parênteses.

### **Tabacaria**

Não sou nada.  
Nunca serei nada.  
Não posso querer ser nada.  
À parte isso, tenho em mim todos os sonhos do mundo.

Janelas do meu quarto,  
Do meu quarto de um dos milhões do mundo que ninguém sabe quem é  
(E se soubessem quem é, o que saberiam?),  
Dais para o mistério de uma rua cruzada constantemente por gente,  
Para uma rua inacessível a todos os pensamentos,  
Real, impossivelmente real, certa, desconhecidamente certa,  
Com o mistério das coisas por baixo das pedras e dos seres,  
Com a morte a pôr umidade nas paredes e cabelos brancos nos homens,  
Com o Destino a conduzir a carroça de tudo pela estrada de nada.

Estou hoje vencido, como se soubesse a verdade.  
Estou hoje lúcido, como se estivesse para morrer,  
E não tivesse mais irmandade com as coisas  
Senão uma despedida, tornando-se esta casa e este lado da rua  
A fileira de carruagens de um comboio, e uma partida apitada  
De dentro da minha cabeça,  
E uma sacudidela dos meus nervos e um ranger de ossos na ida.

Estou hoje perplexo, como quem pensou e achou e esqueceu.  
Estou hoje dividido entre a lealdade que devo  
À Tabacaria do outro lado da rua, como coisa real por fora,  
E à sensação de que tudo é sonho, como coisa real por dentro.

Falhei em tudo.  
Como não fiz propósito nenhum, talvez tudo fosse nada.  
A aprendizagem que me deram,  
Desci dela pela janela das traseiras da casa.  
Fui até ao campo com grandes propósitos.  
Mas lá encontrei só ervas e árvores,  
E quando havia gente era igual à outra.  
Saio da janela, sento-me numa cadeira. Em que hei de pensar?

Que sei eu do que serei, eu que não sei o que sou?  
Ser o que penso? Mas penso tanta coisa!  
E há tantos que pensam ser a mesma coisa que não pode haver tantos!  
Gênio? Neste momento  
Cem mil cérebros se concebem em sonho gênios como eu,  
E a história não marcará, quem sabe?, nem um,  
Nem haverá senão estrume de tantas conquistas futuras.  
Não, não creio em mim.  
Em todos os manicômios há doidos malucos com tantas certezas!  
Eu, que não tenho nenhuma certeza, sou mais certo ou menos certo?  
Não, nem em mim...  
Em quantas mansardas e não-mansardas do mundo  
Não estão nesta hora gênios-para-si-mesmos sonhando?  
Quantas aspirações altas e nobres e lúcidas –  
Sim, verdadeiramente altas e nobres e lúcidas –,  
E quem sabe se realizáveis,  
Nunca verão a luz do sol real nem acharão ouvidos de gente?  
O mundo é para quem nasce para o conquistar  
E não para quem sonha que pode conquistá-lo, ainda que tenha razão.  
Tenho sonhado mais que o que Napoleão fez.  
Tenho apertado ao peito hipotético mais humanidades do que Cristo,  
Tenho feito filosofias em segredo que nenhum Kant escreveu.  
Mas sou, e talvez serei sempre, o da mansarda,  
Ainda que não more nela;  
Serei sempre o que não nasceu para isso;  
Serei sempre só o que tinha qualidades;  
Serei sempre o que esperou que lhe abrissem a porta ao pé de uma parede sem  
porta,  
E cantou a cantiga do Infinito numa capoeira,  
E ouviu a voz de Deus num poço tapado.  
Crer em mim? Não, nem em nada.  
Derrame-me a Natureza sobre a cabeça ardente  
O seu sol, a sua chuva, o vento que me acha o cabelo,  
E o resto que venha se vier, ou tiver que vir, ou não venha.  
Escravos cardíacos das estrelas,  
Conquistamos todo o mundo antes de nos levantar da cama;  
Mas acordamos e ele é opaco,  
Levantamo-nos e ele é alheio,  
Saímos de casa e ele é a terra inteira,  
Mais o sistema solar e a Via Láctea e o Indefinido.

(Come chocolates, pequena;  
Come chocolates!  
Olha que não há mais metafísica no mundo senão chocolates.  
Olha que as religiões todas não ensinam mais que a confeitaria.  
Come, pequena suja, come!

Pudesse eu comer chocolates com a mesma verdade com que comes!  
Mas eu penso e, ao tirar o papel de prata, que é de folha de estanho,  
Deito tudo para o chão, como tenho deitado a vida.

Mas ao menos fica da amargura do que nunca serei  
A caligrafia rápida destes versos,  
Pórtico partido para o Impossível.  
Mas ao menos consagro a mim mesmo um desprezo sem lágrimas,  
Nobre ao menos no gesto largo com que atiro  
A roupa suja que sou, em rol, para o decurso das coisas,  
E fico em casa sem camisa.

(Tu que consolas, que não existes e por isso consolas,  
Ou deusa grega, concebida como estátua que fosse viva,  
Ou patriciã romana, impossivelmente nobre e nefasta,  
Ou princesa de trovadores, gentilíssima e colorida,  
Ou marquesa do século dezoito, decotada e longínqua,  
Ou cocote célebre do tempo dos nossos pais,  
Ou não sei quê moderno – não concebo bem o quê –  
Tudo isso, seja o que for, que sejas, se pode inspirar que inspire!  
Meu coração é um balde despejado.  
Como os que invocam espíritos invocam espíritos invoco  
A mim mesmo e não encontro nada.  
Chego à janela e vejo a rua com uma nitidez absoluta.  
Vejo as lojas, vejo os passeios, vejo os carros que passam,  
Vejo os entes vivos vestidos que se cruzam,  
Vejo os cães que também existem,  
E tudo isto me pesa como uma condenação ao degredo,  
E tudo isto é estrangeiro, como tudo.

Vivi, estudei, amei e até cri,  
E hoje não há mendigo que eu não inveje só por não ser eu.  
Olho a cada um os andrajos e as chagas e a mentira,  
E penso: talvez nunca vivesses nem estudasses nem amasses nem cresses  
(Porque é possível fazer a realidade de tudo isso sem fazer nada disso);  
Talvez tenhas existido apenas, como um lagarto a quem cortam o rabo  
E que é rabo para quem do lagarto remexidamente

Fiz de mim o que não soube  
E o que podia fazer de mim não o fiz.  
O dominó que vesti era errado.  
Conheceram-me logo por quem não era e não desmenti, e perdi-me.  
Quando quis tirar a máscara,  
Estava pegada à cara.  
Quando a tirei e me vi ao espelho,  
Já tinha envelhecido.

Estava bêbado, já não sabia vestir o dominó que não tinha tirado.  
Deitei fora a máscara e dormi no vestiário  
Como um cão tolerado pela gerência  
Por ser inofensivo  
E vou escrever esta história para provar que sou sublime.

Essência musical dos meus versos inúteis,  
Quem me dera encontrar-me como coisa que eu fizesse,  
E não ficasse sempre defronte da Tabacaria de defronte,  
Calcando aos pés a consciência de estar existindo,  
Como um tapete em que um bêbado tropeça  
Ou um capacho que os ciganos roubaram e não valia nada.

Mas o Dono da Tabacaria chegou à porta e ficou à porta.  
Olho-o com o desconforto da cabeça mal voltada  
E com o desconforto da alma mal-entendendo.  
Ele morrerá e eu morrerei.  
Ele deixará a tabuleta, eu deixarei os versos.  
A certa altura morrerá a tabuleta também, os versos também.  
Depois de certa altura morrerá a rua onde estive a tabuleta,  
E a língua em que foram escritos os versos.  
Morrerá depois o planeta girante em que tudo isto se deu.  
Em outros satélites de outros sistemas qualquer coisa como gente  
Continuará fazendo coisas como versos e vivendo por baixo de coisas como  
tabuletas,

Sempre uma coisa defronte da outra,  
Sempre uma coisa tão inútil como a outra,  
Sempre o impossível tão estúpido como o real,  
Sempre o mistério do fundo tão certo como o sono de mistério da superfície,  
Sempre isto ou sempre outra coisa ou nem uma coisa nem outra.

Mas um homem entrou na Tabacaria (para comprar tabaco?)  
E a realidade plausível cai de repente em cima de mim.  
Semiergo-me enérgico, convencido, humano,  
E vou tencionar escrever estes versos em que digo o contrário.

Acendo um cigarro ao pensar em escrevê-los  
E saboreio no cigarro a libertação de todos os pensamentos.  
Sigo o fumo como uma rota própria,  
E gozo, num momento sensitivo e competente,  
A libertação de todas as especulações  
E a consciência de que a metafísica é uma consequência de estar mal disposto.

Depois deitei-me para trás na cadeira  
E continuo fumando.  
Enquanto o Destino mo conceder, continuarei fumando.

(Se eu casasse com a filha da minha lavadeira  
Talvez fosse feliz.)  
Visto isto, levanto-me da cadeira. Vou à janela.  
O homem saiu da Tabacaria (metendo troco na algibeira das calças?).  
Ah, conheço-o; é o Esteves sem metafísica.  
(O Dono da Tabacaria chegou à porta.)  
Como por um instinto divino o Esteves voltou-se e viu-me.  
Acenou-me adeus, gritei-lhe Adeus ó Esteves!, e o universo  
Reconstruiu-se-me sem ideal nem esperança, e o Dono da Tabacaria sorriu.<sup>4</sup>

Com os seus mais de 150 versos o poema tende à saturação. Bate na mesma tecla, insiste em afirmar o que nega. Insere-se, assim, num conjunto de poemas de Álvaro de Campos cuja tônica está na insistência da negação, como uma afirmação às avessas: quem fala não pode ser nada, mas escreverá a história para provar que é sublime.

Enquanto em “Violoncelo” o eu anseia por se fundir com o cosmo e de fato consegue desaparecer em meio à música que rege o naufrágio, aqui o naufrágio é experimentado na perspectiva individual. O universo é também musical como em “Violoncelo”: “Essência musical dos meus versos inúteis”, diz Álvaro de Campos. Mas, inúteis ou não, os versos não são um simples fator da música. A magia da música cede lugar à dicção prosaica. E aqui também o poeta termina por afirmar o que nega. Nos inúteis 150 versos, livres e quase prosaicos, está sua força de rebeldia: “A caligrafia rápida destes versos”. Rápida e, acrescente-se, trivial como o cotidiano onde o eu atira a si próprio como roupa suja para “decurso das coisas”.

Propositadamente prosaicos os versos internalizam o cotidiano banal das ruas. Há ainda algo de solene, mas não é o solene de “Violoncelo”: a voz de Deus, o poeta a ouve num poço tapado.

Afinal Álvaro de Campos é um poeta modernista, um poeta do mundo cotidiano e banal. O sublime quer se manifestar, mas não tem lugar no mundo das ruas e de gente como Esteves. Sem dúvida as coordenadas mudaram de Camilo Pessanha – um poeta, contudo, muito querido pela geração de Pessoa – e o poeta das ruas Álvaro de Campos. Mas algo continua aí do impasse. O poeta agora insiste em mostrar a cara em meio ao naufrágio. Viceja, porém, ainda o “mistério das coisas por baixo das pedras e dos seres”. O poeta se define como o que sempre “cantou a cantiga do infinito numa capoeira, / e ouviu a voz de Deus num poço tapado”. O leitor, por sua vez, não sabe o que deve tomar como decisivo: se a voz de Deus ou aquele que a ouviu num poço tapado. O naufrágio preserva sua pompa, é orquestrado. Mas já não é o mesmo de antes porque agora o poeta não se compraz em contemplá-lo. O espaço e o tempo das ruas e da gente comum

<sup>4</sup> Fernando Pessoa. *Obra poética*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1969.

é um fator novo? Residirá aí a diferença? (Em “O sentimento de um ocidental” também há ruas e gente que de modo febril corre o mundo, mas não têm cara nem nome.)

A Natureza em “Tabacaria”, assim com maiúscula, não está muito distante do cosmos de Pessanha, mas é alheia. Não, é preciso dizer isso melhor: em “Violoncelo” o universo rui levando consigo aquele que o domina. O pesadelo de “Violoncelo” tem um quê de uma partitura para ser regida na hora do desastre. Em “Tabacaria” o alheamento pode ser pensado com um grau mais apurado de dominação da Natureza. Ela já não comparece nem mesmo como paisagem. O desastre está normalizado, é o dia-a-dia dos habitantes destas ruas.

Em “Tabacaria” o tom é de maior desolamento, porque, se no poema de Pessanha o poeta naufraga com os barcos e os rios, agora ele deve suportar o naufrágio normalizado, aí onde tudo é estrangeiro, mas, ao mesmo tempo, comum, vale dizer, familiar. O poeta modernista é um abandonado, as forças mágicas e naturais se retiraram. Restam-lhe estas ruas construídas sobre o que desmoronou. O mundo coisificado.

O poeta não cansa de nos dizer isso. Volta-se com todas as suas forças para as ruas e seus habitantes, mas, num esforço aparentemente contrário, diz aspirar ao infinito, ao sublime. Nessa duplicidade se repete incansavelmente. A contundência, de tanto se repetir, se perde e, embora conserve ainda o vigor próprio da grande poesia, em alguns momentos vem a ser um simples lamento. Logo no início de “Tabacaria” o poeta se compraz em negar a si mesmo. Mas para que continuar negando-se outra vez e outra? A insistência congestionava o poema, que se torna excessivo, como um canto do extraordinário. Mesmo as coisas e as pessoas ordinárias e comuns se revestem de algo extraordinário em decorrência da perspectiva pela qual o poeta as vê.

Ter “todos os sonhos do mundo” não combina muito bem com “Não posso querer ser nada”, ou melhor, até pode combinar, mas para tanto fica faltando um terceiro elemento que aí não está dito. Vamos procurá-lo.

Esse jogo se repete no poema por outros meios, pela utilização dos textos entre parênteses, que também, à sua maneira, funcionam como comentários “marginais” ao texto principal. O mundo é posto entre parênteses. O dilema em que se encontra o poeta, e se repete em vários dos poemas de Álvaro de Campos, é o dilema entre o mundo “real”, corriqueiro, brutal no seu ser inapelável, composto de coisas desumanizadas, e a percepção problemática que dele tem o poeta. No mapa das ruas, o corriqueiro e o sublime parecem estar em pontos distantes e distintos. A problematização que faz o poeta da banalização da vida parece encaminhá-lo para o terreno do sublime, mas e se o sublime e banal forem faces do desastre já ocorrido ou, em outras palavras, do horror normalizado no cotidiano?

Para ver além da aparência das coisas é preciso “tirar o papel de prata, de folha de estanho” que enfeita o chocolate. Mas a operação que deveria propiciar a passagem da aparência para a essência apenas traz o horror. Por mais que o

poeta se esforce em dizer o contrário, não há mais essência disponível. O poeta insiste em dizer que pensa, e, para aquilo que nos interessa aqui, o pensamento se desenvolve por força da rua e da gente que povoa o cotidiano do poeta.

O tom coloquial aproxima o poema do mundo do dia-a-dia. Os versos livres, longos, próximos da prosa desmistificam a poesia que, entretanto, aparece como sublime. O poema se oferece ao leitor como se fosse, ele mesmo, essa duplicidade e, como na aparência ele está sendo feito ao mesmo tempo que as ações narradas ocorrem e também o lemos, ele é ao mesmo tempo sonho (aparência ou ficção verossímil) e realidade.

A percepção do poeta é filosófica, metafísica. Leva-o a pôr em dúvida o mundo real, mas ao mesmo tempo não lhe dá trégua: mesmo posto em dúvida, esse mundo se impõe. O alto destino sonhado de grande poeta é ironizado e o poeta em vários momentos se coloca no mesmo nível desse mundo e das pessoas que o povoam. O real é impossivelmente real, mas ainda assim permanece real. O poeta, como acontece também em vários outros poemas de Álvaro de Campos, sofre com a lucidez que não lhe permite enganar-se: “Estou hoje perplexo como quem pensou e achou e esqueceu”.

Os grandes propósitos não se cumpriram. O poeta não encontra gente ou a gente que encontra não está à altura dos grandes propósitos. O poeta não sabe o que é, ele é muitas coisas ao mesmo tempo, como se fossem possibilidades que não se realizaram. Isso parece nos colocar perante uma terceira coisa que não é a realidade brutal nem a sensação interior, mas outra realidade, que já não é física nem metafísica, mas simplesmente humana ou do homem em sua desumanidade coisificada (“todos os sonhos do mundo”).

A humanidade que não pôde se realizar, entretanto, excede. E por isso incomoda. Não se realizou, mas está viva como uma lembrança cruel.

No primeiro parêntese, temos um quase diálogo. O poeta dirige-se a alguém a quem chama de “pequena suja”. Outra vez coloca-se o dilema entre a metafísica e a religião, por um lado, e o mundo corriqueiro, trivial que beira o horror, por outro. O poeta almeja ser como a pequena suja, mas pensa e, mais, é lúcido. Como tal, não se pode deixar enganar pelo invólucro sedutor. Ele sabe de mais alguma coisa – da desumanização do mundo e do excedente de humanidade que, entretanto, carrega. Aquilo que está oculto pelo invólucro é uma mercadoria como outra qualquer. Mas aqui é mais – é a forma-mercadoria. A pequena suja é essa que consome a mercadoria. Dir-se-ia uma menina de rua, suja, seduzida pelo chocolate. Coisa entre coisas. O poeta também é coisa entre coisas, “roupa suja”. O poema, por sua vez, prosaico, quer contar a história do sublime, mas inunda-se de horror, internaliza a coisificação.

O real exterior e a sensação interior não se opõem tanto quanto parece à primeira vista. A sensação, ou a lucidez do poeta, é tão brutal quanto o real corriqueiro. Nos dois o determinante é a humanidade não realizada (coisificada) e que permanece como excedente incômodo.

Os versos parecem estar sendo escritos ao mesmo tempo que acontece o “diálogo” com a pequena suja, são condizentes com ela. A menina é parte daquela realidade suja e brutal. Apesar disso, a voz lírica a inveja (como também inveja qualquer mendigo). Por que a diferença? Não estamos todos no mesmo mundo achatado e brutal? O que há com a pequena suja e o mendigo que os tornam ainda mais achatados e brutais?

O sujeito, só uma coisa defronte da outra. Mercadoria entre mercadorias. (A aproximação com o Drummond de “Melancolias, mercadorias me espreitam” é inevitável. Mas no poeta brasileiro as contradições parecem atingir uma forma mais concreta de contundência.)

No segundo parêntese, sai a pequena suja e entram figuras literárias da Antiguidade greco-romana, passando pela Idade Média, até chegar ao mundo moderno onde as altas figuras sofrem rebaixamento. Mas o poeta não pode encontrar inspiração nessas figuras. Ele não tem a quem invocar senão a si mesmo, e nada encontra. Já se dissolveu entre as coisas. Os entes vivos vestidos que se cruzam são também coisas.

Do mundo coisificado faz parte o poeta e também seu poema. A lucidez do poeta o impede de se comprazer com a subjetividade moderna. Quando se torna a única realidade para si mesmo, o sujeito, pelas contradições do mundo da mercadoria, torna-se um objeto a mais, como se lê nos versos 97 e 98: “Como os que invocam espíritos invocam espíritos invoco / a mim mesmo e não encontro nada”. A lucidez do poeta é a nossa lição. Ao contrário de tantos que se dedicaram a contemplar extasiados o próprio eu, Álvaro de Campos não pôde deixar de ver o que isso de fato significa no mundo coisificado.

Os versos continuam sendo escritos ao mesmo tempo que tudo vai ocorrendo. Da janela, o poeta vê a rua. Essas mesmas janelas que se abrem para o mundo e projetam o desacordo entre a sensação interior (o quarto) e a realidade exterior. O desacordo, entretanto, como já vimos, não é insuperável.

A rua com suas lojas, os passeios, os carros, os entes vivos, os cães é estrangeira, como tudo. Estrangeira ou estranha, coisificada, a rua é o mundo onde a voz lírica se objetiva e se abisma. Fecha-se o segundo parêntese.

No mundo objetivo tudo é igual a tudo, tudo e todos são estrangeiros à humanidade. O excedente de humanidade não é exclusivo do poeta, é comum à pequena suja e aos mendigos. Mesmo o cão inofensivo parece guardar algo daquela humanidade que em certo momento é vista como a essência musical dos versos inúteis.

O dono da Tabacaria chega à porta e o dilema se coloca outra vez.

“Sempre uma coisa defronte da outra” – o mundo só de coisas. A longa e dolorosa reflexão é interrompida por um gesto que se impõe, soberano: “Mas um homem entrou na Tabacaria (para comprar tabaco?)”. Esse pequeno parêntese também tem importância decisiva, porque a finalidade com que o homem entrou na Tabacaria é prática, imediata. O homem não entra na Tabacaria por entrar. Ainda assim, se opondo a isso, o poeta se decide a escrever “estes versos”.



Como numa citação de Alberto Caeiro, o poeta descobre que a metafísica é uma conseqüência de estar mal disposto. Estar mal disposto decorre da lucidez. É como uma doença, aparentemente exclusiva do poeta. Mas tem que ver com sua relação com o mundo e com a impossibilidade de ser alguém num mundo de coisas.

O final do poema traz-nos mais alguns parênteses decisivos. No primeiro, o poeta imagina-se outro, casado com a filha da lavadeira, com quem talvez fosse feliz. Na hipótese se apresenta o excedente de humanidade. Mas por que outra vez entra em cena um personagem, digamos, do lumpesinato?

Em seguida, como se oferecesse a nós o fecho de um conjunto de cenas criadas com verossimilhança, o homem sai da Tabacaria. A pergunta é pela verossimilhança: se ele entrou para comprar tabaco, deve sair “metendo troco na algibeira das calças”. O poeta o conhece: é o Esteves sem metafísica, que vem se somar ao conjunto de figuras de pessoas comuns. Os dois se cumprimentam. O poeta grita e o universo se encontra nesse pequeno gesto também corriqueiro. O dono da Tabacaria sorriu.

Por que sorri o dono da Tabacaria? Dentre os personagens que povoam o poema, ele é especial, primeiro, porque a Tabacaria é a referência central do poema, não só por ser o título, mas porque é o que há, uma vez que nada mais há; segundo, porque é colocado como proprietário; terceiro porque, sendo proprietário, tem uma autonomia que os demais não têm. O seu sorriso é diabólico: confirma o estado de coisas. Seu sorriso, como o sorriso de um autômato, é um gesto que leva a reproduzir o mundo coisificado.

Tudo indica que nesse poema (mas isso talvez possa servir para vários outros poemas de Álvaro de Campos) a aversão do poeta pelas pessoas comuns e banais não é aparente. O poeta, embora distante dessas pessoas (aqui verdadeiras pessoas), está, entretanto, muito próximo delas. Ele é também uma coisa. Incapaz de se encontrar como sujeito, ou mais, tendo abdicado de sua condição subjetiva, torna-se um objeto entre outros. O que o distingue é a lucidez e com ela a sensação de estar mal disposto. Consciência dolorosa e ao mesmo tempo impotente que o impede de comer chocolates com a mesma verdade da pequena suja. Embora coisificada, ela tem sua verdade – essa verdade mesma, a de quem é coisificada e não se interroga sobre isso. O poeta ao menos consagra a si mesmo um “desprezo sem lágrimas”. O mundo, pensa ele, é para quem pode conquistá-lo, não para quem sonha que pode conquistá-lo “ainda que tenha razão”.

Os sonhos do mundo não se realizaram. Em lugar deles, um mundo achatado, reduzido a relações comerciais. O achatamento da vida nos manicômios. A gente que existe, também achatada e reduzida, estrangeira e estranha.

O universo se reconstrói, mas sem ideal e sem esperança, o que não deixa de ser também uma negação. O poema não termina de forma positiva, nem era de se esperar isso. Mas as preocupações sociais, tão negadas e ridicularizadas por Álvaro de Campos, entretanto, parecem estar presentes. A contraposição inicial entre mundo real e sensação interior permanece, mas isso porque no mundo não

cabem os sonhos. Os sonhos excedem, não têm lugar, mas não morrem. Continuam, incômodos e dolorosos.

As pessoas que aí aparecem – a pequena suja, o mendigo, a filha da lavadeira, o Esteves sem metafísica, o dono da Tabacaria – estão coisificados, são coisas entre outras. O mundo é alheio, além de opaco. A lucidez não salva, mas evidencia o que sem ela se oculta. Não há como mudar o mundo, mas sabemos que ele é inabitável. O excedente de humanidade – “todos os sonhos do mundo” – é força que, agora, pervertida, é pura violência sem razão de ser.

Essência musical dos meus versos inúteis.  
Quem me dera encontrar-me como coisa que eu fizesse,  
E não ficasse sempre defronte da Tabacaria de defronte,  
Calcando aos pés a consciência de estar existindo,  
Como um tapete em que um bêbado tropeça  
Ou um capacho que os ciganos roubaram e não valia nada.

A poesia num mundo petrificado torna-se uma espécie de magia compensatória. O mundo, entretanto, não a inclui, ou, se a inclui, é como mais uma mercadoria. A lucidez do poeta, no seu combate ambíguo à mercadoria, fetichiza seu poema para dar combate ao fetichismo. Sublime é também a mercadoria, cujo corpo é físico e metafísico a uma só vez.

De que fala um poema?

“Não dissemos as palavras mais simples” é um poema de Antonio Ramos Rosa, publicado em *Gravitações*, em 1983. Ei-lo:

Não dissemos as palavras mais simples  
a caligrafia das águas sobre a pedra uma pedra vacila  
verde  
as árvores despertam dormem apertadas na concavidade  
do rumor  
não dissemos ainda as pálpebras longínquas do horizonte  
o trêmulo deslumbramento da água jorrando lisa de terra  
não dissemos a progressão das formigas em torno da árvore  
de clara malha como um leopardo  
não dissemos as vagas sombras imóveis as folhas verdes  
as altas e negras flores nas varandas suspensas  
não dissemos sequer o nascimento da terra e do cavalo  
as manhãs a meia-noite o turbilhão  
do ventre o arranque para a primeira explosão no mar e o muro  
onde o tempo se condensa como um navio suspenso sobre  
o mar vertical.<sup>5</sup>

5 Antonio Ramos Rosa. *Gravitações*. Portugal: Litema, 1983.

Pulamos do tom prosaico de “Tabacaria” de volta para a dicção mais decididamente lírica de “Violoncelo”. Outra vez o ambiente é a natureza. Trêmulos eram os astros, trêmulo é o deslumbramento da água. Um tremor cósmico, mas nem por isso menos histórico.

A dicção é também plácida em “Não dissemos...” e “Violoncelo”, absolutamente distanciada da conturbação de “Tabacaria”. Já sabemos que o desastre pode ser plácido, e em “Violoncelo” a voz nos convida a contemplá-lo. Agora, no poema de Ramos Rosa, tomamos outra vez o lugar de contempladores. Na janela de Campos não éramos contempladores, mesmo porque o poeta acena para o Esteves sem metafísica e é como se descesse da janela à rua onde se mistura com aqueles que ao mesmo tempo lhe atraem e lhe repugnam.

Nas ruas de “Tabacaria” as estrelas, as galáxias, o universo inteiro se mostram distantes, inacessíveis. Os escravos cardíacos das estrelas são por demais mundanos, cotidianos, triviais. E abandonados.

Vistos assim, os poemas parecem dialogar. O de Ramos Rosa parece falar pelos três. Se no de Pessanha, o eu abdica de falar em seu próprio nome e no de Pessoa, ao contrário, a voz que diz eu é o centro, em “Não dissemos...” tudo se coloca na perspectiva do nós. A aventura humana da linguagem.

“Não dissemos...” é as palavras e as coisas. Os poetas não falam, nem se calam, diz Sartre; escolheram a atitude poética que considera as palavras como coisas e não como signos.<sup>6</sup> Mas isso num momento de quase absoluta reificação, seguramente a atitude poética, perante a qual a linguagem inteira é o espelho do mundo, estremece. A atitude humana primária de inventar a palavra aquém e além dos significados que ela tenha ou possa ter é nostalgia (ou memória) da relação não reificada homem/natureza. Nos momentos de maior perigo, porém, a memória (ou nostalgia) treme: “uma pedra vacila/verde”.

O conjunto das palavras que não foram ditas não é uma lista ou rol de temas e assuntos de que é preciso urgentemente tratar. Dizer não é discorrer sobre. A haver aí algum assunto, só pode ser a palavra poética e seus limites. Ao mesmo tempo, esses que não disseram as palavras mais simples não são apenas os poetas, somos todos nós homens.

O poema tampouco nos diz por que não dissemos as palavras mais simples nem se é necessário dizê-las. Afasta-se assim da causalidade e da motivação. Ainda é possível dizer as palavras mais simples? Ou o poema é um registro de uma impossibilidade? O lirismo seria o espaço do não-dito, da sua memória desventurosa? A “caligrafia das águas sobre a pedra” é a palavra poética, mas ela não está disponível para o poema?

O que não dissemos não é, pois, assunto, mas o próprio poema concebido, já não como um substituto do não-dito, mas como eco da já indisponível palavra. Não é “Eis o que não dissemos”, mas “dizemos”, “dizemos que não dissemos”.

6 Jean-Paul Sartre. *Que é literatura?* São Paulo: Ática, 2004.

Como tal o poema é um vazio, não qualquer vazio, mas um em especial, extremamente incômodo porque preenchido pela lista do não-dito. É claro que não se trata de um truque qualquer, não é um falseamento banal. O pleno do poema é seu vazio.

As palavras que não dissemos são coisas e o poema, sua memória. A linguagem vem a ser um mundo à parte do mundo. Mas as palavras mais simples eram coisas, mais do que sinais com que se designavam as coisas, eram as coisas mesmas, vale dizer, o mundo.

A palavra poética é a melancolia do mundo, o mundo em que homens e coisas não se estranhavam. O mundo não-reificado. Como não guardamos lembrança real desse tempo, a palavra poética se mostra como atemporal. E vazia.

Mas olhemos mais de perto essas “pálpebras longínquas do horizonte”. Estamos aí onde pode chegar a linguagem, estamos nos limites da linguagem. A linguagem volta-se sobre si própria porque já não alcança o mundo, não há nenhuma simplicidade. Essas árvores e pedras, essas formigas, esse leopardo, essas folhas e flores, seres naturais convertidos em palavras. “... o trêmulo deslumbramento da água jorrando lisa da terra”, o curso natural obstruído pelo discurso já nostálgico do poema. Não é isso também um desastre, ou ainda, um passo a mais à frente do mesmo desastre? Se a linguagem poética se enriquece à medida que se autonomiza, ao mesmo tempo não pode esse processo deixar de ser também um brutal empobrecimento: a linguagem lógico-discursiva, mesmo que poética, é forma aprimorada de domínio das coisas, da natureza.

Ao menos em “Violoncelo”, e a forma encantatória de sua música é a prova disso, o contemplador submerge com o cosmos de que é parte. Em “Não dissemos...”, com as linhas quebradas, o destaque de palavras ou mesmo orações, não há encantamento possível. Tudo nos convida para a imagem visual e intelectual.

Naufrágio do mundo e também da arte. As palavras mais simples, que não foram ditas, não estarão disponíveis para um arqueólogo do futuro.

O horizonte já não nos responde ao olhar. Como captá-lo e dizê-lo então? A aura, que Benjamin definiu como a aparição única de uma coisa distante, por mais perto que ela esteja, está em declínio.<sup>7</sup>

O horizonte indisponível como as palavras mais simples. O poema que anteriormente chamamos de lista ou rol é também um mapa de habitar o mundo. Daí sua dimensão fortemente espacial. O que não se diz é que lugar é esse que se exprime como o “em torno da árvore”, o “varandas suspensas” e o “mar vertical”. Esse lugar é como um *locus amoenus* pelo avesso que um impossível pastor não pode tocar nem sequer apontar com o dedo. E se recusa a tanger.

Seria essa uma forma de abdicar? Entendo que não. A recusa a tanger (administrar) o mundo reificado é resistência. Como o sujeito aí é explicitamente

7 Walter Benjamin. “A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica”. In: *Obras escolhidas*. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1985.

nós, nessa resistência “agem artisticamente ... as forças objetivas que impelem para além de uma situação social limitada e limitante, na direção de uma situação social digna do homem”.<sup>8</sup>

Mas caímos na malha do poema que não é a “clara malha como um leopardo”. A armadilha, contendo a malha, é a do dizer, ou melhor, do não poder dizer. As coisas mais simples ficaram lá atrás. E aqui se impõe outro lugar – “o muro” dos últimos versos. Muro é algo que se interpõe e impede o curso das águas. Aí também um navio, suspenso como as varandas, despenca como uma queda d’água. Mas isso foi no passado, hoje apenas mapeamos o não-dito.

Na história a linguagem, mais do que acompanhar o processo de coisificação, é parte e motor dele. Por paradoxal que possa parecer, os naufragos de “Não dissemos...” trazem em si alguma nostalgia daquele mundo que desmoronava no poema de Pessanha. É claro que em qualquer época da história da poesia, as palavras têm autonomia diante daquilo que designam, mas com o tempo a autonomia (que só pode de fato existir se o mundo de que ela se quer autônoma lhe oferece alguma resistência) torna-se uma prisão, lugar de onde não se pode sair. A autonomia significa que podemos sair e voltar ao mundo por força da palavra poética. Mas se o mundo simplesmente se desfaz, não há mais autonomia. Pelo contrário, o processo de autonomização nos levou à mais total dependência, a autonomia passou a ser regida de fora. É a ausência de mundo que rege a palavra presa em si mesma.

O que pode dizer o poeta no mundo reificado que não seja também reificado? “O tempo se condensa como um navio suspenso.” Apenas aqui, talvez, no acento colocado sobre o tempo, que é humano e, pelo homem, também toca à pedra por onde a água flui sua caligrafia, apenas aqui o poema contempla a si próprio como história, como “tempo condensado”. E então o poema é “relógio solar histórico-filosófico”. O “nós” do poema é, então, a voz da humanidade, de que fala ainda Adorno.

Pode o poema no mundo reificado ser mais do que melancolia? De que forma pode o poema se construir como recusa desse mundo? Não há aspereza em “Não dissemos as palavras mais simples”. Veemência? Sim, ou ao menos insistência no desdobramento das palavras mais simples. Não que ao primeiro verso sucedam exemplos. As palavras ditas são registro da memória condensada no tempo. Na simplicidade das palavras não caberia aspereza ou veemência? O tempo condensado pode, contudo, se fixar. Embora, como água, flua, é um momento, um agora (toda a história humana da natureza contida no instante único do poema). E o poema pode ser um grito. É preciso saber ouvi-lo.

Não há júbilo aí. A poesia não se satisfaz, não se compraz com sua própria condição de poesia, ao contrário do que apregoa a ideologia da arte não mimética.

8 Theodor W. Adorno. “Palestra sobre lírica e sociedade”. In: *Notas de literatura*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2003.

Quanto mais bem realizado como arte, mais o poema dá a ver sua contradição. A poesia quer ser mais, quer ser vida, “o turbilhão do ventre o arranque para a primeira explosão no mar” chocando-se contra o muro. Ao leitor cabe vivenciar essa agonia. O poema enuncia o sonho de um mundo outro, mas ao mesmo tempo se retrai. Não quer se deixar dissolver no mundo-da-vida reificado.

Água, pedra, terra, formigas, leopardo, flores, cavalo... a natureza, mas a natureza dominada, reduzida a palavras complexas, nada simples, reificadas. Ou aparência da natureza, para continuar ainda com Adorno. Despertar a aparência da natureza, diz este, é um caminho para escapar à alienação.

As palavras mais simples, as da unidade homem/natureza, não as dissemos. O poema não pode dizê-las. Essa a veemência do poema: ele nos diz que é preciso mudar o mundo.

Com isso se vê que a poesia é percepção e conhecimento, ainda que essa percepção se configure de modo que se retire da história e esconda-se no supra-histórico, no simbólico e no arquetípico. Se o conhecimento não é mais possível, se tudo se dilui no poema, entretanto ele nos dá o conhecimento da impossibilidade. A palavra poética é a melancolia do mundo ainda não-reificado. Como não guardamos lembrança real desse tempo, a palavra poética se mostra como atemporal.

É comum a concepção da lírica como a expressão do eu, a escrita em que o poeta, numa perspectiva egocêntrica, fala de si próprio. É menos comum a percepção de que, ao falar de si mesmo, o poeta fala de nós. A não ser assim, como poderia o leitor se irmanar na dor ou na alegria? Mas em “Não dissemos...” a perspectiva coletiva é acintosa. O poeta acintosamente considera o destino da coletividade. Linguagem e trabalho, ou ainda, o trabalho da linguagem. O poema vem a ser, nesse caso, um grito lançado do abismo, um grito para o qual o leitor de “Violoncelo” e “Tabacaria” já tem os ouvidos treinados.

Os poemas aqui trabalhados trazem inscrita uma história que eles não precisam narrar. Mesmo nas palavras de Ramos Rosa, que dizem *apenas* o que não podemos dizer, fala o mundo. A linguagem do mundo. Mais do que sintoma de uma situação do mundo, a poesia é o mundo quando ganha voz (ou a perde?). Ninguém poderá dizer que os poetas não avisaram.

# Um novo salariado? Debate em torno do livro de Jean Lojkine\*

GÉRARD DUMÉNIL, MICHEL VAKALOULIS, E JEAN LOJKINE\*\*

O livro de Jean Lojkine se intitula *L'adieu à la classe moyenne*.<sup>1</sup> Trata-se da nova classe média, em oposição às camadas de artesãos e pequenos comerciantes, à antiga pequena burguesia. Mas o personagem central do grande painel que o livro nos apresenta não é propriamente essa classe controversa, mas o salariado considerado em seu conjunto. Gérard Duménil e Michel Vakaloulis questionam aqui o autor sobre as observações econômicas e sociológicas, assim como sobre as conseqüências políticas de sua análise.

## A análise de Lojkine (Gérard Duménil)

A leitura do livro de Jean Lojkine é sempre muito enriquecedora e é impossível sistematizá-la em poucas páginas. Seu autor se mostra muito preocupado com a análise concreta das particularidades de cada grupo social e o livro testemunha várias décadas de trabalho minucioso de pesquisa. A importância dada à heterogeneidade do salariado expressa a recusa às generalizações precipitadas. Mas Jean Lojkine nos conduz igualmente aos países da periferia e trata de temas como a imigração e o “culturalismo”. Nesse sentido, não tentarei apurar essa diversidade de objetos de análise: minhas observações referir-se-ão apenas ao quadro analítico fundamental, das estruturas de classe e de sua transformação.

\* Tradução de Danilo Martuscelli.

\*\* Gérard Duménil é diretor de pesquisa do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) e professor da Universidade de Paris X-Nanterre; Michel Vakaloulis é professor da Universidade de Paris VIII; Jean Lojkine é diretor de pesquisa emérito do CNRS.

1 Jean Lojkine. *L'adieu à la classe moyenne*. Paris: La Dispute, 2005. (N.T.) No número 25, lançado em 2007, a revista *Crítica Marxista* publicou um artigo de Jean Lojkine sobre o tema aqui tratado, ver: “O novo salariado informacional. Nas fronteiras do salariado”.

*A bipolaridade do salariado e sua dissolução.* O salariado nos é apresentado, já constituído, como uma grande massa estruturada pela existência de dois pólos: o pólo “quadro”<sup>2</sup> e o pólo “operário”. Esses dois pólos tomaram forma precisamente depois da Segunda Guerra Mundial. Sua emergência remete, ao que parece, ao entre-guerras. Ora, ocorre que essa polaridade desaparece durante a década de 1970, cedendo lugar ao que Lojkine chama de “arquipélago” (sem reivindicar a invenção terminológica).

É necessário desde já observar que o livro é permeado, no plano político, pela preocupação com uma unidade revigorada do salariado: uma reconfiguração que não implica evidentemente o desaparecimento das diferenças. Essa observação aparece explicitamente apenas de modo bastante tardio em sua exposição, mas é uma das chaves de leitura da obra.

Esse novo salariado desarticulado se caracteriza por uma complexidade ainda maior. Em primeiro lugar, e simetricamente, os dois pólos se deslocam sob o efeito da *revolução informacional*. Esse é o grande processo histórico gerador das transformações das estruturas de classe, de acordo com Jean Lojkine. A classe operária encontrava sua unidade e reconhecia sua identidade no trabalho manual. Mas o operário tornou-se uma espécie de controlador do processo de produção a partir de informações geradas pelas novas tecnologias. Um processo semelhante – nos é explicado – fez desaparecer o pólo quadro.

O tratamento dado aos outros grupos é subentendido pela identificação dessa estrutura polar. Creio ter entendido que, de acordo com o autor, as “outras” camadas se encontram posicionadas de um modo muito pouco estrutural, à margem desses dois pólos, mais ou menos entre eles, em posição intermediária. Uma atenção particular é dada a um desses grupos, quantitativamente importante, o dos professores, mas é necessário considerar também os empregados dos serviços privados e públicos, notadamente o pessoal dos hospitais, aos quais Jean Lojkine se refere amplamente. Essas heterogeneidades sempre existiram, mas o deslocamento dos dois grandes pólos modifica o significado e define de modo ainda mais explícito os grupos referidos como “ilhas”: “Nem classe operária, nem quadro, a maioria do novo salariado nem sempre tem nome, nem representação adequada”.<sup>3</sup> No fim das contas: o grande arquipélago.

Evidentemente, essas ilhas são as mais difíceis de se analisar. Em particular, não é fácil descrever seu destino no processo de deslocamento. Mas Jean Lojkine concede ao trabalho de informação um sentido muito amplo que permite compreender o ingresso a esses grupos: “o atendimento de um doente por uma auxiliar de

---

2 *Cadre*, no original em francês. Poderíamos aqui também utilizar a expressão “gestor” para designar os altos funcionários assalariados, que exercem a função de direção, supervisão e vigilância em empresas privadas, fundamentalmente as de grande porte, ou em empresas ou ramos do aparelho estatal. O termo corrente no Brasil é “executivo”. (N.T.)

3 Lojkine, op. cit., p.68.



enfermagem,<sup>4</sup> o atendimento de uma criança por uma puericultora,<sup>5</sup> mas também pela mulher do serviço que lhe dá de comer, o diálogo entre o balconista e um usuário do correio ou do banco, a triagem da correspondência por uma secretária, todas essas formas de trabalho relacional, dependem igualmente do trabalho de informação”.<sup>6</sup> Essas precisões permitem conceber o trabalho de informação como o negativo do trabalho manual de produção, cujo desaparecimento conduziu à dissolução do pólo operário, e que a caracterização como “intelectualidade” não é necessariamente adequada. Doravante, todos os assalariados se situariam nesse mundo do informativo-relacional.

*A crítica de teorias alternativas.* A partir de tal representação, compreende-se a recusa – muito enfática, como testemunha o título do livro –, das teorias da “medianização”:<sup>7</sup> da tese que deseja que a oposição capital-trabalho, conforme Marx, seja posta em questão pelo desenvolvimento das classes assalariadas de empregados, sempre mais numerosas (em que se situam os quadros ou não, uma parte dentre eles...). Henri Mendras é designado como o principal representante dessa escola na França. Segundo Jean Lojkine, Louis Chauvel teria demonstrado o equívoco dessa concepção da medianização. A partir dos anos 1970: “Assiste-se ao fim das trajetórias de ascensão social de uma parte dos operários e dos empregados;<sup>8</sup> a uma forte desvalorização social e a uma precarização das camadas intermediárias e dos quadros não dirigentes (forte desvalorização do *status* das profissões intelectuais, tais como a dos professores, profissões artísticas, mas também advogados, médicos, juízes, em maior número)”.<sup>9</sup>

Notaremos que a crítica da medianização não impede a referência às “classes médias”, mesmo que as aspas se imponham. Vemos, por exemplo, Jean Lojkine denunciar a ideologia dessas classes (consumidoras...). “Medianização” refere-se a um crescimento intenso, suposto destruidor das estruturas de classe.

4 *Aide-soignante*, no original em francês. Trata-se de um dos profissionais de nível técnico da equipe de enfermagem, com exercício regulamentado por lei, que desenvolvem, sob a supervisão do(a) enfermeiro(a), ações de enfermagem, como medir temperatura, fazer curativos e ajudar os pacientes a se deslocarem do quarto até o banheiro, entre outras atividades. Estas não se confundem com a do(a) enfermeiro(a), que pode dar e receitar medicamentos aos pacientes. (N.T.)

5 *Puericultrice*, no original em francês. Trata-se de um dos profissionais de nível técnico da equipe de pediatria, com exercício regulamentado por lei, que desenvolve, sob a supervisão do(a) médico(a) pediatra, ações de pediatria, como atender crianças pequenas, da gestação até quatro anos, em suas necessidades básicas de higiene, cuidado pessoal, alimentação e sono. Pode exercer suas atividades em maternidades e creches. (N.T.)

6 Lojkine, op. cit., p.137.

7 *Moyennisation*, no original em francês. Trata-se de neologismo criado para designar a ampliação, fundamentalmente quantitativa, das classes intermediárias ou classes médias no capitalismo contemporâneo. (N.T.)

8 *Employés*, no original em francês. Trata-se de um segmento dos trabalhadores assalariados que se distingue dos quadros e dos operários, exercendo uma atividade não-produtiva de nível intermediário, como a realizada por empregados comerciais (vendedores) e funcionários de escritórios (secretários). (N.T.)

9 Lojkine, op. cit., p.71.

A segunda recusa é a da teoria de Pierre Bourdieu, que situa os quadros como parte da “burguesia”, dada a posse de capital cultural por parte desse grupo social. Podemos observar na tese de Bourdieu o equivalente da estrutura concebida anteriormente por Jean Lojkin: enquanto este localiza dois pólos no salariado em face das classes capitalistas, Bourdieu, mesmo quando não emprega esses termos, identifica dois pólos na burguesia. Observaremos que, em tais classificações, os quadros (em grau diferente, os empregados) são deslocados de uma classe para outra, segundo um procedimento que testemunha a dificuldade de sua classificação.

Mesmo que Lojkin não lhes faça referência, não podemos deixar de lembrar aqui das análises de Jacques Bidet,<sup>10</sup> que utiliza igualmente a metáfora dos pólos. Para este, como para Bourdieu, capitalistas e quadros (superiores) reúnem-se em uma classe dominante, que Jacques Bidet descreve como “bipolaridade”, compreendendo as relações de classe como processos dinâmicos de clivagem.

Deixo de lado o repúdio das teses da escola de Alain Touraine, que substitui a exploração pela exclusão, cuja discussão nos levaria a um campo claramente distinto.

### Questionamentos (Gérard Duménil)

A primeira questão que podemos formular diz respeito ao caráter convincente da demonstração. Sem respeitar a ordem do enunciado: (1) Jean Lojkin nos propõe a identificação de uma primeira estrutura, a da bipolaridade; (2) vem, em seguida, o diagnóstico apoiado sobre a existência do trabalho informacional como fator de dissolução dessa estrutura; (3) depois a tese do arquipélago propriamente dita, como nova configuração estilhada; enfim, (4) de um modo um pouco transversal a essa argumentação, a concepção de uma medianização interrompida pela crise da década de 1970.

O argumento é convincente? É difícil responder a essa questão sem carregar na tinta, tendo em vista a importância dada à investigação das complexidades. Irei formular minhas perguntas referentes aos quatro pontos a seguir:

1) *A bipolaridade do salariado.* O ponto de vista de Jean Lojkin me parece traduzir a vontade de preservar a oposição capital-trabalho – (capital-trabalho assalariado, capital-salariado) – como um dado intangível, inscrito na natureza do capitalismo. Como se sabe, essa apreensão dos fatos apresenta sérios problemas referentes ao topo da hierarquia salarial, em particular no capitalismo neoliberal e, ainda mais do que noutro lugar, nos Estados Unidos. O “salário” tornou-se um canal privilegiado de distribuição da mais-valia, como Marx já havia entrevisto há um século e meio. Essa dificuldade transparece no livro por meio da distinção de um quadro executivo, cuja situação é frequentemente apresentada como distinta da

<sup>10</sup> Jacques Bidet. *Théorie Générale*. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

do restante dos quadros. A vontade de “unir” esse salariado heterogêneo, um tanto “decapitado”, é claramente expressa. O importante é então isolar *um salariado*. Mas a distância entre quadros e operários não pode ser evidentemente omitida, de onde advém o conceito de um “todo bipolar”. Nessa configuração, a questão dos empregados “não-operários” é algo pouco periférico. Compreendo a motivação política dessas interpretações, mas permaneço analiticamente reticente.

2) *O trabalho informacional que dissolve a bipolaridade*. Estou disposto a aceitar a pertinência da tese da transformação do trabalho operário, sem ser especialista nessa matéria, notadamente em relação à dimensão quantitativa do fenômeno. Minhas observações apóiam-se em três pontos. Para começar, não estou completamente convencido de que o desaparecimento do trabalho manual, em sentido estrito, seja um fator essencial da perda da identidade operária. Em segundo lugar, e sobretudo, o livro não me convenceu da realidade desse processo no que concerne à dissolução do pólo quadro: para além da transformação da produção, as tecnologias de informação são consideravelmente as de gestão, um fator de modernização desta, além de sua possível burocratização (uma perversão). No tocante aos quadros, vejo mais essas técnicas como neutras, até mesmo como produtoras de identidade. Enfim, a “assimilação” (“convergência”...) do trabalho *relacional* ao trabalho informacional, aqui em jogo, tal como lembrada anteriormente a propósito dos empregados não-operários, me deixa perplexo.

3) *O arquipélago*. Essa tese do arquipélago é um remédio infalível contra todas as interpretações simplificadoras. Tal como entendi o livro, penso que ela se apóia essencialmente na análise da dissolução do pólo operário, que fixaria seguramente o salariado em face da classe capitalista. Uma vez esse pólo desarticulado pelo desaparecimento do trabalho manual, não é mais possível tratar as outras frações do salariado de modo equivalente (caso do pólo quadro) ou marginalmente (caso dos outros empregados não-operários). A montanha de gelo se desloca. A argumentação se resume à tese do quase-desaparecimento do trabalho manual. Isso posto, aquilo que era complexo, assim permanece.

4) *A medianização*. Tais como as coisas são apresentadas, a crítica dessa tese se coloca, na verdade, antes da *interrupção* do crescimento das classes intermediárias. Isso é uma refutação? Não penso que os teóricos dessa tese prognosticavam que todos se encontravam no meio, mas, sim, que se constituía um meio. A ascensão dos descendentes da classe operária aos postos de empregados ou de quadros e a dos empregados aos postos de quadros pôde corresponder a uma fase do capitalismo, o que nem Jean Lojkin nem Louis Chauvel parecem negar. Sua crítica se endereçava então aos que sustentavam que esse fenômeno da convergência para o centro prosseguia nos ritmos anteriores ou menos rapidamente. Mesmo se essa progressão fosse interrompida, ela poderia ter por efeito produzir uma “medianização” acentuada, ainda que estabilizada: um resultado destruidor das distinções de classe. Restava então demonstrar que a referência às estruturas de classe é sempre pertinente, apesar desse “meio”, o que corresponde no trabalho de interpretação

das estruturas de classe a *levar em consideração* esses grupos intermediários: o ponto de partida. Assim, a crítica da medianização, se é fundamentada, comporta uma informação factual interessante, mas não corrige os danos ideológicos da escola que defendeu essa tese.

*Um ponto de vista alternativo: a relação de enquadramento.*<sup>11</sup> Gostaria de lembrar muito esquematicamente o quadro teórico que desenvolvi originalmente sozinho, depois em colaboração com Dominique Lévy,<sup>12</sup> e mostrar o que esse quadro sugere em relação aos problemas levantados no livro. Essas interpretações confluem em larga medida com as teses de Jacques Bidet.

As tendências históricas do modo de produção capitalista são geradoras de forças crescentes de coordenação fora do mercado – para a empresa, para os processos financeiros, para as políticas etc. –, que supõem a intervenção de grupos de agentes assalariados, não-produtivos no sentido marxista do termo, vetores dessa organização. Esse processo revestiu-se de uma importância histórica considerável no decorrer de algumas décadas, desde o início do século XX, cujo ponto de partida é atribuído aos Estados Unidos, como a revolução gerencial (a revolução da gestão). Essa organização possui componentes privados e públicos. Na empresa, correspondeu ao que podemos caracterizar como a delegação aos assalariados do que Marx havia chamado de “as funções capitalistas”, ou seja, as tarefas do capitalista ativo.

Tal processo foi acompanhado, desde suas origens, por uma polarização entre os grupos superiores, os quadros, que concentram iniciativas e autoridade, e os empregados, encarregados das tarefas de execução. Essa divisão das tarefas não é “funcional” (organização da produção, comércio, contabilidade...), mas revela uma relação de classe em vias de constituição (cujo estabelecimento como tal supõe muitas outras condições). Ela situa, a meu ver, os quadros e os empregados como duas classes distintas. Designo a nova relação social como “relação de enquadramento”, ou relação “quadrista”. Seria necessário mostrar como forças produtivas e relações de produção estão ambas em jogo em tais evoluções, e como essas transformações se juntam com as das estruturas de classe, segundo a “homologia” bem conhecida.

O capitalismo contemporâneo é assim híbrido, um capito-quadrismo,<sup>13</sup> o que nos Estados Unidos se chama “capitalismo gerencial”. As duas contradições de

11 *Le rapport d'encadrement*, no original em francês. Compreende uma relação entre, de um lado, os supervisores, e, de outro, os trabalhadores que estão subordinados a essa supervisão. (N.T.)

12 Gérard Duménil. *La position de classe des cadres et employés*. In: *La fonction capitaliste parcellaire*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1975; Gérard, Duménil e Dominique, Lévy. *Au-delà du capitalisme*. Paris: Presses Universitaires de France, Paris, 1998.

13 *Capito-cadrisme*, no original em francês. Trata-se de neologismo criado para fazer referência à natureza híbrida das sociedades capitalistas contemporâneas, expressando, assim, a relação de dependência dos quadros em relação aos proprietários do capital. (N.T.)

classe (*capitalista-trabalhadores produtivos e quadros-enquadrados*<sup>14</sup>) se superpõem dialeticamente.<sup>15</sup> A relação de enquadramento tem propensão a se generalizar, eventualmente para eliminar a relação capitalista.

Essas interpretações remetem a certas teses do livro de Jean Lojkine:

1) *As quatro classes*. Os quadros e os capitalistas são duas classes distintas, a primeira assalariada, a outra não, ainda que o salário sirva a ambas. Elas estão situadas nos topos das hierarquias sociais, embora, no capito-quadrismo, a relação capitalista continue a ser caracteristicamente dominante, o que confere aos quadros posição subalterna. O salariado refere-se aos modos de remuneração de quadros e empregados, mas não situa os quadros “como pólo” em relação aos operários em particular: o Norte e o Sul do salariado. A evolução da relação de enquadramento opõe os quadros a todos os outros assalariados, conseqüentemente podemos distinguir originalmente duas classes, operários e empregados, isto é, quatro classes no total.

2) *O deslocamento do pólo operário pela “informação”*. Em certa medida, as transformações do capitalismo tendem, no capito-quadrismo, a reunir empregados (não-operários, não-quadros) e operários em uma relação de classe única, o que contribui para reduzir o número de classes a três (sabendo que faço aqui abstração da pequena burguesia tradicional), mas esse processo continua inacabado. Isso tem efetivamente que ver com as transformações tecnológicas que modificam o exercício do trabalho de produção (na fábrica) e as tarefas dos empregados (por exemplo, de um caixa de um grande estabelecimento comercial). Entretanto, como destaca Jean Lojkine, os operários continuam identificados com a marca dessa “miséria operária”.

3) *A medianização*. O avanço da revolução gerencial desencadeou de fato uma onda de “promoção” social, mediante a emergência de classes de quadros e de empregados. Mas o processo de polarização que descrevemos é bem o contrário da convergência de todos para um “meio” social. Podemos então entender historicamente a sucessão de duas fases, a primeira da emergência desses novos grupos intermediários, reforçada pelo crescimento rápido do pós-guerra, e a outra da manifestação gradual de uma clivagem em seu seio.

*Um ponto de vista metodológico: estruturas e ordens sociais*. Contudo, essa análise “estrutural” não permite dar conta de toda a riqueza desses fenômenos. Eles são, por outro lado, desordenados pelos altos e baixos dos grandes movimentos do capitalismo (prosperidade do pós-guerra, crise dos anos 1970), e principalmente pela sucessão das ordens sociais que vou considerar agora, como o neoliberalismo.

14 *Encadrés*, no original em francês. Trata-se dos trabalhadores assalariados que não exercem função de enquadramento, ou seja, funções de direção, supervisão e vigilância que são, portanto, subordinados aos quadros. (N.T.)

15 Emprego esse termo, sem pretensão, para fazer referência à hibridiz das relações sociais, o que implica concebê-las em relação aos dois quadros teóricos.

No período do pós-guerra, a grande divisão caracterizou a sucessão entre o que chamamos de “compromisso social-democrata” (que sucedeu a primeira hegemonia financeira no início do século XX) ou “compromisso keynesiano” e o neoliberalismo. Trata-se de ordens sociais cuja análise não coloca em jogo a transformação das estruturas de classe, mas a hierarquia dos poderes e os compromissos no seio dessas estruturas. O compromisso do pós-guerra, produto das lutas de classe, teve os quadros como personagem principal, em uma aliança com os operários e os empregados, e ao mesmo tempo as prerrogativas das classes capitalistas se viram contidas. O neoliberalismo corresponde ao restabelecimento da hegemonia das classes capitalistas, em um compromisso com os quadros ou sua fração superior (seria preciso adentrar na complexidade das mobilidades dessas configurações: França, Estados Unidos, América Latina...). A caracterização de cada um desses processos evocados anteriormente deveria ser modificada para dar conta explicitamente desses novos determinantes. Vejamos alguns exemplos:

1) *Os quadros em direção ao salariado.* O compromisso social-democrata “localizava” muito claramente os quadros do lado do salariado, considerado globalmente nesse plano mais político das ordens sociais, sem que sua posição nas relações de produção e na estrutura de classe fosse alterada. A grande confluência do salariado, que Jean Lojkin preconiza tanto quanto eu, deve ser igualmente apreendida nesse plano político e não estrutural. Teremos entendido que no neoliberalismo os quadros, ao menos sua fração superior, oscilaram para o “campo” das classes capitalistas. Em nossos trabalhos (com D. Lévy), pudemos observar empiricamente esses fenômenos nos Estados Unidos.

2) *A polarização das tarefas não operárias entre quadros e empregados e a “convergência” entre empregados e operários.* Esses processos constitutivos das estruturas de classe no capitalismo contemporâneo não são pré-programados, “estruturalmente definidos”, fora da história. Para conhecê-los, é impossível fazer abstração das lutas e disputas de poder de classe. O neoliberalismo, por conta da insana busca da rentabilidade e dos processos de precarização dos quais é o agente, faz um uso específico das novas técnicas de informação que concede seus atributos à definição das tarefas dos empregados, “em uma posição indeterminada” entre quadros e operários. A procura do compromisso social-democrata abriria, penso eu, a via a trajetórias “estruturais” diferentes, atenuando potencialmente as clivagens no lugar de acentuá-las. Por esse motivo, o neoliberalismo nos distancia ainda mais do grande objetivo de todo marxista, o do desaparecimento das hierarquias de classe: tradicionais e novas. Será necessário refazer todo esse caminho no sentido inverso.

3) *A interrupção da medianização.* Na análise desse fenômeno, é necessário, do mesmo modo, distinguir cuidadosamente, de um lado, o que se refere às transformações das estruturas de classe (em sua relação com as mudanças das formas institucionais nas quais se exprime a propriedade dos meios de produção) e, de outro, o que corresponde à manifestação do neoliberalismo. O primeiro aspecto

refere-se à ampliação da onda de medianização associada à revolução da gestão, concomitante ao processo de polarização entre tarefas “nobres” e de execução, do qual falei e que projeta desde já os limites da medianização. O segundo aspecto diz respeito ao enfraquecimento geral do salariado e à destruição das solidariedades próprias ao compromisso social-democrata que contribui para esses limites estruturais de medianização. Nesse contexto, seria preciso considerar igualmente os efeitos da crise estrutural da década de 1970 (que Jean Lojkin pensa, sem razão a meu ver, que se prolongam até nossos dias, manifestando confusão entre a crise e os efeitos do neoliberalismo – triunfante – na Europa).

Embora diversos aspectos desses processos estejam presentes no livro, a separação entre a dinâmica das estruturas de classe e a das ordens sociais não “configura” a análise de Lojkin. Não poderia ser de outro modo, pois, na distinção tradicional entre classe “em si” (que chamei de “estrutura de classe”) e classe “para si” (que designei como o plano mais político das ordens sociais), Jean Lojkin faz claramente a escolha do segundo termo: a classe se reconheceria em sua identidade e organização enquanto tal. Penso, ao contrário, que é necessário manter cuidadosamente a distinção entre os dois termos, sem hierarquia analítica, cada um dentre eles se referindo a um desses elementos: estruturas de classe e ordens sociais.

### **Novo salariado e conflitualidade social (Michel Vakaloulis)**

A contribuição de Jean Lojkin ao debate sobre as transformações das relações de classe no capitalismo contemporâneo merece atenção por uma tripla razão. Em primeiro lugar, o autor propõe elementos de teorização de uma transição sociológica que carece seguramente de representação adequada, como ilustra a proliferação, nos últimos vinte anos, de prefixos “pós” ou “neo”. Essa transição parece resultar, segundo ele, no arquipélago salarial do “capitalismo informacional” que emerge sobre os escombros das antigas polarizações salariais.

Logo, as novas configurações de classe não são analisadas de maneira “objetivista”, como simples derivações da instância econômica, mas remetem a relações multilaterais e a interações constantes que englobam as dimensões produtivas, sociais e culturais. A concretização das identidades “classistas” não é um processo natural, mas uma construção antagonica que situa o conflito social em plena reprodução das relações de exploração. Essa abordagem permite evitar a dicotomia “classe em si”/“classe para si” que causou tantos estragos na história dos marxismos.

Enfim, no encaminhamento de Jean Lojkin, a sociologia da ação coletiva completa e coloca em perspectiva a objetivação das subversões do trabalho assalariado. A análise das mobilizações coletivas contribui para a inteligibilidade da mudança social e nutre a crítica das ideologias da modernização capitalista. Segundo o autor, os recentes movimentos sociais na empresa e no espaço públi-

co tornam visíveis as ambivalências da nova ordem produtiva, mas também as potencialidades novas de uma retomada das políticas de emancipação dos trabalhadores. É sobre as dimensões políticas dessa movimentação em que se apoiarão principalmente minhas observações.

*Do salariado operário ao salariado multipolar.* A principal tese desenvolvida por Jean Lojkin refere-se ao advento de um salariado “multipolar”, sem grupo hegemônico nem expressão política centralizada. A antiga relação salarial dominada pelo proletariado dos grandes “centros” industriais estilhaçou-se em muitas partes. O deslocamento do grupo operário, ligado ao desaparecimento das “bases” de épocas passadas (minas, siderurgia, automóveis etc.) e à reconstrução “flexível” da empresa, comporta uma crise de identidade que se manifesta em diversos níveis.

O trabalho operário assimilado à execução de tarefas manuais de intervenção direta sobre a “matéria”, ao seguir as diretrizes gerenciais, perde sua especificidade. Concretamente, seu conteúdo padronizado se dissipa nas imbricações que se produzem entre atividade de produção material e trabalho de interpretação e de tratamento da informação. Desde então, é impossível para os agentes da produção se reconhecer na figura emblemática do “trabalhador manual”, e, menos ainda, buscar nele os significados últimos de sua profissão, o que implica uma crise simbólica de representação e de pertencimento de classe.

A isso se acrescenta a “descoletivização” do grupo operário que remete à ruptura da relação estreita entre fábrica e território que unificava outrora as categorias populares e ao aparecimento de novos modos de viver coletivamente. A escolarização de massa modifica as possibilidades de mobilidade intergeracional. A escola funciona cada vez mais como aparelho central de formação da força de trabalho. O modo tradicional de educação popular tende a desaparecer, as referências culturais e o simbolismo “classista” do mundo operário tornam-se insignificantes. As biografias “se privatizam”, a fragmentação social se acentua. Os jovens operários não querem sobretudo assemelhar-se aos mais velhos, cujo destino coletivo se parece cada vez mais com o dos excluídos sociais. Privada de substitutos, relegada ao ferro-velho, excluída da modernidade, a antiga classe destinada à emancipação universal parece ter caído no buraco negro da história. A crise da ação política e sindical coroa a decomposição do pólo de identidade operária.

Contudo, a decomposição da classe operária dos Trinta Gloriosos (1945-1975) não consagra a “medianização” da sociedade. Ao contrário, sustenta o autor, é o mito de um amplo conglomerado de camadas médias, das quais, aliás, nunca se deixou de celebrar o consumismo hedonista e o vínculo com os valores pós-materialistas, que começa a perder fôlego.

A “revolução informacional” que está em curso redefine não apenas a relação entre o trabalho humano e os meios de trabalho (substituição da máquina-ferramenta da Revolução Industrial pelo computador), mas, mais fundamentalmente, o



conteúdo da própria atividade. O “trabalho de informação” pressupõe uma mobilização da subjetividade em uma relação privilegiada com o outro, quaisquer que sejam as limitações impostas pelos constrangimentos da valorização capitalista. Essa mutação sociológica do trabalho coloca em causa as antigas fronteiras entre tarefas de execução e tarefas de concepção, distinção constitutiva do taylorismo. Nessa perspectiva, mesmo os trabalhos mais “desqualificados” e “padronizados” exigiriam competências relacionais, organizacionais, comunicacionais que a organização capitalista do trabalho tende a ocultar.

Tudo se passa, segundo o autor, como se a generalização ao conjunto dos trabalhadores das antigas qualificações requeridas pelo enquadramento (autonomia, polivalência, iniciativa) colocasse em questão as clivagens estabelecidas entre salariado popular e salariado intermediário. Eis aqui o fundamento das convergências objetivas que se desenham entre o pólo dos operários-empregados e o universo dos quadros. Contudo, subsiste nessa problemática uma tensão paradoxal entre o estilhaçamento da classe operária, cuja presença autônoma sobre a cena social é fortemente reduzida, e as metamorfoses do trabalho operário que tendem a reabilitar seu conteúdo, mesmo na ausência de um reconhecimento estatutário na tabela das classificações salariais.

Como reavaliar então o peso específico dos novos coletivos operários na acumulação flexível do capital hoje? Quais são as representações coletivas distintivas desses agrupamentos pós-tayloristas suscetíveis de acompanhar, de legitimar e de unir o trabalho da reconstrução de sua identidade como classes exploradas? E, particularmente, quais são as possibilidades de uma proeminência estratégica do pólo operário no espaço da empresa capaz de liberar os elementos que atravessam o conjunto do salariado? Todas essas questões que remetem à unificação reivindicativa (e política) do mundo do trabalho permanecem em aberto na teorização do autor.

*A oscilação das classes intermediárias.* Mas as transformações das situações de trabalho atingem também o salariado “do alto”, colocando fim à coerência do grupo quadros, cujo caráter artificial torna-se cada vez mais plausível. Grande parte do substrato material sobre o qual repousa a confiança dos quadros na perenidade de sua situação “privilegiada”, distinta do resto do salariado, foi colocada em causa pelas políticas patronais de flexibilidade e de precariedade. As classes intermediárias são doravante confrontadas com a contingência de sua evolução social. A financeirização das empresas reduz de modo considerável as margens de manobra do enquadramento, diminui seu poder econômico e simbólico.

A máquina da valorização capitalista se embala. Ela desestabiliza os assalariados “protegidos” do período anterior, desvaloriza socialmente suas habilidades e suas qualificações, rebaixa suas performances individuais a ponto de torná-las intercambiáveis, mesmo quando se trata de especialistas de alta qualificação, a exemplo dos engenheiros. Os *executivos* tornam-se executantes, atingidos em sua

razão de ser profissional.<sup>16</sup> Não é nada surpreendente nessas condições constatar o desinteresse do enquadramento que se reconhece cada vez menos nas direções da empresa. É a revanche das propriedades de posição contra o imaginário projetivo das aspirações pessoais. O “rebaixamento” de um certo número de profissões intelectuais, como os professores, é emblemático dessa evolução que golpeia frontalmente todas as camadas fortemente munidas de títulos escolares. É mais particularmente o caso das jovens gerações de diplomados, cuja formação técnica ou científica não constitui nenhuma muralha eficaz contra a precariedade e o empobrecimento.

Esse salariado rejuvenescido, que ingressa na maioria das vezes no mercado de trabalho por contratos precários, é mais formado e informado, terceirizado, feminizado. É portador de novas aspirações de realização de si no trabalho, de reconhecimento do esforço consentido, de participação nas decisões. Ele formula um julgamento clarividente e exigente sobre o meio ambiente econômico mesmo se sua contestação ou sua transgressão do capitalismo da empresa não se exprimem em termos de ruptura. A dissociação entre futuro plausível e futuro esperado dos jovens contratados, suas ambições contrariadas, traídas ou irrealizadas, a dificuldade maior de reconciliar ética do ofício (do trabalho “bem-feito”) e imperativos financeiros estão na origem das novas tensões e contradições que seria impossível conter de maneira durável.

*A derrota política.* Contudo, o salariado intermediário não desaparece. Os quadros, os profissionais intelectuais, os jovens diplomados não são absorvidos em um “proletariado reunificado” pelas virtudes homogeneizantes do movimento da valorização. Eles não são sempre conscientes das convergências objetivas entre as diferentes frações do salariado das quais seria encarregada a “revolução informacional”. E, em particular, eles não sustentam necessariamente uma unificação simbólica do salariado “por baixo” que confirmaria, apenas sob uma forma ideológica, o “retorno” à forma clássica do antagonismo de classe (o imaginário dos dois campos), mas que consagraria *ipso facto* sua própria subalternidade como categorias deslocadas. A vontade de preservar sua “posição”, de ter êxito nos exames de promoção social, de se distinguir pelo modo de consumo, pela moradia ou pelos passatempos não se enfraquece.

De maneira paradoxal, sustenta Jean Lojkine, a pulverização da identidade da classe operária e do grupo quadros não conduz tanto a uma simplificação quanto a uma complexificação das relações de classe. A realidade da estrutura social permanece ambivalente. As culturas profissionais mantêm-se profundamente heterogêneas. As lutas pela classificação estão sempre presentes, ainda que não se

---

16 Sobre a evolução dos comportamentos dos quadros na nova fase da mundialização, ver o interessante livro-testemunha redigido por dois dirigentes da UGICT-CGT e por um jornalista social: Jean-François Bolzinger; Jean-Loup Julien; Marie-Jolie Kotlicki. *Évolutions Cadres*. Paris: Éditions Pascal, 2007.

intensifiquem. As defasagens nos processos de tomada de consciência das novas formas de exploração e de dominação são importantes. Sobre certos aspectos da reprodução social, tal como o acesso à formação qualificada de longo prazo, as polarizações parecem se reforçar. Como fazer advir nessas condições uma nova representação “classista”, comum a todas as frações do salariado multipolar? Como construir novas alianças de classe respeitando integralmente as singularidades de cada componente?

É aqui que surge a discussão sobre os “novos movimento sociais”, que tem o mérito incontestado, entre outros, de manter vivo um enunciado crucial e disputado: *existe política*. O autor refuta a “virada culturalista” que subentende certa visão sociológica da ação coletiva que interdita os conflitos de trabalho em benefício das temáticas “societais”. Contudo, ele não estabelece analiticamente a articulação entre o enfrentamento capital-trabalho em suas configurações atuais e a “mutação informacional” das forças produtivas. O fundamento da unicidade das lutas contra a exploração e as dominações é impossível de se encontrar. O que liga efetivamente os movimentos plurais e difusos de um salariado que não tem mais pólo central nem consciência política de seu devir histórico? Qual é a força de atração exercida por essas mobilizações multipolares na perspectiva de uma manifestação autônoma do salariado no espaço social? Precisamente, são as relações embrionárias entre trabalho, sindicalismo e política que permanecem em questão. Imenso canteiro de obras!

### **Definir as novas lutas de classe (Jean Lojkine)**

Qual é o objetivo do meu livro? Questionar e desmistificar a ideologia da “classe média”. Essa ideologia é política: apoiada pela social-democracia, amplamente difundida nas mídias, cada vez mais assumida pelas classes populares, ela tem também uma dimensão “cultura”, sociológica, quando procura demonstrar, por meio de estatísticas, que a clivagem de classe (proletariado/classe capitalista) desapareceria graças aos processos de mobilidade social ascendente, com a aproximação das remunerações dos operários e dos quadros; chegar-se-ia assim a um “grupo central” incluindo 80% da população, desde os operários qualificados ou formais aos quadros superiores, o resíduo sendo composto pelos “excluídos” os quais seria preciso reinserir no grupo central.

O reconhecimento hoje de fraturas, de divisões sociais nessa “classe média”, não deu fim ao mito: ele é adaptado ao se distinguirem os estratos inferiores e superiores, em razão das remunerações salariais, patrimoniais, mas a ideologia anticlasses sociais persiste mais do que nunca. Não se questionam as formas novas da luta das classes hoje.

Por essa razão, é necessário começar por definir exatamente o que representam as noções de “classe operária” e de “quadro”. Elas são construções de identidades políticas, mas que têm também uma dimensão objetiva. Não faço um

corde mecânico entre classe em si e classe para si, mas me questiono sobre sua imbricação no aqui e agora. “Classe operária” evoca a visão marxista, mais amplamente socialista (e no início social-democrata), de um ator social portador do futuro, o grupo operário, produtor de mais-valia, em plena relação entre trabalho e capital, encarregado da missão histórica de reverter a ordem injusta existente.

“Quadro” evoca, ao contrário, o êxito da promoção social no sistema atual e seduz todos os que se identificam com a “classe média” e recusam a se identificar com a classe operária, assim como com os excluídos ou os proletários.

Minha hipótese é a de que essa segunda identidade social polar entrou, dentro de certos limites, em crise por três razões principais. Primeiro, a crise estrutural do capitalismo que começa na década de 1970 teve um impacto diferenciado sobre a situação econômica dessas profissões intelectuais: o desemprego e a precarização, a pauperização salarial os atingirão depois dos operários e dos empregados, sobretudo a partir dos anos de 1980-1990. Uma fração das profissões intelectuais do setor público está no mesmo caminho de proletarização. Segundo, a revolução informacional coloca em questão também a identidade quadro definida originalmente (como a classe operária) pelo industrialismo e pelo machismo (o homem mantenedor da família, a mulher da casa). O ingresso maciço das mulheres nos empregos de serviços, notadamente dos serviços públicos, a transformação das relações de trabalho (pondo em causa a autoridade hierárquica e paternalista) colocam em questão a imagem do quadro forjado nas décadas de 1930-1950. Enfim, a terceira razão, a desvalorização dos diplomados do ensino superior que não encontram mais empregos de quadros, provocou sua entrada nos novos movimentos sociais (lutas estudantis, lutas dos trabalhadores precarizados, dos pesquisadores, dos médicos etc.) que invalidam o seu pertencimento à burguesia.

Como então avaliar a tese do “capito-quadrisimo” e da relação social de enquadramento? Gérard Duménil evoca o processo de delegação de poder das “funções capitalistas” pelos capitalistas aos gerentes? Mas o que permite essa delegação na fase atual de financeirização e de “*corporate governance*”? De qual lado da clivagem de classe estão os quadros e gerentes da Airbus que se manifestam contra o poder dos que detêm controle acionário e que querem impor os critérios de rentabilidade da bolsa contra os do desenvolvimento da empresa? O pólo de identidade quadros, principalmente sua versão francesa, amalgama, na realidade, segmentos do salariado muito diversos, até mesmo divergentes, desde os gerentes acionistas, “falsos assalariados” ligados à grande burguesia capitalista, até os engenheiros e técnicos (os “*professionals*” na sociologia anglo-saxã) que não enquadram ninguém e são em geral agentes muito qualificados, sem contar as profissões intelectuais da educação, da pesquisa, da informação e do trabalho social que não têm muita coisa a ver com a linha de produção em uma indústria de montagem... a não ser tratar de informações complexas e organizar, coordenar, comunicar. A noção gramsciana de hegemonia teria aqui mais pertinência que a de enquadramento ou de disciplina de fábrica.

Notemos, nesse sentido, o significado particular que dei ao trabalho de informação na revolução informacional. Longe de referir a um processo neutro, como supõe Gérard Duménil, a informatização do trabalho de informação (a informática de gestão) refere-se, para mim, a uma divisão social perversa entre três tipos de informação: a informação estratégica monopolizada pelos quadros de direção, a informação tática elaborada pelos quadros intermediários, os organizadores, e, enfim, a informação operacional que pode referir-se tanto aos empregos de operadores desqualificados quanto aos empregos de engenheiros muito qualificados, mas que subsistem como executantes de grande envergadura. A hipótese que elaboro não é então a de que todo mundo trata da informação assimilada por um trabalho relacional ou comunicacional, mas que o trabalho de informação no quadro do sistema capitalista, como pude observar em um grande ramo eletrônico, divide e essa divisão atinge igualmente os gerentes de alto nível, conforme dependam do “business”, do pólo financeiro ou do pólo técnico. Pode-se assim ser um quadro de altíssima competência técnica, mas ser excluído do trabalho de concepção estratégica, hoje estreitamente ligado aos meios financeiros.

Qual lição tirar disso no plano sociológico? Não seria preciso distinguir rigorosamente, de um lado, o pequeno grupo de gerentes dirigentes ligados aos que detêm controle acionário, os quadros que trabalham nos mercados financeiros, que apóiam a cultura da rentabilidade financeira sem se preocupar com o futuro da empresa e, de outro, os quadros executivos, incluindo os organizadores, cujas funções são orientadas para a gestão do capital produtivo? Clivagem sociológica que reproduziria a clivagem econômica analisada por Marx entre o capital fictício, portador de juros, e o capital produtivo, capital real.

Resta examinar a distância ideológica, política, que separa essas transformações objetivas e as representações que fazem de si as classes sociais referidas. Sublinhei em meu livro a amplitude das clivagens culturais (no trabalho, na escola, no espaço residencial) que opõem as camadas intelectuais pauperizadas, até mesmo proletarizadas, mais conscientes de seus recursos culturais, e as classes populares as mais desprovidas de escolaridade, notadamente as frações provenientes da emigração maghrebina<sup>17</sup> e africana. Nada pode substituir a luta política de longa duração contra todas as formas de segregação social para transformar o arquipélago salarial (noção puramente descritiva de uma realidade plural) em umariado multipolar, uno politicamente em sua pluralidade por relações de cooperação e de solidariedade.

Nesse sentido, Michel Vakaloulis tem razão de apontar o limite principal de meu livro e simultaneamente o canteiro de pesquisa que abre. Como construir a unidade do novoariado informacional em toda sua diversidade sem recair na “grande simplificação” de enfrentamento dos dois atores históricos, oariado

---

17 Relativo ao Maghreb, termo árabe que significa poente, designando o Norte da África. (N.T.)

e o capital? Como juntar as lutas pela emancipação das feministas, das minorias étnicas, culturais, e dos assalariados nas empresas? Como cruzar em uma palavra as lutas contra as dominações e as lutas contra a exploração do trabalho na era do capitalismo informacional? A tarefa é igualmente mais delicada quando as dominações podem atravessar o “campo” dos explorados, como mostraram os trabalhos das sociólogas feministas a propósito do machismo dos operários e dos quadros ou os sociólogos da educação a propósito do comportamento ambivalente dos professores, mesmo os militantes, em relação às crianças das famílias populares.

Só a experiência das lutas sociais e culturais, incluindo seus revezes, permitirá reparar os caminhos novos que darão sentido e visibilidade às novas lutas de classe.

# Notas sobre uma polêmica na definição marxista do proletariado

SÁVIO CAVALCANTE\*

Nas últimas décadas, tornou-se recorrente nas análises marxistas problematizar o conceito de classes sociais em meio às transformações econômicas e políticas ocorridas no capitalismo, principalmente pela introdução de novas formas de se organizarem e gerirem os processos de trabalho, bem como pela utilização crescente de tecnologias informacionais num período que presencia a ascensão do modelo neoliberal do Estado burguês.

Um dos pontos mais controversos do debate está em discernir se é necessário um desenvolvimento teórico, além das categorias originais de Marx ou, ainda, se essas categorias precisam ser revistas e/ou complementadas a partir das características da sociedade contemporânea. Essa polêmica, na verdade, oculta dissensões mais profundas, isto é, antes mesmo de uma resposta para tal questão, procura-se entender se existe de fato uma concepção única (ou a mais legítima) em Marx.

O objetivo deste texto, longe de indicar uma resposta acabada, é tão-somente tecer alguns comentários críticos com base em um caso específico: a crítica de Sergio Lessa a Nicos Poulantzas, desenvolvida em *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*, pelo fato de essa polêmica enunciar elementos comuns às divergências sobre a teoria das classes em Marx.

## Leituras de Marx

A preocupação central de Lessa – por sinal, muito pertinente – é traçar as fronteiras que separam o proletariado dos demais assalariados, uma vez que, de

\* Professor do Departamento de Ciências Sociais da UEL. E-mail: saviocavalcante@yahoo.com.br

acordo com suas análises, as transformações socioeconômicas do capitalismo contemporâneo, bem como o atual contexto político conservador, teriam acarretado numerosos equívocos conceituais dentro e fora do marxismo. A propósito dos usos (e abusos) que análises recentes fazem dos textos de Marx, em especial dos não publicados em vida, Lessa demonstra como tem operado um fetichismo da técnica – comum, sobretudo, nas teses sobre a sociedade pós-industrial ou pós-capitalista. O determinado torna-se determinante, a ponto de o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo ser considerado algo neutro, independente das lutas de classes e promotor de uma nova sociedade. Questão ainda mais pertinente haja vista as conseqüências negativas desse determinismo tecnológico nas análises da transição socialista.

A crítica de Lessa a Poulantzas dirige-se às definições contidas em *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Neste livro, Poulantzas define que “as classes sociais são conjuntos de agentes sociais determinados *principalmente*, mas não exclusivamente, por seu lugar no *processo de produção*, isto é, na esfera econômica”.<sup>1</sup> Na tentativa de abandonar o resquício hegeliano da “classe em-si” e “classe para-si”, o autor afirma que as classes não existem (e, assim, não podem ser entendidas) fora da luta de classes. Não são “a priori” que se colocam posteriormente em luta – ou seja, é necessário pensá-las desde o início a partir da oposição de práticas de classe – cujo intuito, para Poulantzas, é escapar de um viés economicista. Isso significa que as classes são estruturalmente determinadas também pelas instâncias do político e do ideológico, e não só pelo econômico.

De forma bastante resumida, pode-se afirmar que, em sua análise, além da contradição principal no modo de produção capitalista entre burguesia e classe operária, existe a classe pequeno-burguesa, que pode ser dividida entre uma fração tradicional (pequenas produção e propriedade) e uma nova pequena-burguesia, composta de trabalhadores assalariados não-produtivos e algumas camadas do “campo intelectual” do trabalho produtivo, que, por sinal, têm crescido com o avanço das forças produtivas capitalistas.

De acordo com as relações econômicas, o fator delimitador da classe operária é dado, para Poulantzas, pela inserção no trabalho produtivo. Ocorre que sua definição de trabalho produtivo apresenta, nas palavras do próprio autor, um complemento às análises de Marx. Tal definição comportaria duas dimensões: a) é o trabalho que produz diretamente mais-valia – o que deixa já de lado os integrantes da esfera da circulação, como comércio, publicidade, marketing, contabilidade, bancos etc.; e b) e que, ao mesmo tempo, produz diretamente os elementos materiais, isto é, o que intervém diretamente na produção material de mercadorias.

---

1 N. Poulantzas. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p.13, itálicos do autor.



Poulantzas afirma que há, em Marx, uma definição mais geral de trabalho produtivo, e outra voltada à especificidade do capitalismo. Se, na primeira, o conteúdo material é uma prerrogativa, na segunda isso já não se faz valer. A questão é que, na visão de Poulantzas, o capitalismo não suprime as determinações válidas para qualquer forma de trabalho. Marx estaria mais interessado em eliminar a confusão entre produção material e utilidade, mas não deixaria de lado “o conteúdo material da riqueza”. Para Poulantzas, existem ambigüidades em Marx, mas defende que a determinação capitalista da produtividade inclui a determinação geral, ou seja, mesmo no capitalismo, só é produtivo o trabalho que, ao criar mais-valia, participa diretamente do processo de produção material.

Quando se toma a importância crescente da ciência em meio à produção material, Poulantzas estabelece a seguinte distinção: é necessário dividir, de um lado, os portadores da ciência (pesquisa, produção e difusão de informação) e, de outro, seus agentes (engenheiros, técnicos, supervisores) e o trabalhador coletivo. Em sua análise, os primeiros, ao contrário dos segundos, não integram o trabalho produtivo, uma vez que não intervêm diretamente no processo de produção material, e isso porque “a ciência, no capitalismo, permanece separada do trabalhador direto”. Pesquisa e informação, não obstante assumirem a forma-mercadoria (patentes, licenças), não produzem mais-valia, apenas participam do processo de transferência de mais-valia entre os capitais.<sup>2</sup>

Mas o que considerar em relação aos agentes do conhecimento científico que “intervêm diretamente em um processo de trabalho material, por meio indireto, do trabalhador coletivo produtivo”?<sup>3</sup> Nesse momento são necessários, para Poulantzas, os critérios políticos e ideológicos para definir a posição de classe de técnicos e engenheiros, isto é, sua relação com a divisão dos trabalhos intelectual e manual. Segundo esses critérios, os supervisores e gerência são excluídos do proletariado, pois, mesmo que produtivos, representam a dominação política do capital e reproduzem as condições de exploração. Os engenheiros e os técnicos, por sua vez, também não fazem parte por serem os detentores dos “conhecimentos secretos”, ou do “monopólio do saber”, colocando-se de forma antagônica à classe operária ao reproduzirem e preservarem a divisão técnica do trabalho.<sup>4</sup>

Para Poulantzas, no intuito de pensar a formação do proletariado, não basta remeter à produtividade do trabalho (como entendida pelo autor). Ocorre que essa constatação, na visão de Poulantzas, não é formulada explicitamente em Marx,

2 Cf. N. Poulantzas. op. cit., p.241.

3 Ibidem, p.241.

4 A crítica de Lessa a Poulantzas, nesse ponto, é de que se estaria entrando “no terreno do idealismo”, pois seriam as ideologias que determinariam “o ser social das classes” (p.215). Ocorre que, em Poulantzas, os critérios ideológicos e políticos referem-se a determinações estruturais relacionadas ao conjunto da divisão social e técnica do trabalho. Pode ser a forma pela qual Lessa define implicitamente ideologia que o faz considerar “idealista” uma caracterização que a utiliza para referenciar posições intermediárias.

mesmo que pistas tenham sido deixadas. Para tanto, o autor recorre ao cap. XIV do Livro I de *O capital*, no qual Marx afirma que os trabalhos da cabeça e das mãos se tornam “hostilmente contrários”, ou, na tradução do autor, “se separam em uma contradição antagônica” [*zum feindlichen Gegensatz*].<sup>5</sup>

## Trabalho produtivo e trabalhador coletivo para Lessa

A crítica maior de Lessa ao esquema de Poulantzas refere-se às definições de trabalho produtivo e trabalhador coletivo, que, na prática, se tornam sinônimos para o autor greco-francês. Para Lessa, ao misturar as duas categorias, Poulantzas cancela o caráter “ontológico” do trabalho, isto é, iguala trabalho abstrato (fruto do capitalismo) com o trabalho “categoria fundante e condição eterna da vida social”. As duas definições de trabalho produtivo em Marx – uma vinculada ao produtor de valores de uso em qualquer formação social, intercâmbio orgânico do homem com a natureza, e outra ligada à produtividade em relação à valorização do capital – não são, para Lessa, ambigüidades, mas, sim, a definição de um mesmo objeto a partir de relações sociais distintas.

Ocorre que, para Lessa, não há como estender, no Livro I de *O capital*, o conceito de trabalhador coletivo ao trabalho intelectual de técnicos, engenheiros e supervisores. O trabalhador coletivo é o conjunto, somente, dos trabalhadores produtivos que, nas palavras de Marx, “se encontram mais perto ou mais longe da manipulação do objeto de trabalho”, os quais desempenham “operações semelhantes” e exibem o “cunho da continuidade”. Os trabalhadores intelectuais seriam não só externos como também inimigos desse trabalhador coletivo.

A partir da definição de Marx – “por ‘proletário’ só se deve entender economicamente o assalariado que produz e valoriza ‘capital’” –, diz Lessa que só os assalariados produtivos que “realizam a produção do ‘conteúdo do material da riqueza social’ ao converter a natureza nos meios de trabalho e nos meios de subsistência”<sup>6</sup> podem se encaixar no conceito de trabalho proletário. Outras atividades, como o famoso exemplo do mestre-escola dado por Marx, só “valorizariam” o capital, não o produziram.

Passam, então, a existir trabalhadores produtivos que não “‘produzem’ capital”,<sup>7</sup> os quais ainda fazem parte, mesmo que “produtivos”, da porção “pa-

5 N. Poulantzas., op. cit., p.252. Interessante notar, como lembrado por Poulantzas, e depois por Lessa, que a frase “mais tarde, separam-se como inimigos” foi simplesmente cortada da primeira versão francesa traduzida por J. Roy, a qual, por sinal, também foi revisada (sendo que muitos trechos foram reescritos) por Marx. Por se tratar de uma passagem tão essencial, Poulantzas se pergunta: “incompetência de J. Roy ou sinal das ambigüidades do próprio texto de Marx, que revisou pessoalmente a tradução francesa?” (p.252).

6 Lessa, S., op. cit., p.200.

7 Ibidem, p.169.

rasitária” da sociedade.<sup>8</sup> A “mais-valia” que esses produziram não representaria nenhuma quantia a mais de riqueza, pois se inserem em “uma autêntica troca de soma zero”.<sup>9</sup>

Tal definição, um tanto quanto inusitada, é consequência necessária da preocupação de Lessa em distinguir, dentro do trabalho produtivo, os assalariados proletários e não-proletários. Contudo, embora discorra detalhadamente sobre as diferenças das atividades do operário e do mestre-escola em várias dimensões, permanece insuficiente a explicação de suas semelhanças, ou seja, como se compatibiliza a noção de produtividade, isto é, a geração de mais-valia, em um trabalho que Lessa afirma ser “serviço”, pois a mercadoria aula não existe sem seu produtor. Esta, por sinal, é uma das tensões a respeito do trabalho produtivo em Marx exposta por Poulantzas, qual seja, se a aula é um serviço, o que o capitalista compraria é seu valor de uso, não o trocando por capital, mas por renda (dos pais dos alunos) e se, como afirma mesmo Lessa, a troca é de “soma zero”, seria necessário explicar como surge o excedente, o “aumento da grandeza inicial” de que fala Marx, ou seja, por quais meios gera valor e não somente um “lucro” comum a qualquer atividade comercial.

O argumento de Lessa baseia-se na seguinte lógica: o dono da escola compra aulas do professor, mas, quando recebe as mensalidades, retira uma parte para o salário e outra para a manutenção da escola. A diferença seria, então, a mais-valia que constituirá um aumento do “capital privado” do proprietário: “o que um lado perdeu, foi ganho pelo outro”,<sup>10</sup> pois tudo vem da riqueza produzida pelo proletário. Mas vejamos: se a relação é uma “troca de soma zero”, passa a ser indiferente empregar força de trabalho por meio da venda de aulas ou qualquer outra mercadoria. Troquemos o mestre-escola por laranjas e o dono da escola por um feirante que a lógica permanece a mesma, isto é, não há geração de valor, mas sim a sagacidade de um comprador de mercadorias em vendê-las bem. Nessa “troca de soma zero”, o “lucro” do proprietário, na verdade, gira em torno de sua capacidade de intermediar quem venda barato (a aula) e quem compre mais caro (os pais dos alunos).

Uma alternativa à questão seria considerar que a “riqueza material” não está, necessariamente, referida a modificações físicas ou tangíveis em objetos. Mas, para Lessa, o mestre-escola, justamente pela especificidade dessa atividade, não aumenta “o conteúdo material da riqueza”, pois, para o autor, a acumulação de capital só seria possível em “carros, metais e prédios”, nunca em aulas.

Em Poulantzas, a saída para esse “problema” é, como vimos, definir o trabalho produtivo como o que gera diretamente mais-valia ao produzir, simultaneamente, as riquezas materiais. Em que pese a definição de Marx no Livro I de *O capital*,

8 Ibidem, p.207.

9 Ibidem, p.167.

10 Ibidem, p.168.

os assalariados dos serviços, como o mestre-escola, não seriam produtivos, embora importantes para a reprodução das relações sociais capitalistas. Pelo caráter do uso de sua força de trabalho, eles não geram mais-valia, só participam – de forma desfavorável, é bom lembrar – na repartição da mais-valia criada na esfera da produção.

Implícita às controvérsias conceituais, há uma questão de fundo. O modo de produção especificamente capitalista não está, por completo, em todas as formas de assalariamento numa dimensão bem precisa: o capital não subsume *realmente* todas as espécies de trabalho. Com base nessa assertiva poderíamos entender uma das razões pelas quais existem diferentes acepções de trabalho produtivo nos textos de Marx (publicados ou não em vida),<sup>11</sup> pois se for suposta a generalização do modo especificamente capitalista de produção passa-se, assim, a restringir todo o trabalho produtivo àquele que gera mais-valia.

Quando Marx discutiu essas atividades em outros textos ou manuscritos, referia-se à produção não-material como “formas de transição” – nem bem formalmente subsumidos ao capital (no caso das atividades que existem isoladas do produtor, como livros e quadros) – ou como atividades pouco significativas ou inexpressivas do ponto de vista capitalista (aquelas em que a atividade inexistia sem o produtor, como professores).

Poderíamos, então, considerar que o proletariado para Marx é o “operariado” precisamente por este estar inserido, como nenhum outro em sua época, nas formas reais de subsunção do trabalho ao capital – isto o torna descartável, ao sabor das flutuações do mercado e integrado ao meio técnico de produção –, o que, contudo, não impossibilita uma proletarização em outras camadas à medida que avançam as formas da subsunção real em atividades de conteúdo “não-materiais”.

A outra dimensão da crítica de Lessa está na afirmação de que, da mesma maneira que nem todo assalariado é produtivo, nem todo trabalho produtivo faz parte do trabalhador coletivo. Neste, não se incluíam nem a “classe especial” de assalariados encarregados do controle da produção, nem os “trabalhadores intelectuais”. Estes não estariam nem “mais perto ou [nem] mais longe da manipulação do objeto de trabalho”. O trabalhador coletivo não seria um todo homogêneo, afirma o autor, pois, enquanto uns manipulam os objetos de trabalho, outros somente os auxiliariam (subfunções) sem realizar imediatamente essa manipulação. Contudo, estes últimos, que não colocam “a mão na obra”, nunca seriam “trabalhadores intelectuais”.

Mas essa formulação pode criar novos problemas. Ao se referir a essas subfunções do trabalhador coletivo (“manipulação indireta”), Lessa alude sobretudo aos que auxiliam e suprem as máquinas com material de trabalho, tais como ajudantes

---

11 Creio residir aqui uma das limitações da leitura exegética de Lessa, isto é, desconsiderar as diversas preocupações, quase sempre não explícitas, das quais partem os diferentes textos de Marx.

e *feeders*. Ocorre que, nos termos ontológicos definidos pelo autor, dificilmente esses poderiam ser considerados estando “mais longe” da manipulação do objeto, muito menos não colocando “a mão na obra” – as mortes e as mutilações comuns a esses trabalhadores, relatadas por Marx, ilustram o fato. Muitas interpretações sobre essa passagem incluem no trabalhador coletivo funções diversas que podem ser entendidas como “trabalhos intelectuais”. O objetivo de Lessa é justamente invalidar tais interpretações. Mas persiste uma questão mal resolvida, pois parece ser difícil, nesses termos ontológicos, descobrir aqueles que “não intelectualmente” se encontram mais “longe” da manipulação do objeto.

### **Manual e intelectual como relações sociais históricas**

As definições sobre os trabalhos “manuais” e “intelectuais”, longe de qualquer essencialização, são sempre construções históricas. Dizer isso não implica desconsiderar necessidades objetivas a qualquer tipo de existência. Poulantzas ressalta o problema: “Esta distinção [entre trabalho ‘manual’ e ‘intelectual’], com efeito, e Gramsci notou-o bem, não vale como tal. A não ser que se perca em argúcias fisiológico-biológicas duvidosas, está claro que todo trabalho manual comporta componentes ‘intelectuais’ e vice-versa. Não se pode definir, de modo algum, de maneira rigorosa, um ‘trabalho manual’ que fosse o único produtor de mais-valia”.<sup>12</sup> Tanto o trabalho manual como o intelectual seriam categorias surgidas da vivência operária, que levam a “distinções reais, mas que não são distinções físico-biológicas: leva a *distinções políticas e ideológicas* no seio das empresas”.<sup>13</sup>

Embora diversas vezes enfatize o fato de que trabalhadores desempenham “funções sociais distintas”, o critério de Lessa é caracterizar “ontologicamente” o trabalho manual, como aquele que transforma a natureza por meio de suas capacidades físicas. Mas, a partir desse fato objetivo, como fazer as devidas mediações com construções sociais que criam as “funções” de manual e intelectual? Em outras palavras, embora seja evidente que os homens precisam transformar a natureza para existir (o que, aliás, não é uma exclusividade sua, mas sim o fato de que, ao fazer isso de forma não instintiva, criam “formas úteis”<sup>14</sup> e também se transformam), como os conceitos são construídos historicamente para precisar as atividades necessárias a esta transformação? Em certo ponto, Lessa considera o ato de “apertar um botão” um trabalho manual.<sup>15</sup> É certo que um dedo precisa se mover para que a intenção seja concretizada, mas o “trabalhador que aperta

12 Lessa não concordaria com essa caracterização, pois, na sua visão, mais-valia é produzida tanto por trabalhadores “manuais”, quanto “intelectuais”. Como explicado acima, alguns “produzem” capital, outros somente o “valorizam”.

13 Poulantzas, N. As classes sociais. In: R. Zenteno. (Coord.). *As classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p.95, itálicos do autor.

14 Ver J. Q. Moraes. “O humanismo e o *homo sapiens*”, *Crítica Marxista*, n.21, 2005.

15 S. Lessa., op. cit., p.196.

botões” pode ser definido, em qualquer contexto das *lutas de classes*, como “trabalhador manual” ou “operário”?

Braverman, por exemplo, também toca na questão ao afirmar que, rigorosamente, as atividades das mãos e da cabeça não se separam, mas pode ser dissolvida “a unidade de concepção e execução. A concepção pode ainda continuar e governar a execução, mas a idéia concebida por *uma* pessoa pode ser executada por *outra*”.<sup>16</sup> De forma que pode haver um ganho em enfatizar a dissociação entre “concepção *versus* execução”, uma vez que consegue explicar as intensas modificações pelas quais passaram as “atividades intelectuais”.

### **E as lutas de classes?**

Não obstante as controvérsias apresentadas e as divergências quanto à conceitualização dos critérios que permitem identificar as classes sociais, tanto Poulantzas quanto Lessa restringem a noção de proletariado aos assalariados produtivos “manuais” e, ao fim, proletário e operário tornam-se sinônimos. Se, para Poulantzas, a restrição deve-se aos efeitos da estrutura ideológica e política no interior do “trabalhador coletivo”, para Lessa reside na particularidade ontológica do proletariado, isto é, por ser o responsável exclusivo pela produção do conteúdo material da riqueza.

Mas essa semelhança esconde uma diferença de preocupações. Em Poulantzas, torna-se *decisiva* a análise dos assalariados não-operários nas lutas de classes,<sup>17</sup> seja pela aproximação que possam ter com as classes proprietárias, seja pelas condições semelhantes que apresentam ao trabalho proletário. Já em Lessa, pelo menos do ponto de vista analítico, a questão, ainda que enunciada, não apresenta o mesmo relevo.<sup>18</sup> As conseqüências políticas dessa opção são importantes, pois se os operários são tratados como possuindo uma potencialidade ontologicamente revolucionária, todos os demais, pela lógica inversa, podem ser empurrados, também ontologicamente, ao reformismo ou à acomodação à ordem.

Mostrar que não há nada de essencialmente novo na produção contemporânea é a forma que Lessa encontra para a defesa das categorias de Marx. O esforço é evidentemente importante a fim de ressaltar a permanência da relação social capitalista como definidora da acumulação e das regras de sociabilidade, mas torna-se insuficiente quando desconsidera as inúmeras novas feições a partir das quais o trabalho se refaz na atualidade. Para citar só um exemplo, as especificidades dos “trabalhos informacionais”, distantes da modificação direta da natureza, poderiam ser muito mais desenvolvidas como forma de demonstrar que as categorias de Marx estão distantes do anacronismo, ou seja, exemplos de que a subsunção do trabalho

16 H. Braverman. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987, p.53, itálico do autor.

17 Cf. N. Poulantzas. op. cit., p.364.

18 Cf. S. Lessa., op. cit., p.181.

ao capital pode atingir esferas que antes Marx considerava “insignificantes”. A insistência na tese de que “nada mudou” acaba por limitar a análise sobre como os processos se modificam dentro da mesma lógica social e econômica.

Embora o viés mistificador da tese do “fim do operariado” seja cada vez mais evidente, seria um equívoco desconsiderar as consequências de seu decréscimo absoluto e relativo, principalmente nos países centrais, assim como a complexidade atual das formas de assalariamento.<sup>19</sup> De forma que parece ser essencial, para a teoria marxista, a análise de uma “proletarização” existente em trabalhos definidos tradicionalmente como não-operários, os quais, por sofrerem em níveis cada vez mais acentuados um processo de subsunção formal e real ao capital, podem ser entendidos como novas camadas do proletariado contemporâneo.

---

19 Para Lessa, isto em nada alteraria sua “potencialidade revolucionária”, a qual, diferentemente de qualquer critério demográfico, estaria na “qualidade ontológica da relação que mantém com a totalidade social”, isto é, o “lugar que ocupa na estrutura produtiva” (p.316).





# O cinema como força de ativação: *Cabra marcado pra morrer* e o legado de nossa tragédia\*

RAFAEL LITVIN VILLAS BÔAS\*\*

Chama atenção nas celebrações, rememorações e debates sobre o ano de 1968 que, no que se refere à experiência brasileira, a violência dentro da violência, ou o golpe dentro do golpe, a saber, o Ato Institucional n.5, seja mais dimensionado que o golpe de 1964 – a violência maior.

O conjunto de protagonistas da luta pela redemocratização, na fase pós-golpe, estava restrito ao segmento estudantil e a frações da intelectualidade e do meio artístico de esquerda. As organizações de classe do operariado e do campesinato tinham sido desmobilizadas, e massacradas, no golpe de 1964. Os vínculos de classe que recentemente se articulavam foram brutalmente destruídos pelo regime militar. Conforme Roberto Schwarz, no ensaio *Cultura e política, 1964-1969*, o objetivo do golpe foi “garantir o capital e o continente contra o socialismo”.<sup>1</sup>

Essas primeiras vítimas, maioria pobre e negra, são os alvos permanentes da violência sistemática do Estado brasileiro. Paulo Arantes nominou-as como as “classes torturáveis brasileiras”: os negros, pobres e índios. A politização seletiva da memória da violência da ditadura militar deve-se ao fato de que aos “torturáveis de sempre” acrescentaram-se “brancos da classe média, por um breve período, por razões políticas”.<sup>2</sup> Foi esse grupo, de estudantes e profissionais liberais, que

\* Pelos comentários à versão preliminar do texto, agradeço a Iná Camargo, Gustavo Arnt, Luísa Guimarães, Manoel Bastos e Thalles Gomes.

\*\* Integrante do grupo de pesquisa “Literatura e Modernidade Periférica”, da Universidade de Brasília (UnB). rafael@bsb.mst.org.br

1 Roberto Schwarz. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p.61.

2 Paulo Arantes, na condição de palestrante da mesa “Cultura, império e imperialismo”; conferência publicada em *Dilemas da Humanidade: diálogos entre civilizações*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008, p.254.

exerce forte influência na opinião pública, que narrou a história da luta contra a ditadura. E obtiveram conquistas expressivas, por exemplo, com as reparações financeiras aos que tiveram sua vida prejudicada pelo regime dos fuzis.

### Os camponeses entre os “torturáveis de sempre”

Não narraram seus combates, suas vitórias e o massacre que os vitimou, aqueles camponeses que por lutarem pela Reforma Agrária “na lei ou na marra”, e por outras tantas reformas de base de caráter radical, ousaram propor outro destino para o país. Ao refletir sobre essa omissão arbitrária nas narrativas sobre a violência da ditadura militar, Paulo Cavalcanti pondera:<sup>3</sup>

Cadê Elisabete Teixeira, de Sapé, na Paraíba, viúva de Pedro Teixeira, assassinado pelos grandes proprietários de terra? Cadê os dirigentes do poderoso Sindicato de Palmares? Cadê os camponeses que lideraram a grande greve de mais de duzentos mil trabalhadores rurais, em 1963, quando os patrões foram forçados a assinar o “Acordo do Campo”?

...

Até entre nós, homens de esquerda, medram os preconceitos de classe, escondidos nos escaninhos de uma consciência que ainda não se libertou do peso de tantas deformações acumuladas. Quando nos lembramos dos “desaparecidos”, vêm-nos à memória os nomes dos jornalistas, dos intelectuais, dos líderes políticos, dos parlamentares, dos estudantes que morreram nos porões da ditadura. E, dentre nós, poucos se recordam de que muitos pobres e pretos também pagaram com a vida por sua fidelidade às lutas de libertação nacional.

Uma das raras exceções, que faz justiça ao sentido histórico dessa violência maior, é *Cabra marcado pra morrer*.<sup>4</sup> Dirigido por Eduardo Coutinho, esse filme talvez seja a mais emblemática obra sobre o rompimento do projeto de país que ganhava força entre as classes trabalhadoras, por meio de suas entidades de classe. Como exemplo, fala por si a força do depoimento de um dos líderes da Liga Camponesa de Galiléia, João Virgínio, sobretudo quando contrastada com sua não presença – de classe – na memória da violência da ditadura.

Eu produzia aqui, nesse sítio onde estou, meio caminhão de mercadoria por semana. O exército me pegou, tirou eu daqui e meteu na cadeia. Me cegou de um olho. De uma pancada eu perdi um ouvido, de outra eu perdi o coração.

3 Paulo Cavalcanti. *O caso eu conto como o caso foi: memórias políticas*. 2.v. Recife: Guararapes, 1980, p.29.

4 Eduardo Coutinho. *Cabra marcado pra morrer*. Roteiro: Eduardo Coutinho. Brasil, 1984. 120 min, son., color., 35 mm.

Passei seis anos na grade da cadeia. O que foi que eu construí na grade da cadeia pra nação? Tomaram um relógio, um cinturão, cinqüenta contos em dinheiro. Um jipe o exército tomou e não me entregou mais. Isso é tipo de revolução? Pegar de um homem lascado que nem eu, com os filhos tudo morrendo de fome aí, e o exército tomar o carrinho que eu tinha, tomou os meus documentos ... Que vantagem tem o exército fazer uma desgraça dessa comigo? Era melhor mandar me fuzilar do que fazer uma miséria dessas. Eu fiquei mais revoltado do que era. Deixaram meus filhos tudinho morrendo de fome aqui e eu lá na cadeia, no cacete, no pau. Passei vinte e quatro horas dentro de um tanque de merda com água aqui no umbigo. Eu não acredito que tô vivo porque nunca vi um espírito de minha qualidade agüentar mais choque elétrico do que eu aguentei não.

Condenado a dez anos e seis meses de prisão, João Virgínio, homem negro, liderança camponesa, foi solto em 1970, após cumprir seis anos de sua pena.

### ***Cabra marcado como depoimento estético sobre nossa experiência histórica***

Mais do que um documento histórico, ou uma obra cujo valor se avalia apenas pela complexa estrutura formal, podemos dizer que a relação dialética entre forma e conteúdo do filme organiza esteticamente o depoimento mais vigoroso sobre nossa tragédia como país que não se efetivou como nação. Com o intuito de evidenciar como o filme descortina progressivamente – da violência maior para as seguintes, não menores em termos de juízo de valor, mas em termos de causalidade histórica – o percurso regressivo de nosso último ciclo de modernização conservadora, apontamos alguns elementos do filme que corroboram esse argumento.

O filme foi produzido por meio de parceria firmada entre o Movimento de Cultura Popular de Pernambuco (MCP) e o Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE). Portanto, movimentos construídos para fazer formação política de massa e agitação das classes trabalhadoras percebiam o potencial da linguagem cinematográfica para seus propósitos.

O intuito original do filme era produzir uma ficção sobre a militância e a morte de uma liderança das Ligas Camponesas, João Pedro Teixeira. O processo de registro de uma derrota nos campos de batalha fora elaborado como um passo adiante, à medida que camponeses se apropriavam dos meios de produção do cinema, sendo eles próprios os personagens do filme, responsáveis pela elaboração do roteiro com a equipe e ocupando funções como assistência de produção.

O golpe militar ocorre durante o período das filmagens, e torna-se personagem do documentário produzido sobre a ficção interrompida. É mostrada com absoluta nitidez a consciência da necessidade do inimigo de interromper imediatamente o processo de filmagem, pois este era, sobretudo, uma demonstração de força daquela articulação de classes populares, uma vez que organizava uma resposta, em voz coletiva, em chave cinematográfica, à repressão da direita contra a organização e luta das Ligas Camponesas.

Assim como a ficção do primeiro filme seria uma resposta política ao assassinato de João Pedro Teixeira, o documentário foi a resposta formal encontrada por Eduardo Coutinho para evidenciar as conseqüências brutais da interrupção da experiência de classe que se articulava. Na primeira versão os camponeses protagonizam na ficção, trabalhando como atores representando personagens com história semelhante à deles e, na versão final, no formato do documentário, os camponeses protagonizam sem a mediação da ficção, por meio das entrevistas concedidas à equipe de filmagem.

O que estava em jogo em 1964, e o filme expõe isso de modo evidente, era a capacidade dos camponeses reunidos nas Ligas organizarem uma voz coletiva, se auto-representarem como sujeito político coletivo que questiona a estrutura social do país e intervém criticamente, contra o imperialismo e contra a burguesia nacional, portanto de modo radical, sem alternativa conciliatória.

O depoimento dos camponeses sobre as torturas que sofreram, a descrição da fuga da equipe de cinema para o ponto seguro dos centros urbanos e a exposição das manchetes de jornal da época com a versão dominante sobre o processo de filmagem interrompido corroboram o argumento de Schwarz: no primeiro e definitivo golpe, foram os camponeses e operários os alvos principais da repressão, pois eram suas organizações massivas, e amadurecidas pela lida do combate, o obstáculo maior a ser eliminado pela direita.

De protagonistas da luta concreta e do filme de ficção, os camponeses passam a espectadores da história política do país e ficam alheios ao processo produtivo do segundo filme. No documentário, de um lado há os personagens e de outro a equipe de filmagem, não há mais transferência dos meios de produção, não há mais disputa de hegemonia, os camponeses não ameaçam mais a classe dominante com a possibilidade de constituírem um bloco histórico capaz de propor um projeto popular para o Brasil.

O depoimento de Cícero Anastácio da Silva, o único camponês integrado na equipe que sabia ler, e desempenhou a função de assistente de produção, além de ter atuado no filme, é emblemático.

Eu tenho vontade de voltar. Eu lá no Norte eu tinha pra onde ir, tinha meus colegas pra conversar, tinha o movimento, a gente se conversava como é que tava bom, como é que fazia as coisas... Mas aqui eu não tenho ninguém. A única coisa que eu tenho é a televisão pra gente tá olhando, gosto mais de olhar os repórteres, pra ver o que tá se passando, o que eu gosto de ver é essas coisas.

Ele foi entrevistado pela equipe na fábrica em que trabalha como operário, em Limeira (SP), local para onde migrou após amargar seis meses desempregado em Pernambuco. Apesar do desejo de retornar, afirmou estar satisfeito no local em que trabalha: “Ninguém tem raiva de mim”.

O documentário evidencia a consequência da modernização conservadora para a capacidade de organização da classe trabalhadora, por meio da investigação do que ocorreu e para onde foram Elizabeth Teixeira, a viúva de João Pedro, e cada um de seus filhos. É a narrativa de uma diáspora: os filhos das lideranças tornaram-se anônimos trabalhadores subempregados nas metrópoles, habitantes miseráveis das periferias, ou trabalhadores rurais estancados nas cidades interioranas do Nordeste, com exceção do filho que foi para Cuba estudar medicina – sugestão de uma possibilidade remota de continuidade de engajamento, ainda que fora do país, e desarticulada de um projeto coletivo.

A investigação que o espectador acompanha sobre o paradeiro de cada membro da família protagonista é também uma investigação histórica sobre a trajetória regressiva da experiência brasileira: o movimento do filme descreve a ascensão e queda de uma possibilidade outra de país.

A trajetória dos camponeses que integravam as Ligas e fizeram parte do primeiro filme denuncia a profundidade do trauma: Bia foi trabalhar como vigia de pedreira e de usina; Cícero migrou para São Paulo, como operário; Zé Daniel é dos poucos que ainda vivem em Galiléia; Bras Francisco, na época um dos líderes, foi o único que prosperou, fora do Galiléia, vendendo verduras para o Ceasa de Recife, mas informa que pretende vender o sítio, pois está cansado. Alguns deles, desiludidos com a atividade política – e com a repressão que sofreram –, não gostam de lembrar o passado. Para boa parte deles, o empenho antes dedicado à luta política foi canalizado para a religião.

## **O confronto com o padrão hegemônico de representação da realidade**

Em 1984 o padrão Globo de qualidade já ditava as regras da produção audiovisual brasileira. O filme, produzido por um trabalhador que conhece por dentro o funcionamento do padrão – Coutinho trabalhou nessa emissora, no programa *Globo Repórter*, entre outros –, dialoga criticamente com a estética televisiva global. Os planos fechados, os closes, em personagens emocionados ao narrar suas histórias e falar de suas dores não são isolados da totalidade do movimento descrito. O indivíduo, e suas emoções, não exerce poder supremo sobre a história, não é o princípio da livre iniciativa que dita as regras. Pelo contrário, suas dores são mostradas como decorrência histórica do trauma da ditadura.

A identificação do paradeiro dos filhos de Elizabeth e João Pedro Teixeira vitimados pela diáspora promovida pela ditadura militar não está a serviço do melodrama, tanto é que o filme não promove o reencontro dos irmãos com a mãe, possibilidade essa de final feliz com direito a clímax dramático, tão ao gosto de programas de entretenimento contemporâneos, que promovem o retorno de migrantes nordestinos para os locais de onde vieram (fórmula que concilia consolo aos renegados pela promessa da livre iniciativa com manobra de “asepsia regional” de forte conotação racista).

## A seqüência final do filme

Eduardo Coutinho informa no filme que as filmagens encerraram o período da vida clandestina de Elizabeth Teixeira. A líder que, por mais de uma década, se disfarçara sob a identidade falsa de Marta Maria da Costa, e sobrevivera lavando roupa e louça para fora, e dando aula particular para crianças, em um pequeno vilarejo do Rio Grande do Norte, reaparecia na vida pública brasileira por meio do filme. Num gesto de intuição política de extrema sagacidade – bem preservado pelo diretor e montador do filme na edição final –, Elizabeth muda o registro, de vítima depoente para um filme sobre o passado para porta-voz das lutas vindouras com o fim da ditadura. Diferentemente dos demais entrevistados, protagonistas das lutas camponesas da década de 1960, que passaram para a condição de expectadores da vida política do país, Elizabeth Teixeira, no momento de despedida de Eduardo Coutinho e da equipe de filmagem, assume novamente uma posição retórica de liderança política, ao dizer:

A luta não pára. A mesma necessidade de 1964 está plantada. Ela não mudou um milímetro. A mesma necessidade está na fisionomia do operário, do homem do campo e do estudante. A luta é que não pode parar. Enquanto existir fome e salário de miséria o povo tem que lutar. Quem que não luta por melhoras? Quem tem condições, que tiver sua boa vida, que fique aí! É preciso mudar o regime, porque enquanto estiver essa democracia aí, hum... Democracia sem liberdade? Democracia com um salário de miséria e de fome? Democracia com o filho do operário e do camponês sem direito a estudar, sem ter condições para estudar?

Por trás da personagem vitimada pelo processo, que num aparente gesto de resignação agradeceu ao governo Figueiredo por conduzir o processo de abertura política e de anistia, ressurgia naquela mensagem de despedida a líder camponesa absolutamente lúcida quanto à falsa promessa de democracia anunciada por um regime que perpetuava a concentração de renda e a dominação sobre as classes populares.

Impressiona, inclusive, a semelhança da expressão facial e a intensidade dos movimentos dos braços dessa passagem com a imagem de Elizabeth em seu último comício antes do golpe de 1964. É como se a agitadora recuperasse, num rompan-te, a memória de uma experiência política que se grafou em seu corpo, e agora reaparecia, em máxima potência. Queiroz informa, em dissertação de mestrado,<sup>5</sup> o caráter consciente e premeditado do gesto da protagonista: “em depoimento à *Gazeta de Vitória*, publicado em 24 de fevereiro de 1985, afirma que sabia que a câmera estava ligada dentro da Kombi e, portanto, que estava sendo filmada. “*Foi o momento certo. Tava aguardando que eles permitissem que eu falasse*”.

5 Anne Lee Fares de Queiroz. *Cabra marcado pra morrer: da história do cabra à história do filme*. Dissertação (Mestrado), Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, 2005.

Em duas passagens anteriores, ao conversar com Coutinho, Elizabeth fez uma autocrítica sobre a maneira como se portou diante da câmera, pedindo desculpas pelo afloramento da emoção, que considerou inconveniente. O filme mostrou nessas passagens o processo rigoroso de auto-avaliação da militante, como que Tateando à procura do gesto e da palavra certa. Ela, que havia sido protagonista de um filme ficcional de caráter documental, que procurou mimetizar sua própria vida, parecia procurar durante os três dias de contato com a equipe de filmagem o ajuste político e estético de sua performance, de modo que correspondesse à demanda objetiva do contexto, ao mesmo tempo que proporcionasse o elo eficaz para o formato de documentário que Coutinho propôs para fechar o ciclo. Segundo Schwarz, em ensaio sobre o filme:<sup>6</sup>

A constância triunfa sobre a opressão e o esquecimento. Metaforicamente, a heroína enfim reconhecida e o filme enfim realizado restabelecem a continuidade com o movimento popular anterior a 64, e desmentem a eternidade da ditadura, que não será o capítulo final. Ou ainda, o cinema engajado e a luta popular reemergem juntos.

Há, portanto, um processo de acumulação de experiência, reativado pelo filme, que engata dois tempos históricos, e tem como chave dois desfechos: a autoconsciência da recuperação do protagonismo da luta camponesa, por meio do gesto ativador de Elizabeth, e o final de uma geração de combatentes, com a informação da morte do ex-líder João Virgínio, de ataque cardíaco, em 1981, enterrado ao lado de Zezé da Galiléia. A luta deve continuar, apesar, e por causa, dos que tombaram em combate.

Jean-Claude Bernardet indagou-se sobre o motivo de a última fala de Elizabeth não ser a última cena do filme:<sup>7</sup>

Decorrido algum tempo após a projeção, os espectadores tendem a ter a impressão de que o filme se encerra com as despedidas de Elizabeth e Coutinho. Seria um final perfeito. A câmera está dentro do carro; temos em quadro os dois protagonistas: o diretor do filme, no carro, e Elizabeth, que fala como nunca falou. Elizabeth diz: “A luta continua”. Essa frase cria uma continuidade entre o antes-golpe e o agora, e projeta o filme para o futuro. Seria perfeito, mas esse não é o fim. Após as despedidas, vem uma seqüência breve – esta, sim, final – que apresenta João Virgínio e seu filho, e o comentário informa que Virgínio faleceu um mês depois. Essa imagem é bem menos forte e conclusiva que as imagens finais das despedidas. Ela dá uma

6 Roberto Schwarz. O fio da meada. In: *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.72.

7 Jean-Claude Bernardet. “Vitória sobre a lata de lixo da história”. In: *Cineastas e imagens do povo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.228.

informação de fato importante para o próprio Virgínio, evidentemente, e para o filme, que rastreava os camponeses encontrados em 64. Mas, a meu ver, não uma informação tão decisiva que impedisse de colocá-la na seqüência em que Virgínio e seus filhos dão seus depoimentos e justificasse sua posição no extremo fim do filme. A não ser num aspecto: essa é a última filmagem de Virgínio. Terminando dessa forma, o filme reafirma sua concepção de trabalho histórico.

A nosso ver, a opção de montagem dessa seqüência final é mais um acerto político do filme, pois a força crítica da obra está no ajuste de contas com o passado recente, na explicitação dos traumas das derrotas infligidas às organizações das classes populares. O movimento do filme é de fixar essa experiência, a contrapelo da narrativa oficial e em atrito com a opção – de classe – da memória que a esquerda forcejou-se por fixar. A estrutura de *Cabra marcado pra morrer* evidencia uma relação de causalidade histórica, que nos permite aprender com as batalhas perdidas. Por tratar dessa matéria, não faria sentido, no cenário objetivo de terra arrasada que o filme descreve, o fechamento apologético da fala de Elizabeth. Indo além, se no final essa fala estivesse, cumpriria o sentido raso do estilo “joga pra frente”. Longe dos riscos de descolamento de sua matéria, de idealismo, e até de um possível clímax dramático, vemos ao final a constatação irrevogável de uma geração de camponeses que, sem meias palavras, foi massacrada, torturada, assassinada e dispersada porque assumiu uma posição radical na luta de classes.

Por não ser um filme fatalista, a fala final de Elizabeth Teixeira aponta para uma possibilidade de continuidade da luta, distante, entretanto, de seus vínculos anteriores, até mesmo familiares – parece não haver nenhuma possibilidade de que algum de seus filhos ou filhas possa assumir a luta dos pais, assim como a mãe assumiu a do marido. Todavia, a perspectiva do engajamento é factível em função da perpetuação das condições objetivas que ensejaram a luta popular da fase pré-golpe, conforme a sagaz fala de Elizabeth faz questão de salientar.

A articulação entre as duas cenas finais – da líder que retoma a luta camponesa e do líder antes torturado que morrera de infarto – é operada pelo batuque dos tambores do maracatu rural, que se inicia ao término da fala de Elizabeth, acompanha o movimento de câmera que a registra afastando-se do carro e aparece em ato coletivo em primeiro plano na cena de João Virgílio. É essa opção técnica, de montagem vazada do som do maracatu, que contamina e dá vazão à fala de Elizabeth, que pode causar a impressão mencionada por Bernardet de que, “decorrido algum tempo após a projeção, os espectadores tendem a ter a impressão de que o filme se encerra com as despedidas de Elizabeth e Coutinho”. No limite, a engenhosidade do filme pode ser vista na síntese crítica desse movimento final: a bem tramada conexão entre a matéria social e sua formalização estética projetam o encerramento do filme numa curva ascendente, como que a anunciar que o próprio filme é uma arma política de reativação da experiência da luta de classes.



## 1984: o filme estréia no ano em que nasce o MST

A título de epílogo: 1984 é o ano de lançamento do filme e de surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Em 2007, Elizabeth Teixeira, com 82 anos, discursou em Brasília, para a plenária de 17 mil militantes presentes no 5º Congresso Nacional do MST, o maior congresso de camponeses já realizado na América Latina. Sua fala foi registrada pela Brigada de Audiovisual da Via Campesina, coletivo de militantes responsável por todas as fases de construção do filme *Lutar sempre! 5º Congresso Nacional do MST*.<sup>8</sup> No trecho de seu discurso que aparece no filme, a Brigada intercalou imagens exatamente da cena do último comício que ela fez antes do golpe de 1964. São de Elizabeth Teixeira as palavras:

Eu quero aqui dar um abraço a todos os companheiros e companheiras presentes. Desejando felicidade e paz para que a reforma agrária seja implantada em nosso país. Para que antes que aconteça de eu morrer, e já estou com 82 anos, eu tenha conhecimento de que foi implantada a reforma agrária em nosso país, o Brasil.

Com efeito, o MST retoma e potencializa o processo radical de apropriação dos meios de produção e forças produtivas existente, em fase embrionária, porém já radical, na época das Ligas Camponesas. Atualmente, além da recente e promissora Brigada de Audiovisual da Via Campesina, construída pelo MST em parceria com outros movimentos que compõem essa articulação, existe na organização uma Brigada Nacional de Teatro, com mais de trinta grupos atuando em acampamentos, assentamentos<sup>9</sup> e áreas urbanas, um coletivo de painelistas,<sup>10</sup> a frente de música, além dos meios próprios de comunicação, como o *Jornal Sem Terra*, a *Revista Sem Terra*, a página da internet, as rádios dos assentamentos. Na área educacional, o movimento conta com duas mil escolas em assentamentos, cerca de dez mil educadores e duzentos mil estudantes, além de sessenta turmas nos cursos formais de ensino médio técnico e nível superior, aproximadamente dois mil estudantes, por meio de parcerias com instituições públicas de ensino técnico e superior.

Essa dimensão de totalidade e articulação orgânica entre as esferas da política, economia e cultura estava presente também na luta das Ligas Camponesas, haja vista a informação, deveras pouco disseminada, que de 1963 em diante as Ligas procuram expandir-se para fora do campo, formando entidades de massa: ligas urbanas, ligas femininas, ligas de pescadores, ligas de desempregados, ligas de

8 Disponível em <http://br.youtube.com/watch?v=ixi8K0re1nQ>

9 A publicação *Teatro e transformação social* (São Paulo: Cepatec/FNC/MINC, 2006) reúne dezenove peças desses grupos.

10 A publicação *Fecundando o chão: artes que brotam na luta* (São Paulo: Anca, Maxprint/FNC/MinC, 2005) retrata boa parte dos painéis.

sargentos.<sup>11</sup> Não à toa, a imediatez e o grau de violência com que as forças golpistas atacaram e imobilizaram as Ligas também dá sinal do quão ameaçadora a organização era para o *status quo*, ainda mais no momento em que ampliava seu leque de ação para outros esquadros das classes populares e se organizava para disputar o poder do Estado, por meio de um partido radical – leia-se, sem disposição para conciliação de classe – construído pela ação de base, por meio de sua organização de massa.

A linha de ataque da classe dominante ao processo acelerado de apropriação dos meios de produção e conhecimento por parte da classe trabalhadora tem-se acirrado na mesma medida do avanço da organização popular, e chama atenção que até hoje os movimentos sociais do campo protagonizem a perspectiva antagônica à das elites – daí serem eleitos como alvo principal do ataque dos meios de comunicação hegemônicos.

---

11 Luciana de Barros Jaccoud. *Movimentos sociais e crise política em Pernambuco: 1955-1968*, Recife: Fundaj, Massangana, 1990.

# Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo

SÉRGIO LESSA

*Cortez, 2007, 359p.*

*Adriano Nascimento\**

A implantação de novas tecnologias e novas formas de organização do processo de trabalho ocorrida no capitalismo contemporâneo deu origem a copiosa bibliografia que logo adquiriu grande relevo na agenda das ciências sociais contemporâneas. Nessa extensa bibliografia, a opinião hegemônica passou a ser aquela de que as transformações das últimas décadas levaram a uma profunda mutação na natureza da sociedade capitalista e, em conseqüência, na relação entre o proletariado e as demais classes sociais. Tornou-se assim trivialidade afirmar que passamos a viver em uma nova sociedade, uma sociedade pós-capitalista ou pós-industrial, na qual já não é mais determinante a luta de classes.

Na contra-corrente dessas tendências teóricas, a recente obra *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*, de Sérgio Lessa, é um dos mais contundentes e provocativos textos que se dedicam a investigar o significado das transformações econômicas e políticas ocorridas no capitalismo contemporâneo e buscam compreendê-las à luz dos conceitos desenvolvidos por Marx. Nesse intento não são os manuscritos de Marx, como os famosos *Grundrisse*, que oferecem lastro para o autor, mas, sim, *O capital*. Isso porque, na opinião de Lessa, “o abandono da prioridade exegética do Livro I de *O capital* teve sempre um mesmo

---

\* Doutorando em Ciência Política pela Unicamp.

e único resultado: a dissolução da classe operária em outras classes sociais como os assalariados ou uma amorfa classe média” (p.250).

Ancorado, portanto, na “leitura imanente” e “ortodoxa” do *opus magnum* marxiano e ainda na análise de extensa e profícua bibliografia, Lessa debate com alguns dos mais influentes autores das ciências sociais contemporâneas. No debate realizado, três enfoques ganham destaque. Esses enfoques compõem nas três partes que compõem o livro.

Na Parte I, Lessa apresenta suas críticas aos teóricos representantes do que considera o *primeiro* e o *segundo adeus ao proletariado*. A vaga do *primeiro adeus ao proletariado* viria na esteira de um momento histórico marcado pelas consequências teóricas e políticas das transformações nos processos de trabalho e no padrão de consumo em massa dos países imperialistas, ocorridos com a ascensão do fordismo e do Estado de Bem-estar Social (p.56). De acordo com Lessa, teóricos como Mallet, Belleville, Gurvitch, Braverman e Gorz, sempre resguardadas as diversidades em suas reflexões, se apoiavam, implícita ou explicitamente, na tese de que “o desenvolvimento tecnológico seria o momento determinante no desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, das relações de produção e das classes sociais” (p.39). Esses autores teriam avaliado de maneira neutra as novas tecnologias, como se *per si* fossem capazes de realizar mudanças profundas na sociedade, sobretudo na relação entre as classes.

A vaga do primeiro adeus ao proletariado é seguida pelo vagalhão do segundo. Este se dá em condições históricas marcadas pela crise estrutural do capital manifestada na década de 1970, seguida pela “reestruturação produtiva”, pela substituição do Estado de Bem-estar Social pelo Estado Mínimo do neoliberalismo e pela *débâcle* do bloco soviético. Argumenta Lessa que a baixa intensidade da atividade contestatória do proletariado nos anos 1950-1960 é seguida pelo período contra-revolucionário das décadas de 1970-1980 que se estende ao início do século XXI. Trata-se de uma conjuntura que conduzirá ao menor rigor e ao maior conservadorismo dos analistas. Nas palavras de Lessa, o *segundo adeus ao proletariado*, capitaneado por C. Offe, M. Piore e C. Sabel, A. Schaff e J. Lojkine, terá como característica ser “mais explícito em seu conservadorismo, mais banal em sua elaboração e mais inconsistente teoricamente. Suas teorias serão mais pobres, simplórias e suas teses serão permeadas por evidentes contradições” (p.58). Tudo leva a crer que o segundo adeus não teria sido um adeus apenas ao proletariado, mas também a qualquer projeto de transformação revolucionária da sociedade. O horizonte burguês coincidiria com o horizonte da humanidade e o adeus ao proletariado não estaria longe de um adeus à revolução (p.78).

A Parte II, “Trabalho e trabalho abstrato, trabalhadores e proletariado”, é a parte de melhor êxito do texto, mas certamente também a mais polêmica e desafiadora. Da *pars destruens* inicial, voltada para infirmar as teses dos *adeuses*, o texto avança para sua *pars construens*, cujo propósito é refletir sobre os conceitos de trabalho e trabalho abstrato, proletariado e assalariados, trabalho produtivo e improdutivo, trabalho manual e trabalho intelectual, sempre com aporte em *O capital*.

Para Lessa, em *O capital* estaria presente a distinção entre trabalho, como “eterna condição da existência humana” (Marx), ou seja, trabalho como conversão da natureza nos bens indispensáveis à reprodução da sociedade, e trabalho abstrato, isto é, trabalho em sua forma especificamente capitalista, responsável pela função de produzir mais-valia. Após estabelecer essa distinção, o autor considera que não se pode supor que todo trabalho abstrato seja produtor do “conteúdo material da riqueza social”. Evitar esse equívoco seria importante para demarcar as fronteiras entre o proletariado e os demais trabalhadores assalariados.

Lessa encara também como fundamental para a definição de proletariado a caracterização de trabalho produtivo e a delimitação das formas em que este se apresenta. Segundo ele, Marx define o trabalho produtivo como a forma de trabalho caracterizada pela função de valorizar o capital (p.153). No entanto, se não seria equivocado dizer que o trabalhador produtivo é aquele que produz mais-valia, o mesmo não seria verdadeiro para a afirmação de que todo trabalhador produtivo é proletário. Isso porque enquanto os demais trabalhadores produtivos não proletários cumprem apenas uma única função, aquela de servir a “autovalorização do capital”, o proletariado teria como *differentia specifica* o fato de cumprir uma dupla função: *produzir* e *valorizar* o capital (p.168).

O trabalhador que Lessa tem em conta como proletário é tão-somente aquele membro do trabalhador coletivo cuja função é operar o intercâmbio com a natureza e como consequência servir como base para a formação do “capital social total” (p.171). Marx, segundo compreende o autor, tornou evidente que a produção de mais-valia não pode se dissociar da produção do “conteúdo material da riqueza social”. Os trabalhadores assalariados que transformam a natureza com seu *trabalho manual* são a classe social com a função de reprodução do capital e, por extensão, da vida social burguesa. Lessa rejeita, portanto, a idéia de que os indivíduos que exercem trabalho intelectual façam parte do proletariado.

Por fim, a Parte III é voltada à demonstração da “atualidade do pensamento de Marx”. O autor testa sua leitura imanente da obra de Marx mediante o cotejamento com trabalhos empíricos que cuidaram das transformações contemporâneas.

De sua incursão pelos trabalhos empíricos emerge a convicção de que as “novas formas de trabalho” e as “novas formas de gerência” são “expressões particulares do velho trabalho abstrato” que não alteraram as relações de produção capitalistas, tampouco abalaram a propriedade privada burguesa. O proletariado mantém-se assim como “a única classe com potencial para cumprir a função histórica de sujeito da superação da ordem burguesa” (p.313).

A negação de uma noção ampliada de classe trabalhadora e a recusa de qualquer outro protagonista que não o proletariado – trabalhador manual da cidade e do campo – para o projeto comunista reacendem controvérsias e estimulam polêmicas. Não resta dúvida, portanto, de que esta obra é uma rigorosa e notável contribuição para o debate sobre a centralidade ontológica do trabalho e sobre a centralidade revolucionária do proletariado na sociedade capitalista.



# O encontro da revolução com a História – socialismo como projeto na tradição marxista

VALÉRIO ARCARY

*Sundermann/Xamã, 2006, 304p.*

*Marcelo Ridenti\**

Eis um livro polêmico que dá sua contribuição à História das idéias. Mais precisamente, das idéias marxistas, ligadas à luta pela transformação socialista do mundo. Nove dos dez capítulos tinham sido publicados antes como artigos em diferentes revistas. Cada um pode ser lido em separado, sem prejuízo do entendimento, embora originariamente a maioria deles integrasse uma tese de doutorado defendida na Universidade de São Paulo.

Trata-se de um conjunto diversificado de discussões que envolvem a interpretação do marxismo, sobretudo suas polêmicas, com destaque para as idéias de Marx, Engels, Lenin e Trotski. O fio vermelho do pensamento militante dá coerência ao todo da obra, que reflete sobre a história da teoria da revolução no marxismo.

O primeiro capítulo intitula-se “O capitalismo pode ter morte natural?”. A resposta já fica sugerida na questão: apesar de estar condenado a desaparecer, o capitalismo só cairá pela ação revolucionária da classe trabalhadora. O autor constata a longevidade do capital, que já foi muito além do que imaginavam seus críticos no século XIX e início do XX. Isso não significaria nem que o capitalismo é eterno, nem que estaria condenado a um colapso inevitável, o que envolveria um fatalismo que serviria para alimentar a passividade política, em vez de mobilizar os trabalhadores.

---

\* Professor de Sociologia da Unicamp.

A discussão remete ao ponto talvez mais interessante do livro, que aparece nos primeiros capítulos: a crise do capitalismo. O tema ganha inesperada atualidade com a crise do final de 2008, em parte prevista nas análises da obra. Discutindo com autores como Rosa Luxemburgo, Mandel e Rosdolsky, Arcary sustenta uma boa polêmica sobre o caráter das crises no capitalismo, a lei da baixa da taxa média de lucro e assim por diante. Para ele, não haveria limites econômicos intransponíveis à reprodução ampliada do capital, que tende sempre a se reconstituir após as crises, se não for derrotado na luta de classes.

“Cinco polêmicas em torno dos prognósticos de Marx sobre o futuro do capitalismo” é o nome do segundo capítulo, em que o autor aborda novamente o tema das crises. O tema segue em pauta no terceiro capítulo: “O encontro do capitalismo com a crise”. São comparados dois modelos explicativos da longevidade do capital, no âmbito do marxismo: o dos ciclos, inspirado em Kondratiev, e o da seqüência direcionada, de Trotski. O primeiro enfatizaria a investigação econômica para compreender essa longevidade, o segundo, a investigação social e política. Haveria autores que fundiriam criativamente os dois modelos, caso de Mandel.

O texto seguinte pergunta no título: “A época das revoluções está encerrada?”. Como era de esperar, a resposta é não. A argumentação segue pelo conceito de “época revolucionária”, a partir da obra de Marx e sua ênfase na luta de classes, a questão da transição socialista, o tema da pauperização das massas trabalhadoras, os debates sobre reforma e revolução e assim por diante.

No capítulo quinto, “Marx vive: a atualidade do *Manifesto Comunista*”, há uma certa quebra na lógica interna do livro. O texto, ao contrário da maioria dos demais, é curto e talvez fosse dispensável, até porque já fora publicado no contexto do balanço dos 150 anos do Manifesto de 1848. O livro fica menos interessante quando a tônica é a reiteração da profissão de fé na revolução proletária e na obra dos clássicos do marxismo. Arcary compara a importância do *Manifesto* à de *A evolução das espécies* de Darwin para as ciências naturais, e à obra de Einstein ou de Freud. Pode-se concordar com a genialidade do *Manifesto*, sua importância política inestimável, mas dizer que realizou uma revolução teórica ... Marx, de fato, propunha-se a realizar um trabalho tão fundamental como a obra de Darwin – mas em *O capital!* Este sim comparável ao trabalho dos outros cientistas citados. Não se trata de diminuir o *Manifesto*, mas de senso de proporção, por mais que se simpatize com as teses do texto de 1848.

Os escritos clássicos do marxismo voltam ao centro no capítulo seguinte: “Controvérsias sobre a teoria da revolução no ‘testamento’ de Engels”, ou seja, sua introdução de 1895 aos artigos de Marx reunidos em *As lutas de classe na França*. O eixo do capítulo é a crítica à “estratégia de radicalização da democracia” dos reformistas e social-democratas, com a qual Engels jamais teria compartilhado, ao contrário de certas interpretações de seu referido texto. A partir daí, Arcary discorre sobre temas como democracia liberal, reformismo socialista, socialismo, revolução, insurreição, ditadura do proletariado, blanquismo e marxismo.



“Seria o marxismo um fatalismo economicista?” é a questão do sétimo capítulo, que o autor responde pela negativa, enfatizando “o desenvolvimento desigual e combinado como lei mais geral da história”, a relevância da luta de classes, a recusa do messianismo proletário, a “dialética entre a necessidade e o acaso”, a “tensão entre a determinação e a liberdade”.

O capítulo sobre “O protagonismo do proletariado e as revoluções do século XX” é dedicado a contestar a hipótese de Gorender sobre o caráter ontologicamente reformista do proletariado. Tema que se liga ao do capítulo seguinte, acerca da “Crise de direção e consciência de classe: a representação política em perspectiva histórica”. Nessa altura, o texto vai se esgarçando, perdendo a força e a articulação dos capítulos iniciais. O livro termina num anticlímax, com “Igualitarismo marxista e liberdade humana”, no qual são feitas considerações gerais sobre o tema da liberdade e da igualdade à luz da obra de Marx.

O livro é mais interessante nos capítulos iniciais, em que polemiza com autores consagrados do campo revolucionário, como Rosa Luxemburgo e Mandel, embora talvez fosse dispensável pedir desculpas por ousar contradizer alguns clássicos (“os grandes, mesmo quando erram, algo acertam”, p.31). Fica mais convencional nos capítulos finais, em que avulta o encastelamento na defesa de verdades revolucionárias atribuídas a Marx, Engels, Lenin, Trotski e outros.

No geral, a exposição é clara e didática, típica de quem é professor por ofício, que reitera a cada tópico as idéias antes expostas. O custo (inevitável?) da clareza acaba sendo a carência de concisão. A linguagem é literariamente elegante, mas não raro se deixa levar pelo encanto da retórica. O leitor às vezes se sente empolgado para acompanhar a riqueza de um debate erudito e muito bem exposto, mas em outras ocasiões parece ouvir uma brilhante pregação em púlpito ou palanque. Não é fácil encontrar o tom adequado para um trabalho que se propõe a ser ao mesmo tempo acadêmico e militante, desafio que, entretanto, merece ser enfrentado e perante o qual o autor não recua.

Arcary revela sua posição de crítica radical ao capitalismo, não esconde o embate com aqueles que considera reformistas e stalinistas, predominantes no movimento operário ao longo do século XX. Entretanto, em geral, trata com cortesia e elegância os pensadores marxistas de que discorda, especialmente os brasileiros, como Carlos Nelson Coutinho e Jacob Gorender. Um ponto positivo do livro é que toma como interlocutores alguns pensadores ao sul do Equador, além dos clássicos internacionais. Assim, aparecem Grespan, Singer, Bianchi, César Benjamin, José Martins, Carneiro, Coggiola, Borón, Moreno, ao lado de Fontana, Arrighi, Sweezy, Anderson, Thompson, Bensaïd, Chesnais, Braudel, Wallerstein, Hobsbawm, Heller, Lefebvre, Losurdo, Mandel, Meszaros, acompanhados por sua vez de Marx, Engels, Lenin, Trotski, Bernstein, Kautsky, Lukacs, Gramsci, Rosa Luxemburgo e outros mais.

Concorde-se ou não com as posições do autor, especialmente o debate sobre as crises, desenvolvido nos primeiros capítulos, é de grande atualidade e de especial interesse para pensar os dilemas dos socialistas no século XXI.



# Lenin e a revolução

JEAN SALEM

*Expressão Popular, 2008, 112p.*

Caio N. de Toledo\*

Jean Salem é autor de vários livros sobre pensadores materialistas (entre outros, Demócrito, Epicuro e Lucrecio); em *Lenin e a revolução*, pretendeu mostrar a atualidade da concepção de revolução formulada por Lenin – que, atualmente, segundo os *fast thinkers*, seria um autêntico “cão morto”. (Afinal, a história aqui também se repetiria como farsa pois, na “Alemanha culta do final dos anos de 1850”, Marx havia observado que Hegel também assim era designado.)

Três partes compõem este pequeno livro. Na primeira, “para conquistar a indulgência do leitor”, Salem esclarece como Vladimir Ilitch entrou em sua vida. De forma breve, o autor relata seu encontro, à época com nove anos de idade, com o pai, Henri Alleg – militante comunista que, em 1961, fugira da prisão após ter sido barbaramente torturado, em anos anteriores, por pára-quadistas franceses na Guerra da Argélia –, e suas primeiras experiências intelectuais, no Leste Europeu e na antiga URSS, ao lado de centenas de “filhos de gregos, de iranianos e de outros que tinham sido ... martirizados pelos defensores do ‘mundo livre’”. Segundo ele, foi a partir desse contexto de resistência política que o revolucionário russo introduziu-se em sua vida.

Na segunda parte, Salem busca refletir sobre uma “louca história que os vencedores de hoje balizaram muito estreitamente”: a “história estranha” que faz

---

\* Pesquisador do CNPq.

que o nome de Lenin hoje pareça “maldito” a ponto de ser interdito – inclusive por uma certa esquerda que, segundo o autor, tudo deduz das representações da ideologia dominante. Aqui, de forma irretocável, Salem sintetiza três tipos de imposturas que contribuem para esclarecer as razões do silenciamento do pensamento de Lenin: o que se diz em geral da União Soviética (antes e durante a Segunda Guerra Mundial), sobre o “totalitarismo” (“conceito onde cabe tudo”) e, finalmente, sobre o fim da URSS.

Para alguns “especialistas” na chamada soviologia, os setenta anos pós-Revolução de Outubro, do princípio ao fim, nada mais foram do que “um imenso *gulag*”; ou seja, a totalidade da experiência soviética se identificaria com o fenômeno da chamada *stalinização*. Contestando essa visão, Salem afirma – diante das evidências das “diferentes fases, das mudanças de direção, das profundas transformações que marcaram a história do socialismo real” –, que se imporia o reconhecimento da existência não de *um*, mas, antes, de *vários* regimes soviéticos, como o fazem as criteriosas análises do historiador Moshe Lewin.

O silenciamento de Lenin também teria que ver com uma bem-sucedida operação ideológico-midiática na qual pontificaram intelectuais e literatos (entre eles, H. Arendt, E. Nolte, A. Besançon, F. Furet, J. Ellenstein, A. Glucksmann, M. Voslensky, A. Soljenítsin e outros); essa operação consistiu em difundir a idéia de que o nazismo e o bolchevismo não seriam senão “duas variantes do mesmo modelo”. A prestigiada filósofa Hannah Arendt, ao cunhar o conceito-fetice de “totalitarismo”, teria sido a grande responsável por essa vitoriosa formulação nos meios políticos e intelectuais do Ocidente.

Na mesma direção, artigos e livros “negros” se sucederam a fim de provar que, após a contagem dos mortos, o bolchevismo (= stalinismo) levou uma alta vantagem em relação ao nazismo! Assim, depois de concluída a “macabra aritmética” (ou “contabilidade do horror”), estariam enganados, até mesmo, aqueles que colocaram um sinal de igualdade entre stalinismo e nazismo. O autor dessa proeza ideológica foi E. Nolte para quem Auschwitz seria uma “cópia do Gulag”; mas, atenção: uma cópia *deformada*, pois “mais horrível do que a original”... De forma sintética, nazismo e fascismo teriam constituído a “resposta radical”, a “contrapartida” e a “imagem do stalinismo”. Comenta Salem que essa *doxa* também foi apropriada por setores de esquerda que se destacam pela criminalização da militância comunista.

Ao fim dessa parte, Salem questiona as teses da “queda”, do “colapso” ou da “desintegração” da antiga URSS. Lembrando as lições do historiador Albert Soboul, observa ele que – de modo semelhante ao que ocorreu com o Antigo Regime na França – a URSS, em 1991, “não caiu sozinha”. A destruição de Hiroshima e de Nagasaki (sob o governo H. Truman) e o programa de “Guerra das estrelas” (1983) – lançado por Ronald Reagan (que visava explicitamente “pôr de joelhos a potência soviética”) – passam inteiramente ao largo dessa fraseologia da “implosão” da antiga URSS. Na conclusão desse momento de sua argumentação,

Salem afirma que essa mitologia só serve para “coroar os vencedores” que, hoje, tornam maldita a obra de Lenin.

Na terceira parte do livro, comenta seis teses que, segundo ele, podem ser deduzidas das *Obras completas* de V. I. Lenin:

- 1) *a revolução é uma guerra; e a política é, de maneira geral, comparável à arte militar;*
- 2) *uma revolução política é também, e sobretudo, uma revolução social;*
- 3) *uma revolução é feita de uma série de batalhas; cabe ao partido de vanguarda fornecer em cada etapa uma palavra de ordem adaptada à situação objetiva ... e reconhecer o momento oportuno para a insurreição;*
- 4) *os grandes problemas da vida dos povos nunca são resolvidos senão pela força;*
- 5) *os revolucionários não devem renunciar à luta pelas reformas;*
- 6) *na era das massas, a política começa onde se encontram milhões de homens ... Convém, além disso, assinalar o deslocamento tendencial dos focos da revolução para os países dominados.*

Tendo em vista os limites desta resenha, façamos apenas breves comentários ao conjunto dessas teses. A observação mais geral é a de que Salem apenas na tese seis realiza explicitamente o que escreveu à p.40 do livro: “Eu gostaria de pôr à prova a atualidade dessas teses ... nessa época em que a ordem mundial parece ter regredido até o ponto de voltar ao tempo das conquistas da América, da Ásia, da África e da Oceania”. A rigor, a maioria das teses consiste na elucidação e na fundamentação do pensamento do bolchevique russo na discussão e na tematização da revolução social. Uma reflexão que esteve sempre ancorada nos “fatos cabeçudos” da realidade histórica e foi elaborada – segundo o que ele teoricamente postulava – sob a estrita obediência à “verdadeira substância” ou “alma viva do marxismo”: “uma análise concreta de uma situação concreta”.

Embora o autor não correlacione, sistematicamente, as teses com os problemas e as contradições do capitalismo contemporâneo, nem de longe estariam elas “superadas” ou “fora de lugar”. Conclusão oposta, bem se sabe, será a daqueles que se prostram diante do mercado (para eles, lugar privilegiado da liberdade, do pluralismo político, do progresso humano, da convivência civilizada e da democracia...); de forma semelhante, partidos e intelectuais da chamada “esquerda moderna” em todo o mundo também consideram “ultrapassados” alguns aspectos contidos nas teses acima – em particular, a questão do uso da violência ou da força.

Como devem se posicionar os socialistas a respeito dessa clássica questão? De imediato, não deixariam eles de indagar: pode-se desconhecer que transformações estruturais, em profundidade, implicam sempre e necessariamente uma confrontação de forças? Embora o uso da força não deva ser cultuado ou afirmado como inevitável na luta política e social, devem os socialistas ignorar que a política imperialista – sustentada por um aparato bélico crescente e avassalador – promove

freqüentes guerras de rapina e violências inomináveis (morte, prisão, tortura etc.) contra a população civil em várias partes do mundo? Em nome do pacifismo e do “diálogo democrático”, devem os socialistas, de forma passiva e silenciosa, aguardar que a ONU e os demais organismos da cúpula mundial condenem verbalmente os permanentes atos de violência das potências imperiais?

Por outro lado, deve-se desconhecer que a luta revolucionária anticapitalista nunca deixará de apresentar características semelhantes às de uma autêntica guerra? Deve-se também ignorar que, sem um efetivo confronto com os exploradores, uma vitória decisiva sobre o capitalismo é impossível? Sem ilusões pacifistas, os socialistas não negam a “guerra em geral”, pois, como observa Salem – comentando Lenin –, há “guerras que servem para consolidar a opressão de classe e guerras que servem para derrubá-la”. Os que desejam o socialismo não devem temer o momento da revolução, pois, como advertia Lenin, quem tem medo dos lobos “não se meta pelos bosques”...

Discutindo a sexta tese, o autor lembra uma afirmação do bolchevique, por ocasião do III Congresso da IC: “... *a política começa onde existem milhões; a política séria só começa onde existem não milhares, mas milhões* (de pessoas)”. Levando adiante a afirmação feita em 1921, pondera o autor que Lenin previu que as lutas sociais que opõem exploradores e explorados de uma mesma nação se transformarão também “em lutas de dimensões planetárias, lutas globalizadas que colocarão em movimento massas de homens cada vez mais numerosas e mais universalmente espalhadas pela face da Terra”. Para Salem, um expressivo sinal dessa realidade foi a manifestação que, em 2003, “reuniu no mesmo dia 15 milhões de terráqueos” (no Japão, na Europa, no Oriente próximo, na Austrália, nos próprios EUA) contra a guerra imperialista no Iraque.

*Lenin e a revolução* é um valioso livro que conclui de forma vagamente esperançosa: “estamos convencidos de que vivemos o fim de uma época, e o tempo parece quase ter parado. Sabemos que alguma coisa vai chegar. Mas não sabemos o que é”.

Lenin, em certo lugar, afirmou que as revoluções são “a festa dos oprimidos e dos explorados”; em posfácio a *O Estado e a revolução* confessou ele que é mais útil e agradável “fazer a ‘experiência da revolução’ do que escrever sobre ela”. Ainda hoje, socialistas escrevem livros, artigos e resenhas sobre a revolução enquanto milhões e milhões em todo o mundo aguardam o dia para realizar a grande festa de suas vidas.

# Gyorg Lukács, *socialismo e democratização* – escritos políticos 1956-1971

JOSÉ PAULO NETTO E CARLOS NELSON COUTINHO (Orgs.)  
UFRJ, 2008.

Ester Vaisman\*

Depois de publicar a coletânea *O jovem Marx e outros escritos de filosofia* de G. Lukács, a Editora UFRJ traz a público uma nova coletânea, dessa vez consagrada aos “escritos políticos” do filósofo húngaro relativos ao período que vai desde o ano da realização do XX Congresso do PC da URSS até o ano da morte do autor.

Se a primeira coletânea traz importantes artigos inéditos em português, a presente reunião de textos se reveste de importância fundamental, tendo em vista o caráter sinuoso e polêmico da longa trajetória teórico-política de Lukács. Trajetória na maior parte das vezes mal compreendida e relegada à suspeição.

José Paulo Netto, logo nas primeiras linhas de sua “Introdução: sobre Lukács e a política”, reitera mais uma vez que “Lukács jogou todo sentido de sua vida, a partir de 1918, quando ingressou no Partido Comunista húngaro, na elaboração de uma obra inscrita na vertente do que ele designou como *marxismo ortodoxo*, um marxismo visceralmente distinto do marxismo vulgar, então dominante e generalizado pela Segunda Internacional” (p.7). Sem dúvida, não há como negar que ao lançar tal tese em seu livro *História e consciência de classe*, diga-se de passagem, sua obra mais afamada, Lukács tentou, mesmo em seus textos de transição ao marxismo, que quase cinquenta anos depois ele veio a renegar, um

---

\* Professora de Filosofia da UFMG.

conjunto de teses que visavam a recuperar do atoleiro economicista o efetivo pensamento transformador. Mas os textos da coletânea não estão voltados a esse período, por mais importante que ele tenha sido na vida de Lukács ou para os rumos do socialismo. A lembrança de Netto em relação a esse período inicial da formação marxista de Lukács tem por intento demonstrar ao leitor que no caso do autor em tela “a sua obra filosófica e estético-crítica elaborada a partir de 1918, *sem prejuízo de suas especificidades teóricas*, está saturada de entonação política” (p.8). Netto sublinha a orientação de fundo que justifica a própria coletânea nos seguintes termos: “... a obra marxista de Lukács, em que pesem os giros efetuados pelo filósofo desde 1918, jamais esteve, do ponto de vista essencial, alheia à dimensão política” (p.8), tese que permite Netto afirmar poucas linhas adiante de que há no conjunto da obra de Lukács “... um estrato que, indiscutivelmente, pode ser caracterizado como eminentemente político, refigurando um processo de acúmulo que articulará a concepção política madura de Lukács” (idem).

Tese polêmica, sem dúvida, que os limites de uma resenha não permitem discutir a fundo. Por isso, o que basta aqui é indagar: por que considerar como “giros” certas clivagens fundamentais que o pensamento lukácsiano sofreu em sua longa e controvertida trajetória? Por que insistir na tese de que, embora Lukács não tenha sido “um pensador sobre a política”, foi “um pensador político”? A quem Netto pretende responder com, diga-se de passagem, tão séria e contundente afirmação? Seria tão vital Lukács, em algum momento de sua trajetória, ter-se voltado à elucidação de uma teoria do Estado, da esfera política e, assim por diante, de temas que alguns teriam já denunciado como ausentes não apenas no filósofo húngaro, mas também no próprio Marx? Essas supostas “lacunas” teriam tornado tais figuras menos importantes nesse e em outros quesitos? E por que tal quesito seria assim tão fundamental e decisivo? Se for para seguir os próprios passos de Lukács da maturidade, por que o território da política é tão decisivo em termos ontológicos?

A partir do item 2 de sua “Introdução”, Netto elabora um roteiro rigoroso das concepções políticas que Lukács nutriu e divulgou ao longo de vários anos. Tal roteiro permite ao leitor visualizar de modo amplo as várias “trincheiras” nem sempre exitosas em que Lukács atuou.

Mas a questão mais polêmica é aquela que diz respeito às relações de Lukács com o stalinismo. Das referências protocolares a Stalin em *A destruição da razão* à crítica do taticismo stalinista que perpassam a *Ontologia do ser social* e o texto, a meu ver mais importante da coletânea traduzido como “O processo de democratização”, passando por seu posicionamento no mínimo dúbio em relação aos expurgos da década de 1930, o que temos? Invariavelmente, posições que não levam em conta rigorosamente a letra de Lukács e as condições próprias de seu tempo. Deixam-se de lado, na maior parte das análises sobre o assunto, com raríssimas exceções, os próprios textos de Lukács e as condições constritoras em que viveu e atuou. Lukács era um homem de seu tempo, como qualquer um de nós, e não há justificativa possível para aquelas posições muito em voga de



considerá-lo alguém que se submeteu sem mais às imposições do partido, já um reflexo de sua submissão sem peias à objetividade! Aqui o político seria explicado por suas posições teóricas!

Como dito linhas acima, o texto mais importante da coletânea, elaborado em paralelo à redação de *Ontologia do ser social*, evidencia um Lukács maduro, cômico dos problemas resultantes das transições intentadas; um Lukács que, voltando-se sobre textos do próprio Marx, em que as relações da esfera política e a esfera social propriamente ditas são recuperadas em seu devidos *loci* genéticos, o que possibilitou a Lukács esbarrar na análise da natureza ontológica da política. A tese que sustenta, ou seja, a democratização da vida cotidiana, uma tentativa desesperada, já no fim da vida, de reviver a experiência dos conselhos, que ele próprio experienciou na Hungria de 1919, e, assim, reformar o “socialismo então existente”, ao superar e corrigir as deformações introduzidas por Stalin e os stalinistas.

Os textos que fazem parte da coletânea são: “Meu caminho para Marx”, que, como explica Coutinho, “constitui uma exceção, já que sua primeira parte foi escrita em 1933 ... Como o pós-escrito é de 1957, justifica-se a inclusão das duas partes do texto”. Vale a pena aduzir também que não é a primeira vez que tal texto foi publicado no Brasil, já que a Editora Ensaio publicou-o em 1987 na coletânea intitulada *Marx hoje*. O segundo texto leva o título de “A luta entre o progresso e a reação na cultura contemporânea”, escrito pouco tempo antes da intervenção soviética na Hungria. “O processo de democratização” é o terceiro. Ainda segundo Coutinho, “a decisão do velho filósofo, então com 83 anos, de escrever um texto sobre a democracia no socialismo foi muito provavelmente motivada pela invasão da Tchecoslováquia pelas tropas do Pacto de Varsóvia, em 1968” (p.33). Aqui ao leitor um alerta: a expressão *democracia no socialismo* não faz jus à proposta de Lukács no referido texto. Muito ao contrário. *A democracia socialista*, de acordo com Lukács, “enquanto forma **social** (grifo meu)”, portanto não política, “de passagem ao ‘reino da liberdade’, tem precisamente a tarefa de superar esse dualismo” (p.168). Que dualismo? O dualismo típico entre o *hombre* e o *citoyen* da democracia burguesa. Portanto, longe de pensar a democracia como uma forma a-histórica, o esforço de Lukács nesse importante texto é, de um lado, mostrar e criticar as formas históricas da democracia, notadamente a burguesa e, de outro, propor que “ao contrário da democracia burguesa com seu *citoyen* idealizado, o sujeito da democracia socialista – até mesmo em seus inícios revolucionários – é o homem material da cotidianidade. Mas é óbvio que não se trata aqui da canonização daquele *hombre* material que, na estrutura dualista da sociedade burguesa e nela ineliminável, é contraposto ao *citoyen*” (idem). É o quanto basta para esclarecer que a democracia que se trata é aquela bem específica em que a divisão e a separação entre as esferas política e social são superadas, em favor da reabsorção da primeira pela segunda.

Depois desse necessário volteio, os dois textos que fecham a coletânea são: “Para além de Stalin” e “Testamento político”.



# Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré

MARCOS SILVA (Org.)

*Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008, 469p.*

*Augusto Buonicore\**

General, comunista e grande intelectual. Ninguém, além dele, conseguiu reunir essas três condições numa única e mesma pessoa. Só isso faria de Werneck Sodré um interessante objeto de estudo. Mas o que mais nos interessa aqui é seu papel como intelectual marxista.

Mais uma de suas originalidades é que não existe nenhum outro pensador da esquerda brasileira que tenha abordado um tamanho número de temas: história da literatura, história militar, história da imprensa, história da cultura, geografia, além, é claro, da tentativa de construir uma interpretação original sobre nossa formação econômica e social. Historiador militante, na condição de membro do ISEB, assumiu um posto na vanguarda da luta contra a influência negativa do imperialismo e do latifúndio na sociedade brasileira.

No entanto, as vicissitudes do tempo fizeram que a obra de Sodré não fosse apenas alvo da direita liberal-conservadora, mas também de setores da chamada “nova esquerda”. Suas contribuições teóricas passaram a ser menosprezadas e, até mesmo, vilipendiadas. Seu marxismo foi acusado de ser dogmático, esquemático etc.

Apenas recentemente, sua obra passou a ser revisitada, sem os preconceitos de outrora. Vários trabalhos sobre seu pensamento começaram a ser publicados.

---

\* Mestre em Ciência Política, Unicamp.

A última surpresa editorial foi o lançamento do *Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré*, organizado por Marcos Silva e publicado pela Editora da UFRJ. Ele é composto, como afirma o próprio organizador, “de 83 verbetes, dedicados a livros individuais ... amostragem de blocos de artigos em periódicos, coletâneas organizadas pelo autor, artigos em algumas antologias coordenadas por outrem, um programa de curso ministrado e prefácios” (p.15).

Ao longo dos anos, uma das simplificações feitas em torno da obra de Sodré é a que a apresenta como uma tentativa de aplicação mecânica do modelo marxista-leninista sobre a sucessão linear dos modos de produção, tendo por referência a Europa ocidental. Para Quartim de Moraes, autor do verbete “Capitalismo e revolução burguesa no Brasil”, essa opinião é insustentável. O tão propalado resquício feudal – ao contrário do que ocorreu na Europa – foi fruto de uma regressão econômica e não de um avanço no sentido do desenvolvimento de forças produtivas.

Se os termos feudal e semifeudal eram utilizados de maneira inadequada – por nos remeter a um modelo de organização econômico e social de uma Europa medieval – não menos inadequado foi considerar as relações de produção e, portanto, o modo de produção, predominantes entre nós a partir do século XVI, capitalista. O termo impreciso pré-capitalista também não pode nos satisfazer plenamente – diz mais sobre o que não são do que sobre o que são as relações de produção que se constituíram nos interstícios do escravismo colonial (p.25-6).

No ensaio *Modos de produção no Brasil*, afirma Norberto Guarinello, “o historiador não se alinha ... com aqueles marxistas que defendem uma sucessão única e universal de modos de produção ... Pelo contrário, opõe, com muita clareza, o desenvolvimento dos modos de produção no Brasil à seqüência tida como ‘clássica’, que seria característica de algumas regiões da Europa”. Ele constata “a simultaneidade de diferentes modos de produção na colônia”. E conclui: “portanto, não há um Brasil unificado pelo mesmo modo de produção, o que nos permite ... falar em diferentes Brasis” (p.262-3).

Segundo Fábio Massa – no verbete “As Classes Sociais no Brasil” –, Sodré sempre criticou o formalismo jurídico liberal que considerava o país feudal simplesmente por ter-se tentado importar a legislação e as instituições feudais portuguesas, como as sesmarias. Escreveu o próprio Sodré: “... apesar da legislação inicial da colonização ter sido feudal ... predominará um modo de produção escravista” (p.35).

Esses verbetes se, de um lado, confirmam a originalidade de Sodré, de outro expõem a tensão entre a afirmação de que no país teria predominado um Modo de Produção Escravista e aquela que diz que não haveria um Brasil “unificado pelo mesmo modo de produção”. Essa contradição não é o resultado de uma falsa apreensão dos seus intérpretes, ela está presente nos próprios trabalhos do autor. Vem da não diferenciação conceitual entre Formação Social e Modo de Produção.

Acredito que as contribuições de Poulantzas poderiam ajudar Sodré a ultrapassar esse gargalo de seu esquema teórico. Para ele, toda formação social é uma

articulação complexa de vários tipos de relações de produção, sob hegemonia de uma delas. Assim, não existiria um Modo de Produção em estado puro.

A colônia e o Império – como formações sociais concretas – articularam diversas relações de produção, sob hegemonia escravista. É justamente essa predominância estrutural que nos permite definir o Modo de Produção existente no Brasil naqueles períodos como escravista. Uma conclusão a que, muitas vezes, Werneck Sodré parece chegar sem tirar dela todas as conseqüências teóricas e políticas.

Outro tema espinhoso é o da relação entre o autor e a política adotada pelo PCB desde o final da década de 1950. Rodrigo Ricupero, por exemplo, no verbete “Formação Histórica do Brasil”, afirma que Sodré “representava a visão dominante dentro do Partido Comunista Brasileiro ... Tal concepção tinha como origem o esquema dos cinco tipos ‘fundamentais’ de modos de produção – desenvolvido pelo marxismo vulgar soviético da época de Stalin – e acabou conhecido como ‘etapismo’, pois a revolução burguesa seria uma etapa preliminar da revolução socialista” (p.121). De fato, ele era um defensor da estratégia pecebista. Mas, como já vimos, sua visão do desenvolvimento histórico do Brasil não pode ser confundida com a aplicação mecânica das “teses consagradas” da III Internacional – ou do chamado “marxismo vulgar” de Stalin.

Além disso, a defesa da necessidade de etapas nas revoluções e de uma revolução burguesa antecedendo a revolução socialista nada tem de stalinismo. Elas foram amplamente aceitas pelo movimento socialista internacional muito antes da ascensão de Stalin ao poder.

Contudo, devemos concordar com alguns de seus críticos. Ao concentrar suas atenções no desenvolvimento das forças produtivas, Sodré se descuidou de analisar as relações sociais de produção – subestimando a luta das classes exploradas fundamentais e superestimando o papel da burguesia nacional na chamada revolução brasileira. Alimentou a ilusão de que desenvolvimento econômico, por si mesmo, pudesse trazer a libertação dos trabalhadores e da nação. Ele passava a ser o “motor da história” e não a luta de classes. Uma concepção que, devemos reconhecer, não foi de todo estranha ao marxismo dos séculos XIX e XX.

Werneck Sodré foi um dos primeiros a estudar o problema militar do ponto de vista do marxismo. O resultado foi a publicação de *A história militar no Brasil*. Esta, entre outros, teve o mérito de revelar a existência de setores democráticos e nacionalistas no interior das Forças Armadas, fato que acabou sendo obscurecido pelo golpe militar de 1964. Como afirma Paulo Cunha: “Nesse resgate histórico, o compromisso do Exército e seu caráter democrático podem ser atestados em muitas rebeliões ..., expressas nas várias crises do movimento tenentista” (p.191).

Segundo a lógica do autor, a vitória da direita militar foi o resultado de uma luta acirrada no interior da sociedade e do Estado brasileiro – e toda luta pressupõe a existência de, pelo menos, dois lados. Sodré ficou do lado dos derrotados e pagou caro por sua opção democrática e antiimperialista. Algo fica um pouco

à sombra: se é verdade que podem existir alas democráticas e até socialistas nas Forças Armadas, estas, como instituições-chave do Estado burguês, jamais poderão ser efetivamente democráticas ou socialistas, sob pena de perder sua função e se dissolver como tal.

Entre os muitos intelectuais que contribuíram com essa importante obra de reconstrução do pensamento crítico de Nelson Werneck Sodré também se encontram Caio Navarro de Toledo, José Paulo Neto, José Antônio Segatto, Marly Vianna, Lígia Osório, Lincoln Secco, Lúcio Flávio de Almeida e Marcos Del Roio.

# Evidências do real

SUSAN WILLIS

*Boitempo*, 2008, 128p.

Daniel Puglia\*

“A velha glória” é o primeiro ensaio de *Evidências do real*, de Susan Willis. Nele podemos ler: enfeitando os carros com bandeiras, “nós, os norte-americanos, [mostramos saber] que a guerra contra o terrorismo é o código para a preservação de nossas rodovias interestaduais, nossos carros, nossos bairros de classe média e toda a rede petroquímica que nos alimenta e veste” (p.24). Nessa pequena passagem estão imbricados três procedimentos que parecem nortear o livro como um todo: a busca incessante do oculto revelado pelo aparente, o estabelecimento de correlações inusitadas e, por fim, um tom de ironia comedida – da calma antes da catástrofe. Assim, o patriotismo representado na bandeira é escovado a contrapelo e o estandarte nacional surge como o fetiche da religião do comprar e vender, o lábaro que marca um povo no pasto dos *shopping centers*. E a guerra adquire novas feições não apenas contra o terrorismo, mas, sobretudo, contra a perspectiva aterrorizante de serem destruídas as possibilidades de consumo.

O desfile mundial do pavilhão estadunidense encena o caráter a um só tempo lúgubre e festivo, aparvalhado e mesquinho, de um modo de vida que encobre o sofrimento humano real sob o manto do prazer mercável. Evidentemente nossa autora não se coloca contra os avanços da ciência e da tecnologia mas, com razão, parece não ter muita paciência para os problemas da classe média norte-americana,

---

\* Professor do Departamento de Letras Modernas, Universidade de São Paulo.

afinal, bombas e granadas *made in America* garantem o horizonte apalermado de uma eterna infância cevada por cartões de crédito.

O caráter contagioso e virtualmente ubíquo da mercadoria adquire nova entonação com o ensaio “Nós somos o antraz”. Após o 11 de Setembro, o temor de um novo ataque adquiriu contornos de realidade quando correspondências com antraz pareciam ser outra ameaça ao sonho americano. No entanto, embora algumas cartas contivessem esporos, milhares continham apenas açúcar ou talco, e esses falsos alarmes são particularmente significativos. Escolas, fábricas e repartições públicas eram fechadas; a normalidade do cotidiano, interrompida. “Talvez os perpetradores estivessem fartos da cultura do ‘Tenha um bom dia’ e quisessem expressar o lado negro, oculto e inconfesso de uma sociedade que gosta de exibir a face sorridente do consumo” (p.34). A possibilidade de atrapalhar o curso usual dos acontecimentos acrescenta um novo matiz ao patriotismo aparentemente hegemônico. Como escreve Willis, ainda enquanto as bandeiras eram agitadas de modo entusiástico, um rumor e uma dúvida davam expressão aos descontentamentos cotidianos.

Mas a crítica latente sinalizada nas ameaças de antraz tem ainda outro grau de contundência. Um mês depois das homenagens aos mortos nas Torres Gêmeas, um atirador passa a alvejar pessoas em Washington. O significado disso é o assunto do ensaio “Tudo que vai, volta”. A vida transformada num cassino, a existência submetida ao caos do livre mercado, tem na loteria de morte sua materialização extrema. Essa mesma vida, protegida na fantasia palpável do consumo, sofre um severo golpe quando a violência rotineiramente praticada externamente, em países distantes, ou internamente, nos bairros mais pobres, atinge pessoas dos subúrbios afluentes. Ocorre que, se a exploração do trabalho alheio não é um dado natural e se os paraísos da bonança têm de ser mantidos também pelo uso da força, então o atirador de Washington não é uma figura anômala, mas sim um efeito bumerangue, o feitiço contra o feiticeiro: “... a utilização da força criminosa é a verdade mais fundamental de nossa nação” (p.60). Na lógica espetacular da cultura e do comportamento psicossocial, Willis deslinda interdependências materiais precisas, em que o esforço de guerra é a corrente subterrânea da militarizada democracia estadunidense. “Se há uma verdade final transmitida pelo atirador, trata-se de nossa prontidão de abrir guerra contra os civis” (p.66).

A existência de um governo paralelo, instalado em abrigos nas montanhas ao redor de Washington, e a realização de exercícios militares que simulam uma invasão por exércitos inimigos: eis algumas das evidências recolhidas no ensaio “Somente o Sombra sabe”. O fetiche pela bandeira nacional pode ter o efeito sufocante de uma atmosfera impregnada por antraz. Por seu turno, os alvos potenciais de um atirador vivem a incerteza de saber quem governa suas vidas. Nesse sentido, os escritórios governamentais abaixo da superfície casam perfeitamente com os negócios escusos praticados na Casa Branca. Mas, talvez para que a população não tenha dúvidas, temos a simulação na Carolina do Norte: “... segundo informações militares, dez das áreas centrais do estado – todas rurais e carentes em maior ou



menor grau – fazem parte de um cenário imaginário, fazendo a vez de uma nação tomada por um governo repressor” (p.81). Ou seja, a ficção bélica se encarrega de dirimir desconfianças: a nação realmente está à mercê de um governo repressor, tramando nas sombras, atacando à luz do dia.

“O maior show da Terra” é o ensaio que se detém sobre três ousadias: um rapaz que se jogou nas cataratas do Niágara apenas com a roupa do corpo e sobreviveu; outro que despachou a si mesmo, num caixote, no compartimento de cargas de um aeroporto; e, por fim, um ilusionista norte-americano que jejuou durante 44 dias suspenso em uma caixa de vidro sobre o Tâmis. Willis escreve: “Não temos como reconhecer nossos realizadores de proezas como evidências do real, figuras que tocam os mais profundos nervos da História para dar visibilidade àquilo que reprimimos. Por não conseguir ler a verdade na metáfora, não conseguimos viver historicamente” (p.102). No arremate do texto, a autora lembra que o privilégio e a riqueza permitem que os Estados Unidos produzam tais proezas, enquanto os problemas reais parecem estar relegados a outros mundos.

Em “¿Quién es más macho?”, ensaio que encerra o livro, as fotografias das torturas cometidas por soldados estadunidenses na prisão iraquiana de Abu Ghraib são o fio condutor de um inquérito: o desvelar do inconsciente da economia política capitalista. Para efetivar o saque no país invadido são mobilizados os milhares de jovens norte-americanos que têm limitadas perspectivas de emprego e que aprendem a aniquilar enquanto são aniquilados, tanto física quanto psicologicamente. Assim, nas fotografias perturbadoras “jovens e viçosas garotas norte-americanas que facilmente passariam por funcionárias da Disney aparecem sorrindo e fazendo o sinal de positivo com o polegar junto a uma pilha de prisioneiros nus” (p.106). Recorrendo ao vasto arsenal da psicopatologia de sociedades lastreadas na espoliação, indo da Ku Klux Klan, passando pelos seriados policiais televisivos e chegando aos fantasmas da heterossexualidade mal resolvida, “¿Quién es más macho?” constitui uma verdadeira peça de acusação contra o empreendedorismo viril, uma das formas espectrais do mercado. Nesta aparição moderna, o domínio sobre o outro, a supremacia competitiva e o ápice do vencedor se transformam todos numa imagem ideal a ser alcançada – imagem esta que recalca, sob o encanto abjeto da pornografia da guerra cotidiana, a mesmice a que estão reduzidas quaisquer individualidades.

Na introdução a seu livro, Willis escreve que os ensaios “foram escritos com uma linguagem que procura capturar a dicção norte-americana”. De fato, o leitor poderá apreciar a era pós-11 de Setembro em seis textos formadores de um caleidoscópio que, ao ser lido e relido, emite a familiar estranheza do som do futuro. A paradoxal naturalidade desse som, preservada na tradução brasileira, talvez seja também a crônica de uma crise anunciada. Uma crise que, agora mais nítida, realça a urgência das palavras de Slavoj Žižek para essa obra-prima de nosso tempo: “Este livro se torna uma referência indispensável a todos os que se preocupam em saber o que está acontecendo no mundo de hoje. Ignorá-lo significa querer manter-se em ignorância abençoada – a seu próprio risco”.



# Capitalismo contemporâneo e a nova luta pelo socialismo

ADALBERTO MONTEIRO (Org.)

*Garibaldi/IMG, 2008, 233p.*

*José Roberto Cabrera\**

Organizada pelo PC do Brasil e pelo Instituto Maurício Grabois (IMG), esta coletânea de textos é o resultado de seminário realizado em São Paulo por ocasião do 90º aniversário da Revolução de Outubro. Ao comemorar essa data – mantendo a mística aglutinadora da tomada do poder pelos bolcheviques –, o PC do B e o IMG propõem a reflexão sobre o passado, seus efeitos sobre o presente e os desafios para o futuro. A história da Revolução Russa e sua epopéia continuam atuais, transformando seus feitos e desafios em pautas e sonhos. Não por serem seus, mas por conterem a crítica radical ao capitalismo e a perspectiva da construção de um novo mundo.

Os desafios de se compreenderem as características axiais do capitalismo contemporâneo estão longe de ser superados, seja pelo aprisionamento das esquerdas às várias matrizes de dogmatismo ou pela adesão acrítica aos modelos dominantes. Embora seja quase consensual a permanência das estruturas básicas de reprodução do sistema e de suas contradições fundamentais, o modo como a globalização neoliberal reordenou os circuitos de circulação e valorização do capital introduziu novos elementos no processo de financeirização da economia mundial.

A recente crise econômica abalou o otimismo dos reformistas e a convicção dos conservadores, ao mesmo tempo que atualizou de modo dramático as análises e expectativas anunciadas no seminário.

---

\* Doutor em Ciência Política, Unicamp.

A estrutura do livro reproduz a dinâmica do evento, reunindo as vinte intervenções em textos agrupados de acordo com a seguinte temática: na primeira parte, apresenta análises sobre as peculiaridades do capitalismo contemporâneo, atribuindo destaque para os circuitos financeiros de valorização do capital e de como o Estado tornou-se refém desse modelo; a segunda propõe uma avaliação das políticas imperialistas na nova ordem que emerge do fim da bipolaridade, o papel dos Estados Unidos e as perspectivas de uma nova multipolaridade; a terceira analisa as experiências socialistas do século XX, com evidente destaque para a soviética e chinesa, e a última faz um balanço e aponta as perspectivas da chamada de a *Nova luta pelo socialismo*.

Os textos que compõem a primeira parte do livro se concentram na análise das características econômicas do capitalismo contemporâneo. Destacam fatores relacionados à mundialização neoliberal que impôs uma abordagem global sobre as formas de ação do capital, cuja ação predatória sobre os direitos sociais e econômicos dos trabalhadores e sobre as instituições dos Estados nacionais produziu uma nova arquitetura do poder, consolidada nas articulações daquilo que se convencionou chamar de instituições globalitárias (FMI, Bird, OMC etc.). Em certa medida, o modelo acirrou as contradições do capitalismo em escala planetária, deslocando o eixo das lutas cotidianas para o centro vital do sistema, politizando os temas econômicos e sociais.

O economista Luiz Belluzo, em “Capitalismo e seu desenvolvimento contraditório”, sugere que o capital financeiro não é uma deformação do sistema nem um desvio, mas resultado de seu desenvolvimento contraditório, gerador de conflitos permanentes. Aqui talvez se encontrem os maiores desafios do pensamento crítico na atualidade: romper com a crítica ética ao capital financeiro distinto do produtivo e encontrar alternativas sistêmicas que superem o “keynesianismo responsável” adequado à desregulamentação financeira e aos limites ambientais tão presente em setores da esquerda.

A segunda parte concentra-se nas análises das relações internacionais. De certo modo, o papel atribuído aos Estados Unidos na gestação da globalização financeira recoloca o debate sobre a luta antiimperialista na atualidade. De forma contraditória, o modelo induz a ação do governo norte-americano em preservar seus aliados e seus suprimentos, ao mesmo tempo que a crise econômica tende a restabelecer linhas de ação de caráter protecionista. Essa dualidade de fraqueza econômica com pujança militar deve produzir contradições não desprezíveis num futuro não muito distante.

Luis Fernandes, em “O nascimento do mundo multipolar no século XXI”, sustenta que o quadro atual supera a tese de uma nova ordem unipolar. No entanto, se, de um lado, a perspectiva da multipolaridade oferece um questionamento sobre o papel dos Estados Unidos, de outro não aponta para os possíveis nexos entre o fortalecimento de outros pólos de poder e o desenvolvimento da luta de classes e

de lutas dos povos pela emancipação político-econômico-cultural e social.

No conjunto dos textos que avaliaram as experiências socialistas merece destaque o esforço empreendido em compreendê-las como resultado de um processo multifacético, sujeito aos condicionantes históricos e interpretações conflitantes, impossível de ser compartimentado em esquemas conceituais apriorísticos. Desaparecem das avaliações as referências aos chamados “revisionismos” e à “traição ao marxismo e aos ideais da Revolução de Outubro”, situando problemas concretos que contribuíram para o encerramento de um primeiro ciclo das revoluções socialistas.

Desse modo, temas como a consolidação de um novo poder e dos dilemas da democracia e da propriedade social dos meios de produção se entrelaçam às preocupações em torno do *dilema da produtividade*, indicado por Fernandes em “Os múltiplos legados da Revolução Soviética e os dilemas da formação do Estado socialista”, refletido na ausência de mecanismos capazes de incorporar as inovações tecnológicas à produção de bens de consumo; os legados da experiência soviética e as limitações práticas do paradigma do poder popular inspirado no modelo da Comuna de Paris, assim como a superação da doutrinação do marxismo, se colocam como um roteiro necessário e urgente.

Na seção destinada à “Nova luta pelo Socialismo”, as experiências atuais referenciadas no socialismo passam a ser objeto de uma abordagem que se pretende não dogmática e desvinculada de modelos preestabelecidos. Os textos apresentados são reveladores de um conjunto de concepções derivadas de experiências históricas concretas e de interpretações bastante heterodoxas do marxismo e do socialismo.

Nguyen Viet Thao, por exemplo, em “O socialismo no Vietnã: de 1945 até a atual renovação” condiciona a permanência do Estado socialista a partir do entendimento das peculiaridades do país onde o elemento nacional, a guerra, a luta pela superação do atraso econômico, social e cultural impulsionaram uma renovação dentro de um processo mais amplo que o simples retorno ao capitalismo. A experiência chinesa, apresentada em outras intervenções como reveladora de contradições e possibilidades, é descrita por Pan Mingtao, em “A China em busca do aperfeiçoamento”, em uma perspectiva essencialmente positiva onde se busca “... libertar e desenvolver as forças produtivas, acabando com a exploração e a bipolarização para atingir a prosperidade de todos, e construir a sociedade harmoniosa” (p.198).

Assim como os outros textos dessa seção, as formulações não se pautaram pelo debate acadêmico em torno dos princípios do marxismo e das possibilidades de interpretação acerca dessas experiências históricas. No entanto, fica evidente que a base de argumentação sobre a experiência chinesa atual explicita um inequívoco caráter economicista à medida que vincula o crescimento da economia chinesa dentro do padrão dominante do capitalismo globalizado a uma etapa necessária

para o desenvolvimento das forças produtivas, condição necessária para o socialismo, que se põe de forma harmoniosa e teleológica.

O livro tem o mérito de não apresentar saídas ou programas acabados para o entendimento do capitalismo contemporâneo nem avaliações finais sobre as experiências de caráter socialistas. Ao não fazê-lo assume o desafio de participar da construção coletiva das alternativas, caminho conflituoso e contraditório, mas repleto de possibilidades.

# Marx, Gramsci e o conhecimento: ruptura ou continuidade?

MARCOS FRANCISCO MARTINS

*Autores Associados/Centro Unisal, 2008, 325p.*

*Luís Antonio Groppo\**

O livro em questão resulta da tese de doutorado de Martins, defendida em 2004 na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. A apresentação de José Claudinei Lombardi, importante estudioso da história da educação referenciado no marxismo, destaca o embate epistemológico a ser travado com a pós-modernidade e com sua ênfase no não-racional e no subjetivo, tido como uma espécie de tradução filosófica da atual fase “irracional” do capitalismo.

A “Introdução” destaca que a obra pretende ler o marxismo originário e o de Gramsci, em suas propostas epistemológicas, como defensoras do conhecimento intrinsecamente aliado à prática política transformadora, como “práxis”. Tal palavra foi utilizada de modo recorrente na obra de Gramsci escrita no cárcere não apenas por causa da censura fascista, mas também pelo entendimento dialético que tinha do marxismo, o que o levou a chamar o materialismo histórico e dialético de “filosofia da práxis”.

E são estas as tarefas das duas partes que compõem o livro. Na primeira, em dois capítulos, o autor busca discutir e definir os elementos que caracterizam o marxismo originário – justamente, seu caráter “materialista”, “histórico” e “dialético” – para, em seguida, reafirmar a posição epistemológica teórico-prática de

---

\* Professor do Programa de Mestrado em Educação do Unisal (Centro Universitário Salesiano de São Paulo), Americana/SP, [luis.groppo@am.unisal.br](mailto:luis.groppo@am.unisal.br)

Marx. O tom quase didático e o desenvolvimento claro e metódico da exposição marcam, a partir daí, esta obra, capaz tanto de agregar novos conhecimentos a leitores mais experientes no marxismo quanto de levar os interessados em se aprofundar na “filosofia da práxis” a seus aspectos mais singulares.

Na segunda parte do livro, Marcos Francisco Martins busca responder à principal questão de cunho epistemológico levantada: do ponto de vista gnosiológico, Gramsci teria se afastado do marxismo originário, incorrendo no “idealismo”? Para responder a essa questão, justamente foi necessária a interpretação da concepção de conhecimento em Marx, esforço da primeira parte da obra, em que Marx, Engels e até mesmo Lenin tiveram suas obras avaliadas. Percebe-se que o marxismo é interpretado de um modo quase avesso ao positivismo e ao cientificismo – mesmo que algo ou muito desses tenham adentrado ao marxismo, incluindo os de Marx, Engels e Lenin. O marxismo originário é tido, em seu núcleo fundamental, como avesso a determinismos simplistas, à busca de relações de causalidade entre estruturas sociais separadas e estanques e a uma concepção de realidade como independente dos sujeitos.

Se Gramsci não fora um marxista na acepção “ortodoxa” do termo quanto à sua epistemologia, então teria se afastado das premissas do materialismo histórico e dialético quanto à noção de conhecimento. É o que defendem alguns importantes intérpretes de Gramsci, não-marxistas como Norberto Bobbio e até mesmo especialistas como Carlos Nelson Coutinho: para estes e outros, a ênfase de Gramsci na ação dos sujeitos, na cultura e até mesmo nos organismos da “sociedade civil” continha um considerável, ou ao menos relativo, desvio idealista.

Martins tenta demonstrar que não houve tal desvio, muito ao contrário, pois o que Gramsci buscou fazer foi pensar e realizar criativamente o núcleo do materialismo histórico dialético para as questões de seu tempo e lugar – sem deixar de ser “ortodoxo”, ao contrário, preservando a ortodoxia justamente por realizar o movimento de diálogo entre conhecimento e prática política em um tempo-espço concreto. Segundo Martins, por outro lado, a ênfase gramsciana nos sujeitos e na história era uma atitude necessária diante do tipo de marxismo que vinha sendo cultivado pelos autores ligados à Segunda e Terceira Internacionais Comunistas, um marxismo positivista e cientificista.

A segunda e maior parte do livro é composta de três capítulos. No primeiro, Martins contextualiza a obra de Gramsci ao longo da vida desse dirigente comunista italiano, em tempos de uma quase revolução trabalhadora na Itália, do avanço do fascismo e de Mussolini e do penoso e duradouro cárcere a que foi submetido, quando escreveu seus *Cadernos do cárcere*. Ainda nesse capítulo, são focadas as mudanças da realidade social, na passagem do século XIX ao XX, e suas implicações para as questões gnosiológicas e axiológicas – o que fez que Gramsci, para compreendê-las, tivesse criado, por exemplo, as noções de “Estado ampliado = sociedade política + sociedade civil” e de “bloco histórico”, noções que também



são consideradas por Martins como muito proficuas para pensar questões sociais e educacionais contemporâneas.

O quarto capítulo do livro busca responder à questão relativa ao caráter da epistemologia gramsciana: seria ela fiel ou não à ortodoxia do marxismo originário? A resposta do autor é pela fidelidade do pensador italiano ao legado de Marx, de acordo com argumentos que afirmam a relação íntima entre conhecimento e prática política transformadora, bem como que a concepção de Marx sobre o conhecimento enfatizava o caráter concreto da realidade, a relação desta como, ao mesmo tempo, condicionadora e condicionada em relação aos sujeitos, o caráter dinâmico da realidade, dado que ela é um constante devir e é composta de contradições entre suas partes, que só podem ser compreendidas como uma totalidade. Desse modo, Gramsci teria se orientado tanto pelo componente materialista quanto pelo historicismo e pela dialética do marxismo originário.

O último capítulo utiliza as discussões precedentes para tratar de questões pedagógicas e ético-políticas à luz do pensamento gramsciano. Ressalta-se que o conhecimento, segundo Gramsci, tem valor ético-político e pedagógico. Ao ressaltar a importância dessas dimensões, Gramsci não se torna um idealista, dado que a transformação ideológica só se tornaria possível acompanhada de uma efetiva transformação econômica. Novamente é o real pensado como uma totalidade, articulando-se suas distintas dimensões, objetivas e subjetivas, por numerosas mediações.

Na conclusão, Martins referenda a afinação de Gramsci com o marxismo originário, bem como sua capacidade de inovar e agregar contribuições ao marxismo. A atualização de Gramsci, no que se refere à epistemologia, dá-se no sentido de que ele considera o conhecimento tendo “valor pedagógico-político” (p.303), a contribuir na constituição de “um novo padrão de civilidade” (p.304).

A obra de Martins avulta-se em sua sistemática e esclarecedora apresentação e análise de excertos de marxistas clássicos sobre o conhecimento. Defende uma leitura do marxismo que exalta os mais criativos elementos deste, que o diferencia teórica e epistemologicamente tanto de outras clássicas teorias totalizadoras mas simplistas – em especial, o positivismo – quanto de contemporâneas epistemologias pós-modernas que ensaiam por vezes a negação de qualquer possibilidade de conhecer. Este é o principal mérito do livro de Martins: a busca da recuperação de uma rica tradição marxista – dialética, materialista e histórica – que reconhece a realidade como concreta obra de seres humanos, realidade preñe de contradições e que enseja respostas pela prática dos indivíduos, grupos e sociedades, realidade dinâmica e que exige um processo de conhecimento engajado e criativo.



# Despropósitos: estudos de ficção brasileira contemporânea

TÂNIA PELLEGRINI

*Fapesp/Annablume, 2008, 244p.*

*Hermenegildo José Bastos\**

Tania Pelegrini, autora de vários livros importantes sobre literatura brasileira, acaba agora de publicar *Despropósitos*. O título, como diz na justificativa que antecede o livro, está de acordo com o caráter ensaístico dos textos coligidos: é uma reunião de ensaios escritos para congressos e encontros e publicados em revistas especializadas.

Valendo-se de Adorno e de sua concepção de ensaio, ela sublinha ao mesmo tempo as limitações e as grandezas dos trabalhos. Limitações porque são textos com a “marca da incompletude”, como textos de circunstância (ah, os poemas de circunstâncias de Bandeira, que falta que eles nos fazem!). Não são partes de uma tese acadêmica ou de um livro elaborado exatamente como livro. Mas aí também está sua grandeza: sem contar com a sistematicidade da tese ou do livro gestado como livro, *Despropósitos* tem a grandeza da amplitude dos temas (que em outros casos poderia ser uma fraqueza) e de uma vida intelectual, a da autora, voltada para questões prementes.

A premência contém o propósito. Despropósito não quer dizer propriamente carente de propósito, de razão ou motivo. É o propósito que se impõe “em situação”, e embora ela não se refira ao Sartre de *Situations*, seus textos, de uma escrita exercida como atuação, guardam a idéia de intervenção na vida cultural e

---

\* Professor da Universidade de Brasília.

ideológica. Ensaio contra os propósitos dominantes na vida social brasileira. Os ensaios abrangem temas da literatura, do cinema e da telenovela. Ai se encontram a violência e a frivolidade, coisas que em princípio se poderia pensar que se excluíam mutuamente. As análises, sempre cuidadosas e pertinentes, evidenciam, porém, a coexistência da violência e da frivolidade num país em que os velhos problemas de desigualdade, jamais resolvidos, se agravaram até atingir o limite. A comparação entre Graciliano Ramos e Milton Hatoum expõe velhas chagas da sociedade brasileira, a sua permanência e o seu agravamento.

O universo analisado é a produção cultural contemporânea, mas a autora cuida de relacionar essa produção com a produção anterior, evitando assim congelar o objeto de análise retirando-o do fluxo da história. A preocupação histórica é um dos aspectos que fazem do livro uma obra singular e importante. Diz a autora: “Parece claro que o pós-moderno brasileiro corresponde às especificidades dos processos formadores da nossa economia e sociedade, que, mesmo não sendo exatamente outros, em relação aos do chamado primeiro mundo, funcionam de forma diferente, com dinâmica e tempo diversos” (p.69).

Lendo o livro, entretanto, o leitor fica com a sensação de que o despropósito migra dos ensaios para as obras analisadas. Não que as obras não tenham valor. Mas a questão básica do livro é analisar com preocupação histórica um momento da produção literária e artística brasileira que pretende se furta à história – o pós-moderno. Sempre com propriedade, Pellegrini discute as diversas concepções de pós-moderno (no exterior e no Brasil). O pós-moderno não é apenas uma nova maneira de se fazer literatura, mas uma nova forma de viver, de sentir, de produzir e consumir. Antes de tudo, é a designação para a etapa do capitalismo tardio na qual a cultura é uma extensão da economia. Para os que acham que a história acabou, que já não têm sentido os metarrelatos, que as lutas só podem se desenvolver na dimensão micro e já não contamos com uma lógica totalizante – ou seja, uma lógica que leve à totalização e não que parta dela –, para estes fica o mais profundo incômodo de explicar como tudo isso é histórico.

As diversas concepções de pós-moderno talvez possam ser colocadas em dois grandes grupos, sem prejuízo, é claro, das nuances: a concepção segundo a qual a superação do realismo, dos metarrelatos, da lógica totalizante nos colocou mais perto da liberdade; e a concepção segundo a qual a condição pós-moderna é um agravamento dos problemas trazidos pela modernidade. A modernidade iluminista não cumpriu o que prometeu – sobretudo se pensamos nos povos colonizados. Há um pós-moderno que se assume como pastiche e simulacro; outro que reinventa as promessas da modernidade. Enquanto isso, os críticos fundamentais da modernidade capitalista são jogados no lixo com aquilo que eles criticam. A obra literária sempre esteve fora de propósito, porque é imprópria.

Como trabalho que é, a literatura não tem propósito. Ela é imprópria porque inadequada. Inserida nas contradições sociais, ela, algumas vezes, pode iluminar as contradições. Nesta acepção o despropósito é uma recusa à sociedade adminis-

trada. A questão espinhosa com a qual se debate Pellegrini é saber se a literatura foi captada pelo planeta mercadoria, perdendo assim o despropósito ou o poder de recusa. Vista assim, a crise da representação é a força da literatura. A questão “o que é a realidade” depende do ponto de vista de quem a enuncia. Quem diz a verdade e a partir de que ponto de vista?

Outra coisa é partir do princípio de que não existe realidade porque, se assim é, não há crise de representação. Entre a obra e o mundo cuja existência se pretende negar, há apenas “mesmidade”.

A obra literária deve negar o mundo, recusá-lo. O pós-moderno, pelo contrário, não nega o mundo, dissolve-se nele. No belo ensaio sobre Sérgio Sant’Anna, Pellegrini assinala a aparente transgressão do pós-moderno. Em vez de transgressão, o que se vê é prestidigitação e nessa subjaz “um impulso fetichista”.

A obra assimilada pela lei do mercado. Na obra de Sérgio Sant’Anna há “uma espécie de irreverência dadaísta esvaziada ou uma atitude rebelde que esconde um niilismo de base”. A veia crítica está voltada apenas para “as delícias do jogo lingüístico”.

O conjunto de ensaios de *Despropósitos* visa a retomar um debate que parece ter-se esgotado: o debate sobre o pós-moderno. O debate que era vivo nos anos 90 perdeu sua vigência graças à própria lógica cultural pós-moderna que termina por neutralizar e desqualificar seus próprios debates como é próprio da indústria cultural.

Tânia Pellegrini empenha-se em retomar o debate para evitar que a ideologia seja neutralizada, pacificada, incorporada. O caso brasileiro é, como sempre, peculiar: uma sociedade que jamais foi moderna no sentido estrito vem a ser pós-moderna. A discussão pode se ampliar no sentido de incluir a questão da nossa modernidade, ou seu paradoxo: modernos somos desde sempre porque o Brasil nasceu com o capitalismo e este nasceu com o Brasil. Sempre fomos, porém, modernos de modo muito peculiar.

As nossas peculiaridades continuam desafiando os escritores. A ausência de debate faz que consideremos encerrado algo que de fato não está. Em boa hora nos chega *Despropósitos* para que se reabra o debate.



## *Conselhismo e democracia*

LUCIANO CAVINI MARTORANO

*Resumo:* Partindo do fato de que o marxismo não tem uma teoria da democracia, o artigo procura sistematizar alguns dos principais argumentos sobre a democracia socialista encontrados nas obras de Lenin, Rosa Luxemburgo, Antonio Gramsci, Amadeo Bordiga, Max Adler, Otto Bauer, Karl Korsch e Anton Pannekoek e classificá-los segundo os seguintes temas: exercício e controle do poder, representação política, partidos e institucionalização. Dessa maneira, o artigo busca contribuir para a discussão de uma teoria da democracia socialista, considerada um dos grandes desafios para o marxismo do século XXI.

*Palavras-chave:* Democracia, conselhismo, conselhos operários, socialismo

*Abstract:* Starting from the fact that Marxism has no theory of democracy, the article aims at systematizing some of the main arguments about socialist democracy found in works by Rosa Luxemburg, Antonio Gramsci, Amadeo Bordiga, Max Adler, Otto Bauer, Karl Korsch and Anton Panekoek, classified according to the following themes: exercise and control of power, political representation, parties and institutionalization. In this way, the article aims at contributing to the debate about a theory of socialist democracy, considered to be one of the great challenges for 21st century Marxism.

*Keywords:* Democracy, councils, workers' councils, socialism.

# *Ecosocialismo e planejamento democrático*

MICHAEL LÖWY

*Resumo:* Remetendo-se à tradição marxista, e fazendo a crítica das propostas ecológicas de Michael Albert e Serge Latouche, o autor defende o ecosocialismo como alternativa para os impasses da esquerda e para enfrentar os riscos de aniquilamento do planeta e da espécie humana.

*Palavras-chave:* ecosocialismo; crítica do progresso; planejamento democrático; Michael Albert; Serge Latouche; utopia socialista e ecológica.

*Abstract:* Writing in the Marxist tradition, and criticizing Michael Albert and Serge Latouche's ecological proposals, the author defends ecosocialism as the alternative to the impasse of the left, and to confront the risks of annihilation of the planet and of mankind.

*Keywords:* ecosocialism; critique of progress; democratic planning; Michael Albert; Serge Latouche; socialist and ecological utopia.

# *A institucionalidade financeira*

NELSON PRADO ALVES FILHO

*Resumo:* O artigo pretende reconstituir – de forma esquemática -- o processo histórico-institucional de financeirização capitalista, com o objetivo de trazer ao debate uma interpretação cujo horizonte temporal não se limite aos contratempos da finança nacional/internacional do período recente (1960-2008), mas que se estenda e dê continuidade às contribuições teóricas do fim do século XIX e início do XX. Refiro-me, em especial, aos trabalhos de Marx e Hilferding e, secundariamente, aos de Hobson, Veblen, Berle e Means, entre outros.

*Palavras-chave:* Instituições financeiras, capital financeiro, Rudolf Hilferding, Marx.

*Abstract:* The aim of the paper is to briefly review the historical process that results in the present day prominence of finance capital avoiding the short term bias that has characterized much of current literature. For that purpose it reaches back to some of the major XIX century authors such as Marx and Hilferding – as well as, in a lesser degree, to Hobson, Veblen, Berle and Means – in an attempt to bridge the theoretical gap between these analysis and the current economic events.

*Keywords:* Financial institutions, financial capital, Rudolf Hilferding, Marx.



# *Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas*

FRANCISCO FARIAS

*Resumo:* O objetivo deste trabalho consiste em, por um lado, discutir como Poulantzas procura mostrar, no plano conceitual, a existência das frações da burguesia. O autor diferencia as frações da classe dominante no plano econômico: burguesia industrial, comercial e financeira. Mas não aprofunda o que seriam suas presenças políticas específicas (“efeitos pertinentes”). Por outro, visa-se a caracterizar duas situações possíveis, indicadas por Poulantzas, na configuração do bloco no poder: primeiro, a tendência à formação de um núcleo hegemônico, decorrente da capacidade das frações dominantes de organização político-ideológica e de pressão sobre o aparelho do Estado; segundo, a conjuntura excepcional de ausência de hegemonia, na qual a política estatal pode assumir um extremo de autonomia relativa (bonapartismo).

*Palavras-chave:* burguesia; bloco no poder; hegemonia; bonapartismo.

*Abstract:* The aim of this paper consists in, for one side, discussing how Poulantzas seeks to show, in a conceptual plane, the existence of bourgeoisie fractions. The author differentiates the fractions of the dominant class in the economic sphere: industrial, commercial, and financial bourgeoisie. However, he does not widen up what would be their specific political presences (“pertinent effects”). On the other hand, we seek to characterize two possible situations, indicated by Poulantzas, in the constitution of the power bloc: first, the tendency to conceive a hegemonic nucleus, resulting from the capacity of the dominant fractions to politically and ideologically organize themselves and to coerce the State apparatus; secondly, the exceptional conjuncture of absence of hegemony, in which the State’s policy can assume an extreme of relative autonomy (bonapartism).

*Keywords:* bourgeoisie; power bloc; hegemony; bonapartism.

## *Três poemas portugueses e um impasse*

HERMENEGILDO BASTOS

*Resumo:* Neste trabalho fazemos a leitura dialética de três poemas da moderna lírica portuguesa. Acompanhamos a representação da crise histórica da Europa moderna que em Portugal assume aspectos peculiares. A capacidade que tem a poesia de prever a crise

*Crítica Marxista, n.28 • 201*

antes mesmo de esta se fazer perceptível é tomada como forma de uma hermenêutica específica.

*Palavras-chave:* poesia portuguesa moderna; crítica dialética literária.

*Abstract:* In this article we propose a dialectic reading of three poems of the modern Portuguese lyric. We follow the representation of the historic Europe's modern crisis that in Portugal assume peculiar aspects. The capacity of the poetry to foresee the historical crisis is taking as a kind of a special hermeneutic.

*Key-words:* modern Portuguese lyric; dialectical literary critic.

## *O cinema como força de ativação: Cabra marcado pra morrer e o legado de nossa tragédia*

RAFAEL LITVIN VILLAS BÔAS

*Resumo:* O filme *Cabra marcado pra morrer* é analisado por meio da mediação dialética entre processo social e forma estética. Enquanto a versão ficcional (1964) foi uma resposta política ao assassinato de João Pedro Teixeira, a opção pela finalização no formato de documentário (1984) evidenciou as conseqüências brutais de interrupção da experiência de classe que se articulava. Por meio da estruturação da narrativa de uma diáspora, o documentário descortina progressivamente o percurso regressivo de nosso último ciclo de modernização conservadora e explicita os obstáculos à capacidade de organização da classe trabalhadora. Ao engatar dois tempos históricos, o filme articula um processo de acumulação de experiência, que tem como chave dois desfechos: a autoconsciência da recuperação do protagonismo da luta camponesa e o final de uma geração de combatentes.

*Palavras-chave:* luta camponesa, ditadura militar, modernização conservadora, cultura e sociedade.

*Abstract:* The movie *Cabra marcado pra morrer* is analyzed by means of dialectical mediation between social process and aesthetic form. While the fictional version (1964) was a political response to João Pedro Teixeira's murder, the choice in finalizing it in a documentary format (1984) shows the brutal consequences of the interruption of the classes' experience that was in ways of articulation. Through the structure of a narrative of a diaspora, the documentary offers progressively the regressive path of our last cycle of conservative modernization and makes explicit the obstacles to the capability of worker class organization. By hooking two historical times, the movie articulates a process of experience accumulation, which has by key two outcomes: the self consciousness of the recovery of the role of peasant struggle and the end of a fighter's generation.

*Keywords:* peasant struggle, military dictatorship, conservative modernization, culture and society.

## NORMAS PARA COLABORAÇÕES

### I – Textos para publicação

1. *Crítica Marxista* aceita textos e propostas de material, inéditos no Brasil, para todas as seções da revista – *artigos, comentários, resenhas, entrevistas, documentos etc.*
2. *Crítica Marxista* tem interesse numa ampla gama de temas teóricos, históricos e contemporâneos. Privilegia dois tipos de textos: a) textos teóricos que apresentam teses originais e contribuem para o desenvolvimento da teoria marxista e b) textos de análise concreta que, partindo do campo amplo e diversificado da teoria marxista, tomem por objeto de análise e de crítica as características e as transformações da economia, da política e da cultura no capitalismo contemporâneo e a situação atual da luta pelo socialismo.
3. *Crítica Marxista* valoriza os textos polêmicos, que apresentam suas idéias contrapondo-as às idéias divergentes ou contraditórias. A ocultação da luta de idéias, prática muito comum nas revistas acadêmicas, não tem guarida em *Crítica Marxista*.
4. Todos os textos e matérias propostos serão encaminhados para pareceres dos editores, conselheiros ou colaboradores da revista, cujos nomes serão mantidos em sigilo. A decisão final sobre a publicação do material recebido será tomada pelo Comitê Editorial, com base no programa editorial da revista, e comunicada ao interessado.
5. Os textos, em duas cópias impressas e uma em disquete, devem ser enviados para o endereço de correspondência da revista:

Prof. Armando Boito Jr.  
Centro de Estudos Marxistas (Cemarx)  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH)  
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)  
Caixa Postal 6110  
13083-770 - Campinas - Estado de São Paulo.

### II – Artigos, comentários e resenhas

1. O **artigo** é um texto autônomo, que possui objeto de análise e de crítica claramente definido, apresenta tese original e toma em consideração o estado do conhecimento e as idéias existentes sobre o tema na bibliografia pertinente e no movimento operário e socialista. O **comentário** parte de um livro, ou de um conjunto integrado de livros e, eventualmente, de um acontecimento político-cultural, para desenvolver avaliações livres sobre um ou outro aspecto desse material ou suscitado por ele. A **resenha** apresenta de

modo descritivo o conteúdo de um livro ou de um conjunto integrado de livros e desenvolve considerações sobre tal conteúdo.

2. O título de artigo ou comentário deve anunciar claramente o conteúdo abordado.

3. Os artigos e comentários devem conter intertítulos que facilitem ao leitor a percepção das idéias e temas tratados ao longo do texto.

4. Os artigos e comentários devem usar as notas de rodapé, fundamentalmente, para indicar as referências bibliográficas e documentais. Notas de rodapé contendo longas explicações, esclarecimentos ou ressalvas sobre as idéias contidas no corpo do texto truncam a exposição e prejudicam a fluência da leitura. Pede-se que os autores sejam comedidos no uso desse recurso.

5. As resenhas bibliográficas não devem conter título, intertítulos nem notas de rodapé. Se precisar subdividir o texto de uma resenha, o autor poderá recorrer à numeração em algarismos romanos. O cabeçalho da resenha deve trazer as informações técnicas sobre o livro resenhado – autor ou autores, título e subtítulo, local da edição, editora e número de páginas.

6. O autor de um artigo, comentário ou resenha deve informar, em nota de rodapé inserida após o seu nome, a sua profissão, emprego ou atividade. Se quiser, poderá informar também seu endereço eletrônico.

7. O tamanho dos textos pode variar muito. A revista estabelece, contudo, um teto para cada tipo de texto.

**Os artigos poderão ter, no máximo, 60 mil caracteres (contando espaços, notas, resumo e abstract etc.).**

**Os comentários poderão ter, no máximo, 20 mil caracteres (contando espaços, notas).**

**As resenhas poderão ter, no máximo, 8 mil caracteres (contando espaços).**

**Fonte: Times New Roman.**

8. Os artigos devem apresentar título, resumo – de aproximadamente 150 palavras – e 4 palavras-chave, todos em português e inglês.

9. Os textos devem ser enviados em disquete e acompanhados de duas cópias impressas idênticas ao original.

10. Os textos propostos para publicação devem seguir rigorosamente as normas técnicas estabelecidas no próximo item deste documento.

### **III – Normas técnicas**

1. Transcrições de trechos de obras: Trechos de até três linhas devem ser colocados entre aspas na sequência da frase. Trechos de mais de três linhas devem vir sem aspas, destacados com um recuo e com corpo um ponto menor. Exemplos no próximo item – 2 A.

2. As referências bibliográficas devem ser completas e apresentadas em notas de rodapé. As seguintes normas devem ser rigorosamente obedecidas:

A) Inserção das notas de rodapé: As chamadas de notas no corpo do texto devem ser numeradas, inseridas dentro da frase antes da pontuação e em sobrescrito. No caso de notas colocadas em trechos entre aspas, a chamada será inserida fora das aspas, mas dentro da pontuação. Apenas no caso de trechos destacados em recuo e em corpo com um ponto menor é que as chamadas de notas devem ser inseridas fora da pontuação.

## Exemplos:

Numa bela passagem, Marx deixa isso claro, com uma metáfora poderosa<sup>1</sup>.

Numa bela passagem, Marx deixa isso claro, com uma metáfora poderosa: “o capital é trabalho morto que só se vivifica vampirescamente, sugando trabalho vivo”<sup>2</sup>.

Numa bela passagem, Marx deixa isso claro, com uma metáfora poderosa:

O capital tem um impulso vital peculiar, o impulso a se valorizar, a criar mais-valia, a sugar a maior massa possível de mais-trabalho com sua parte constante, os meios de produção. O capital é trabalho morto que só se vivifica vampirescamente, sugando trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais deste sugar.<sup>3</sup>

B) Citação de livros: Indicar primeiro o nome e depois o sobrenome do autor, tudo por extenso, o título completo do livro *em itálico* e com maiúscula apenas na primeira letra do título. Para o título de livros estrangeiros, usam-se as maiúsculas de acordo com o original. Número da edição (caso não seja a primeira). Local da publicação, nome da editora, ano da publicação. (Se a edição não trazer o ano da publicação, usar a sigla s.d.) No caso de indicação de número de página, tal deve vir depois do ano de publicação, usando apenas a letra p. como abreviação de página ou de páginas. Exemplo:

Décio Saes, *República do capital – capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999, p.7-15.

C) Citação de artigos: C1) Em coletânea: Indicar primeiro o nome e depois o sobrenome do autor do artigo, tudo por extenso, o título completo do artigo entre aspas e com maiúscula apenas na primeira letra. In: Nome e sobrenome do(s) organizador(es) da coletânea, título completo da coletânea *em itálico* e com maiúscula apenas na primeira letra. Número da edição (caso não seja a primeira). Local da publicação, nome da editora, ano da publicação. Exemplo:

Jacob Gorender, “Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro”. In: João Pedro Stédile (Org.). *A questão agrária hoje*. 2.ed. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1994.

C2) Em periódicos: Indicar primeiro o nome e depois o sobrenome do autor do artigo, tudo por extenso, o título completo do artigo entre aspas e com maiúscula apenas na primeira letra. Nome do periódico *em itálico*, local da publicação, editora, número do periódico, ano da publicação. Exemplo:

Frederic Jameson, “Reificação e utopia na cultura de massa”. *Crítica Marxista*, São Paulo: Brasiliense, n.1, 1994.

D) As referências a obras já citadas podem vir simplificadas, usando os recursos de indicar apenas o sobrenome do autor, de omitir o subtítulo do livro e de recorrer a abreviações e convenções. Exemplos:

Saes, *República do capital*, op. cit., p.46.

ou, caso não tenha sido citada nenhuma outra obra do mesmo autor, simplesmente Saes, op. cit., p.46.

ou, se a nota anterior se referir ao mesmo livro, *Ibidem*, p.46.

# CHAMADA DE TRABALHOS

VI Colóquio Internacional Marx e Engels  
Centro de Estudos Marxistas (Cemarx)  
do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH)  
da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)  
Campinas (SP) – Brasil  
Novembro de 2009

O Centro de Estudos Marxistas (Cemarx), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), iniciou a chamada de trabalhos para o VI COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS. A inscrição de trabalhos estará aberta entre 2 de março e 15 de junho de 2009.

## **Informações gerais**

O Colóquio Internacional Marx e Engels acolhe, fundamentalmente, dois tipos de comunicações: as que tomem a teoria marxista como objeto de pesquisa, seja para analisar essa teoria, criticá-la ou desenvolvê-la, e as que utilizem o aparato conceitual do marxismo em pesquisas empíricas ou teóricas que se enquadrem nos Grupos Temáticos desse evento.

Os pesquisadores interessados em inscrever seus trabalhos deverão indicar em qual Grupo Temático eles se inserem. Eventualmente, a Comissão Organizadora do VI Colóquio Internacional Marx e Engels poderá remanejar a distribuição das propostas de um grupo para outro.

Os Grupos Temáticos do V Colóquio são os seguintes:

### **GT 1 - A obra teórica de Marx**

Exame crítico das obras de Marx e de Engels. As polêmicas suscitadas pela obra teórica de Marx e Engels.

### **GT 2 – Os marxismos**

Exame crítico das obras dos clássicos do marxismo dos séculos XIX e XX. As correntes do pensamento marxista e suas transformações. A obra teórica dos marxistas brasileiros e latino-americanos. A questão da renovação e atualização do marxismo.

### **GT 3 - Marxismo e ciências humanas**

Exame da presença do marxismo na economia, na sociologia, na ciência política, na antropologia, na história, na área de relações internacionais, na geografia, no serviço social e no direito. Exame da crítica marxista das ciências humanas e

das contribuições das ciências humanas para o desenvolvimento do marxismo. Polêmicas teóricas e desenvolvimentos conceituais do marxismo nessas áreas de conhecimento. A presença do marxismo na universidade brasileira e latino-americana.

#### **GT 4 - Economia e política no capitalismo contemporâneo**

Enfoque marxista das transformações econômicas, políticas e sociais do capitalismo no final do século XX e início do século XXI. Novos padrões de acumulação de capital, nova fase do imperialismo, transformações do Estado e da democracia capitalista. A situação dos países dominantes e dos países dependentes. Brasil e América Latina.

#### **GT 5 - Relações de classe no capitalismo contemporâneo**

Enfoque marxista das transformações ocorridas na estrutura de classes. Trabalhadores, classe operária, “nova classe operária” e “classe média”. A pequena burguesia. O campesinato no capitalismo atual. O debate sobre o declínio da polarização de classes no final do século XX e início do século XXI. As classes trabalhadoras e os movimentos sociais e populares. A nova configuração da burguesia. As classes sociais no Brasil e na América Latina. O conceito marxista de classe social e de luta de classes face ao capitalismo contemporâneo.

#### **GT 6 - Educação, capitalismo e socialismo**

As relações do sistema educacional com o capitalismo da perspectiva marxista: formação da força de trabalho; educação e classes sociais; ideologia e processo educacional; política educacional. Análise marxista da educação no Brasil e na América Latina. Os aparelhos culturais do capitalismo (universidades, centros de pesquisa). Os centros culturais criados pelo movimento socialista. Análise das experiências educacionais realizadas nas sociedades surgidas das revoluções socialistas do século XX. A teoria marxista e a educação.

#### **GT 7 - Cultura, capitalismo e socialismo**

Capitalismo e produção cultural: as novas tendências; as artes plásticas, a literatura e a indústria cultural. Análise marxista da cultura no Brasil e na América Latina. Cultura e socialismo: os movimentos culturais nas sociedades surgidas das revoluções do século XX. O marxismo e a produção cultural.

#### **GT 8 - Socialismo no século XXI**

Análise marxista das revoluções do século XX. A herança comunista e socialista dos séculos XIX e XX e o socialismo do século XXI. Marxismo e socialismo. A questão da renovação do socialismo. Teoria da transição ao socialismo. Trabalhadores e transição socialista. Trunfos e obstáculos para a reconstrução do movimento socialista no século XXI.

## **GT 9 – Trabalho e produção no capitalismo contemporâneo**

Teoria social, trabalho e produção. As concepções teóricas sobre o universo produtivo. Processos de produção: processo de valorização e processo de trabalho. Controle e gestão do processo de trabalho. Luta de classes na produção. Precarização das condições de trabalho e emprego e requalificação da força de trabalho. Teorias sobre a afirmação e recusa da centralidade do trabalho. As novas formas de exploração do trabalho: trabalho imaterial, trabalho informal, precário e informacional.

### **Inscrição de trabalhos**

A inscrição de trabalhos poderá ser feita entre 2 de março e 15 de junho de 2009. O pesquisador deverá preencher a ficha de inscrição na página do Cemarx ([www.ifch.unicamp.br/cemarx](http://www.ifch.unicamp.br/cemarx)). Além disso, deverá enviar duas cópias impressas de seu trabalho para o Cemarx, juntamente com uma cópia da ficha de inscrição. Atenção! O autor deverá indicar na parte externa do envelope e de modo visível:

- a) o Grupo Temático (GT) para o qual está enviando sua comunicação ou proposta de mesa coordenada;
- b) o seu endereço postal completo e o seu endereço eletrônico.

### **Modalidades de inscrição para apresentação de trabalhos**

#### **1. Comunicações**

O texto da comunicação deverá conter entre quinze e vinte e quatro mil caracteres (contando espaço e notas), perfazendo um máximo de dez páginas, em *times new roman 12*. As propostas de trabalho que ultrapassarem esse limite não serão consideradas. Do texto, deverão constar: nome do evento, o título do trabalho, o nome do(s) autor(es) e a sua(s) condição(ões) (professor, pós-graduando ou pesquisador independente), GT a que se destina. O texto do trabalho deve definir claramente o tema que será examinado, a metodologia utilizada na pesquisa e apresentar as suas teses e argumentos e explicitar o debate (teórico, historiográfico ou político) no qual o trabalho se insere. Importante! Os textos devem seguir as normas de citação apresentadas na página do Cemarx.

#### **2. Mesas coordenadas**

Uma mesa coordenada é composta de um conjunto de ao menos quatro comunicações inscritas no âmbito de um GT. Um número reduzido de mesas coordenadas serão aceitas, privilegiando nesta modalidade de inscrição propostas encaminhadas por grupos, núcleos ou centros de pesquisa, bem como associações científicas e culturais. As comunicações dos participantes da mesa, formatadas de acordo com o item anterior, deverão ser enviadas conjuntamente, acompanhadas de uma breve justificativa da mesa. Cabe à instituição proponente obter os recursos necessários à participação dos componentes da mesa.



### 3. Pôsteres

O VI Colóquio Internacional Marx e Engels está aberto à participação de estudantes de graduação, que poderão apresentar trabalhos de pesquisa de iniciação científica ou de conclusão de curso cujos temas se enquadrem em um dos Grupos Temáticos do colóquio.

O resumo do trabalho deverá conter de três a cinco mil caracteres (contando espaço e notas) em *times new roman 12*. Do texto deverão constar o título do trabalho, o nome do autor e o curso de graduação no qual ele está matriculado. O texto deve apresentar o tema da pesquisa e as suas principais idéias e informações. As instruções para a confecção do pôster serão publicadas na página eletrônica do Cemarx.

#### Divulgação de resultados

As inscrições encerram-se no dia 15 de junho. Os trabalhos aceitos serão divulgados na página do Cemarx, conforme o cronograma abaixo:

30 de julho: comunicações;

15 de agosto: pôsteres.

Os resultados serão divulgados quatro meses antes do início do evento para que todos tenham tempo de solicitar financiamento às agências de fomento e universidades, uma vez que o Cemarx não pode financiar os participantes do evento.

#### Programação geral

	3/11	4/11	5/11	6/11
9:00-12:00		Sessão Plenária II	Sessão Plenária III	Reunião dos GTs
12:00-14:00		Painéis	Painéis	Painéis
14:00-18:00	Sessão Plenária I	Mesa Coordenadas	Reunião dos GTs	Sessão Plenária IV
18:30		Lançamento de Livros	Lançamento de Livros	
19:00	Reunião dos GTs	Reunião da Revista Crítica Marxista	Reunião da Revista Outubro	Jantar de encerramento

#### Endereços e contatos

##### Inscrições:

Centro de Estudos Marxistas (Cemarx), IFCH-Unicamp  
Caixa Postal 6110 CEP 13083-970 Campinas SP - Brasil  
(5519) 3521-1639/ [www.ifch.unicamp.br/cemarx/](http://www.ifch.unicamp.br/cemarx/) [cemarx@unicamp.br](mailto:cemarx@unicamp.br)

##### Informações (a partir de 01 de agosto de 2009):

Secretaria de Eventos do IFCH-Unicamp (5519) 3521-1601 / [seceven@unicamp.br](mailto:seceven@unicamp.br)

## Assine a Revista Outubro!

A revista Outubro é publicada ininterruptamente desde 1998, ocupando um lugar de destaque no pensamento marxista brasileiro. Suas principais características são a ênfase na reflexão crítica e inovadora acerca de problemáticas atuais, o pluralismo no campo da pesquisa e uma abertura às diferentes vertentes do marxismo.

Esse caráter permitiu que importantes intelectuais críticos, brasileiros e estrangeiros, contribuíssem com a revista, tais como Álvaro Bianchi, Bob Jessop, Daniel Bensaïd, Edmundo Fernandes Dias, Edward Said, François Chesnais, Guglielmo Carchedi, Hector Benoit, István Mészáros, John Holloway, Marcelo Badaró Mattos, Michael Burawoy, Michael Löwy, Ricardo Antunes, Riccardo Bellofiore, Robert Brenner, Roberto Leher, Ruy Braga e Virgínia Fontes, dentre outros.

---

Os artigos publicados na revista Outubro são indexados em Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades (Clase), Sociological Abstracts, CSA Worldwide Political Science Abstracts e Ulrich's Periodicals Directory.

---

Para assinar a revista, preencha o formulário abaixo:

Nome:		CPF/CNPJ:	
Endereço:			
Cidade:		UF:	País:
CEP:		Email:	
Assinatura: <input type="checkbox"/> 4 números: R\$ 120,00 <input type="checkbox"/> 6 números: R\$ 180,00		Forma de pagamento: cheque nominal e cruzado à Alameda Casa Editorial ou depósito em conta corrente – Banco do Brasil (001), ag. 1199-1, conta corrente 200.305-8	
Escolha o número inicial de sua assinatura:			
<input type="checkbox"/> nº 15: 1º semestre de 2007		<input type="checkbox"/> nº 17: 2º semestre de 2008	
<input type="checkbox"/> nº 16: 2º semestre de 2007		<input type="checkbox"/> nº 18: 2º semestre de 2009 (no prelo)	
Enviar o formulário com o cheque ou o comprovante de depósito para:			
<b>Alameda Casa Editorial</b> R. Iperoig, 351, Perdizes – CEP: 05016-000 – São Paulo – SP   Brasil (Para assinaturas internacionais favor entrar em contato através do e-mail vendas@alamedaeditorial.com.br).			

REVISTA NEW LEFT REVIEW, N. 55 JAN/FEB 2009

<http://www.newleftreview.org/>

